



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

SENHORES (AS) DE SI?
VELHICE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO ENTRE IDOSOS
INSERIDOS EM GRUPOS E ASSOCIAÇÕES

KÁTIA RAMOS SILVA

JOÃO PESSOA – PB

2017

KÁTIA RAMOS SILVA

SENHORES (AS) DE SI?
VELHICE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO ENTRE
IDOSOS INSERIDOS EM GRUPOS E ASSOCIAÇÕES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia. Linha de Pesquisa: Culturas e Sociabilidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Lourdes Franch Gutiérrez.

JOÃO PESSOA – PB

2017

Catálogo na publicação
Setor de Catalogação e Classificação

S586s Silva, Kátia Ramos.
Senhores (as) de si? velhice, políticas públicas e participação entre idosos
inseridos em grupos e associações / Kátia Ramos Silva. - João Pessoa, 2017.
244 f. : il. -

Orientador(a): Prof. Dra. Mônica Lourdes Franch Gutiérrez.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA/PPGS.

1. Sociologia Política. 2. Sociedade Civil. 3. Políticas Públicas – Paraíba
4. Poder Público. 5. Grupo - Associações. 6. Idosos - Velhice. I. Título.

UFPB/BC

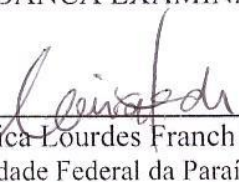
CDU – 316.334.3(813.3)(043)

KÁTIA RAMOS SILVA

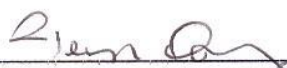
**SENHORES (AS) DE SI? VELHICE, POLÍTICAS PÚBLICAS E
PARTICIPAÇÃO ENTRE IDOSOS INSERIDOS EM GRUPOS E
ASSOCIAÇÕES**

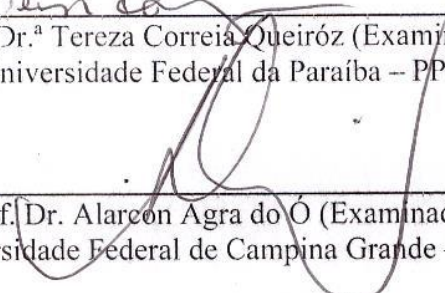
Aprovada em 23 / 02 / 2017

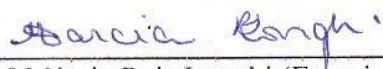
BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (Orientadora)
(Universidade Federal da Paraíba – PPGS/UFPB)


Prof.ª Dr.ª Ednalva Maciel Neves (Examinadora Interna)
(Universidade Federal de Campina Grande – PPGS/UFPB)


Prof.ª Dr.ª Tereza Correia Queiróz (Examinadora Interna)
(Universidade Federal da Paraíba – PPGS/UFPB)


Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó (Examinador Externo)
(Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG)


Prof.ª Dr.ª Márcia Reis Longhi (Examinadora Externa)
(Universidade Federal da Paraíba – PPGA/UFPB)

JOÃO PESSOA – PB

2017

*Dedico esse trabalho aos
meus pais Severina e Marcos (♥).*

AGRADECIMENTOS

Como diz a canção “Sou feliz e agradeço por tudo que Deus me deu!”.

Parto do princípio de que a escrita nunca contemplará a grandeza do vivido, do sentido, experimentado e amado. Em poucas linhas, contudo, expressarei os agradecimentos que não darão conta dos “tantos” que deveria, se assim fosse obrigação. Mas como acredito que gratidão é, em sua essência, gratuita, não há “dever” algum, apenas o desejo de concluir um ciclo, mantendo os pés no chão e reconhecendo que “ninguém é uma ilha, completa em si mesmo”. Sempre há pessoas em nosso entorno que ampliam os horizontes e nos fazem ver/sentir além dos prismas costumeiros.

À Trindade Santa agradeço o Dom da Vida e a Graça de conferir Vida aos meus dias, em todas as dimensões.

Éramos seis! Depois, sofremos uma grande perda. Não lembro como aconteceu, mas a “presença” da *ausência* estava ali, sempre sentida. Essa perda foi se transformando em um sentimento de saudosismo do que foi, do que seria. Passados alguns anos, fomos agraciados com lindos “acréscimos”, multiplicamos! Consanguíneo, por afinidade ou amizade: nosso ciclo de parentesco (“formal” e “informal”) foi ampliado.

Agradeço à minha grande companheira de vida: meu amor maior, minha linda mãe!

À minha família: irmãos, sobrinhas, tias, primos. Cada um ao seu modo contribuiu e demonstrou seu amor *afetivo* e *efetivo* através de gestos e palavras de estímulo, confiança, apoio e carinho ao longo de toda uma vida.

Ao noivo amado, por toda colaboração, compreensão, cuidado, muito amor. “Me trouxe um novo encanto, mostrou-me o infinito”.

Aos meus amigos queridos, da vida “não acadêmica”, bem como os da graduação e pós-graduação. Nomeá-los, contudo, seria incorrer no risco de omitir alguns. Eu os reconheço e ele a mim e isso basta!

À minha orientadora, professora Dr.^a Mónica Franch, pela aceitação do meu trabalho, orientação comprometida, paciência, contribuição durante o andamento da pesquisa e pelo companheirismo em cada etapa de todo o processo. Agradeço também o incentivo constante para que eu galgue maiores patamares na experiência acadêmica.

Às professoras que participaram da banca de qualificação, professora Dr.^a Ednalva Maciel Neves e professora Dr.^a Tereza Correia Queiroz, agradeço os comentários que contribuíram para o aprofundamento do trabalho.

Agradeço também, de maneira especial, à professora Dr.^a Benedita Cabral, por compartilhar comigo momentos especiais da vida pessoal e acadêmica. Agradeço o companheirismo, atenção, confiança, amizade. A essa competente profissional que me “apresentou” a temática da velhice, a minha admiração e gratidão.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB, por também terem contribuído na formação durante o Mestrado e Doutorado.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pelo suporte financeiro ao longo de todo o curso de pós-graduação.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB.

Aos participantes da pesquisa inseridos em espaços específicos (Centros de Convivência do Idoso e Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos, em João Pessoa e Campina Grande, a Coordenação da Política Estadual do Idoso e da Gerência do Idoso) pela acolhida e possibilidade de realizar uma pesquisa nesses espaços tão significativos. Por concederem parte do seu tempo para compartilhar comigo momentos das suas vidas. A relação de confiança constituída foi essencial para a realização do estudo.

No universo das redes sociais, li que “Somos o resultado dos livros que lemos, das viagens que fazemos e das pessoas que amamos” (Airton Ortiz). Nesse sentido, acredito que as pessoas citadas sintetizam o reconhecimento sentido e expresso em diversas passagens da minha vida.

Por fim, expresso gratidão.

*Vencer sem perigo é triunfar sem glória. Quanto
mais difícil a obra, mais belo será desempenhá-la.*

(Antônio Frederico Ozanam)

*Paremos de trapacear, o sentido de nossa vida está em questão no
futuro que nos espera; não sabemos quem somos se ignorarmos quem
seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles. Isso
é necessário se quisermos assumir em sua totalidade nossa condição
humana. Para começar, não aceitaremos mais com indiferença a
infelicidade da idade avançada, mas sentiremos que é algo que nos diz
respeito. Somos nós os interessados.*

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

As experiências de envelhecer na sociedade contemporânea são marcadas pelo caráter heterogêneo. Através desse reconhecimento, o objeto de estudo desta pesquisa busca enveredar pela articulação entre os chamados grupos e associações de idosos e as políticas públicas executadas no estado da Paraíba. Grupos e associações “de idosos”, embora contemplem propostas diversas, compreendem relevantes significados para os membros que as integram. Na medida em que possibilitam a convivência entre indivíduos com idade semelhante, facilitam a formação de relações de sociabilidade e consolidam a rede de solidariedade comunitária, que extrapola os limites do grupo e reflete na subjetividade dos participantes. Seu objetivo, porém, vai além dos laços intersubjetivos diretos e se volta para a esfera pública, na expectativa de influenciar políticas e programas voltados para a chamada “terceira idade”. Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar se a participação de idosos em grupos e associações na Paraíba influencia na elaboração/execução de políticas públicas estaduais, repercutindo nas vivências de “ser velho” na sociedade atual. Como metodologia de pesquisa, contatamos o poder público estadual, realizamos visitas nos núcleos associativos para observação das práticas, entrevistas semiestruturadas e em profundidade, levantamento sobre o histórico dos grupos, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, além dos estudos de bibliografia temática. Com recorte das ações entre os anos de 2003 ao primeiro semestre de 2015, pretendemos descobrir se e como os paraibanos em idade considerada idosa, participantes de grupos e associações específicas, tem se inserido no conjunto de ações deliberadas pelo poder público, se organizam coletivamente para reivindicar o cumprimento da lei e relacionam-se com outros indivíduos do seu grupo geracional, construindo possibilidade de ser/estar idoso na atualidade. Os resultados indicam que através do crescimento demográfico, das formas de resistência e atuação nos espaços citadinos que frequentam – *lócus* da pesquisa empreendida – há o reconhecimento da pessoa idosa enquanto protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos. Diante disso, a presente pesquisa, encontra respaldo para discutirmos o cumprimento do Estatuto do Idoso na Paraíba e a inserção desse sujeito social nas ações deliberadas.

Palavras-chave: Velhice. Grupos e Associações. Participação. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The experiences of growing old in the contemporary society are marked by a heterogeneous character. Through this, the object of study of this research seeks to travel down between the so called groups and association for the elderly and the public policies executed in the state of Paraíba. Although these groups and association "for the elderly" contain diverse proposals, they hold a significant meaning for the members who integrate them. Therefore, they enable the coexistence between individuals of similar age, also facilitate the formation of sociability relationships and entrenched the community solidarity's network that extrapolate the limits of the group and reflects in the subjectivity of the participants. Their objective, on the other hand, goes beyond the direct intersubjective bonds and bounce to the public sphere in the anticipation of affecting policies and programs related to the "third age". Therefore, the objective of this paper is to analyse if the participation of the elderly in groups and associations of the state of Paraíba affects the preparation/execution of state public policies, impacting in the perception of "being old" nowadays. As part of the survey methodology, we made contact with the state public power, conducted visits in the associative centre to observe the practices, semi-structured and in-depth interviews, and raising information about the history of the groups in the cities of João Pessoa and Campina Grande, besides the study of the thematic bibliography. Furthermore, with acting cut-off line from 2003 to the first semester of 2015, we aim to discover if and how the Paraíba's people in an age considered old, who are participants of specific groups and association, have been inserted in the group of actions deliberated by the public power, if and how they organize themselves collectively to demand the law enforcement and relate to other individuals from their generational group, by building the possibility of to be old nowadays. The results indicate that through the demographic growth, the ways of resistance and acting in the city spaces that they attend - locus of this research - there is the appreciation of the elderly person as a protagonist in the achievement and realization of his/her rights. Faced with this, the present research finds support to the discussion of the enforcement of the Senior Citizen's Statute in Paraíba and the inclusion of this social individual in the deliberated actions.

Keywords: Old age. Groups and Associations. Participation. Public Policies.

LISTA DE SIGLAS

AAPI CG. R. – Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campina Grande e Região;

BPC – Benefício de Prestação Continuada;

CCI – Centro de Convivência do Idoso;

CENIPA – Central dos Idosos, Pensionistas e Aposentados do Estado da Paraíba;

COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos;

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializados em Assistência Social;

CSU – Centro Social Urbano;

FAAPI-PB – Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos;

INSS – Instituto Nacional de Serviço Social;

ODE – Orçamento Democrático Estadual.

SAB – Sociedade de Amigos do Bairro;

SEDH – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano;

SESC – Serviço Social do Comércio;

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Objeto e Objetivos da Pesquisa	12
Itinerário da Pesquisa.....	16
Sobre o Plano de Trabalho.....	22
 CAPÍTULO 1 – SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO: ABORDAGENS EM TORNO DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA	 27
1.1 Considerações Preliminares.....	27
1.2 Velhice e Sociedade.....	29
1.3 Associações e Grupos: Espaços de Sociabilidade ou de Articulação Política?.....	35
1.4 Participação de Idosos e Poder Público em Discussão.....	49
 CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL: EM BUSCA DE “METODOLOGIAS” ALTERNATIVAS.....	 53
2.1 Apontamentos Iniciais	53
2.2 Procedimentos Metodológicos: Caracterização do Estudo	55
2.3 Aproximações com o Objeto de Estudo	58
2.4 A Investigação e os Participantes da Pesquisa	63
2.5 Sobre Como ter Acesso aos Dados: A “Escolha” dos Instrumentos de Estudo	65
2.6 A Investigação Continua: Produção e Análise de Dados	71
 CAPÍTULO 3 – DESVENDANDO OS CENÁRIOS DE PESQUISA: CAMPO DA SOCIEDADE CIVIL E DO PODER PÚBLICO	 78
3.1 Introdução ao Capítulo	78
3.2 Associativismo entre Idosos: O Olhar sobre a Sociedade Civil	81
3.2.1 Centros de Convivência: Participação, Sociabilidade, Identidades... espaço de luta também?	81
3.2.2 Associações Aposentados, Pensionistas e Idosos: Representação Coletiva e Demandas Individuais	92
3.3 “Coordenações” da Pessoa Idosa: O Poder Público Fala	105
3.4 Diálogo possível? Encontros e confrontos entre o “dever” e o “poder”	113
 CAPÍTULO 4 – POR ONDE ANDEI: CAMINHOS, RUPTURAS E CONFLUÊNCIAS NA VIDA	 119
4.1 Introdução ao Capítulo	119

4.2 “Tive Profissão e Agora sou Aposentado”: Narrativas dos Líderes das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba	121
4.2.1 Severino Ferreira: “A gente não resolve nada não”	121
4.2.2 José Pereira: “Nós somos uma categoria. Nós que trabalhamos, nós que construímos essa nação”	124
4.2.3 Edmilson Argino: “Estar na presidência é uma satisfação, um prazer”	127
4.2.4 José Fernandes: “O nosso caso aqui é mais lutar em benefício dos outros”	131
4.3 “A Vida é Agora”: A Perspectiva do “Querer” e “Poder” nos Relatos dos Participantes dos Centros	135
4.3.1 Dona Maria: “Sempre fui livre”	135
4.3.2 Seu Araújo: “Quem fez o idoso, esqueceu de dar ao idoso, pra poder tirar”	140
4.3.3 Dona Lourdinha: “Hoje sou muito feliz!”	144
4.3.4 Dona Francisca: “Eu queria aprender. Eu tinha sede de aprender”	146
 CAPÍTULO 5 – ENTRE DISCURSOS PÚBLICOS E NARRATIVAS INDIVIDUAIS: AÇÕES E CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA ESTADUAL PARA IDOSOS	153
5.1 Introdução ao Capítulo	153
5.2 O Sujeito “Idoso” nas Políticas Públicas da Paraíba	154
5.3 Participantes de Grupos e Associações: Quem São? O que Aspiram para Si e para os Outros?	171
5.4 Poder Público e Sociedade Civil: Limites e Perspectivas entre as Demandas e Ações	186
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
 REFERÊNCIAS	200
 APÊNDICES	208
Apêndice I – Caracterização Geral dos Idosos Participantes da Pesquisa	209
Apêndice II – Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas	210
Apêndice III – Roteiro de Entrevistas em Profundidade	213
Apêndice IV – Registros Fotográficos: Cenários da Pesquisa	215
 ANEXOS	238
Anexo I – Material Informativo SEDH	239
Anexo II – Pirâmide Etária – Censo 2010	240
Anexo III – Benefícios Previdenciários	242

INTRODUÇÃO

“Leia com atenção – e sem esquecer – que ninguém mergulha duas vezes no mesmo texto”.
(GAUDÊNCIO, 2010, p. 11)

Objeto e Objetivos da Pesquisa

Nas últimas décadas do século XX, assistimos a um desenrolar de reflexões elaboradas para dar conta de uma demanda, até então, invisível nas práticas e discursos sociais: o crescente número de idosos. O Brasil acompanhou essa tendência mundial, que repercute até os dias atuais, ressignificando os modos de ser e pensar desse sujeito “visibilizado” na contemporaneidade. Condicionados pelos dados a respeito do aumento da expectativa de vida e seus desdobramentos socioeconômicos, o Estado e a sociedade civil reconheceram os limites e expectativas dessa demanda concreta e progressiva. Ações mais atentas na área da Assistência Social específicas ao idoso enfatizaram, principalmente, políticas previdenciárias, transporte, habitação, saúde e, nesse sentido, possibilitaram um olhar dessa nova realidade do “envelhecer” sob perspectivas diferenciadas.

Particularizamos o caso brasileiro, apontando para o surgimento e consolidação das chamadas Políticas Públicas direcionadas também ao sujeito social que nasce, o idoso. Tais Políticas, cuja finalidade é atender parte das necessidades, que se convertem em condições de direitos para minimizar as desigualdades sociais de uma população minoritária socialmente, vão surgir de uma “desordem” social, buscando um (re)ordenamento. Nesse cenário, aquele que envelhece se torna foco de ações que se refletem diretamente nas próprias formas de gerir sua vivência cotidiana e se reconhecer como parte de um contexto mais amplo, inclusive, inserindo-se em espaços que denotam coletividade.

Enfatizando a experiência individual e coletiva de vivenciar a velhice na contemporaneidade, consideramos que os lugares de inserção dos indivíduos ao longo da trajetória de vida identificam e conferem significados peculiares, diante da realidade social que se apresenta na sua dinamicidade. Neste estudo, priorizamos a abordagem do idoso com o qual nos deparamos no cotidiano, com seus conflitos, conquistas,

limitações, vivacidade, relações de sociabilidade familiar e comunitárias, e que se insere em grupos e associações “para idosos”. Busca-se evitar que a discussão se limite ao plano dicotômico dos discursos socialmente produzidos: “velho/jovem”, “saúdável/doente”. O analisaremos enquanto sujeito inserido em uma sociedade complexa, que sofre alterações contínuas e que, ao longo dos anos, este sujeito agrega experiências da infância, juventude e da maturidade que possibilitam uma peculiar vivência e convivência com a sociedade circundante.

A discussão sobre o processo de visibilidade dos temas velhice e envelhecimento, que outrora não possuíam lugar social e, por conseguinte, lugar teórico, nos remete a Motta (2007), que reconhece alterações nesse panorama de “descaso” e silenciamento em torno da questão, na medida em que o crescimento do contingente de idosos passa:

a ser um fator redirecionante dos interesses de pesquisa e de elaboração/execução de políticas públicas. O tema entrará na moda teórica (...) Mas provavelmente continuará deixando em segundo plano o que pensam, como realmente vivem e, sobretudo, o que desejam os velhos (MOTTA, 2007, p. 224).

A “previsão” da referida pesquisadora é corroborada quando observamos que parte do enfoque concedido à formulação e execução de políticas públicas para o atendimento das demandas desse público específico e dos estudos realizados não apresenta o idoso enquanto um sujeito autônomo, que se coloca à frente de seus dilemas, participando de forma ativa e efetiva para reivindicar e garantir direitos legalmente assegurados. Sobre essa questão específica, embora existam pesquisas comprometidas e que abordam dimensões mais amplas sobre a velhice, com seus limites e perspectivas, como as realizadas por Debert (1999), Haddad (2001) e Simões (2007), na década de 1990 e contextualizadas na região Sudeste do Brasil, torna-se perceptível uma tendência em elaborar/executar medidas e desenvolver análises que expõem a face da velhice tutelada, dependente e carente de cuidados. Em outros termos, uma velhice desprotegida pelo poder público e pela sociedade, precisamente em um momento da vida no qual se necessita de amparo legal e reconhecimento social.

Dados do último Censo Demográfico¹ realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010, apontaram que, na Paraíba, o contingente de pessoas inseridas numa idade reconhecida como idosa já ultrapassa o número dos 450 mil, o que se traduz em 11,9% da população (Anexo II). Em decorrência desse expressivo índice e contrapondo a essa perspectiva que associa a velhice a uma vivência sob “tutela”, tem-se verificado um relevante número de sujeitos inseridos em grupos e associações “de idosos”, constituindo-se em um espaço ímpar e propício à exposição de seus interesses, necessidades, demandas, o que culmina por representar um relevante fator para o cumprimento das legislações existentes, visto que a presença e atuação dos próprios sujeitos “interessados” nas ações, além de atuar como um mecanismo de pretensa fiscalização nas deliberações do poder público, revela a condição de vida dos idosos paraibanos, bem como seus conflitos e aspirações.

Nesse momento, é importante considerarmos que:

Numa sociedade que não prevê um lugar social para os velhos e velhas e redireciona agora seu curso com extraordinária rapidez, eles se colocam como parte desse movimento, ou são estimulados a acompanhá-lo pelos agentes sociais e institucionais que percebem as possibilidades lucrativas do seu consumo de bens variados e de formas de lazer para ‘terceira idade’. Organizam-se grupos e programas de variada natureza, prioritária ou totalmente constituídos pelos de mais idade. Esses grupos tecem grande parte da estrutura que está visibilizando socialmente os velhos (MOTTA, 1999, p. 213-214).

A constatação dessa realidade nos leva a perceber a relevância de tomar como objeto de estudo a articulação de duas dimensões observadas na realidade empírica: as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado da Paraíba para o atendimento das questões relativas à velhice, bem como a atuação dos idosos, sujeitos beneficiados com

¹ Estudo estatístico que coleta dados da população, levantando inúmeras variáveis: número de homens, mulheres; crianças, adultos, idosos; domicílios; educação; profissões; taxa de natalidade e fecundidade, entre outros. No Brasil, esse levantamento é feito a cada dez anos e, no intervalo entre dois censos demográficos, realiza-se a contagem da população. Nos anos que se sucedem ao Censo realizado, o IBGE divulga regularmente sínteses e tabelas amostrais dos resultados colhidos.

Torna-se necessário esclarecer também que para fins de utilização de dados estatísticos, outra pesquisa realizada sob a reponsabilidade do IBGE é a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Diferentemente do Censo, que busca informações detalhadas da população em todo o território brasileiro, a PNAD é uma pesquisa amostral que coleta anualmente, de forma representativa, os dados obtidos em níveis geográficos específicos, de maneira a completar e atualizar os dados do Censo sobre alguns temas abordados, tais como família, trabalho, gênero, habitação, entre outros. Ainda que a PNAD se torne mais atualizada na apresentação de informações populacionais, optamos por utilizar os dados referentes à coleta realizada no Censo 2010 pela sua abrangência, inclusive a nível municipal, mesmo cientes de que, ao longo dos últimos anos, os dados sofreram alterações.

tais ações. Para tanto, nos propomos a mapear as políticas públicas planejadas e executadas na Paraíba, entre o período de 2003 ao primeiro semestre de 2015, para garantia dos direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso, aprovado e sancionado em 2003, considerando a perspectiva da heterogeneidade da velhice. Ao mesmo tempo, buscamos analisar como os paraibanos em idade considerada idosa, participantes de grupos e associações específicas, se inserem nesse conjunto de ações deliberadas pelo poder público, se organizam coletivamente para reivindicar o cumprimento da lei e se relacionam com outros indivíduos do seu grupo geracional, formando laços de sociabilidade e construindo identidades de ser velho na atualidade.

O *locus* de pesquisa junto aos idosos inseridos em espaços coletivos são os Centros de Convivência do Idoso municipal e estadual, nas cidades paraibanas Campina Grande e João Pessoa, respectivamente. Centros de Convivência são espaços, por excelência, que difundem o estímulo às práticas de sociabilidade. Com participação de idosos residentes em diversas partes da cidade, propõem atividades lúdicas, de lazer, dança, teatro, música, entre outros. Ademais, devido ao caráter múltiplo da pesquisa, ao perceber o idoso em contextos variados, nos propomos também a pesquisar em Associações de Idosos, Aposentados e Pensionistas localizadas também em tais cidades e vinculadas à Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba, com sede em João Pessoa. Como discutiremos no presente trabalho, tradicionalmente, as Associações de idosos foram diretamente relacionadas à ação política desse segmento na luta empreendida em torno da conquista e consolidação de direitos sociais. Espaços que contemplam propostas diversas, a princípio, mas que em diversos momentos *podem* ostentar discursos e práticas que dialogam entre si na atualidade.

Evitamos pesquisar “grupos” ou “políticas” estanques. No plano das suas propriedades de dinamicidade, nos propomos a discutir de forma analítica o movimento entre tais esferas. Ou seja, não reconhecemos enquanto uma relação apriorística e polarizada, mas como um processo de interação que leva à transformação das partes envolvidas.

Diante desse quadro panorâmico apresentado, o objetivo central desse trabalho é analisar se a participação de idosos em grupos e associações na Paraíba, enquanto sujeitos de “si”, autônomos e atuantes socialmente, influencia na elaboração/execução de políticas públicas na Paraíba, repercutindo nas vivências de “ser velho” na sociedade atual. Trata-se, portanto, de uma análise da velhice por *dentro* e por *fora*, ou seja, sobre

o sujeito idoso, através da sua vivência individual e coletiva e os condicionantes sociais, aqui representados pelo Estado e suas práticas político-sociais.

Com a finalidade de atender aos objetivos propostos, empregamos a metodologia pautada na pesquisa qualitativa, uma vez que os métodos e técnicas utilizadas no desenvolvimento do estudo abrangem percepções singulares sobre ser idoso engajado/atuante, em prol de uma coletividade, a despeito dos estereótipos forjados em relação a esse segmento específico.

Itinerário de Pesquisa

Velhice, velhices. A incursão pelo “estado da arte” dessa área nos leva a reconhecer as múltiplas apropriações que estudiosos realizaram, principalmente, a partir de 1970, no contexto internacional e brasileiro. A propagação de dados estatísticos “impactantes” sobre o crescimento da expectativa de vida, do *caos* previdenciário, técnicas para conquistar a longevidade com “qualidade de vida”, além das pesquisas desenvolvidas na academia, transformaram a velhice em alvo de diversas áreas de saber e de estratégias de poder.

Relembramos, nesse momento, o filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso, quando afirma que “não se pode banhar-se duas vezes no mesmo rio”, pois no momento seguinte, nem o rio, nem aquele que o percorrer serão os mesmos. Assim, através da perspectiva de que “tudo flui”, a recorrência de análises realizadas a respeito da temática velhice tem acontecido de forma ampla e contextualizada, partindo da realidade social que é, por excelência, dinâmica e passível de mudanças. Assim, tal como o filósofo assevera ao utilizar a metáfora do rio, o conhecimento é inesgotável, inapreensível em sua totalidade. A cada mergulho, um pesquisador atualizado com novas perspectivas.

Nos colocamos como parte desse processo ao recordar o itinerário da presente pesquisa. Através da participação em projetos de extensão² na graduação, aproximamos, de forma preliminar, dos estudos sobre o processo de envelhecer na sociedade contemporânea. Concomitantemente a essa atuação extensionista, durante os anos de

² Os Projetos de extensão “Universidade e questões geracionais: viver e conviver com grupos de terceira idade” (2007) e “Universidade e relações intergeracionais: comunidade, asilo e instituições públicas” (2008), integraram o programa PIATI/PAIR (Programa Interdisciplinar de Apoio a Terceira Idade / Programa de Ações Intergeracionais em Rede), da Universidade Federal de Campina Grande, aprovado pelo PROEXT-MEC/SESu.

2008 e 2009, passamos a colaborar de forma integrada com o Projeto Rede FIBRA³, realizando uma pesquisa com idosos campinenses para identificar os indicadores de fragilidade em pessoas acima de 65 anos.

A experiência em tais projetos condicionou a continuidade dos estudos na pesquisa do mestrado acadêmico, no qual analisamos as diferenças presentes no processo de envelhecer, através do trabalho que as idosas voluntárias da Associação Internacional de Caridades, as chamadas “Senhoras da Caridade”, realizam junto aos residentes no Instituto São Vicente de Paulo, Instituição de Longa Permanência Para Idosos, localizada na cidade de Campina Grande – PB. Refletimos sobre o encontro entre “eu” e o “outro” na velhice, através da perspectiva da alteridade. Portanto, esse estudo apontou “(...) necessariamente para o desvendar da cultura da velhice, esse terreno onde as desigualdades, nascidas das condições objetivas de vida em nossa sociedade, não são negadas, mas reatualizadas no momento historicamente privilegiado de um ciclo de existência social” (HADDAD, 1986, p. 21).

Neste contexto da pesquisa realizada, houve a percepção de que a inserção em grupos possibilita relevantes experiências de sociabilidade geracional, bem como revelou que, mesmo reconhecida socialmente como um momento do curso da vida no qual convive-se com mais perdas, que ganhos, o desejo de bem-estar do sujeito não declina com a idade. Com a pretensão de permanecer nos estudos sobre velhice, a partir do entendimento de que não há unidade, identidade fixa, homogeneidade no segmento idoso, nesse momento, concedemos o enfoque às políticas públicas estaduais e à atuação de idosos em espaços específicos a partir dessa conjuntura apresentada.

De acordo com essa perspectiva, ser/estar velho não significa cessar as possibilidades de mudanças que se apresentam cotidianamente. Estudos realizados permitiram entrever as novas dimensões que a velhice adquiriu nas últimas décadas. Entre estas ressignificações vislumbradas, o caráter eminentemente heterogêneo da experiência de envelhecer na sociedade contemporânea vem sendo alvo de inúmeros estudos que se debruçam sobre essa questão (DEBERT, 1999; BARROS, 2006; SILVA, 2012).

³ Pesquisa de âmbito nacional, domiciliar e multicêntrica, iniciada no primeiro semestre de 2008 e que atualmente, se encontra em fase de publicação dos dados, denominada “Fragilidade em Idosos Brasileiros – FIBRA”, sob a coordenação geral da Profa. Dra. Anita Liberalesso Néri – UNICAMP e coordenação local da Profa. Dra. Benedita Edina da S. L. Cabral – UFCG e Profa. Dra. Maria do Carmo Eulálio – UEPB.

Pesquisadores e estudiosos têm convergido para um consenso de que se deve considerar a complexidade do tema e evitar a tentativa de enquadrar a velhice em análises generalistas, homogêneas e simplistas, ainda que, por outro lado, a mídia e os setores público e privado apregoem métodos e políticas sociais que desconsideram a diversidade de experiências de envelhecer na atualidade, tratando os idosos através de duas perspectivas gerais: enquanto sujeitos aptos a bem viver, através do turismo, consumo e lazer ou, por outro lado, aqueles idosos dependentes, tutelados, carentes, desprovidos de autonomia funcional e econômica, doentes, que não possuem “voz, nem vez”.

Contradizendo essa perspectiva, consideramos, junto com Debert, que:

Os anos 90 assistiram a transformação da velhice em um tema privilegiado, quando se pensa nos desafios enfrentados pela sociedade brasileira contemporânea. Hoje, no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, ‘o idoso’ é um ator que não está mais ausente do conjunto de discursos produzidos (1999, p. 11).

A reflexão acima, sobre uma experiência que aconteceu há mais de 20 anos, que revela uma situação de atuação política dos idosos que estava no auge da efervescência, nos coloca diante de um panorama histórico que contribui para a compreensão atual das formas de gestão da velhice. Assim, de fato, o envelhecer se tornou um tema privilegiado em termos de visibilidade midiática e social, porém, quando se coloca a questão em termos da garantia de direitos enquanto cidadão, o idoso brasileiro não foi prontamente reconhecido nem suas demandas atendidas. Somente a partir da aprovação da Política Nacional do Idoso, em 1994, que contribuiu para que no ano de 2003 o Estatuto do Idoso fosse sancionado, frutos do engajamento de movimentos sociais, associações, sindicatos e de parlamentares que assumiram a “causa”, parte dos direitos dessa população foi discutida e, posteriormente, contemplada.

A década de 1990 destaca-se como um marco nas lutas empreendidas no que se refere às demandas específicas ao idoso. Como reflexo de um período pós-Constituinte de 1988, os enfrentamentos ideológicos e objetivos não foram difundidos apenas pelos próprios beneficiados/interessados, mas diversos segmentos sociais se juntaram às fileiras do movimento em prol da construção de um lugar socialmente inclusivo para os idosos. As leis e normativas apontadas acima, pesquisas acadêmicas e representações

culturais das mais diversas assumiram um papel de denunciar a condição desse idoso, frente a um sistema político, social e econômico deficitário, que caracterizou o Brasil nesse período.

Músico brasileiro, representante do gênero coco e samba, Bezerra da Silva (1927-2005) foi um artista engajado que, como intérprete e/ou compositor, assumiu em suas canções uma postura de denúncia frente aos problemas sociais vivenciados pelas populações *marginais*. Uma característica que o destacou também foi “dar voz” a compositores proletários, que defendiam um samba crítico e a valorização do povo humilde. Em 1995, em meio aos enfrentamentos e dilemas vivenciados pelo idoso, Bezerra da Silva, expressou seu descontentamento através da canção “Pobre Aposentado”.

Pobre Aposentado
(Adelzonilton, Gil de Carvalho)

Socorro
Está pedindo o pobre aposentado
Pra receber seu trocado ele tem que brigar
Com os homens da lei (com os homens da lei)

Se é isso o que eles chamam
De um grande Brasil novo
O que será do meu povo
Meu Deus na verdade juro que não sei (não sei)

Trabalhando eu já passo fome
Quem dirá quando me aposentar
Olha aí mais do jeito que as coisas estão indo
Já passou da hora do bicho pegar

Por culpa de alguns delinquentes
Famigerados que estão no poder
Será que este crime não hediondo
O justiça divina onde anda você (você)

Fiquei muito injuriado
Quando vi na televisão
Um velho aposentado morto de fome
Na fila de um banco, caído no chão

Quisera eu
Quisera eu poder alcançar esse ano dois mil
Pra ver o final dessa triste novela
Dessa grande favela chamada Brasil (quisera eu)

Simone de Beauvoir já explicitava, no clássico “A Velhice”, publicado em 1970, através da análise crítica, que a velhice era reconhecida como uma “realidade incômoda”. Enquanto apropriação cultural engajada, utilizada como forma de resistência cotidiana, a canção interpretada por Bezerra da Silva, construída sob a forma de enfrentamento e censura às práticas políticas excludentes/indiferentes, manifesta o reflexo de um período marcado por parcas condições para os mais velhos, na realidade brasileira, e o sentimento de incômodo que esses sujeitos despertavam nas esferas políticas.

A partir desse entendimento, Motta assinala ainda que:

... como possível fato coadjuvante/estimulante do despertar do interesse pelos idosos no Brasil, assinala-se um fato de enorme positividade: a capacidade inesperada de mobilização e de luta política demonstrada, ainda recentemente, pelas associações e federações de aposentados, principalmente no auge da reivindicação do pagamento dos 147% devidos pela Previdência Social (2007, p. 224-225).

A autora afirma, então, que uma das causas que condicionaram o “despertar” de um olhar mais detido sobre a situação dos idosos no Brasil foi a própria capacidade de organização coletiva que os mais velhos demonstraram ao inserirem-se em associações e federações de aposentados. Haddad (2001) é outra referência sobre a análise de idosos inseridos em movimentos sociais da “categoria” na década de 1990, na medida em que, em seus estudos, buscou conhecer o fundamento do conjunto de práticas institucionais para “atender” a velhice. Além disso, analisou as vivências de um grupo de idosos aposentados residentes na Zona Leste da cidade de São Paulo. Perspectiva corroborada por Simões (2007) que, no mesmo período, se propôs a discutir o protagonismo de idosos no processo político brasileiro, em torno dos direitos previdenciários e, a partir desse aspecto delineado, ponderar sobre a situação dos mais velhos na sociedade.

É nesse contexto que inserimos a proposta do nosso estudo, articulando esse debate já existente com a realidade paraibana, através da análise das políticas de Estado formuladas e sobre a participação de idosos que, paulatinamente, engajam-se em grupos e associações voltadas a esse segmento geracional nos dias atuais, período marcado por mudanças nas formas de ser, agir e pensar enquanto indivíduo. Nossa finalidade é perceber como a atuação em grupos e associações confere significados às experiências de envelhecer dos idosos, visto que muitos deles podem vislumbrar uma possibilidade

profícua de romper com os limites da esfera doméstica, através do engajamento ou participação nesses espaços, e/ou manterem-se atuantes/atualizados após o advento da aposentadoria.

Questões relativas ao aumento da longevidade humana e seus desdobramentos têm provocado alterações e instabilidades nas relações constituídas entre os indivíduos, especialmente, no que se refere às relações intergeracionais e familiares. Como foi expresso acima, esse fato influenciou a implementação de políticas sociais para buscar uma melhor inserção e participação do idoso na sociedade, atualmente, sob a perspectiva de fortalecimento de vínculos sociais, tais como o incentivo aos centros de convivência, conjuntos habitacionais, medidas protetivas em relação à violência contra o idoso, entre outras.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar estudos acadêmicos que relacionam os temas “velhice e políticas públicas” voltadas ao contexto paraibano. Assim, observa-se uma demanda por pesquisar sobre a condição de ser idoso no Estado da Paraíba, que divide a terceira colocação com Minas Gerais⁴, entre os estados com maior contingente de idosos no Brasil, com 11,9% da sua população total (IBGE, 2014). Além disso, é relevante verificarmos até que ponto as demandas que a população idosa paraibana apresenta são atendidas pelas ações do poder público estadual, considerando suas particularidades, necessidades, aspirações, direitos e deveres legalmente assegurados.

É importante ressaltar que o recorte temporal nessa década específica, entre 2003 e 2015, para realizarmos um levantamento sobre tais ações de caráter público, se justifica pelo fato de que o conjunto de leis e normas que garantem proteção e direitos aos idosos brasileiros, contemplando suas necessidades vitais (saúde, alimentação, moradia), culturais, subjetivas (liberdade, respeito, dignidade), denominado “Estatuto do Idoso”, foi sancionado em 2003 (BRASIL, 2007), como pontuamos acima. Assim, questionamos se ao longo de cerca de doze anos, os representantes do poder público paraibano desenvolveram ações em prol do cumprimento de tais leis, de cunho nacional, direcionadas ao idoso.

Assim, esta pesquisa se justifica ainda por entender que a literatura sobre velhice é pensada como uma forma de dar conta da análise sobre idosos participantes em grupos

⁴ Segundo dados do Censo 2010, o estado do Rio Grande do Sul possui um contingente de 13,8% de idosos, seguido do Rio de Janeiro com 13,1%. Minas Gerais e Paraíba com 11,9% e Paraná com 11,2%.

de “terceira idade” (CABRAL, 2002), organizações religiosas (BARROS, 2007) e no contexto asilar (DEBERT, 1999), discutindo ainda conflitos intergeracionais, família, gênero, aposentadoria, entre outros. Contudo, a importância de discutir e articular a relação entre execução de políticas públicas e a participação do idoso enquanto sujeito social “ativo” que se coloca frente à reivindicação de seus direitos, é explicitada na necessidade de elaborarmos um panorama sobre políticas públicas, velhice, idosos, participação e sociabilidades no contexto atual. Diante disso, a presente pesquisa, encontra respaldo e relevância na necessidade de discutirmos o cumprimento do Estatuto do Idoso na Paraíba e a inserção desse sujeito social nas ações deliberadas, com sua subjetividade, relações de sociabilidades e identidade estabelecidas entre idosos que integram agrupamentos específicos a esse público.

Sobre o Plano de Trabalho

A tentativa da apreensão da realidade social está condicionada à concepção que construímos a respeito dela, considerando sua historicidade. Concordamos quando Pedro Demo afirma que “nas ciências sociais, o fenômeno ideológico é intrínseco, pois está no sujeito e no objeto” (1981, p. 19), uma vez que sujeito e objeto encontram-se na realidade, são parte de uma mesma sociedade e relacionam-se mutuamente. Ademais, antes das Ciências Sociais elaborarem seus conceitos, a sociedade já o fez, como também em outros campos das Ciências do Homem.

Deste modo, reconhecendo tais particularidades nas pesquisas em Ciências Humanas, sintetizamos nesse momento os procedimentos metodológicos que nortearam o planejamento e execução da pesquisa. Assim sendo, segundo dados colhidos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, através da Coordenação da Política Estadual do Idoso e da Pessoa com Deficiência, há significativa participação de idosos nos chamados grupos de “terceira idade” e associações de idosos na Paraíba, principalmente, nas cidades de Campina Grande e João Pessoa – Paraíba. Tomando como base tais dados oficiais, esclarecemos que nossa pesquisa foi desenvolvida, de agosto de 2013 ao primeiro semestre de 2015, nos municípios em questão, visto que também neles se encontram as mais expressivas populações de idosos do Estado, em termos estatísticos. Para realização desta pesquisa no interior desses agrupamentos formados por idosos, adotamos a metodologia qualitativa da *observação participante*,

essencial para o trabalho de campo na pesquisa qualitativa, porque, de acordo com Minayo (1994, p. 70) constitui:

(...) um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

A discussão teórica das categorias que norteiam o estudo ocorreu de forma contínua ao longo do processo de pesquisa, atuando como fundamentação da investigação. Tornou-se imprescindível se debruçar sobre a realidade empírica, através dos instrumentos metodológicos adequados para a pesquisa, na tentativa de ter acesso a dados consistentes que confirmassem as hipóteses levantadas, a respeito da participação dos idosos e sua atuação junto ao poder público, ou que revelassem novas questões a serem discutidas. Para tanto, nos debruçamos sobre as particularidades, nas cidades paraibanas de Campina Grande e João Pessoa, dos idosos participantes de Associações de Idosos, Aposentados e Pensionistas e Centros de Convivência do Idoso, municipal e estadual. Além disso, realizamos um levantamento sobre as políticas públicas formuladas e executadas na Paraíba, entre os anos de 2003 e 2015, voltadas especificamente para o atendimento das demandas da população idosa do estado, através de documentos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH), bem como de material digital e impresso colhidos em meios eletrônicos oficiais.

Registramos informações através da coleta documental de atas, estatuto social, além das fichas de dados dos idosos, nos grupos e associações. Nas instâncias públicas, houve o acesso às leis e aos arquivos “oficiais” de ações em prol dos idosos. Articulado a isso, houve também o registro fotográfico do ambiente pesquisado, com autorização prévia.

Realizamos entrevistas do tipo semiestruturada, em um universo de quatro idosos com atuação, em cada Centro de Convivência pesquisado, bem como dois membros das diretorias da Associação de Idosos, Aposentados e Pensionistas de Campina Grande e João Pessoa, e com o presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas da Paraíba, que totalizaram doze entrevistas. Entrevistamos ainda as quatro

coordenadoras dos Centros de Convivência, da Coordenadora da Política Estadual do Idoso e da Gerência do Idoso.

Ao longo das observações diretas e entrevistas realizadas nos espaços citados, no período do segundo semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2015, para se aproximar das práticas desenvolvidas e atentar para as minúcias destas e das relações estabelecidas entre os sujeitos, percebemos que muitos dos participantes possuíam trajetórias peculiares, que terminam por se tornarem em narrativas de aspectos pontuais das respectivas histórias de vida. Com o objetivo de nos aproximarmos dessas narrativas utilizamos a técnica da entrevista em profundidade.

O trabalho de campo para o acesso aos dados despontou, portanto, como momento imprescindível na pesquisa, visto que ao nos debruçarmos sobre a realidade empírica, novos elementos são acrescentados e projeções anteriores são revistas e/ou atualizadas. A análise dos dados produzidos, através da metodologia qualitativa, articulou as contribuições teóricas com as fontes empíricas.

O processo de pesquisa que norteou o desenvolvimento do estudo percorreu momentos específicos. Com a finalidade de apresentá-los e discuti-los, esse estudo está sistematizado em cinco capítulos. A introdução, construída nesse momento do texto, foi desenvolvida para apresentar os objetivos da pesquisa, problematizar o objeto de estudo, os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa e o trabalho de campo realizado, bem como apresentar a estrutura do texto a ser lido.

No primeiro capítulo contextualizamos a pesquisa através de um aporte teórico. Realizamos uma reflexão sobre os debates atuais que envolvem a relação entre Velhice, Formas de Associativismo e Políticas Públicas, discutindo a abordagem teórica realizada por autores específicos. Com a finalidade de discutir como acontece a articulação entre esses temas, buscamos analisar a relação estabelecida entre o poder público e a sociedade civil, bem como a repercussão disso nas vivências dos participantes. Contudo, não pretendemos oferecer um arcabouço exaustivo de cunho teórico, já largamente difundido em outras pesquisas. Deteremo-nos na problematização de conceitos e perspectivas trabalhadas por teóricos, a partir das temáticas elencadas, que atuaram como instrumentos analíticos que contribuíram para “interpretar” e “compreender” a realidade empírica, ao longo da pesquisa, através dos prismas de outros autores, articulando com a visão particular que o campo oferece.

Dentre outros autores, para a efetivação desse estudo, tomamos como fonte de análise as discussões realizadas por Beauvoir (1990), Bosi (1994), Bourdieu (1983a;

1983b), Debert (1999; 2007), Cabral (1997; 2002), Motta (1997; 2007; 2014), Peixoto (1997; 2004), Simmel (2006) e Velho (1997), além de outros teóricos que, através de suas experiências de pesquisa e a discussão sobre categorias conceituais pertinentes ao nosso estudo, forneceram subsídios para desenvolver este trabalho.

O segundo capítulo foi essencialmente de cunho teórico-metodológico. Nele, nos preocupamos em traçar as múltiplas possibilidades que surgem por ocasião do desenvolvimento de uma pesquisa científica. Para tanto, empreendemos uma análise problematizadora sobre ciência, bem como de cunho metodológico sobre a aproximação com o campo, as particularidades da seleção dos participantes da pesquisa e sobre as técnicas utilizadas para produção de dados, a saber: coleta documental, observação participante/etnografia, diálogos informais, entrevistas, e os caminhos que nos condicionaram a utilizar a técnica da entrevista em profundidade, que atuou como elemento inesperado na investigação empreendida.

O terceiro capítulo trata-se de uma apresentação e análise do campo sócio histórico e político no qual a pesquisa foi desenvolvida. Utilizamos os dados colhidos na realidade empírica, porém, não desvinculando-se das fontes teóricas ao analisar o campo da pesquisa, distinguindo-o entre o espaço da sociedade civil e do poder público. Essa análise aconteceu de forma minuciosa, apresentando os espaços dos Centros de Convivência, da Associação de Aposentados e Pensionistas e as gerências do idoso a nível municipal e estadual, *lôcus* da pesquisa, bem como os participantes e interlocutores desses espaços específicos. Realizamos uma abordagem mais aprofundada, por um lado, sobre as interações e sociabilidades reconhecidas nesses espaços coletivos e, por outro, contextualizamos as ações públicas direcionadas aos idosos. Neste momento, explicitamos também as apreensões obtidas mediante a realização da observação participante e nos propomos a refletir sobre algumas contradições percebidas nos espaços de atuação do poder público junto às demandas apresentadas pelos idosos, beneficiários das políticas executadas.

Nessa perspectiva, no quarto capítulo, retomamos a parte mais empírica do trabalho. Dando “voz e vez” aos nossos interlocutores, esse capítulo compreende a narrativa de oito participantes da pesquisa. A proposta principal é tomar tais narrativas como guias de trajetórias de vida que contribuem para elucidar aspectos de outrora, confrontando-se e/ou encontrando-se com o lugar ocupado na atualidade, submetidos, portanto, às próprias rupturas e confluências da vida.

No quinto e último capítulo, construímos uma discussão geral, retomando os aspectos empíricos, teóricos e metodológicos norteadores da pesquisa. Narrativas, observações, perspectiva da sociedade civil e o discurso oficial dos agentes políticos, foram analisados de forma minuciosa nesse momento do texto.

Por fim, tecemos considerações sobre os dados discutidos e analisados ao longo da tese, procurando articular teoria e realidade empírica. Retomamos, portanto, algumas questões que se sobressaíram ao longo do estudo, ao discutir os resultados e as contribuições da pesquisa.

A estrutura deste estudo possui uma lógica sistemática em que os dados teórico-empíricos vão sendo apresentados e os resultados discutidos, contribuindo para problematizar os questionamentos iniciais e, ao mesmo tempo, lançando diferentes inquietações e interrogações para aprofundamento do trabalho. Reconhecemos que como os resultados da pesquisa foram obtidos através da observação e da aplicação de métodos e técnicas em uma realidade social submetida à dinamicidade, eles são provisórios e correspondem ao contexto histórico e social específico.

SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO: ABORDAGENS EM TORNO DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

“Todo o pensamento crítico está portanto para ser reconstruído e ele não pode, como acreditava-se em outros tempos, ser obra de uma só pessoa, mestre-pensador entregue apenas aos recursos de seu pensamento singular ou porta-voz autorizado por grupo ou instituição a transmitir a suposta palavra das pessoas sem palavra”
(BOURDIEU, 2001, p. 40).

1.1 Considerações Preliminares

A temática da velhice é perpassada por estudos de diversas áreas do conhecimento – da sociologia aos direitos previdenciários, da saúde à educação, da psicologia à antropologia – principalmente, desde a década de 1970, quando passou-se a acompanhar científica e empiricamente as alterações nos padrões demográficos vigentes até então.

Partindo desse pressuposto, enveredamos por uma análise da sociedade contemporânea, caracterizada pela dinamicidade das relações constituídas. Trata-se de grupos específicos de idosos contemporâneos, enquanto agentes da sociedade civil, que se relacionam com o poder público. Entendemos por contemporâneo “aquele que mantém fixo o olhar no tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEN, 2009, p. 62). Entendemos que esse é o ofício do pesquisador, do sociólogo: adentrar nos meandros do tempo vivido no cotidiano e, nele, ver não aquilo que está explícito, mas buscar respostas nas entrelinhas dos discursos e práticas sociais imersas nas penumbras.

Nosso estudo está fincado na atualidade, com sujeitos inseridos na realidade empírica, atuando e sofrendo influências no (do) seu entorno. Nossa proposta, desta forma, não é realizar um levantamento bibliográfico, mas discutir nosso objeto à luz de específicas análises prévias, desenvolvidas em contextos diversificados. Salientamos que toda construção textual apresenta-se enquanto um recorte, uma seleção realizada pelo autor, visto que não podemos abranger o todo teórico e empírico existente.

Escolhas que são condicionadas por toda uma trajetória de pesquisa, com as aproximações e apropriações de estudos realizados, relacionados à temática. Nesse momento, pontuamos o percurso por onde envereda nosso entendimento acerca do objeto estudado.

As pesquisas de cunho quantitativo fornecem subsídios significativos para a construção de argumentos sobre a “descoberta” ou reinvenção da velhice (DEBERT, 1999). Dados estatísticos sobre a queda na taxa de fecundidade, o aumento da expectativa de vida da população brasileira e mundial e pesquisas que tratam sobre feminização da velhice sustentam estudos e discussões. Utilizaremos tais índices percentuais em alguns momentos do estudo, devido à relevância dos mesmos, que indicam demandas a serem refletidas e, geralmente, são os primeiros subsídios utilizados enquanto dados catalisadores em um contexto mais amplo das políticas públicas, bem como atuam como índices que se refletem nas próprias práticas cotidianas entre os indivíduos na sociedade. Pretendemos, contudo, superar as discussões em torno dos números que as pesquisas por amostragem apresentam e avançar em análises das categorias que norteiam o presente estudo, através de um aporte teórico crítico/problematizador.

Na medida em que discutimos sobre as questões pertinentes ao estudo, pretendemos construir um esquema analítico capaz de oferecer eixos de sustentação à investigação realizada. Consideramos que a relevância de percorrer por contribuições de autores para subsidiar a pesquisa não adquire um viés de orientar-se por correntes teóricas específicas, mas de aproximar-se de teorias, conceitos e reflexões enquanto instrumentos que colaboram para explicitar aspectos relativos ao objeto de estudo, ancorados na análise da realidade contemporânea. Entretanto, reconhecemos que quando acionamos tais pensamentos, trazemos consigo também o contexto que acompanha os saberes, práticas e discursos ostentados, resultados de um momento sócio histórico peculiar.

Através dessa perspectiva, problematizamos o tema central desta pesquisa, que versa sobre Velhice, Formas de Associativismo e Políticas Públicas no contexto paraibano, buscando analisar o diálogo estabelecido entre o poder público e a sociedade civil, bem como a repercussão dessa relação entre tais esferas que compõem o campo social, na apropriação de práticas de sociabilidades e de engajamento político-social entre os idosos participantes de núcleos associativos específicos, discutidos na presente pesquisa.

1.2 Velhice e Sociedade

A sociedade contemporânea está intrinsecamente associada às mudanças relacionais e comportamentais intensas e contínuas, que repercutem em várias esferas sociais (GIDDENS, 1991), tais como na família, educação, orientação religiosa, sexualidade, entre outros. Referenciais sociológicos e antropológicos demonstram que essas novas formas de relacionamento entre os indivíduos possibilitaram um diálogo peculiar entre o indivíduo e a sociedade. A ênfase no indivíduo, enquanto sujeito dotado de particularidades e que atua na realidade empírica, adquire relevância na atualidade.

A reflexão em torno da denominada sociedade *moderna* também parte desse entendimento entre a complexa relação indivíduo e sociedade. Nessa perspectiva, Bauman (2008) destaca que a modernidade é caracterizada pelo intenso processo de individualização do sujeito.

Agora, somos todos indivíduos; não por escolha, mas por necessidade. Somos indivíduos *de jure*, sem importar se somos ou não indivíduos *de facto*: a auto-identificação, o autogerenciamento e a auto-afirmação, e acima de tudo, a auto-suficiência no desempenho de todas essas três tarefas são nosso dever, comandemos ou não os recursos que o desempenho do novo dever exige (um dever à revelia, mais do que por planejamento: Simplesmente não existe outra agência para fazer o trabalho por nós). Muitos de nós somos individualizados sem que antes nos tornássemos indivíduos, e muitos são assombrados pela suspeita de que não são indivíduos o bastante para enfrentar as consequências da individualização (BAUMAN, 2008, p. 137, grifo do autor).

Enquanto indivíduos dos tempos ditos modernos, somos condicionados a considerar o discurso que apresenta o “eu em primeiro plano”. Nessa perspectiva, assumimos os ônus e os bônus dessa condição adquirida. Fazemos recair sobre nós a responsabilidade por nossos fracassos e desilusões, por não termos um terceiro a quem delegar esse sentimento de culpa latente. Isso acontece através da prática da auto reprovação e do autodesprezo. Assimilamos também a lógica de que possuímos o controle sobre nossos destinos e decisões, ou seja, dos nossos sucessos e frustrações futuras.

Nesta perspectiva, marcados por uma sociedade cujos valores estão ancorados no sistema capitalista – lucro, competição, inovação, consumismo, entre outros – os

ditos tempos atuais demonstram, nas práticas e discursos, significativas expressões de individualismo, o que dificulta articulação e condiciona a perda da capacidade para a ação coletiva. As relações estabelecidas inibem, portanto, a confiança mútua e o engajamento social.

A relação que esse sujeito individualizado mantém com o entorno social pode variar de acordo com a identificação a um grupo específico, com suas fronteiras e aproximações, podendo ser apreciado ou se tornar objeto de hostilidade na sociedade. Velho afirma que: “Em uma sociedade complexa moderna, os mapas de orientação para a vida social são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios” (1997, p. 36). Possuem o caráter de contraditórios, na medida em que os indivíduos que formam esse tecido social são diversos entre si e, de acordo com suas características e trajetórias de vida particulares, condicionam distintas formas de viver e conviver em coletividade.

Arelado a essas questões que tratam sobre a relação indivíduo e sociedade na contemporaneidade, inserimos a discussão sobre o *indivíduo* idoso e sua experiência de velhice(s) na atualidade. Entendemos, nesse momento, que o prolongamento da longevidade humana traz consigo inúmeras alterações na sociedade: relações familiares ressignificadas, convivência intergeracional e o amplamente divulgado *impacto* sobre o poder público. Sobre este difundido *problema* socioeconômico que a longevidade, outrora ostentada enquanto uma conquista, representa, assistimos ao surgimento de novas resoluções que normatizam *adaptações* em torno do acesso a direitos e deveres dos idosos, já garantidos legal e institucionalmente, tais como a previdência social, saúde, infraestrutura urbana, transporte, lazer, proteção. Essas esferas sociais são alguns exemplos que podemos acionar para explicitar um panorama preliminar desse conjunto de transformações que o aumento da expectativa de vida populacional ocasionou na sociedade.

As pesquisas estatísticas, frequentemente, expõem dados referentes a essa realidade cada vez mais presente. Estudos demográficos (BARROS, 2006; PEIXOTO, 2008) apontam que a população considerada idosa é a que mais cresce em quase todas as nações. Esse fato, por si só, é apontado como um dado importante, visto que sociedades que envelheceram gradativamente e adaptaram-se às mudanças, compartilham essa realidade com aquelas caracterizadas por condições sociais e vitais insuficientes à nova conjuntura que se configura no cenário mundial. No caso do Brasil, as pesquisas realizadas nas últimas décadas do século XX (BERQUÓ, 1999; PAPALÉO NETTO, 2002) já sinalizavam para o crescente índice da população idosa, que deveria

consolidar-se no século XXI, dado este que se confirma nos dias atuais. O último levantamento censitário realizado apontou que a população idosa no Brasil atingiu a porcentagem de 11% (Anexo II). Embora essa alteração social fosse prenunciada nas pesquisas realizadas, não foram feitos “ajustes” ao longo das transformações demográficas. Ressalvando-se alguns municípios e estados, o discurso em torno da perspectiva de apresentar o Brasil como um país tradicionalmente jovem permanece, assim como o foco de atuação no planejamento e execução de políticas sociais, com a adoção de prismas que vislumbram um futuro “jovem” e para jovens, ignorando os dados contrários.

Concomitante a isso, o reconhecimento da longevidade a nível mundial, diversa por excelência, contribui para identificarmos o idoso enquanto sujeito peculiar, com vivências, necessidades e aspirações heterogêneas. Beauvoir (1990), em 1970, já apontava a heterogeneidade do idoso, assim como Bosi (1994, p. 77), que afirma: “além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem”. Inserimos também a pesquisa realizada por nós (SILVA, 2012), que aponta para o caráter heterogêneo da velhice, a partir da discussão das experiências de sociabilidades e do *encontro* entre idosos oriundos de agrupamentos caracterizados por propostas diferenciadas: um grupo formado por idosas voluntárias de uma associação de caridade que realiza práticas caritativas junto aos idosos residentes de uma instituição de longa permanência na cidade de Campina Grande – PB. Assim, a maneira de ser do idoso e de como é tratado, reflete no relacionamento humano e social que se estabelece.

Indivíduos detentores do peculiar traço da heterogeneidade, os idosos estão submetidos a compreensões de si e do (e em relação ao) outro complexas e, por vezes, contraditórias. Associações construtivas quanto à sabedoria, experiência, memória, percorrem lado a lado com estereótipos forjados para identificar os indivíduos de mais idade, atrelando-os à decrepitude, isolamento, doenças, morte, muitas vezes, coexistindo ambas as posturas diante da velhice do *outro*. Cada sociedade, bem como cada agrupamento, reafirma ou desconstrói tais associações com maior ou menor intensidade, particularizando-se.

Compreende-se, portanto, que a velhice é um processo complexo de alterações na trajetória de vida das pessoas. Cada contexto tem suas particularidades que vão alterar o estilo de vidas de cada um com isso, os modos de revelar o significado da velhice e processo de envelhecer

para os idosos dependerão de como viveu essa pessoa e como fazem as adaptações e enfrentamentos cotidianos. A repercussão do envelhecer é respondida por eles de maneira diferente, dependendo da história de vida pessoal, da disponibilidade de suporte afetivo, das redes sociais, do sistema de valores pessoais e do estilo de vida adotado por cada um (FREITAS; QUEIROZ; SOUZA, 2010, p. 410).

Discutir a heterogeneidade das experiências de envelhecimento é também trazer para o cerne do debate as demarcações etárias e os termos destinados a caracterizar os indivíduos de mais idade, na medida em que esses elementos contribuem para que as particularidades de cunho sociocultural que permeiam as relações sociais se acentuem. Assim, “elementos fundamentais na organização e na cultura das sociedades, as idades participam de sua dinâmica – constroem-se, reconstroem-se e mudam de significado” (MOTTA, 2007, p. 226).

O marco legal da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso reconhece enquanto idosos todos aqueles que estão inseridos na população de 60 anos e mais de idade. Bourdieu considera que “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (1983a, p. 113). Reflexões teóricas e observações empíricas nos permitem constatar que essa *manipulação* social apontada pelo teórico francês se dá em todas as idades. Trata-se das políticas etárias que favorecem certos elementos constitutivos do arcabouço social. Em relação à velhice, isso acontece de forma mais visível no plano das políticas públicas projetadas e executadas, dos direitos e deveres trabalhistas e previdenciários, dos agentes de gestão da velhice (BARROS, 2006; DEBERT, 1999), tais como grupos de “terceira idade”, instituições de longa permanência, turismo e lazer voltados à “terceira idade”, entre outras. Embora com restrições quanto a essa demarcação etária imposta pelo poder público, manteremos no nosso estudo, a investigação realizada com sujeitos inseridos nesse momento do curso da vida, a partir dos 60 anos de idade, visto que os espaços estudados na presente pesquisa apresentam maior contingente de participantes inseridos nessa *faixa* etária.

Conforme já expressei, consideramos que o enquadramento da velhice em termos numéricos é insuficiente e, desta forma, não abrange os aspectos subjetivos dos indivíduos. Bourdieu ainda esclarece que: “O reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias” (1983a, p. 112), visto que desconsideram a diversidade, bem como o caráter dinâmico da sociedade. Arbitrárias também porque são impostas por documentos que normatizam e distinguem os

indivíduos entre si, desconhecendo os aspectos objetivos e subjetivos que acompanham o reconhecimento de si e do outro enquanto criança, jovem, adulto e idoso.

(...) essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios (DEBERT, 2007, p. 53).

Na esteira desse entendimento relacionado às demarcações etárias, Debert (1999) aponta os limites da acepção de “ciclo de vida”, na discussão sobre os “tempos” da vida social. A ideia de ciclo contém em si a compreensão de algo começou em determinado momento e posteriormente findará, porque “naturalmente” é assim. Estabelece, portanto, limites explícitos à vivência do indivíduo. Como alternativa, a autora propõe a concepção “curso da vida”. Ao adotar tal termo, as vivências vitais seriam identificadas a partir da noção de processualidade social, *movimento*, conferindo a esse conceito a perspectiva de trajetória não conclusa, que não findou, não fechou um “ciclo” na velhice. Ainda pode e continua atuando e sofrendo influências de toda a extensão da sociedade, enquanto sujeito/cidadão que possui direitos e deveres.

Nas Ciências Humanas evitamos tratar noções e categorias de forma cristalizada. Portanto, permanentemente, questionamos: que velhice? O que é ser “idoso”? Que tipo de idoso? As categorias “velhice” e “idoso” já parecem “dadas” nas práticas, saberes e discursos socialmente produzidos. Com as novas gerações de idosos, as “imagens da velhice” que são difundidas tradicionalmente estão sofrendo profundas alterações. Para problematizar as diferenças que pulsam na realidade social, entendemos que os diversos termos existentes, utilizados para se referir aos indivíduos de mais idade, também revelam a dificuldade que temos em relação à velhice. Se assim não fosse, não se sustentaria a variedade de termos que, em sua maioria, embora sejam censurados no meio acadêmico e social, persistem e contribuem para reforçar estereótipos arraigados. Velho, velhote, idoso, terceira idade, quarta idade (PEIXOTO, 2007). Não existe consenso entre o termo isento de noções preconcebidas, mas usualmente utiliza-se “idoso” para referir-se aos indivíduos acima de 60 anos. Peixoto mostra que o termo “*idoso*” simboliza sobretudo as pessoas mais velhas, ‘os velhos respeitados’, enquanto *terceira idade* designa principalmente os ‘jovens velhos’, os aposentados dinâmicos” (PEIXOTO, 2007, p. 81, grifo do autor). Ainda de acordo com Cabral (2002), o

termo “terceira idade” tornou-se um símbolo de sonhos e representação de um novo modo de envelhecer.

Além dessas expressões conhecidas na nossa realidade, no cotidiano, os sujeitos acionam inúmeros termos envoltos por “simulações de gentilezas”, mas que culminam por explicitar facetas depreciativas para se referir aos idosos, ora infantilizando-os sob a forma de tutela, ora destacando seus traços físicos não condizentes com a supervalorização do corpo jovem: “velhinho”, “cabeça branca”, “bruxa velha”, ou afirmando que tal indivíduo “não parece a idade que possui”, “é jovem de espírito”, entre outros. Assim, “quando se pretende elogiar uma pessoa idosa e para tanto é preciso negar a idade da pessoa, é porque não se tem uma interpretação muito favorável do fenômeno da velhice” (NEVES, 2012, p. 52). Essa constatação esclarece que o modo pelo qual nos expressamos expõe as representações particulares de cada sociedade, utilizadas para caracterizar grupos e/ou indivíduos. Ressaltamos que essas expressões pejorativas, muitas vezes, são reforçadas pelos próprios sujeitos que vivenciam essa condição social, que acabam por ditar *entre si* as condutas que devem ou não ser assumidas em um contexto social, na medida em que me reconheço enquanto indivíduo a partir do *olhar do outro*. Como apontado por Peixoto (1997, p. 156), “a representação de si é como um jogo de espelhos que reflete, através da representação do outro, a imagem que cada um tem de si”.

Com a finalidade de escapar à dicotomia *jovens versus idosos*, embora reconheçamos a relevância dos estudos sobre as relações intergeracionais estabelecidas, uma vez que estas repercutem numa dinâmica social cotidiana, buscamos problematizar a inserção do sujeito idoso na sociedade contemporânea, marcada por mudanças constantes e intensas. De formas mais brandas ou acentuadas, em todos os momentos do curso da vida são forjadas representações distintas, bem como termos e classificações que longe de serem discutidas enquanto “privilégio” de determinado segmento, encontram-se nuançadas na realidade social. Conforme assinala Debert: “não se pode supor que o avanço da idade, automaticamente, dissolveria distinções socioculturais que marcaram todas as etapas anteriores da vida” (1999, p. 161). Estes aspectos distintivos são múltiplos e perpassam desde questões objetivas, como situações de classe social, como nas instâncias mais subjetivas, como trajetórias de vida, elementos identitários, entre outros.

Diante desse panorama, encontrar e permanecer ocupando um lugar social relevante para si e perante os outros, constitui-se em um impasse para os idosos, nem

sempre solucionado. Além das questões de cunho econômico-social, aquelas relativas aos meandros da subjetividade adquirem, ao longo dos anos, seu espaço garantido dentre os *desafios* da longevidade. Como se inserir em uma sociedade formatada, com discursos e práticas, ao estereótipo de “país jovem” e “para jovens”?

1.3 Associações e Grupos: Espaços de Sociabilidade ou de Articulação Política?

A velhice pode ser entendida como um momento específico no curso da vida, permeada por questões de cunho sociocultural. Nela, as diversas experiências dos indivíduos são constituídas num constante “fazer-se”, que se deve tanto à ação dos sujeitos quanto de condicionamentos, ou seja, fazem a si mesmas, tanto quanto são feitas. Desta maneira, não são formas inertes, visto que estão submetidos a contradições e transformações contínuas.

Nesse processo de reinvenção de suas vivências, de construção permanente, os indivíduos buscam estratégias para permanecer envolvidos nas práticas cotidianas da sociedade na qual estão inseridos. O advento da aposentadoria, por exemplo, marca uma ruptura significativa na vida dos indivíduos, desejada ou temida, visto que a partir de então, a identificação com o mundo “ativo” do trabalho, tão valorizada na sociedade capitalista, se dilui e a identidade passa a ser reconstruída, buscando alternativas de projetos de vida. Esse “naturalizado”, porém, complexo termo “aposentadoria⁵” corresponde, de forma genérica, ao afastamento remunerado da atividade trabalhista que o indivíduo outrora exercia. Esse afastamento, em geral, definitivo do mundo do trabalho, acontece através do cumprimento de uma série de critérios que cada país estabelece para, então, ter acesso aos direitos previdenciários públicos e/ou privados.

⁵ No Brasil, o tema relativo à aposentadoria remete a todo um complexo processo legislativo para regularizar a situação daqueles que estão inativos do mundo do trabalho, por múltiplos condicionadores. Inicialmente regulamentando o direito do pagamento do benefício aos trabalhadores de algumas categorias – funcionários dos Correios e ferroviários, por exemplo – apenas na década de 1960 foi criada a Lei Orgânica de Previdência Social, com o objetivo de unificar a legislação que tratava das aposentadorias e pensões dos trabalhadores urbanos e rurais, criando ainda o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social. A partir da Constituição de 1988, estendeu-se os benefícios a todos os trabalhadores, passando a garantir renda mensal vitalícia a idosos e portadores de deficiência, atendendo a alguns critérios estabelecidos. Em 1990, o INPS passou a ser denominado de INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social. Desde então, diversas emendas constitucionais e discussões em torno da chamada Reforma da Previdência são pautas recorrentes no cenário político brasileiro (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016).

Edward P. Thompson, teórico de orientação marxista, refletiu sobre a categoria conceitual “experiência”, essencial nas suas análises empreendidas. Segundo ele, entender um processo histórico é buscar apreender como os indivíduos atuam e refletem a partir de determinadas condições. Isso contribui para se compreender o diálogo existente entre o ser social e a consciência social. É através da experiência que os indivíduos definem e redefinem suas práticas e pensamentos. Frente às novas experiências, “velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença” (THOMPSON, 1981, p. 17).

Então, a experiência corresponde à maneira pela qual os sujeitos dialogam com as situações que se impõem a eles. É válido salientar que Thompson introduz a categoria de experiência e a articula com a cultura, uma vez que nós “respondemos” às novas experiências, “dialogando” com as situações que se apresentam no cotidiano. Nesse processo, acionamos os elementos culturais, recuando ou avançando.

A partir da experiência, os sujeitos podem reproduzir práticas, pensamentos e sentimentos dominantes, bem como alterá-los, ressignificando-os e/ou transformando-os. O conceito de experiência fornece subsídios teóricos consolidados para pensarmos aspectos da realidade atual. Para tanto, devido à especificidade do nosso objeto, o sujeito idoso que costumeiramente recorre à sua condição e experiência de *aposentado* para se situar nos grupos pesquisados, elegemos também para análise um fato que marca o curso da vida de um indivíduo: a aposentadoria.

Esse comparativo analítico entre a categoria experiência e a condição de idoso aposentado é possível na medida em que os indivíduos que estão inseridos nessa condição são analisados como sujeitos reais que agem, dão respostas, sentindo suas experiências no contexto histórico-social no qual se encontram inseridos. Tais respostas não estão determinadas, mas continuamente construídas em um processo no qual as classes sociais e a cultura encontram-se atreladas, sendo, ao mesmo tempo, determinantes e determinadas pela abertura possibilitada pela experiência.

Nesse momento, porém, é oportuno fazer uma ressalva: nem todos os idosos que participam dos grupos de idosos – Centros de Convivência – bem como das Associações específicas, são aposentados por tempo de contribuição, idade, invalidez e especial. Muitos recebem suas provisões financeiras através de pensões por morte. Tanto o direito a aposentadoria quanto o recebimento de pensão são concedidos aos

contribuintes da Previdência Social⁶, administrada pelo Ministério da Previdência Social e sob a responsabilidade de execução do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. Alguns participantes desses espaços recebem ainda seus recursos através do BPC – Benefício de Prestação Continuada – que se trata de um benefício de 01 (um) salário mínimo mensal, assegurado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993) e previsto também no Estatuto do Idoso, competência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Esse valor é pago aos idosos a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que comprovarem não possuir meios de manter sua subsistência, bem como aos portadores de necessidades especiais, que comprovarem, além da renda menor que ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente, serem inaptos para o trabalho e para a vida independente (BRASIL, 2007). As demandas que os pensionistas e beneficiários de prestação continuada expressam nas Associações e grupos são semelhantes à dos demais idosos aposentados: exercer os direitos e deveres sociais dispostos nas leis, em condições mais igualitárias.

Mesmo permanecendo nessas condições destacadas – pensionista ou portador do BPC –, geralmente, define-se socialmente um “inativo” do mundo do trabalho enquanto aposentado/a. Para isso acontecer, basta receber algum provento sem contribuir, ou seja, sem estar/ser ativo segundo o que a lógica economicista estabelece. Esse reconhecimento acontece no plano das relações constituídas – o reconhecimento do *outro* – mas, repercute diretamente no plano das subjetividades – reconhecimento de *si*. Daí porque utilizaremos, genericamente, o termo aposentado/a e suas variações nas análises desenvolvidas nesta pesquisa.

A experiência da passagem de uma condição de trabalhador assalariado para aposentado, destituído da identidade que era atrelada ao trabalho, é significativa. Conforme exposto acima, segundo Thompson, a experiência permite que os indivíduos definam e redefinam suas práticas e pensamentos.

E se, na velhice, os homens sentem o vazio instalado com a aposentadoria, é porque no processo de reificação a que estão submetidos, o ‘prestígio’ ocupado pelo trabalho foi por eles internalizado através do longo processo de educação para a vida produtiva e, conseqüentemente, é por eles próprios reproduzido.

⁶ “A **Previdência Social**, como parte da Política de Seguridade Social, é expressão das suas bases sociais e produtivas, entendida como o sistema de proteção ao trabalhador e de toda a sociedade, com caráter de redistribuição de renda e sob garantia do Estado” (BORGES, 2015, p. 92, grifo do autor).

Quando a prática de trabalho cessa pela aposentadoria, o indivíduo é levado a reconhecer que nada mais é, a despeito do que já tenha feito. (...) Trabalhar é, pois, o eixo em que se plasma e exercita com exclusividade a possibilidade pessoal de autoconsciência e autoafirmação perante a sociedade. Que resta aos homens pré-aposentadoria? A inoperância, isto é, a improdutividade, segundo o saber especializado, é a *causa mortis*, o trabalho é a vida (HADDAD, 1986, p. 48-49, grifo do autor).

No contexto da sociedade ocidental contemporânea, a aposentadoria é um dos elementos que define legal e convencionalmente a entrada na velhice. Comumente, isso acontece porque, como critério fundamental para ter direito a esse fundo previdenciário, associa-se o tempo de serviço com a idade do trabalhador. Simultaneamente, a ideologia do “viver para o trabalho”, da supervalorização do ser “ativo” e subjugar o ócio e a inatividade, adquire cada vez mais respaldo no sistema econômico capitalista. Nessa perspectiva, o trabalho constitui-se em uma categoria que mantém uma condição de centralidade, o que torna o indivíduo aposentado portador de “um papel sem papel” (MORAGAS MORAGAS, 2010, p. 146). Atribui-se um papel de passivo econômico e social. Isso influencia a imagem pública do idoso, na medida em que, de acordo com esta perspectiva, o aspecto material, funcional e o poder de consumo, após o advento da aposentadoria, se tornam limitados.

Na esteira desse pensamento crítico a respeito da condição do aposentado, transformar esse “papel sem papel” em “papéis diferentes” é um desafio da atualidade, afirmando que podem existir outros papéis socialmente relevantes a assumir. Contudo, mesmo diante da tentativa de “desmitificar” a importância do trabalho e dignificar socialmente o descanso, Moragas Moragas ressalta que:

Apesar do que prescrevam as constituições, as leis ou os regulamentos, os idosos são o último grupo a beneficiar-se. Trata-se, definitivamente, de sua falta de poder como grupo, uma vez que é praticamente nula sua importância social e econômica. Os aposentados constituem os resíduos de um sistema que valoriza somente a rentabilidade do trabalho humano (2010, p. 245).

A perspectiva acima destaca que o idoso não tem a força, competência ou poder que o jovem e o adulto possuem, ao defenderem suas demandas coletivamente. Os ativos possuem e reivindicam direitos contemporâneos a eles, ou seja, que usufruirão no presente e futuro próximo. Encontram meios de pressionar (greves, protestos, paralisações) e, por conseguinte, serem ouvidos e/ou atendidos em suas demandas. Os

inativos, por sua vez, embora disponham de um bem precioso e escasso aos ativos – o tempo “livre” – lutam por direitos em um momento em que seu poder de pressão é consideravelmente reduzido e correm o risco de não viverem o tempo suficiente para desfrutar as possíveis conquistas sociais. Costumeiramente, demonstram ceticismo com propostas e com políticas de longo prazo. Desejam e reivindicam melhorias imediatas, visto que o tempo e a experiência acumulada de toda uma trajetória de conquistas e frustrações, no que tange aos direitos sociais, já demonstraram que esperar nem sempre é a melhor solução.

De acordo com esse entendimento, na medida em que os aposentados nada produzem, nada são. No século XVI, Thomas Morus, ao escrever o clássico “Utopia”, descreve a sociedade em que vive no presente e a projeta no futuro, enquanto sociedade alternativa, ideal. Ao longo dessa obra, analisa as relações de exploração dos trabalhadores na época.

Mas qual é o destino do operário? Um trabalho infrutífero, estéril a esmagá-lo agora e a expectativa de uma velhice miserável no futuro; o seu salário diário não chega para todas as necessidades quotidianas; como, então, poderá ele aumentar sua fortuna e reservar dia a dia um pouco do supérfluo para as necessidades da velhice? Não é iníqua e ingrata a sociedade que prodigaliza tantos bens aos que se intitulam nobres, aos joalheiros, aos ociosos ou a esses artesãos de luxo que só sabem lisonjear e servir a frívolas volúpias; quando, de outra parte, não tem nem coração nem cuidados para o lavrador, o carvoeiro, o carregador, o operário, sem os quais não existiria sociedade? Em seu cruel egoísmo, ela abusa do vigor da juventude dessa gente para tirar dela maior proveito; e logo que fraquejam esses pobres homens, sob o peso da idade e da doença, justamente quando tudo lhes falta, é que ela esquece das suas canseiras infindas, dos seus numerosos serviços, e os recompensa deixando-os morrer a fome (THOMAS MORUS, 1995 apud STEPANSKY, 2012, p. 157-158).

Trata-se do relato de uma época em que a regulamentação dos direitos dos trabalhadores não existia, mas que contribui para ilustrar a associação histórica que se faz entre o trabalho e as reduzidas condições de viver a velhice em um contexto de desigualdade socioeconômica. O desdobramento dessa sociedade que atribui centralidade ao trabalho sob a lógica produtivista, que repercute até os dias atuais, é a não-aceitação social dos que desejam ou são condicionados a “parar”, além da diminuição dos meios econômicos para a subsistência.

Percebemos, desta maneira, que a aposentadoria se apresenta como a perda da identidade profissional – o indivíduo se torna um “ex” – e a aceitação, nem sempre de

forma conciliadora, da nova condição de “aposentado/a” perante a rede de sociabilidade. Sob a perspectiva subjetiva, a não-aceitação atual ou futura da nova condição pode desdobrar-se em diagnósticos de depressão, ansiedade, solidão. Contudo, pode também representar um dos elementos que promove, embora com restrições, certa independência e autonomia para os idosos, um “alívio” após um longo período de obrigações, horários e regras com as funções trabalhistas. Através dessa reflexão, o entendimento sobre as duas dimensões é que:

A independência, e principalmente a independência econômica, é a maneira pela qual o indivíduo pode, graças aos seus recursos pessoais retirados diretamente de sua atividade, depender menos dos próximos; a autonomia é o conhecimento do mundo no qual essa pessoa vive: mundo definido pela elaboração tanto de regras pessoais quanto, no caso de vida em comum, de regras construídas na negociação entre várias pessoas. Quando essas duas dimensões estão reunidas – independência e autonomia – então, o indivíduo moderno tem o sentimento de estar livre, pelo menos na sua vida privada (SINGLY, 2000, p. 18).

Na discussão sobre a condição de gênero, das diferenças entre a percepção da aposentadoria para idosos e idosas, tem-se a perspectiva de que, tradicionalmente, a mulher aposentada convive de maneira menos impactante essa nova experiência, visto que, mesmo trabalhando ao longo da vida, assumiu uma dupla jornada de trabalho: a vida doméstica, na esfera do privado e a função assalariada, pública. O homem aposentado, contudo, que passou longo período em contato direto com o mundo do trabalho, vive um processo de estranhamento a partir da ruptura com a esfera pública e a recém-adquirida rotina doméstica. Com as gerações vindouras, entretanto, esse cenário tende a modificar-se, visto que a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e os papéis ressignificados do ser “homem” e “mulher” poderão alterar as maneiras de experienciar a aposentadoria.

A análise crítica desenvolvida por estudiosos específicos a respeito do idoso aposentado “sem poder”, “sem papel”, a exemplo de Moragas Moragas, é respaldada pelas situações que se apresentam na sociedade e denunciadas por parte dos próprios indivíduos que a vivenciam. Contudo, não devemos deixar de destacar outra compreensão sobre a “função” desse sujeito na atualidade, que fundamenta a presente pesquisa de tese. Conforme previamente apresentado na Introdução deste trabalho, Debert (1999), Haddad (2001), Motta (2007) foram alguns dos autores que refletiram sobre a condição do idoso aposentado durante a década de 1990, apontada como

momento de efervescência dessas discussões na realidade brasileira, e mostraram, através de suas pesquisas, que os idosos demonstraram engajamento coletivo e protagonismo nos movimentos em torno da conquista e exercício dos seus direitos previdenciários, o que refletiu-se, diretamente, no posterior planejamento e execução de políticas públicas a essa parcela crescente da sociedade. Essa, até então, inesperada demonstração de atuação coletiva e que, de forma diferenciada, ainda permanece nos dias atuais, pode ser reconhecida como uma forma de resistência cotidiana às práticas e discursos de um sistema excludente, desigual e que minimiza o estabelecimento de relações mais equânimes entre os indivíduos, inclusive, em termos geracionais.

Consideramos ainda que, embora de maneira contraditória, “a concepção da velhice como um conjunto de perdas foi fundamental para legitimação de direitos sociais” (DEBERT, 1999, p. 68). Ou seja, a indiferença, o processo histórico de inferiorização que o inativo, aposentado, idoso sofreu ao longo dos anos, foram os aspectos que condicionaram a articulação em torno da legitimação e garantia de direitos, até então, negados e/ou invisibilizados.

A partir da constatação dessa realidade, percebemos que “aposentado” corresponde a uma categoria construída historicamente e, portanto, passível de mudanças, uma vez que é articulada a condições materiais e culturais múltiplas. Embora ancorada em um arcabouço teórico mais amplo e específico, esse conceito encontra aplicabilidade em diversas esferas do social, tornando possível um comparativo de análise entre pressupostos há muito difundidos, com situações que são dadas na contemporaneidade.

As pesquisas com idosos apontam que alguns indivíduos submetem-se ao constante “fazer-se” que a experiência proporciona, através do engajamento em grupos, associações, universidades da “terceira idade”, no ambiente doméstico, familiar e comunitário. Ressignificam suas concepções e práticas sociais. É válido destacar que parte considerável da visibilidade alcançada pela temática velhice e o sujeito idoso nos dias atuais foi marcada pela proliferação desses espaços que agrupam predominantemente indivíduos a partir dos 60 anos de idade. A maior parte da literatura que versa sobre tais formas de vivenciar coletivamente a velhice reconhece que as práticas de sociabilidade se constituem enquanto um dos aspectos fundantes de grupos e associações, visto que tais espaços são caracterizados pelo encontro coletivo de indivíduos, com características “gerais” (idade, estado civil, gênero predominante) semelhantes entre si, além de interesses em comum (CABRAL, 2002).

Para fins desse estudo, utilizamos o conceito de *sociabilidade*, proposto por Simmel (2006). Segundo seu entendimento, a interação entre indivíduos sempre surge a partir de alguns estímulos e interesses, que condicionam o indivíduo a exercer um efeito sobre os feitos e também sofrer os mesmos efeitos. A sociação acontece quando há uma agregação de indivíduos em determinadas formas de estar com o outro, ou seja, quando transforma-se a isolamento em situações de interação, que podem ser de convívio, conflitos, correlação de interesses.

É válido ressaltar a diferença e relação que Simmel (2006) estabelece entre *forma* e *conteúdo* na sua análise sobre sociabilidade. As interações surgem através da busca da satisfação de impulsos ou de certos interesses. Assim, o *conteúdo* da sociação é tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares da realidade histórica, na medida em que atua como elemento que exerce e/ou recebe efeitos sobre os outros, ancoradas em um universo de diversas possibilidades. Contudo, essas motivações se tornam elementos de sociação apenas quando o indivíduo constitui *formas* de estar e de ser com o outro.

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p. 60-61).

Consideramos, portanto, que o processo que se dá na relação de sociação é, antes de tudo, interação. Interação entre sujeitos que constroem interesses e objetivos comuns. Avançando na discussão sobre esse termo, Simmel esclarece como a “sociação” desdobra-se em “sociabilidade”.

... todas as formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal. (...) o ‘impulso de sociabilidade’, em sua pura efetividade, se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de ‘sociabilidade’ [*Geselligkeit*] em sentido rigoroso (2006, p. 64, grifo do autor).

Através dessa perspectiva, a categoria sociabilidade se relaciona ao nosso objeto de estudo, uma vez que nos propomos também a compreender as relações de interação social, entendida como os conteúdos e formas de estar com o outro partindo da

individualidade e buscando constituir vínculos sociáveis, entre idosos inseridos em reconhecidos espaços de sociabilidade, a saber, Centros de Convivência e Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos, no Estado da Paraíba.

Arelado a esse entendimento do aspecto de sociabilidade presente em tais agrupamentos, entendemos os mesmos também enquanto espaços politizados, formados por indivíduos que atuam e se colocam diante das contradições sociais. Esses espaços constituem-se ainda enquanto projetos de vida que, dispostos no plano individual, repercutem em uma coletividade. Há, portanto, políticas de idosos nos dois espaços, dois grupos sociais, que expõem a diversidade da velhice.

A dimensão que envolve a concepção “projeto” é ampla e complexa. Individual e coletiva, simultaneamente. Tanto é construído através de experiências particulares, quanto se fundamenta nas referências emanadas pelo outro e/ou pela sociedade.

... o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um *campo de possibilidades*, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. (...) Outra ideia importante é a de que os projetos mudam, um pode ser substituído por outro, podem-se transformar. O ‘mundo’ dos projetos é essencialmente dinâmico, na medida em que os atores têm uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade. Ou seja, sujeito à ação de outros atores e às mudanças sócio-históricas (VELHO, 1997, p. 29, grifo do autor).

Dentre esse campo de possibilidades existentes, submetido às próprias dinâmicas subjetivas e objetivas que modificam continuamente as práticas e relações estabelecidas, o sujeito idoso elabora as formas pelas quais se insere na atualidade e projeta suas expectativas de realizações atuais e futuras.

Segundo Debert (1999), as associações de aposentados, marcadas em sua origem por questões de cunho político e de luta por justiça social, são caracterizadas por uma participação majoritária de homens. A identidade enquanto experiência coletiva dos militantes das associações é a de ex-trabalhadores, aposentados e não de idoso. Entendemos, desta forma, que associar-se seria uma forma de manter o vínculo com o mundo “ativo” do trabalho, de presentificar essa identidade de outrora, através da reivindicação de demandas de cunho coletivo. A tônica dos discursos dos interlocutores dos grupos é a crítica ao Estado e a “cumplicidade” deste com as classes dominantes.

Trata-se de uma prática politizada e que, enquanto projeto individual, atinge um coletivo, afirmando-se como um projeto social.

Na medida em que um *projeto social* represente algum grupo de interesse, terá uma dimensão política, embora não se esgote a esse nível pois a sua viabilidade política propriamente dependerá de sua eficácia em mapear e dar um sentido às emoções e sentimentos individuais. Aí tem de ser somatório e síntese (VELHO, 1997, p. 37, grifo do autor).

As Associações dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, no contexto brasileiro, foram mapeadas e caracterizadas em estudos anteriores ao nosso. Durante entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa empreendida, Simões (2007) analisou partes das categorias nativas que seus interlocutores utilizavam para caracterizar cada tipo de Associação e apontou que elas podem apresentar os seguintes tipos: 1) Associações vinculadas a empresas estatais, reconhecidas como “corporativistas”. O objetivo é garantir e consolidar vantagens para os aposentados oriundos dessas empresas e oferecem também aposentadoria suplementar; 2) Associações sindicais, caracterizadas por reunir aposentados das categorias profissionais que representam; 3) Associações ecléticas, que congregam aposentados de diferentes categorias profissionais. Após ações ganhas contra o Estado, principalmente, nas décadas de 1990 e 2000, conquistaram um capital próprio e este é complementado atualmente com as contribuições mensais dos associados, em geral, de 1% do benefício do qual é portador; 4) Associações “nascidas de interesses políticos”. São consideradas inoperantes e, em geral, sobrevivem por curtos períodos de tempo, sobretudo, em momentos de eleição. Essa classificação desenvolvida, embora ancorada em décadas anteriores e contextos múltiplos, pode também ser utilizada enquanto instrumento que orienta a investigação sobre esses núcleos associativos, como parâmetros que aproximam e distanciam da realidade empírica observada.

Essencialmente frequentado por mulheres, os Centros de Convivência, por sua vez, demonstram um caráter unificador de idosos. Estes frequentam tais espaços em busca de realizar atividades diversas, estabelecer relações de sociabilidade e exercer um direito garantido pelo Estatuto do Idoso, na medida em que buscam elementos de cidadania, cultura e educação, além de atuarem em outros espaços deliberativos. A análise realizada por Motta (1997) é elucidativa quanto à questão da feminização

verificada nos Centros, apontando como elementos condicionantes desse fato, as significativas alterações de cunho cultural e de gênero.

Consideramos ainda que:

Estes eventos assumem maior importância se considerarmos que as grandes cidades perderam os espaços abertos à sociabilidade, pela degradação ambiental, expansão imobiliária ou pela violência, e que a família, nuclearizada, e enfraquecida em vínculos associativos, reduz aceleradamente sua importância como espaço exclusivo de sociabilidade de seus membros (STEPANSKY, 2012, p. 157)

Reflexos (e refúgios) dos desdobramentos da sociedade capitalista, que difunde a lógica do individualismo e culmina por dificultar a convivência coletiva no todo social, os grupos e espaços distintos destinados à pessoa idosa, distribuídos na zona urbana – foco desta pesquisa –, ganham maior relevância na atualidade, na medida em que possibilitam encontros e alternativas de estabelecimento de vínculos entre sujeitos semelhantes e, simultaneamente, diversos entre si.

No que diz respeito às percepções diferenciadas que são constituídas a respeito da experiência da aposentadoria para mulheres e homens idosos no interior dos agrupamentos específicos aqui discutidos, a literatura sobre o tema e o campo das observações empíricas indicam que há visíveis particularidades nas formas de gestão da participação entre os membros que compõem os grupos e Associações, destacadamente, no que se refere às relações de gênero.

Assim, o nosso campo empírico é atravessado também por questões de gênero. De fato, verifica-se o uso diferenciado nas formas de engajamento, ocupação de funções e visibilidade para mulheres e homens nos espaços pesquisados. Enquanto nos Centros de Convivência a predominância é feminina, no que refere à presença, adesão efetiva nas atividades propostas e participação nas decisões, nas Associações, por sua vez, os homens ocupam funções de destaque nas diretorias eleitas, reuniões, enquanto interlocutores que possuem “direito” a falar sobre o núcleo associativo. As mulheres, neste espaço, são secretárias, aquelas que se responsabilizam pelos lanches, orações, lavratura de atas, organização da sala, homenagens aos aniversariantes e demais datas comemorativas. Desta forma, esse uso sexualmente diferenciado das formas de engajamento nos espaços de sociabilidade culmina por reproduzir situações históricas, marcadas por estereótipos há muito arraigados e ainda presentes em outras áreas da vida social. Lutam contra preconceitos, enquanto reforçam outros.

Os estudos que analisam o lugar das mulheres na sociedade sugerem inúmeros avanços, mas ainda verificamos o quanto elas têm que superar dificuldades para se posicionar em diversas esferas sociais e conseguir reverter antigos estereótipos para assegurar direitos conquistados. Dentre as situações enfrentadas pela mulher que vivencia a experiência de envelhecer, Salgado (2002) aponta: discriminação pela idade (gerofobia), pobreza, solidão, perdas e mudanças. De fato, tais situações marcam significativa parcela do segmento feminino idoso, contudo, reconhecemos que tal experiência também pode ser caracterizada pelo estabelecimento de diferentes papéis sociais, laços afetivos, desenvolvimento de novas habilidades, ampliação de redes de sociabilidades, entre outros (SOARES, 2013). Percebe-se, portanto, que diferentes modelos de ser mulher idosa na atualidade surgem como possibilidades de romper com antigos estereótipos e padrões historicamente atribuídos à mulher.

Diante desse panorama apresentado, esses espaços genericamente aqui tratados como “de sociabilidade”, possuem a característica da interação, da convivência, do “ser” e “estar” social. Podem ser de lazer, com práticas lúdicas e culturais. Mas, articulados a isso, também podem se converter em formas de engajamento, de resistência cotidiana a todas as expressões de exclusão com as quais se deparam nos discursos e práticas sociais. A realidade sócio histórica sofre alterações constantes e, com ela, mudam os sujeitos, as suas necessidades, apropriação dos espaços, participação, formas de gestão das políticas, perspectivas, entre outros. A coletividade se dá por meio da “unidade na diversidade”.

Sobre as possibilidades que esse sujeito idoso encontra para se manter inserido em um contexto social mais amplo, Bosi ressalta que o envolvimento em projetos e causas que vão além do próprio indivíduo constitui-se enquanto um elemento significativo para que se sinta efetivamente partícipe das situações que forem apresentadas no seu cotidiano. A autora pondera, contudo, que a possível perda de sentido nas vivências atuais reflete condições objetivas anteriores, reflexos do mundo do trabalho, ainda não resolvidas.

... durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos. Talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo. Mas, pondera Simone de Beauvoir, se o trabalhador aposentado se desespera com a falta de sentido da vida presente, é porque em todo o tempo o sentido de sua vida lhe foi roubado. Esgotada sua força de trabalho, sente-se um pária (BOSI, 1994, p. 80).

O discurso que sustenta práticas individualizantes pode contribuir para reforçar a desmobilização e articulação coletiva, conforme já expressei. São novos sujeitos sociais, portanto, que ressignificam os modos de agir e as percepções sobre as funções e espaços que outrora ocuparam e que, na atualidade, buscam inserir-se. Essa atuação pode ser entendida através da concepção de protagonismo do sujeito idoso na atualidade, percebido também em termos de *empoderamento*, entendido enquanto processo de autoconhecimento, que visa à emancipação do sujeito enquanto indivíduo e agente coletivo. Segundo Rocha et al.:

O acreditar em si é a própria substância do ‘*empoderamento*’ que se espera na formação do cidadão portador de direitos e de deveres, combustível necessário à plenitude da dignidade humana num mundo em que se estilhaçam e se descontrolam significados e esperanças (2002, p. 1032, grifo do autor).

Em momentos anteriores do texto, enfatizamos o conjunto de ações coletivas que marcou o movimento em torno dos 147% que, na década de 1990, adquiriu notoriedade na cena social brasileira. Atreladas às análises já realizadas em torno desse movimento de idosos, atentamos para uma expressão que venho acionando diversas vezes nesse estudo: *coletivo*, sentido de *coletividade*. De fato, ainda que as justificativas empíricas das pesquisas em torno das questões que envolvem a velhice e o envelhecimento humano se sustentem a partir dos impactos demográficos e, daí, sociais e econômicos, o entendimento desse ator social é mais amplo e extrapola os limites estabelecidos apenas em termos populacionais.

A heterogeneidade do segmento – expresso em termos de classes, gênero, gerações, etc. –, conforme já discutido, é um dado relevante. Contudo, além dessas diferenças que contribuem para que demandas e interesses possam ser distintos e, por vezes, contraditórios, há vínculos *simbólicos*, tais como experiências e lutas sociais empreendidas de forma compartilhada, que unem esses indivíduos e que fomentam a perspectiva da criação de um ator político, em busca de direitos sociais ainda parca e consolidados.

Os idosos, na modernidade ocidental, não podem mais ser vistos apenas como coletivos demográficos, simples coortes, como comumente são tratados, ou somente grupos de indivíduos em determinadas situações de classe. Sua atuação, real ou possível,

ultrapassa a sua restrita capacidade tradicional como contingente populacional; atinge o enfrentamento de outros grupos de idade por benefícios ou direitos sociais, e vai-se consolidando, à maneira dos movimentos sociais contemporâneos, em um processo de construção de identidade coletiva de idade/geração, gradativamente pluriclassista, para um enfrentamento por direitos junto ao Estado (MOTTA, 2014, p. 31).

Devido à capacidade de articulação política, de sociabilidade e em busca da cidadania, demonstrada há décadas, concordamos quando Motta (2014) afirma que o idoso enquanto ator social é essencialmente coletivo. Os grupos, associações, “Universidades da Terceira Idade”, clubes e demais espaços que surgiram nas últimas décadas, consolidam o protagonismo desse ator coletivo na atualidade.

Esse protagonismo do agente coletivo se constitui, portanto, enquanto movimento social que busca direitos sociais – em linhas gerais, equanimidade de direitos e oportunidades sociais, em suas múltiplas dimensões – e que, nos moldes dos movimentos em torno de segmentos específicos da sociedade, confere diferentes parâmetros e contornos à própria agenda de demandas e de ação coletiva.

Giddens afirma que “Os movimentos sociais surgem com o objetivo de trazer mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população” (2012, p. 714). Entendemos ainda enquanto espaços que promovem interlocução entre o Estado e a sociedade civil (GOHN, 2013; 2011, JACOBI, 1993). O movimento em torno dos interesses dos aposentados, liderados pelos idosos organizados em associações, destaca-se como espaço reivindicatório que busca se colocar no processo histórico, permeado por contradições, e consolidar expressões de cidadania. Os movimentos reivindicam, portanto, a legitimação de suas demandas e direitos, a representatividade no campo político e, continuamente, reforçam aspectos de sua identidade enquanto ator coletivo.

Somatório e síntese. Recuperando a afirmação de Velho (1997), esses núcleos associativos são marcados por elementos políticos, culturais e simbólicos, compostos por indivíduos com múltiplas trajetórias de vida e percepções sobre formas de engajamento social. Em uma sociedade que apregoa diversos elementos de estímulo ao individualismo, esses indivíduos idosos tendem a evitar o isolamento, buscando somar-se em uma coletividade e, daí, elaborar sínteses, que fornecerão subsídios para novas construções de *si* e do *outro*.

1.4 Participação de Idosos e Poder Público em Discussão

Sociedade, velhice e formas de associativismo. Em todas as análises dos conceitos, um elemento que pulsa é o (possível) diálogo estabelecido entre os indivíduos idosos e o poder público. Como esclarecido acima, a longevidade é apontada pelo Estado como *desafio* de teor contraditório. Esse entendimento supera o caráter ostentado de que o prolongamento da vida constitui-se enquanto uma *conquista* da humanidade. Ainda que problematizando sobre as demarcações etárias, a idade cronológica apresenta-se, portanto, enquanto um relevante mecanismo de “organização social, porque determina entre outras coisas, a maioria civil, o início da vida escolar, a entrada e a saída do mercado de trabalho” (DEBERT, 2011, p.544).

Assim, na sociedade há uma abrangência de conhecimentos científicos sobre os limites e possibilidades de vivenciar a velhice, porém, ao mesmo tempo, é constatada na sociedade uma atitude de silenciamento e reservas diante do envelhecer e dos desdobramentos advindos a partir disso.

Mesmo que seja significativo o contingente de idosos que chegam saudáveis a idades mais avançadas, a longevidade traz a questão da dependência relacionada à última etapa da vida, desafiando o sistema público de proteção social; a difusão da ideia de que os idosos são um encargo financeiro, associada a uma cultura autopreservacionista, justifica a retirada do Estado da proteção social ao envelhecimento e as reformas previdenciárias (DELGADO; TAVARES, 2012, p. 383).

Nesse contexto, o maior contingente de idosos na sociedade impulsionou a aprovação de conjuntos de leis que garantiram direitos a esse segmento específico, a exemplo da Política Nacional do Idoso (1994) e do Estatuto do Idoso (2003). Na sequência dessas leis, houve a necessidade de serem implementadas políticas públicas, para buscar uma melhor inserção e participação do idoso na sociedade. As políticas públicas, nascidas através das demandas apresentadas pelos movimentos sociais, refletem ambiguidades, na medida em que se inserem em um contexto de contradições das necessidades sociais e de reprodução do capital. Na medida em que substituem o chamado planejamento estatal, as chamadas políticas públicas estão situadas entre a atuação do Estado e a possibilidade de inclusão junto a segmentos da sociedade civil.

Entretanto, a existência desses espaços não garante a efetivação da participação dos sujeitos interessados. Além disso, essa participação não deve limitar-se apenas à

atitude de expectador dos acontecimentos que emergem na realidade e que repercutem nas próprias vivências cotidianas. Mas em fazer-se ouvir em espaços coletivos de cunho deliberativo. Para tanto, o poder público deve garantir ainda espaços de sociabilidade e de participação, através de instâncias que mediam a construção coletiva, como as Associações e Conselhos⁷, por exemplo, garantidas desde a chamada Constituição Cidadã⁸ de 1988.

Conforme foi referido, nosso objeto de estudo versa sobre campos de discursos e poder estruturados e peculiares entre si: associações e grupos de idosos e poder público. Segundo Bourdieu:

... os campos apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em parte determinadas por elas) (1983b, p. 119).

Constituem-se enquanto relações de forças com/entre estruturas formadas por agentes sociais e instâncias políticas, com interesses, demandas e características diferenciadas, muitas vezes, inconciliáveis entre si. Entendemos o poder público enquanto representação do Estado⁹, com suas características referentes à autoridade fundamentada no aparato institucional político e legal-militar.

⁷ Criados e assegurados a partir da Constituição Federal de 1988, Conselhos são espaços de participação popular na administração pública. Dotados de uma organização específica, possui representantes, de forma paritária, da sociedade civil e do poder público. Por possuírem caráter deliberativo, suas decisões são legítimas e representativas dos segmentos sociais. Deste modo, os Conselhos despontam como instrumentos para expor as demandas sociais, estimulando a participação, o exercício da cidadania, a fiscalização e controle social, ainda que permeados por dificuldades para a consolidação do espaço. Embora reconhecendo sua relevância, os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa – municipais e estadual – não serão objeto de investigação na presente pesquisa realizada.

⁸ A Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada e promulgada no ano de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, se tornou um marco no processo de redemocratização do Brasil, iniciado em 1985 após um regime de exceção. Desde 1964, os direitos civis e sociais eram restritos e/ou negados e, dentre outros fatores, a Carta de 1988 instituiu uma lei fundamental e suprema, que serviria, a partir de então, de parâmetro para as demais normativas. O preâmbulo apresenta a Carta da seguinte maneira: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 2006).

⁹ Segundo Giddens (2012, p. 792-793), Estado refere-se a um “aparelho político (instituição governamentais, além, de funcionários públicos civis) que governa um determinado território, com uma autoridade amparada pela lei e a capacidade de usar a força”.

As Associações, por sua vez, constituem-se como expressões da sociedade civil organizada e não pertencem à esfera pública. Sociedade civil pode ser reconhecida como “O domínio de atividade entre o Estado e o mercado, incluindo a família, as escolas, associações comunitárias e instituições não econômicas” (GIDDENS, 2012, p. 803).

Contudo, nosso entendimento sobre sociedade civil, articulando grupos de idosos e associações, possui reservas visto que, como explicitaremos no momento da apresentação do campo de estudo, os Centros de Convivência pesquisados são mantidos e gerenciados pelo poder público. Desta maneira, não podem ser reconhecidos enquanto organizações “privadas”, embora possuam elementos semelhantes, tais como a adesão voluntária e busca por uma luta da hegemonia de pensamento (política e/ou cultural), ao tentar demarcar seu lugar, sua “voz e vez” na sociedade. Trataremos os Centros de Convivência, portanto, como espaços *híbridos*, na medida em que contemplam em si, expressões de atores sociais – participantes – e do poder público constituído – coordenação. Na presente pesquisa, enquanto no plano empírico os Centros situam-se como sociedade civil – ainda que estabelecendo os “limites” conceituais necessários –, no campo teórico, são vinculados ao poder público.

O Estado assume o papel de articulador e organizador da sociedade independente de sua condição de suporte de certas relações de dominação, adotando o papel de fiador de relações sociais. (...) Trata-se de um Estado que tem de exercer funções contraditórias, de acumulação e de legitimação, para criar as bases de um consenso através da ação das suas instituições (JACOBI, 1993, p. 4).

O fenômeno é complexo. Tratando o Estado como fiador das relações sociais estabelecidas, a sociedade civil se insere, portanto, nesse aparelho estatal. Assim, como desdobramento das contradições que o caracterizam, o poder público culmina por viabilizar instituições para a sociedade civil, fomentando espaços que, embora possam reproduzir seus interesses e discursos nas práticas cotidianas, por outro lado, também podem questionar e se colocar contra suas formas de poder e dominação.

Nesse processo de redemocratização da sociedade brasileira pós Constituinte de 1988 – e, em diversos setores, ainda em curso – as instâncias de ação coletiva despontam como formas de resistência cotidiana, na medida em que o contexto é favorável para práticas individualizantes, no qual vigoram direitos “privatizados ou direcionados por demandas mercadológicas” (BORGES, 2015, p. 80).

Enfatizamos a ação coletiva enquanto desdobramento também da longevidade humana, visto que essa ação é a que dará margem ao enfrentamento e interação com o Estado. As respostas que cada ator fornece, através de seus espaços de atuação coletiva – grupos e associações de idosos –, são, portanto, essenciais para o desenvolvimento dessa relação constituída entre sociedade civil e Estado, considerando ainda as expressões de cidadania inseridas em cada ação.

Diante desse contexto permeado por questões discursivas e de estruturas de poder consolidados e legalmente amparados, nos colocamos como investigadores desses conceitos, teorias e entendimentos na realidade empírica, buscando compreender a sociedade contemporânea como palco de conflitos, relações e contradições entre os indivíduos e instâncias que a compõem. Concomitante a isso, compreendemos a velhice enquanto uma categoria caracterizada pela abrangência de significados, liminaridades e pela intensa heterogeneidade do sujeito social que vivencia a condição de ser velho na contemporaneidade, como já discutido desde Beauvoir.

PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL: EM BUSCA DE “METODOLOGIAS” ALTERNATIVAS

“(...) A pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular”.
(MINAYO, 1994, p. 25)

2.1 Apontamentos Iniciais

O ambiente acadêmico condiciona o reconhecimento da ciência enquanto saber legítimo, uma vez que é alcançado através do uso de instrumentos teóricos, metodológicos e técnicos coerentes entre si e eficazes na captação da realidade a ser desvendada. Tal discurso é sustentado por sujeitos que detêm autoridade científica nesse campo de relações. Contudo, inúmeros teóricos problematizam os limites e possibilidades do campo científico, afirmando que muito além do saber ostentado, este é perpassado por aspectos ideológicos (DEMO, 1981), poder e luta pelo monopólio da competência (BOURDIEU, 1983c).

Pedro Demo desenvolve sua crítica ao “débito social da ciência”, afirmando que, de acordo com os padrões de cientificidade vigentes, “Científico é aquilo que é feito com método, não importando o que se faz” (1981, p. 23). Dito isso, análises sustentadas por um método “competente” transformam-se em “ciência”, desconsiderando o conteúdo da pesquisa realizada. Ou seja, muitos estudos possuem “qualidade formal” e evitam o teor da “qualidade política”. Recuperamos, nesse momento, a defesa da perspectiva crítica na (e da) pesquisa científica, realizada por Bourdieu, quando afirma que: “A crítica à qual o intelectual pode e deve submeter ele próprio ou, em outros termos, a reflexividade crítica, é um pressuposto absoluto para qualquer ação política dos intelectuais” (2001, p. 38).

A tentativa de desenvolver um dos preceitos da academia – a articulação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão – possibilita reflexões mais amplas em torno daquilo

que é concebido como legítimo, aceitável para se atingir o “conhecimento do real”, mas que culmina por incutir um discurso e prática apolítica na conduta do pesquisador. Problematicamos tal entendimento, considerando que métodos e técnicas são relevantes na apreensão da realidade, contudo, aliado a tais instrumentais, o investigador deve priorizar o caráter social e politizado da pesquisa, na medida em que esta poderá repercutir no cotidiano de uma coletividade intra e extra acadêmica. Essa repercussão apontada enquanto desdobramento de uma pesquisa corresponde à função que a mesma assume na sociedade. Trata-se, portanto, do compromisso social da pesquisa: tornar-se instrumento catalisador de uma mudança – ainda que não “concreta” e “visível”, mas com potencial crítico – na maneira de vislumbrar o entorno social e suas práticas individuais.

Sobre a condição e (re)conhecimento da sociologia na sociedade contemporânea, Bourdieu aponta “o problema do sociólogo é que ele tenta dizer coisas que ninguém – e, sobretudo, seus leitores –, deseja saber” (2012, p. 35). Por se particularizar enquanto ciência que pretende interpretar a realidade social de forma crítica, perscrutando realidades além dos limites do senso comum, a sociologia provoca “incômodo”, na medida em que desestabiliza a ordem social.

A reflexão empreendida nos leva a outro arremate conceitual: “Somente pode ser científico, o que for discutível” (DEMO, 1981, p. 26). Essa acepção fornece possibilidades de abertura de diálogos e de evitar tentativas de imposições teóricas e metodológicas. Nos inserimos nesse debate existente, com a pretensão de analisar o objeto de estudo de forma dialogada, reconhecendo-o enquanto parte de uma sociedade mais ampla, que carrega em si múltiplos elementos que condicionam permanências e descontinuidades.

(...) é em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser colocado. E não se trata de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos fenômenos, nem de incriminar a fragilidade dos sentidos e do espírito humano: é no âmago do próprio ato de conhecer que aparecem, por uma espécie de imperativo funcional, lentidões e conflitos (BACHELARD, 1996, p. 17).

Ao longo de experiências e saberes obtidos, um pesquisador vai se construindo, moldando seus conceitos e formas de *conhecer* a realidade. O “fazer-se” contínuo caracteriza sua prática cotidiana, na medida em que está incluso em uma realidade

submetida à dinamicidade. A partir do entendimento de que cada sujeito – participante da pesquisa ou investigador – vislumbra a realidade através de perspectivas circunscritas em quadros de referências específicos, o processo de investigação social aponta para a necessidade de evitarmos tratar conceitos, relações e fatos de forma “pura”, isentos de valores. Há sempre algo a mais a ser questionado e problematizado. Nesse momento, pretendemos realizar uma incursão sobre os caminhos que levaram ao contato com o objeto de estudo, bem como os processos alternativos de investigá-lo “*in loco*” na sociedade.

2.2 Procedimentos Metodológicos: Caracterização do Estudo

Apresentar o plano de trabalho de uma pesquisa acadêmica é imprescindível, visto que os resultados alcançados só adquirem legitimidade perante os especialistas, conforme exposto acima, mediante os usos de métodos pertinentes ao objeto de estudo e a demonstração da articulação competente entre teoria e realidade empírica. Entretanto, embora indispensável, o espaço destinado a essa finalidade em um trabalho tende a tornar-se um item “burocrático”, técnico, desconectado do todo textual.

O entendimento que tem se apresentado na atualidade é de apontar o percurso empreendido desde a elaboração das categorias conceituais, o contato com o objeto, passando pela organização e classificação dos instrumentais, produção de dados, e, por fim, a análise e discussão dos subsídios levantados. A proposta não é esquivar-se desse modelo, mas, através dele, explicitar as dimensões que uma pesquisa pode alcançar, principalmente, na relação constituída entre investigador, informante e sociedade circundante.

Entendemos metodologia enquanto caminhos possíveis entre o entendimento do objeto, no nível da compreensão abstrata, e a prática desenvolvida para alcançar e/ou aproximar-se das minúcias da realidade. Caminhos múltiplos, portanto, caracterizados por aspectos subjetivos, liminaridades, continuidades e rupturas, que exigem do pesquisador uma postura desenvolta e suscetível a buscar formas alternativas de apreensão da realidade.

Reconhecendo que o método não precede ao objeto, mas ele é condicionado por este, a análise do objeto de estudo sinaliza quais caminhos a investigação percorrerá para responder à sua problematização. O nosso objeto – formas de associativismo na velhice e o (possível) diálogo com o poder público, através das práticas cotidianas dos

sujeitos – por si só, esclarece certa exigência por análise minuciosa. Assim, esclarecemos que esta pesquisa é qualitativa, visto que se propõe a buscar significados, condições objetivas e subjetivas, abrangendo uma pluralidade de possibilidades que medidas quantificáveis não compreenderiam. Embora reconheçamos a relevância de uma pesquisa quantitativa, a utilização de dados oriundos exclusivamente a partir de tal modelo não abarcaria esse “universo de significados” e relações que nos propomos a discutir.

Entende-se que o percurso metodológico traçado para tal pesquisa percorreu etapas que, geralmente, são propostas para um satisfatório aproveitamento, tais como levantamento bibliográfico para traçar o estado da arte do objeto, definição das categorias, aproximação com o campo de estudo, contatos com informantes que estão inseridos nos espaços observados, entre outras. Contudo, esse modelo etapista, que lemos nos manuais e é sustentado por metodólogos, é redimensionado na prática, impedindo essa sucessão de fases, num processo de vaivém contínuo e que alça a pesquisa no dinâmico jogo social. Isso acontece quando o acesso ao campo não acontece da forma prevista, certa fonte teórica encontrada ao longo do período investigativo possibilita novos ares à pesquisa, um informante utiliza categorias nativas que podem ser mais pertinentes e “explicativas” que as teóricas, entre outras situações que não são antecipadas na produção de um cronograma. Na medida em que objeto e sujeito não se encontram cristalizados na realidade social, a atividade de pesquisa deve ser ao mesmo tempo, criativa, ética e flexível. Assim, a presente investigação foi marcada por esse fluxo de adaptações ao inesperado.

Nesse processo, a permanente discussão teórica – e não apenas na fase inicial – desponta como elemento significativo em uma pesquisa, visto que possibilita a atualização constante de informações, além de contribuir para que o investigador desnaturalize a realidade, evitando assimilar em demasia as categorias e análises nativas do campo, bem como evite elevar a um patamar superior as categorias teóricas. Ou seja, colabora para que o pesquisador vivencie cotidianamente a experiência de transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico (DA MATTA, 1978), o que ocasiona um encontro e o estranhamento com o outro e com si próprio, em seus saberes e práticas cotidianas.

Produzidas em contextos sociais particulares, as pesquisas e seus desdobramentos teóricos são impregnados por proposições específicas, reflexos de um tempo. Nos dias atuais, um dos critérios de análise adotados e difundidos pela academia

é a constante atualização das fontes utilizadas nos estudos desenvolvidos. Contudo, embora considerando que os discursos são passíveis de sofrerem modificações, tendo em vista a historicidade dos fatos apreendidos, ressaltamos a relevância do reconhecimento das fontes originais. Estas, ainda que desenvolvidas em décadas anteriores, encontram respaldo e validade pela sutileza com que conseguiram refletir realidades específicas de maneira peculiar, além de contribuírem também para o estabelecimento de análises comparativas com questões ainda postas na atualidade. Contribuem ainda para questionar: Os discursos e questões semelhantes permanecem ou foram ressignificados? Através disso, surgem problematizações que a apropriação *apenas* de textos atuais, elaborados por comentadores, não compreenderia. Permanecem, desta maneira, enquanto mananciais de inspiração da realidade empírica, sinalizando para aspectos ainda não percebidos ou preliminarmente tratados. Através desse entendimento, optamos por priorizar em nosso estudo as fontes originais, distantes ou mais aproximadas do tempo presente, sobre as questões levantadas nesta pesquisa.

A partir da perspectiva de que a bagagem teórica está em constante processo de construção, direcionamos nossa atenção à realidade empírica, de forma prévia, sem a certeza dos instrumentais metodológicos pertinentes ao contexto pesquisado. Esse procedimento aconteceu na tentativa de ter acesso a dados preliminares que corroborassem, ainda de que forma incipiente, hipóteses levantadas na produção do projeto de pesquisa ou que revelassem novas questões a serem discutidas. A partir de então é que o retorno ao campo ocorreu de forma mais focada e as técnicas de pesquisa selecionadas, foram utilizadas na produção de dados.

O campo de pesquisa é um espaço que expõe múltiplas facetas ao longo da investigação. Em cada momento, ele e os sujeitos que o compõem mostram-se peculiarmente. Daí a necessidade de aproximar-se previamente na tentativa de “captá-lo” ao máximo, embora com limitações. Essa aproximação deve acontecer de forma ininterrupta no processo de pesquisa. O “fazer-se” contínuo impede, portanto, que o pesquisador apareça com uma teoria “pronta” para analisar a realidade, bem como com métodos e técnicas “infalíveis” para enquadrá-la, que culminam por rejeitar as possibilidades de observar as nuances e complexidades que se apresentam.

A análise e discussão dos dados é o momento culminante da pesquisa, visto que é a partir dessa análise que os resultados da investigação empreendida são apreciados. Consideramos, contudo, que um dos pressupostos com os quais o pesquisador das Ciências Sociais se depara é com a *historicidade* do objeto a ser pesquisado. Isso

significa que tais resultados são provisórios, pois são provenientes de um contexto social específico, que sofre alterações constantes, transformando as particularidades, subjetividades e os diversos significados que o associativismo entre idosos, por exemplo, apresenta na sociedade.

2.3 Aproximações com o Objeto de Estudo

Um trabalho de doutoramento sugere que o pesquisador esteja centrado o suficiente para desenvolver um estudo com profundidade, evitando o “lugar-comum” já experimentado. Possua habilidade na articulação analítica entre teoria e realidade, ousado para utilizar metodologia criativa e/ou inovadora e que lance, de fato, uma tese – ou seja, uma argumentação válida, exequível, de modo a contribuir com conhecimentos sobre o tema.

Após rigorosa pesquisa nos portais virtuais do Banco de Teses e Dissertações de instituições de ensino superior, da rede federal, distribuídas nos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte¹⁰, constatou-se que as pesquisas desenvolvidas nestas instituições sobre velhice, idosos e políticas públicas abordam análises nas áreas do Serviço Social, Ciências Jurídicas e na Saúde. Benefício de Prestação Continuada, Previdência Social e Cuidados na Velhice são os temas mais abordados. Ainda que perpassando por discussões sobre políticas públicas para a pessoa idosa, esses trabalhos desenvolvidos não analisam a atuação dos idosos nos espaços e as relações estabelecidas a partir de tais ações deliberadas pelo poder público.

Conforme expresso em outro momento, o contato com o tema norteador da pesquisa – velhice – existe desde a graduação, através da participação em iniciativas extensionistas. Daí em diante, enveredamos por questões transversais que perpassavam o núcleo temático, sem afastar-se dele.

Não se trata, portanto, de um universo desconhecido. A propositura da questão problematizadora deste trabalho específico surgiu, inclusive, através do conhecimento prévio sobre a participação de idosos em grupos, na cidade de Campina Grande – PB. Arelado a isso, a participação na condição de ouvinte na Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em Campina Grande – PB, em julho de 2011, condicionou a

¹⁰ A opção por realizar pesquisas nos portais das instituições de ensino superior nesses estados – Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte – aconteceu devido à localização dos mesmos, que estabelece limite geográfico com a Paraíba.

delimitação do tema a ser trabalhado. Não participava da mesma como pesquisadora, nem como representante de alguma entidade da sociedade civil ou órgão público, mas como interessada no tema. Como, no momento, estudava sobre a perspectiva da alteridade entre idosos institucionalizados e idosos que realizam ações de caridade junto a estes, havia um envolvimento voltado ao ambiente de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos e todas as limitações referentes à autonomia funcional dos sujeitos que nela residiam. Em paralelo a esse momento, envolver-se com discussões direcionadas aos direitos dos idosos, proferidas, em sua maioria, pelos próprios interessados, foi um marco no modo de perceber as múltiplas faces da velhice nos dias atuais. Ao participar do evento durante dois dias, verificou-se relevante participação de idosos inseridos em grupos e associações, que aproveitaram o espaço para propor alternativas de mudanças, expuseram seus interesses, demandas, ou seja, conquistaram sua vez e fizeram ouvir sua voz! Dentre estes, foram eleitos delegados que representaram o coletivo campinense, na Conferência Estadual, com sede em João Pessoa – PB, e daí, outros delegados foram eleitos para apresentar as demandas elencadas na Conferência Nacional¹¹, em Brasília – DF.

Os chamados grupos “de terceira idade” sempre estiveram vinculados ao universo das práticas lúdicas, da sociabilidade geracional em suas várias dimensões. Foi interessante observar esses mesmos idosos que, nas análises dos estudiosos, assimilaram

¹¹ A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa congrega entidades representativas de segmentos (poder público municipal e sociedade civil) para discutir sobre os temas apontados pela convocatória publicada pela Conferência Nacional, de forma antecipada, para que cada ente da Federação possa se preparar adequadamente. Espaço participativo, por excelência, a Conferência Municipal promove momentos de discussão sobre políticas públicas, de acordo com os eixos propostos e elege delegados, de forma proporcional, para representar as demandas do município na Conferência Estadual. Sediada nas capitais, as Conferências Estaduais, de modo semelhante, possuem como finalidade reunir os delegados municipais para refletir, discutir e avaliar as ações dirigidas à pessoa idosa, quanto à participação e a efetividade dos direitos conquistados. Em cada Estado, delegados são eleitos para participar da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que acontece em Brasília. As decisões aí emanadas, através do acatamento de um Regimento Interno elaborado para normatizar as discussões, constituem uma série de deliberações, inseridas nos quatro eixos temáticos apresentados, que atuarão como subsídio para as ações futuras.

Para fins de explicitar a historicidade desse espaço deliberativo, essas Conferências surgiram enquanto desdobramento da aprovação do Estatuto do Idoso, em 2003: “A Secretaria Nacional dos Direitos Humanos reorganizou o Conselho Nacional do Idoso, tornou-o deliberativo e realizou várias ações de formação e de defesa de direitos, como a realização das Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa” (MORAGAS MORAGAS, 2010, p. 263).

Ainda recuperando o histórico desses espaços deliberativos, em 2006 foi realizada a I Conferência Nacional, com o tema “Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI”. A II Conferência, por sua vez, aconteceu em 2009, com o tema “Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Avanços e Desafios”. Já no ano de 2011, a III Conferência aconteceu sob o tema “Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil”. No ano de 2015 foi realizada a IV Conferência, cujo tema versou sobre “Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades”.

(ou foram assimilados) pela lógica mercadológica da “terceira idade”, mobilizando uma coletividade para participar desse espaço decisório. Além disso, ter o primeiro contato com a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campina Grande e Região e seu caráter politizado no debate ampliou o olhar sobre tal categoria, que ainda remete aos direitos relativos ao mundo do trabalho.

Através da influência de tais subsídios empíricos, na produção do projeto para o nível de doutorado acadêmico, foi lançada a seguinte problematização: A participação de idosos em grupos e associações influencia na elaboração/execução de políticas públicas no Estado da Paraíba, repercutindo nas formas de vivenciar e de “ser velho” na sociedade atual?

A pesquisa foi desenvolvida no período que compreende de agosto de 2013 ao primeiro semestre de 2015. Praticar a concepção de que a realidade antecipa-se à teoria, nos levou a buscar, inicialmente, as fontes “oficiais” de dados sobre as ações desenvolvidas com idosos no Estado da Paraíba. Para tanto, visitamos, no segundo semestre de 2013, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH, na qual existe a Coordenação da Política Estadual do Idoso e da Pessoa com Deficiência, para questionar sobre as ações relacionadas ao segmento idoso na Paraíba, bem como ter acesso aos dados referentes a esse público específico. Segundo informações colhidas nesta instância governamental, com tabelas contendo número de idosos em espaços distintos, em cada município, há significativa participação em grupos que congregam idosos para encontros de sociabilidade no período diurno (Centros Dia e Centros de Convivência), mantidos pelo poder público estadual ou municipais, além de Instituições de Longa Permanência para Idosos, Centros Sociais Urbanos e inúmeros grupos de “terceira idade” distribuídos por municípios do Estado, elencados em momento posterior neste trabalho.

Como foi dito acima, esse processo de pesquisa não lidava com um objeto desconhecido. Contudo, os espaços e lugares a serem selecionados para desenvolver o estudo, bem como os sujeitos que neles estão inseridos, exigiram uma reinvenção do “conhecer” e do “pesquisar” sobre idosos. Para se atingir a “profundidade” requerida pelo grau de relevância acadêmica, resolvemos nos aproximar, além da conhecida área campinense, também dos espaços que congregam idosos na cidade de João Pessoa – PB, capital paraibana. Detentores do maior número de indivíduos acima de 60 anos no Estado, tais municípios são significativos para o universo da pesquisa.

A proposta de desenvolver uma discussão sobre políticas públicas direcionadas para idosos na Paraíba é abrangente e, portanto, pretenciosa. Reconhecemos, nesse momento, que a pesquisa possui limites explícitos, visto que abrangemos João Pessoa e Campina Grande e, nestes municípios, apenas quatro espaços com atividades específicas à pessoa idosa. Contudo, a aproximação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, através da Política Estadual do Idoso, contribuiu para fornecer informações sobre as ações demandadas e executadas pelo poder público sobre essa parcela crescente da população paraibana.

A partir da informação inicial adquirida na Secretária de Estado de Desenvolvimento Humano, selecionamos espaços que são representativos, enquanto promotores da sociabilidade geracional, nos referidos municípios e a nível estadual: Centro de Convivência Municipal do Idoso – Conviver (CG) e Centro de Convivência do Idoso (JP). Sobre as instâncias de representação da sociedade civil, selecionamos a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campina Grande e Região (CG), Central dos Idosos, Pensionistas e Aposentados do Estado da Paraíba (JP) e Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba (JP). O conhecimento sobre a existência dessas entidades aconteceu a partir de buscas no banco de dados virtuais, disponibilizados pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), que relaciona todas as associações locais e federações agregadas. A pretensão era selecionar um Centro de Convivência Municipal e uma Associação de Aposentados e Idosos, em cada município selecionado. Contudo, durante os contatos “*in loco*”, obtivemos a informação de que, ao contrário de Campina Grande, em João Pessoa, o Centro de Convivência do Idoso é de competência do Estado, sendo o poder municipal responsável por grupos que se reúnem em outros espaços (igrejas, Sociedade de Amigos do Bairro, Centros Sociais Urbanos, etc.). No caso da Associação, a sede em que está alocada a entidade responsável pela área geográfica de João Pessoa também sedia a Federação, que congrega todas as Associações do Estado, sendo esta pessoa jurídica mais recente que as demais.

Os Centros de Convivência pesquisados, que congregam idosos de inúmeros grupos, são entidades vinculadas e mantidas pelo poder público municipal campinense e estadual (sede em João Pessoa), o que, por si só, já se pode considerar um dado de pesquisa. As Associações são entidades dotadas de personalidade jurídica, de direito privado, regidas por um Estatuto Social e que, embora com autonomia, são submetidas

às instâncias superiores, que organizam a própria entidade, tais como federações (estaduais) e confederação (nacional).

Selecionados os espaços, e paralelo ao processo contínuo de reflexão teórica, passamos a acercar-nos do campo de pesquisa. Para tanto, visitamos a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campina Grande e Região, com sede em Campina Grande – PB, no primeiro semestre de 2014. Este espaço, especificamente, constituía-se em uma “novidade” na trajetória de investigação sobre velhice, embora já conhecesse propostas de associativismo semelhantes, estudadas por especialistas no tema. Devido ao desconhecimento empírico particular, houve um processo gradativo de aceitação mútua entre informantes e pesquisadora. O idoso que sempre me recebia na Associação não entendia ao certo a minha presença no ambiente e eu procurava entender o novo campo de estudo, com sujeitos semelhantes e tão diferentes ao mesmo tempo. O vínculo foi algo construído no cotidiano, bem como a confiança para disponibilizar informações.

Aproximei-me, no mesmo período, do Centro de Convivência do Idoso – Conviver, em Campina Grande, ambiente já conhecido em outro momento acadêmico. Novamente, procurei uma instância pública, a Secretaria de Assistência Social do município, para uma informação prévia. A informação fornecida pela Gerência do Idoso era de que o local estava “saturado” com estagiários de diversas áreas, das universidades públicas e privadas, além de pesquisadores. Mesmo com essa ressalva, mediou o contato com a coordenadora do local e esta permitiu o acesso à pesquisa.

No segundo semestre de 2014, em João Pessoa, mantive contato com a Central dos Idosos, Pensionistas e Aposentados do Estado da Paraíba (CENIPA) e com a Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba, que compartilham a mesma sede. A recepção e o entendimento de ambas as partes aconteceu de forma facilitada, com ampla disponibilidade de acesso às informações necessárias. Da mesma maneira ocorreu no Centro de Convivência do Idoso, no referido município.

A atitude de buscar informações em instâncias públicas no município de Campina Grande e na Secretaria de Estado possuía uma finalidade específica, muito além de produzir informações, que poderiam ser obtidas através de pesquisas em portais virtuais: era o discurso *oficial*, a oportunidade de esclarecerem as *ações* em prol desse segmento e o *conhecimento* que possuíam sobre os sujeitos inseridos na área geopolítica que se responsabilizavam. A princípio, foram diálogos informais, contatos despretensiosos, mas que revelaram um discurso “pronto”, que *poderia* contrapor-se ao

que encontraria nas práticas cotidianas dos grupos e associações. São também parte do nosso objeto de pesquisa, enquanto poder público, daí o interesse em estabelecer diálogos com essas fontes “oficiais”.

2.4 A Investigação e os Participantes da Pesquisa

A pesquisa de orientação qualitativa requer que nos aproximemos de forma detida sobre o objeto. O contato com o espaço explicita como o mesmo se estrutura e como os indivíduos que o compõem se deslocam por ele. Nesse processo, identificamos indivíduos que se sobressaem como lideranças nos espaços, seja de forma condicionada (nomeação, indicação política, eleição direta) ou “espontânea” (conjunto de atitudes e discursos que alçam o indivíduo a ser apontado como líder de um grupo).

Nesse momento, reconhecemos que:

... o ator social não tem uma função neutra de informações colocadas à disposição do pesquisador, mas desenvolve um papel ativo que condiciona o processo cognoscitivo. Ele assume, no curso de uma pesquisa empírica, um duplo papel: de um lado é parte do objeto de estudo do pesquisador, e de outro, enquanto sujeito discursivo, age também como *médium* entre o pesquisador e a realidade social mais ampla que ele está investigando (RANCI, 2005, p. 44, grifo do autor).

Compartilhando esse entendimento sobre o papel do ator social – participante e/ou interlocutor – de uma pesquisa, entendemos que os sujeitos participantes da referida pesquisa desenvolvida congregam em si tais características, na medida em que agem e reagem diante da realidade. Ademais, a observação dos espaços selecionados levou-nos a elencar critérios de escolha dos participantes a serem entrevistados. Na Associação de Aposentados em Campina Grande, selecionamos o presidente e o tesoureiro da atual diretoria, visto que possuem maior assiduidade no local e nas ações realizadas. Pela mesma motivação, na Associação e Federação, em João Pessoa, estabelecemos contatos mais focados com os presidentes de ambas as entidades, visto que, como esclareceremos logo mais, eles trabalham em conjunto. São reconhecidos como líderes, além de representantes legítimos das demandas de um coletivo. Nos Centros de Convivência, selecionamos uma amostra de oito idosos (quatro em cada Centro), que participam com frequência dos momentos promovidos pelos Centros (Apêndice I). Além disso, entrevistamos as coordenadoras dos Centros de Convivência,

bem como as coordenadoras da Política Estadual do Idoso, em João Pessoa, e da Gerência do Idoso, em Campina Grande. Ressaltamos, nesse momento, que a Gerência do Idoso vinculada à Secretaria de Assistência Social, do município de Campina Grande, não aparece como campo de estudo específico, na medida em que nosso objeto enfatiza as políticas estaduais. A sua participação na pesquisa se dá na condição de instância mediadora entre os interesses dos idosos a quem representa geograficamente e as políticas executadas pelo Estado.

Em relação às questões de gênero, e conforme já foi indicado, esclarecemos que, nas Associações, as diretorias são essencialmente masculinas, com mulheres ocupando apenas os cargos de secretaria e/ou tesouraria. As decisões e referências em tais grupos são, historicamente, masculinas. Por outro lado, os Centros de Convivência e os espaços do poder público, destinados à atuação junto aos idosos, são chefiados por mulheres. Nos Centros e em grupos de “terceira idade” a presença de idosos é essencialmente feminina. Embora não possua representatividade expressiva para fins de uma amostra, entrevistamos 1 (um) homem que também participa desse espaço. Determinou-se, portanto, entrevistas com um homem e três mulheres no Centro de Convivência do Idoso, em João Pessoa e quatro mulheres no Centro em Campina Grande. Isso aconteceu como consequência da maior disponibilidade e abertura demonstrada pelas idosas. Devido a tais características apresentadas, nosso *corpus* de análise ficou assim definido.

Quando necessário, as entrevistas com alguns sujeitos participantes da pesquisa foram repetidas/refeitas, inserindo novos pontos a serem dialogados. Isso aconteceu devido ao insuficiente esclarecimento de questões pontuais levantadas/tratadas no trabalho e percebidas no momento da análise dos dados.

Contudo, os critérios estabelecidos para a inclusão dos participantes na pesquisa, ainda atenderam a certos pressupostos firmados pela pesquisadora. Assim, os critérios foram os seguintes: os sujeitos deveriam ter idade igual ou superior a 60 anos de idade; também deveriam estar lúcidos, com níveis de orientação que os capacitasse a responder as perguntas e compartilhar com a entrevistadora as experiências adquiridas em parte de sua vida. Por fim, todos os informantes deveriam consentir em participar da pesquisa de livre e espontânea vontade, expressando por escrito e oralmente sua postura de aceitação.

As escolhas instituídas pela pesquisadora, antes de iniciar o processo de ter acesso aos dados, justificam-se por terem a finalidade de preservar a confiabilidade e

seriedade da pesquisa que vinha a ser realizada. Esclarecemos que o recorte etário do estudo, ainda com as ressalvas conceituais apontadas no primeiro capítulo, atenderá aos pressupostos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera idosos os indivíduos com 60 anos e mais de idade, para os chamados países em desenvolvimento.

Além disso, foi necessário que o informante fosse dotado de níveis de orientação no tempo e espaço adequados, visto que o transcorrer de uma entrevista de natureza qualitativa requer que todas as informações fornecidas sejam analisadas profundamente. Então, qualquer distorção, proposital ou não, por parte do participante, provocaria lacunas e falhas ao estudo realizado, embora cientes das possíveis interferências que podem acontecer no transcorrer de um depoimento. Destacamos ainda que, antes do início de cada entrevista, esclarecíamos os objetivos da pesquisa e obtínhamos consentimento oral e gravado para iniciarmos o diálogo.

As experiências adquiridas ao longo do processo investigativo possibilitam o entendimento de que a relação entre o pesquisador e os sujeitos sociais:

... constitui um requisito funcional para a atuação concreta da pesquisa social; ao mesmo tempo ela age como um fator que influencia a definição do objeto de pesquisa; enfim ela constitui o campo no qual se realiza aquele processo de natureza interativa, representado exatamente pelo desenvolvimento de uma pesquisa, através da qual dá-se a construção social do objeto e da sua explicação (RANCI, 2005, p. 45).

Nesse sentido, a seleção dos sujeitos participantes de uma dada pesquisa é de crucial importância para o decorrer de todo o processo de obtenção de dados na realidade empírica, visto que a interação constante entre o pesquisador e o ator social, possibilita a construção do conhecimento sobre o objeto pesquisado e os significados que se desdobram a partir dele.

2.5 Sobre Como ter Acesso aos Dados: A “Escolha” dos Instrumentos de Estudo

Quando caracterizamos o percurso metodológico necessário para a realização da pesquisa, ressaltamos a *historicidade* do objeto das Ciências Sociais e a consequente complexidade que essa característica impõe no desenvolvimento da pesquisa de caráter qualitativo. O campo de apreensão em que as chamadas Ciências Sociais atuam é

perneado por teorias e instrumentais que nos permitem aproximarmo-nos, embora com restrições devido à dinamicidade da realidade, das minúcias da vida humana em sociedade.

Os instrumentos de pesquisa utilizados para a obtenção dos dados foram: coleta documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas e entrevistas em profundidade. Articulados e/ou acionados de forma individualizada, esses instrumentos possibilitaram a apreensão da realidade pesquisada.

Caracterizada como documentação indireta, a coleta documental despontou na pesquisa para acessibilizar, através de documentos oficiais, dados referentes ao objeto de estudo. Nas Associações, tivemos acesso às atas das reuniões ordinárias realizadas desde a fundação, estatuto social, além das fichas de dados dos associados. Nas instâncias públicas, houve o acesso à lei que regulamenta o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, aos arquivos “oficiais” das ações de tais instâncias junto aos idosos, além de cartilhas e materiais informativos (Anexo I) elaborados para divulgar os desdobramentos dessas ações nas vivências dos beneficiados. Ademais, ainda como material documental, utilizamos fontes estatísticas, através dos dados produzidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Anexo II) e pelo INSS (Instituto Nacional de Serviço Social – Anexo III), na medida em que fundamentamos certos argumentos, a partir do uso de porcentagens referentes às características da população. No nosso caso, expectativa de vida, amostra populacional, número de idosos e aposentados, entre outras.

Articulada a essa coleta documental, houve o registro fotográfico (Apêndice IV), em câmera digital, do ambiente pesquisado, com autorização prévia: certificados de excelência dos serviços prestados à comunidade, reconhecimento de destaque por uma trajetória de atuação, registros dos espaços de encontros coletivos, entre outros. Não pretendemos elaborar uma análise dos registros visuais, das fontes imagéticas. Embora reconheçamos a relevância de tais estudos, os registros atuaram como um apoio na captação do *lócus* de pesquisa, o que culminou por ilustrar também a disposição dos espaços, os usos, hábitos e atividades desenvolvidas.

Como o Centro Municipal de Convivência do Idoso, em Campina Grande – PB, já era um espaço conhecido pela pesquisadora e, inclusive, registrado em outro momento de pesquisas acadêmicas, optamos por apresentar fotografias captadas no ano de 2008 e na pesquisa atual desenvolvida, entre 2013 a 2015. Embora não se constitua um objetivo da pesquisa proceder a um parâmetro comparativo, acreditamos ser

interessante observar possíveis permanências e descontinuidades nas atividades e práticas dos sujeitos participantes.

A observação direta, técnica largamente utilizada nas Ciências Humanas, possui como finalidade dar conta dos diversos aspectos que se apresentam na realidade. Não se trata meramente de uma postura passiva, de ver e ouvir, mas de ampliar esses sentidos para uma análise minuciosa dos fatos que pulsam nas entrelinhas dos discursos e práticas sociais presentes no campo de estudo. Buscando apreender tais minúcias impregnadas de subjetividade, entendemos que o instrumental de pesquisa que acionamos na prática de se debruçar sobre a realidade empírica não impede que, enquanto pesquisadores, sofram e provoquemos interferências no campo. O “sujeito” e o “objeto” constroem-se através das trocas e do jogo dinâmico social a que estão submetidos.

Reconhecemos, ainda, que a observação deve ser sistemática, ou seja, focalizar os elementos-chave para a pesquisa, não distanciando-se do objeto de estudo: idosos inseridos em formas de associativismo contemporâneo e poder público. Assim, observamos discursos, práticas, relações de lideranças (espontâneas e/ou impostas), sociabilidade. Recuperando a metáfora da ação teatral, teorizada por Goffman (2009), a finalidade de uma pesquisa social é, paulatinamente, romper com a *região de fachada*, que consiste em uma representação para a plateia, onde todos assistem o espetáculo passivamente, havendo, assim, o desempenho de um papel ideal e adentrar na *região de fundo ou os bastidores*, onde tudo é preparado e a realidade pode ser visualizada de forma mais clara e autêntica. Trazendo esse debate para a realidade da pesquisa social, ponderamos que as impressões que o investigador e os sujeitos procuram projetar são as que julgam favoráveis à realização dos seus objetivos, uma vez que o pesquisador procura obter informações de *fundo* e, paralelo a isso, os sujeitos tentam proteger seus *segredos*.

Goffman afirma que a interação social pode ser definida como uma influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando presentes fisicamente. Ou seja, essa interação pode ocorrer em qualquer ocasião quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença de outros. Através de informações sobre o outro e da interação social em si, os indivíduos procuram controlar as impressões que os outros recebem. Então, a interação social é visualizada e analisada do ponto de vista do controle das impressões. De forma mais aproximada ou distanciada, essas intrincadas

situações estabelecidas entre os indivíduos estão presentes na interação social – investigador e sujeito – durante uma pesquisa.

Com a escolha dos sujeitos participantes da pesquisa, selecionamos a técnica da entrevista, para oportunizar um maior conhecimento do outro. Embora se particularize enquanto um diálogo de caráter profissional, por ser face a face, garante trocas que vão além do levantamento metódico de informações de um “sujeito” que é “fonte” utilitária de pesquisa, promovendo um (re)conhecimento de si, no outro. Para tanto, o investigador deve desenvolver sensibilidades para aproximar-se do sujeito em condições muito peculiares. Elaboramos roteiros de entrevista semiestruturada (Apêndice II), para cada grupo pesquisado, que atuaram como importantes elementos para buscar informações sobre as realidades que se desdobravam nesses espaços. A opção por esse tipo de entrevista ocorreu por ser sistemática e, ao mesmo tempo, possibilitar que, ao longo do diálogo estabelecido, novas informações surjam, bem como *insights* sejam incorporados.

As entrevistas foram gravadas através de aparelho específico, com autorização oral e escrita dos entrevistados. As gravações possibilitaram posteriores transcrições dos relatos. Tourtier-Bonazzi (1998, p 239) alerta, contudo, que:

(..) o fato de ler em vez de ouvir priva o historiador de muitas contribuições da forma oral: entonação, ênfase, dúvidas, rapidez ou lentidão nas reações, risos, repetições; e portanto, corre-se o risco de privilegiar a leitura a ponto de renunciar à escuta. Por outro lado, toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade; de certa maneira, é uma traição à palavra.

Ainda nessa perspectiva, Pollak discute a função que o silêncio desempenha em pesquisas onde a oralidade e a memória são elementos essenciais, afirmando que “essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (1989, p. 81). A apreensão oral, possível através da entrevista, é única e significativa para o desenvolvimento de uma pesquisa. Trata-se de versões sobre fatos ocorridos e de projetar suas perspectivas futuras, de praticar o poder da oralidade, dos silêncios e de fazer usos de elementos acima expostos pelos autores, de forma espontânea ou inconsciente.

No decorrer dos diálogos estabelecidos, informais ou metódicos, uma particularidade sobressaiu entre os entrevistados inseridos nas Associações e nos grupos de idosos: uma trajetória familiar complexa, um passado de luta coletiva, de experiência sindical, de ocupação atuante nos espaços da vida, entre outros. Trajetórias, portanto, que contribuem para elucidar e/ou problematizar os lugares atuais de ocupação.

Embora não tenha despontado como objetivo na ocasião da produção do projeto de pesquisa, a técnica da entrevista em profundidade com os participantes da pesquisa vem contribuir para conferir vivacidade e processualidade ao nosso estudo. Não foi opção (ou escolha) da investigadora, portanto. Despontou como elemento que o campo impulsionou e que, quase como exigência, não poderíamos deixar de ampliar nossos sentidos para ver, ouvir e nos deslocar no tempo/espaço. Mais um momento de “vaivém” da pesquisa, de adaptar às projeções pensadas aos aspectos imprevisíveis do campo, de “fazer-se” junto com o objeto.

Assim, ao questioná-los sobre o lugar de atuação nos dias atuais, os idosos recorrem à memória para explicar as motivações que os condicionaram a ocupar posições de liderança e/ou a participação coletiva na atualidade, elementos que contribuem na construção identitária. Relacionam, portanto, sua trajetória de vida e a vivência cotidiana atual. Nessa perspectiva, segundo Ferreira: “refletindo todo um universo de representações e significados, a memória, atualizada pela categoria lembrança, constitui, ela própria, uma representação que os sujeitos fazem da própria vida” (2007, p. 208).

Recordamos ainda, nesse momento, Goldenberg, quando afirma:

(...) Todos mudam durante a vida, mas sem perder a identidade que já existia quando éramos jovens. As raízes, o passado, o ancoradouro no mundo permanecem. E é por meio deles que se definem os objetivos de um projeto de vida. Assim, não é possível inventar arbitrariamente projetos para si mesmo. É preciso que esses projetos estejam inscritos no passado de cada um, como exigências a serem realizadas (2013, p. 26).

Com a finalidade de contemplar esse objetivo, utilizamos a técnica da entrevista em profundidade (Apêndice III) com oito participantes dos espaços pesquisados, para nos aproximarmos das trajetórias individuais e coletivas dos idosos. Além dos critérios elencados acima, a escolha destes participantes para o uso da técnica da entrevista em profundidade se deu pela sua atuação com maior assiduidade, bem como envolvimento

nas atividades internas e externas propostas nos espaços pesquisados. Esse caráter assíduo e engajado destes sujeitos foi observado no cotidiano da pesquisa e reforçado nas falas dos gestores e/ou outros participantes dos grupos e Associações em entrevistas e diálogos informais. Articulam-se, então, os caminhos profissionais de atuação politizada, as vivências de velhice e de ser aposentados e/ou participantes de grupos, repercutindo na identidade de ser idoso engajado. Memória individual que repercute em experiência social.

Essa técnica, por ser complexa e buscar aprofundar aspectos que uma entrevista de cunho semiestruturada não abrange, permite perpassar do nível individual para o coletivo mutuamente, perscrutando os aspectos subjetivos em relação com o social. Os enfoques específicos em passagens de “relevância” das suas vidas, o ponto de partida, bem como os caminhos do curso da vida foram relatados de forma relativamente livre, trabalhando com referenciais particularizados. Conferiram, portanto, o tom e indicaram o caminho por onde deveriam percorrer. A entrevistadora, nesse momento, passou a apenas orientar, de forma não invasiva, o percurso inicial a ser trilhado e ser ouvinte, na maior parte do tempo. Segundo Melo, essa técnica:

... traz para a análise a questão da fragmentação e da totalização da experiência no contexto moderno, mostrando como a memória é um elemento importante na dinâmica de construção de significados e mesmo como ela se modifica e se (re)articula conforme a posição que o indivíduo ocupa e as relações que estabelece nos diferentes grupos do qual participa, estando também submetida a questões inconscientes como o afeto, a censura, entre outros (2010, p. 20).

A relação pesquisador/sujeito, imbuída por aspectos que fogem aos estereótipos atribuídos e mediada pelo uso de técnicas acima discutidas, constitui o aspecto complexo da pesquisa qualitativa. Os estudos sociológicos e antropológicos despontam, cada vez mais, como ciências que confrontam subjetividades, uma vez que o homem necessita do outro como seu espelho e guia. Os elementos que os manuais de metodologia apontam como limitações e/ou desvantagens das técnicas de pesquisa social, tais como o envolvimento, empatia, antipatia, pequeno grau de controle sobre situações, influências externas, no nosso entendimento, despontam como dados de pesquisa. São o sangue, a carne e o espírito (MALINOWSKI, 1984) de toda realidade investigada no plano social. Na medida em que o investigador estiver atento, possuir experiência e desenvoltura para trabalhar com isso transforma o que poderia ser um

entreve, em possíveis *insights* do objeto. Na esteira desse entendimento, Ginzburg assevera que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (1989, p. 177). É precisamente nesse campo de percepções nem sempre visíveis, permeadas por não-ditos, que a pesquisa necessita buscar por indícios, pistas, que levem a compreensões mais aproximadas da realidade, problematizando as questões que surgem no decorrer do processo de investigação social.

Berremán (1990) afirma que o controle de impressões corresponde a um problema básico da interação social. Essas impressões são resultado de observações e inferências, construídas a partir do comportamento de indivíduos quando estão sendo observados ou quando não sabem que estão sendo observados. Então, cada indivíduo, ao controlar suas impressões, tentará fornecer ao outro, a *impressão* que melhor se adapta aos seus interesses.

Nas Ciências Sociais, a relação sujeito e objeto acontece de forma relacional. Ambos já existem anteriormente e, juntos, são submetidos a intervenções/transformações de via dupla. Analisando de forma mais detida, percebemos que não há escolha, seleções e estruturas pré-concebidas se o investigador(a) for ao *campo* aberto ao novo, às sensações, ao desconhecido, aos elementos que pulsam no *campo* e apenas nele. Como afirmava Malinowski, há fenômenos relevantes que não devem ser registrados através de perguntas, mas observados minuciosamente na sua realidade, são os chamados *imponderáveis da vida real*. Ali, no campo, está o objeto vivo, ativo, inserido numa lógica complexa, imbuída de símbolos, de significados, que os textos teóricos não comportam, visto que nestes já houve a cristalização de categorias e interpretações da realidade. Trata-se de uma tentativa de uma troca de experiências, mas não a experiência em si. Esta, apenas o campo possibilita.

Como havíamos prenunciado, as etapas previstas são redimensionadas na prática de uma pesquisa. Técnicas e métodos selecionados para torná-la possível, sofreram acréscimos e supressão durante o processo investigativo, como é o caso do questionário, que optamos por não utilizar. Devido a isso, combinamos técnicas e métodos durante a produção de dados, na pesquisa de campo, e na análise do material colhido.

2.6 A Investigação Continua: Produção e Análise de Dados

Nos tópicos acima elencados, esclarecemos os vieses da pesquisa empreendida. Para tanto, foi apresentada a forma de documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica, bem como a documentação direta, de campo, utilizando métodos e técnicas específicas para a consecução desse fim.

Ao recuperar teóricos, clássicos e contemporâneos da antropologia, reconhecemos as implicações da pesquisa qualitativa participante/etnográfica adquirem. Realizando uma incursão sobre as perspectivas de alguns deles, vislumbramos um panorama instigante e passível de múltiplos olhares e apreensões.

No clássico estudo antropológico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado em 1922, Malinowski discorre sobre o trabalho de campo etnográfico realizado junto aos nativos das Ilhas Trobriand. Nesse estudo, apresenta as situações que um pesquisador se depara no ambiente de estudo e problematiza as formas de ser “eu” diante desse “outro”, que eu desejo conhecer. Sobre a prática de pesquisa em si, Malinowski enfatiza a necessidade de estabelecer uma distinção entre os resultados das observações diretas e das declarações e interpretações dos sujeitos nativos dos espaços pesquisados e, por outro lado, entre as conclusões do autor, baseadas no seu bom-senso e percepções pessoais.

Partindo desse embasamento, a produção de dados aconteceu de forma contínua, com a finalidade de atingir o objeto de estudo, compreendê-lo e discuti-lo. A aproximação com o campo ocorreu de forma paulatina. Reservas e não-entendimento dos “reais” objetivos da minha presença no local deram lugar à abertura de arquivos privados para a coleta documental acima descrita, diálogos informais, convites, anuência para a captação de registros fotográficos, disponibilidade para entrevistas.

Ressalto que o fato de ser pós-graduanda “doutora”, segundo eles, facilitou o acesso aos espaços e não só pelo conhecimento prévio de alguns destes, como foi expresso acima, mas pelo *capital cultural* (BOURDIEU, 1983b) que associaram à carta de apresentação da minha pesquisa, respaldada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB, que entreguei no momento em que conheci os representantes de cada espaço. Na Associação de Aposentados, fizeram questão da minha presença nas reuniões ordinárias e, durante uma delas, reservaram um momento na pauta para que eu me apresentasse e expusesse os objetivos da pesquisa para o coletivo. Embora não tivesse solicitado isso, percebi que o presidente assim o fez para justificar aos demais a minha presença no local, destacada pelo fato da minha aparência dissociar-se do físico dos demais associados, bem como para conferir reconhecimento ao nível do meu estudo

e autoafirmação de que o que eles *fazem* é relevante o suficiente para ser assunto de “doutor” universitário, conferindo prestígio ao espaço e função que ocupam na atualidade. Fato semelhante aconteceu no Centro de Convivência e junto ao poder público. Se a aparência física atuou como aspecto definidor em um campo caracterizado por demarcação etária, o grau do estudo adquirido foi percebido como elemento de distinção para eles e para mim.

A observação realizada se deu nesse contexto de interações entre sujeitos e pesquisadora, em todos os momentos nos quais se dava o encontro com o objeto de estudo. Os cenários, sujeitos e práticas foram objeto de investigação constante e contínua, o que provocou novas questões a serem respondidas.

A realização de entrevistas requer do pesquisador certos cuidados específicos: selecionar o participante, lugar adequado para que a mesma transcorra sem maiores transtornos e o roteiro semiestruturado, com questões norteadoras da pesquisa, mas que possibilitam horizontes além dos traçados previamente e, por outro lado, contribuem com meios capazes de traçar comparações e análises entre as declarações realizadas.

Ao longo da pesquisa de campo, estabelecemos contato com os informantes da pesquisa para assegurar a participação dos mesmos. Cada entrevistado teve uma explicação minuciosa sobre o objeto, os objetivos da pesquisa e os instrumentos de levantamento de dados. Ciente da importância da sua participação para o desenvolvimento satisfatório da pesquisa e a partir do esclarecimento das dúvidas que surgiram, o indivíduo foi convidado a ser entrevistado. Com a concordância estabelecida, acertamos o dia e horário e local mais propício, conforme a disponibilidade e preferência do informante, de modo ao pesquisador se adequar às necessidades do entrevistado. No início, procurávamos estabelecer um diálogo prévio, de modo a descontrair e transmitir confiabilidade para o participante. Novamente, explicávamos os elementos norteadores da pesquisa, o motivo pelo qual precisava que a entrevista fosse gravada, assegurando o sigilo da identificação dos informantes e a liberdade que o entrevistado possuía de interromper a conversação se houvesse necessidade.

Assim, as entrevistas foram realizadas com duração de cerca de 40min a 01h35. A maioria delas aconteceu, individualmente, em espaços específicos nos quais os participantes da pesquisa estão inseridos: em salas privadas, nas quais acontecem reuniões mais reservadas das Associações. Nos Centros de Convivência, as entrevistas aconteceram em ambientes diversos, priorizando a comodidade e privacidade dos

participantes. O presidente da Federação, contudo, concedeu entrevista em uma sala que ocupa enquanto chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania de João Pessoa, o que culminou por revelar sua condição simultânea de aposentado e trabalhador ativo. No caso das coordenadoras dos espaços relativos ao poder público, as entrevistas individuais aconteceram nas próprias salas que ocupam.

A opção por permanecer em tais espaços foi feita por cada entrevistado, contudo, se mostrou significativo porque correspondem a lugares, por excelência, onde as relações são/estão estabelecidas, além dos registros do que já ocorreu, recordações de um tempo de outrora, resignificados nos dias atuais. A escolha desses ambientes, embora alguns deles fossem ausentes de privacidade e propensos a interrupções durante a realização das entrevistas, possibilitou a observação, durante o processo de investigação do campo, de aspectos referentes à vigilância, imposição de hierarquias, conflitos, expressões de afetividades, entre outros. Nesse sentido, certamente, o local de realização de entrevistas contribui para revelar os ditos e não-ditos em uma situação de interação tão peculiar como uma entrevista.

Segundo Tourtier-Bonazzi (1998, p. 234):

é indispensável criar uma relação de confiança entre informante e entrevistador. Disso depende o sucesso. Essa necessidade de estabelecer certos vínculos explica por que alguns entrevistadores preferem interrogar as testemunhas individualmente, tornando mais fácil a intimidade através de um diálogo. (...) Essa relação de confiança exige do entrevistador uma grande disponibilidade e portanto parece indispensável ter um primeiro encontro com a testemunha, preparar o esquema da entrevista e voltar alguns dias depois para gravar.

É importante ressaltar, contudo, que umas das entrevistas foi realizada, ao mesmo tempo, com dois participantes. Trata-se dos presidentes da Central dos Idosos, Pensionistas e Aposentados do Estado da Paraíba (JP) e Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba (JP), respectivamente. Como foi dito, as entrevistas aconteceram de acordo com a disponibilidade e, portanto, ajustaram-se ao que melhor convinha aos entrevistados. Embora tenha recebido tal sugestão com reserva, devido à inexperiência com essa situação, a ausência de privacidade e individualidade que a conversação coletiva poderia provocar, a mesma transcorreu de maneira proveitosa. Trocas de informações, acréscimos à fala do outro, perspectivas diversificadas, respeito ao momento em que o outro falava, foram aspectos marcantes nessa experiência. Além

disso, foi possível entrever expressões faciais, gesticulações e entonações que também se constituíram em dado de pesquisa.

Em relação às quatro entrevistas com os agentes do poder público – as coordenadoras da Política Estadual do Idoso, da Gerência do Idoso e dos Centros de Convivência – esclarecemos que estas não desembocaram em narrativas de histórias de vida. Não houve espaço para tanto, visto que, embora acionando o aspecto subjetivo que caracteriza o indivíduo, estas entrevistas possuíam um objetivo específico: ouvir e conhecer a versão “oficial”, a versão do poder público sobre as ações efetuadas em prol dos idosos. Ainda que assumindo um passado de militância ou afinidade junto aos idosos, elas agora representavam a “voz” de uma forma de atuação coletiva, pública, própria de um modo de gerir as instâncias públicas. Não estava ali o indivíduo, mas a função que exerciam no arcabouço social.

Durante entrevista realizada com a coordenadora da Política Estadual do Idoso, a mesma pontou os canais que os idosos possuem para estabelecer contato com o poder público e destacar suas demandas. Dentre esses, que discutiremos posteriormente, ela destacou a participação de idosos durante as plenárias realizadas através de um instrumento denominado “Orçamento Democrático Estadual”, implantado na Paraíba desde 2011. Nesses momentos, realizados nas regiões geoadministrativas da Paraíba, os cidadãos adquirem o espaço de diálogo diretamente com o poder público – governador e seus secretários – e expõem suas demandas a serem executadas através de obras e serviços.

Diante dessa informação, consideramos a possibilidade de realizar um levantamento, entre os anos de 2011 a 2015, dos dados referentes à participação dos idosos nas plenárias, suas demandas apontadas e a posterior execução (ou não) destas. Além de se tratar de uma experiência inovadora no Estado, esses dados contribuiriam para lançar luz sobre a realidade paraibana, nos seus contextos específicos, necessidades e ações realizadas. Como o ODE está sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças, estabelecemos contato com os dirigentes responsáveis por tal pasta e, após o processo de esclarecimento da proposta da pesquisa, houve um acordo em ceder as informações necessárias. Contudo, diferentemente da abertura recebida na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, os dados solicitados não foram disponibilizados, o que inviabilizou a inserção dessa análise na pesquisa.

Algo muito particular que aconteceu no início das entrevistas foi o fato de que, quando era solicitado o consentimento para gravação das mesmas e garantida a preservação da identidade dos informantes, os membros da Associação enfatizaram: “*A gente aqui não tem sigilo não, a gente aqui é tudo aberto*”. Diante das manifestações de desinteresse desse critério de confidencialidade que os mesmos demonstraram, não manteremos sigilo dos nomes. Assim como no caso das coordenadoras, que, ocupando um cargo público, faz parte da “transparência” expor seu nome, função e seus princípios profissionais. Em relação aos idosos participantes dos Centros de Convivência, não se opuseram ao caráter de confidencialidade da pesquisa. Desta forma, quando transcrevemos fragmentos dos relatos concedidos durante a realização das entrevistas, nos capítulos do presente estudo, preservamos a identidade destes informantes, utilizando pseudônimos e idade dos entrevistados.

Quando pontuamos sobre a manutenção ou não do anonimato dos entrevistados, foi considerada a perspectiva de cada participante a respeito da preservação do sigilo de identidade. Durante o desenrolar de uma pesquisa, intensos debates são travados sobre o anonimato na construção do texto científico. Questiona-se: A serviço de que ou de quem é útil a preservação do anonimato das fontes de pesquisa? Ponderando sobre esse questionamento, o desejo expresso de cada participante foi considerado elemento soberano na identificação dos mesmos em seus espaços de atuação.

Ao longo das entrevistas, observamos as entonações, as ênfases e as reações que, algumas vezes, culminaram na interrupção momentânea da conversação. Cada entrevista foi transcrita lenta e integralmente, retornando a gravação sempre que necessário para preservar a essência do discurso proferido. As pausas foram interpretadas por reticências e os silêncios e recusas em responder determinado questionamento, representados por reticências entre parênteses.

Logo no início da entrevista, quando questionamos os participantes sobre as motivações para a inserção no grupo específico, o roteiro semiestruturado oportunizou que a mesma ganhasse ares de uma narrativa das suas trajetórias de vida, uma vez que nestes momentos, os idosos sempre se reportavam ao passado, à memória para justificar seu lugar na atualidade. Como não havia previsto tal fato, a entrevista retornou ao seu “formato original”, mas abriu espaço para a introdução da técnica da entrevista em profundidade, o que ocorreu posteriormente, de forma individual, com os quatro idosos dirigentes das Associações e quatro idosos participantes de Centros de Convivência.

Subjetividades e acontecimentos que marcaram momentos da sua vida são elementos presentes nas narrativas.

A partir das observações realizadas, da transcrição das entrevistas realizadas, iniciamos o trabalho de análise dos dados. Considerando a particularidade do nosso objeto de estudo, que se divide entre sujeitos da sociedade civil e agentes do poder público, de forma relacional, as análises procuraram dar conta desse universo permeado por relações de saber, poder, discursos e práticas.

No contexto de pesquisa realizada entre índios, Roberto Da Matta (1978) menciona três fases fundamentais de uma pesquisa. A primeira é caracterizada por ainda não haver contato entre o pesquisador e a tribo. É denominada de fase *teórica-intelectual*, marcada pelo abstrato conhecimento teórico, universal e mediado, ou seja, não é vivenciado pelo pesquisador, mas por terceiros. A segunda fase, por sua vez, denomina-se de período *prático* que é o momento que antecede a pesquisa. É marcado por preocupações banais, mas não menos importantes, que provoca a necessidade de planejamento. Por fim, a terceira fase, é a *pessoal ou existencial*, que deve sintetizar a biografia com a teoria e a prática do mundo com a do ofício. Nessa fase, o pesquisador passa a realmente trabalhar com pessoas, a aproximar-se do objeto e a se adaptar às suas peculiaridades e surpresas que se apresentam, além do choque existente entre a sua cultura e outra.

Articulando tal entendimento com a nossa realidade de pesquisa, podemos afirmar que, embora as fases não se sucedam da forma que o teórico apresenta, a aproximação com o objeto em suas múltiplas facetas, possibilita surpresas que, longe de atuarem como impasses, podem ser convertidos em dados de pesquisa, desde que a incorporação desse elemento inesperado não comprometa a tentativa de apreensão da realidade, mas que amplie nossa forma de observá-la.

CAPÍTULO 3

DESVENDANDO OS CENÁRIOS DE PESQUISA: CAMPO DA SOCIEDADE CIVIL E DO PODER PÚBLICO

“Impossível estudar o processo de envelhecimento sem refletir sobre as novas formas de sociabilidade que surgiram os últimos decênios. Entendemos que a sociabilidade estabelece um elo entre as interações cotidianas e as relações sociais efêmeras; elas podem ser práticas espontâneas exercidas nas praças, praias e centros comerciais ou podem ser coordenadas por organismos públicos ou privados, como os clubes e universidades da terceira idade, etc.”
(PEIXOTO, 2004, p. 11-12)

3.1 Introdução ao Capítulo

Essa sessão aborda, empírica e analiticamente, os cenários da pesquisa. Para tanto, descreveremos os espaços e relações estabelecidas e, a partir disso, desenvolveremos uma análise sócio-histórica sobre nosso objeto de estudo. Devido à especificidade deste, para favorecer a compreensão, a proposta é distinguir os cenários entre o campo da sociedade civil (Grupos de Convivência e Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos) e do poder público (Coordenação da Política Estadual do Idoso e da Pessoa com Deficiência e Gerência do Idoso). Mapeamos os grupos, nos aproximamos dos sujeitos e analisamos como estes dialogam com o Estado, diante das contradições, limites e perspectivas que se apresentam nas relações constituídas no cotidiano.

Por motivações já justificadas, “tratamos” os Centros de Convivência enquanto espaços *híbridos*. Vinculados ao poder público, são espaços criados, *formatados*, organizados e subsidiados por este. Contudo, ressaltamos que, embora condicionados por toda sua estrutura organizacional, os sujeitos que ali se inserem imprimem significados diferenciados nas práticas cotidianas dos Centros, o que os leva a demonstrar expressões de autonomia e exercer mudanças nas ações propostas. Deste modo, entendendo no plano empírico da pesquisa realizada que os sujeitos que participam dos Centros são aqueles que conferem vivacidade na experiência ali

constituída, os trataremos enquanto sociedade civil, mesmo admitindo que, no plano teórico, são poder público, representações do Estado.

Nesse momento, quando abordarmos algumas questões relativas aos direitos e deveres dos idosos, mencionaremos com frequência dois conjuntos de normatizações em prol deste segmento: Política Nacional do Idoso (BRASIL, 2010) e Estatuto do Idoso (BRASIL, 2007). A Política Nacional do Idoso, Lei Nº 8842/1994, teve por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, possibilitando a autonomia, integração e participação desse sujeito na sociedade, além de possuir a finalidade de criar o Conselho Nacional do Idoso, e toda a sua estrutura. Em contrapartida, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, após tramitar por sete anos no Congresso Nacional, foi aprovado e sancionado em 2003. Possui maior abrangência que a “Política”, na medida em que garante proteção e direitos aos idosos brasileiros, contemplando suas necessidades vitais (saúde, alimentação, moradia), culturais, subjetivas (liberdade, respeito, dignidade), além de instituir penas severas por ocasião do não cumprimento dos artigos dispostos no documento.

Esses direitos, dispostos no Estatuto, já estavam assegurados pela Constituição Federal de 1988 a todos os cidadãos brasileiros, mas a partir de então, foram reforçados e adaptados às demandas e particularidades dos idosos. Além disso, possui o poder de instituir punições mais severas a quem desrespeitar os princípios contidos nos artigos que o compõem. Ressaltamos que tal conjunto de leis foi resultado de intensa mobilização dos aposentados, pensionistas e idosos representados pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP), constituindo-se em uma relevante conquista da entidade.

Os dados catalogados e disponibilizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, através da Coordenadoria da Política Estadual do Idoso e da Pessoa com Deficiência, expõem a relação de Centros de Convivência, Centros Sociais Urbanos (CSU's), Centro Dia e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) dispersos pelos municípios do Estado da Paraíba. Cada espaço elencado congrega indivíduos com necessidades e características específicas.

Por motivações já expostas, como caráter justificador da pesquisa, selecionamos os Centros de Convivência do Idoso em João Pessoa, capital paraibana, e em Campina Grande, por congregarem maior população de idosos no Estado, em termos proporcionais, adquirindo, portanto, representatividade. Em João Pessoa, por exemplo, encontramos 74.635 idosos (Anexo II), o que configura 10,3% de habitantes com idade

acima de 60 anos (IBGE, 2010). Apenas nesse município, há mais de 50 (cinquenta) grupos de idosos que atuam em diversos ambientes nos bairros da cidade, enquanto iniciativas religiosas, civis, privadas ou públicas. Se a proposta fosse pesquisá-los, a investigação minuciosa ficaria comprometida. Assim, a opção por pesquisar em Centros de Convivência justifica-se por duas motivações que se sobressaem: além de serem mantidos pela iniciativa pública, conseguem, em um único ambiente, agregar idosos inseridos em realidades peculiares, o que viabiliza a pesquisa.

As Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos, nos dois municípios em questão, bem como a Federação dessa entidade, sediada na capital do Estado, não estavam catalogadas nos arquivos da SEDH enquanto entidades relacionadas ao idoso. Não havia motivos para esperar por isso, visto que, ao passo em que as organizações expostas acima são mantidas e/ou acompanhadas pelo poder público, as associações citadas e a Federação são organizações com personalidade jurídica, de direito privado, representativas, sem fins lucrativos. O contato com tais instâncias se deu através de buscas no banco de dados virtuais, disponibilizados pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que relaciona todas as associações locais e federações agregadas.

Para fins dessa pesquisa, consideramos os espaços acima mencionados como campos da sociedade civil, embora alguns deles possuam vinculação ao Estado. Como parte da proposta da tese é verificar se as demandas apresentadas pela população idosa são legitimadas pelo poder público estadual, lançaremos um olhar sobre o campo da sociedade política, representada pela Coordenação da Política Estadual do Idoso e da Pessoa com Deficiência. A Gerência do Idoso, vinculada à Secretaria de Assistência Social, que compreende Campina Grande e região, não aparece como campo específico, visto que o foco são as políticas estaduais, mas como (possível) instância mediadora entre os interesses dos idosos a quem representa geograficamente e as políticas executadas pelo Estado. Problematicaremos as ações e serviços projetados/executados que possuem como público-alvo o atendimento aos mais velhos, discutindo, de forma preliminar, os possíveis avanços e contradições em relação ao Estatuto e às demandas específicas do idoso paraibano.

Espaços coletivos, como conjuntos habitacionais e instituições escolares são, para Bourdieu (2011), espaços que aproximam indivíduos que tudo separa. Trabalharemos, essencialmente, com a noção de uma coletividade no contexto da velhice. As motivações e características de cada agrupamento são diferenciadas, isso é

fato. Em relação ao nosso objeto, os grupos e associações agregam indivíduos oriundos de contextos sociais e trajetórias de vida distintas, ou seja, une aqueles cujos caminhos, talvez, não convergissem de tal maneira.

Como apontado por Peixoto (1997, p. 156):

Nos meandros simbólicos da imagem da velhice, os clichês são enormes; entre eles a solidão e a monotonia são os mais assinalados. A inatividade da aposentadoria é, muitas vezes, compensada por um dinamismo social; não mais existindo o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo de trabalho, são os espaços públicos, em geral, que reproduzem este sentimento e criam novos laços sociais, estruturando a identidade à velhice. As representações desta passagem ao encontro de uma nova imagem, de identidade recente, apresentam diferenças, ao menos simbólicas, segundo as estratégias de sociabilidade de que lançam mão as pessoas de idade.

As estratégias de sociabilidade acionadas pelos idosos constituem-se, dessa maneira, em elementos demarcadores que elaboram significados e identidades distintas relacionadas à velhice e “ser velho” na atualidade. A discussão sobre as possibilidades de inserção do idoso na sociedade buscam explicitar a particularidade que caracteriza o processo de envelhecer e participar de tais espaços. Assim, o caráter heterogêneo que particulariza o idoso na atualidade, discutido por estudiosos como Barros (2007), Beauvoir (1990), Cabral (2002), Debert (2007) e Silva (2012), entre outros, também foi evidenciado na pesquisa realizada. No cerne desse contexto, inserimos nossa apresentação dos “espaços de ponto de vista” desses sujeitos, dotados de tais particularidades sociais.

3.2 Associativismo entre Idosos: O Olhar sobre a Sociedade Civil

3.2.1 Centros de Convivência: Participação, Sociabilidade, Identidades... espaço de luta também?

Durante a pesquisa realizada, nos propomos a descobrir as possibilidades que os idosos participantes de grupos de convivência possuem para recriar vínculos (CABRAL, 2002), estabelecendo relações de sociabilidade e solidariedade geracional e intergeracional, face as suas subjetividades e as situações diversificadas que se apresentam no cotidiano do grupo.

No Brasil, nas últimas décadas do século XX, os discursos elaborados em torno da velhice foram ressignificados, o que repercute até os dias atuais. O aumento da expectativa de vida e a queda na taxa de natalidade condicionam inúmeras alterações nos padrões sociais vigentes, uma vez que a sociedade civil e o Estado passaram a reconhecer, ali, uma demanda concreta e crescente. Práticas mais consolidadas sobre políticas previdenciárias, transporte, saúde e assistência social, específicas ao segmento idoso, possibilitaram um olhar dessa nova realidade sob prismas diferenciados.

Peixoto afirma que: “Um fenômeno próprio da sociedade atual é o encontro de pessoas idosas em grupos organizados, de variadas propostas, desenvolvendo uma sociabilidade marcadamente intrageracional” (2004, p. 109). Partindo desse pressuposto, dentre as questões surgidas em decorrência do avanço da expectativa de vida populacional, observa-se um considerável aumento no número dos chamados “grupos de terceira idade”, com reflexos na estrutura social e familiar dos idosos. Grupos de “terceira idade”, nomenclatura que apresenta ampla variação, são tipos específicos de organizações que compreendem relevantes significados para os membros que os integram. Na medida em que possibilitam a convivência entre indivíduos da mesma faixa etária, formam relações de sociabilidade e consolidam a rede de solidariedade comunitária, que extrapola os limites do grupo e repercute no cotidiano social e familiar dos idosos.

Sob esse discurso de possibilitar espaços de vivência e convivência entre indivíduos que compartilham o mesmo segmento etário, no curso da vida, os grupos voltados à pessoa idosa proliferaram rapidamente. Embora preservada essa perspectiva original, os chamados “grupos de terceira idade” se multiplicaram em lugares com propostas e estruturas diversas. Ressaltamos que não só as propostas são distintas, mas as condições socioeconômicas, culturais e de trajetórias de vida dos participantes de grupos inseridos nesses múltiplos espaços são particularizadas. São encontradas formações em pastorais de igreja, Centros de convivência promovidos por prefeituras e Estado, no Serviço Social do Comércio (SESC), em Sociedades de Amigos do Bairro (SAB's) e demais organizações direcionadas às ações sociais, com participação e assiduidade significativa. De acordo com Motta:

... o fato de que esses grupos ou programas sejam bem aceitos ou diretamente procurados pelos idosos, demonstra a existência de uma carência ou até de uma busca, por parte de um segmento

etário/existencial que perdeu seu lugar social e ensaia construir algum outro (1997, p. 135).

Cabral (1997, p. 167), ao analisar grupos de idosos na cidade de João Pessoa – PB, afirma que, para os participantes “o grupo significa uma forma de romper com a trajetória de submissão a casa e à família. É um espaço importante, que também permite o distanciamento temporário da vida doméstica”. A inserção nesses espaços acontece também como meio capaz de suprir ausências afetivas, existenciais ou físicas, naqueles que perderam seu cônjuge, que desejam ampliar sua rede de amizade, exercer certa liberdade conquistada após viuvez, aposentadoria ou atenuar os efeitos da solidão. Nessa perspectiva, nos limitamos à ideia de fuga, de busca, de carência a ser suprida. Devemos considerar, porém, que esses grupos não são apenas lugares de refúgio no sentido pejorativo, mas de reinvenção de uma forma de estabelecer vínculos, carregando consigo uma trajetória de vida que continua a ser construída.

Nesse momento, traçaremos algumas características que são comuns aos cenários de nossa pesquisa, mas, posteriormente, enfatizaremos cada espaço. A concepção de um “Centro de Convivência do Idoso” é semelhante ao dos grupos de idosos citados, visto que congregam pessoa acima de 60 anos de idade, para práticas de sociabilidade. Contudo, são mantidos e gerenciados pelo poder público: possuem, portanto, uma formatação específica. A infraestrutura, atendimento multiprofissional, recursos humanos e a organização dos espaços constituem-se de forma diferenciada. As coordenadoras são funcionárias, efetivas ou ocupando cargos comissionados, são remuneradas para exercer aquela atividade junto aos idosos. Não há voluntariado. Os recursos disponíveis e as “parcerias” estabelecidas são mais abrangentes que, por exemplo, aquele grupo de idosos que se reúnem no Salão Social de uma igreja de um bairro popular, que contribuem com mensalidades para poderem realizar confraternizações, passeios e atividades que requerem maior investimento financeiro. No caso dos Centros de Convivência, há um recurso público direcionado a essa finalidade. As atividades do espaço são propostas pelo poder público, estadual ou municipal. A autonomia e identidade das práticas de um grupo, formado por um coletivo geracional, dessa maneira, se tornam condicionadas.

Como os muitos grupos de “terceira idade”, os Centros de Convivência pesquisados também contemplam em suas atividades dança, canto, banda, festas para os aniversariantes do mês, jogos, espaços para atividades físicas, conversação,

confraternizações, viagens de curta duração e práticas religiosas. Esses momentos são marcados pela intensa prática de sociabilidade entre os idosos, na medida em que ainda que de forma condicionada, compartilham momentos significativos com pessoas da mesma faixa etária. Condicionada porque, como acima sinalizado, as atividades são articuladas pelos agentes organizadores dos espaços. Acréscimos são feitos, bem como reajustes àquilo que é previamente pensado, mas a maioria das atividades já preexistem aos participantes, que se engajam de acordo com aptidões e gostos particulares.

Essa questão esclarece o quanto as atividades e práticas são desenvolvidas a partir de um roteiro pensado por um *sujeito* para um *coletivo*. Um sujeito que, embora inserido em uma faixa etária acima de 60 anos, idosa, portanto, desponta naquele espaço como profissional do serviço social, uma liderança estabelecida por um poder superior e que percebe as necessidades dos participantes através do seu prisma particular.

Os Centros de Convivência seguem uma tendência apresentada nas teorias e na realidade empírica, dos demais grupos de idosos. O perfil dos idosos que participam desses espaços é diverso. Embora conte com participações de homens, ele é predominantemente feminino. Sobre a observação da feminização predominante nos grupos, a análise de Motta (1997, 135) é elucidativa quanto à questão discutida, quando afirma que:

... essa dominância das mulheres, que freqüentemente ‘dão o tom’ da vida desses grupos, tem razões, muito além das demográficas, sobretudo culturais e de momento histórico na trajetória social dos gêneros – como venho acentuando em vários trabalhos. Muito menos resignadas à velhice, – como definida segundo o modelo tradicional, referenciada a inatividade e descarte social, essas mulheres estão vivendo um tempo de maior liberação, que as anima a pensar, afinal, um pouco de si, como por toda parte estão proclamando, em um padrão de comportamento geracional, e de gênero, que antes não encontrava justificativa social para se exercer, tratando-se de pessoas que ‘deveriam viver para a família’.

Outra perspectiva que pode ser adotada é o reconhecimento dos Centros enquanto espaços políticos para manutenção estatal, sobre como *deve* ser vivida a velhice e como *deve* ser a experiência de *ser* idoso. Ou seja, para além das obrigações referentes ao cumprimento de leis, o Estado utiliza esse espaço para cooptar sujeitos para atuar de acordo com o que é proposto no grupo. A partir desse entendimento, os idosos são cotidianamente disciplinados, agindo de forma figuracional, relegando a um

patamar inferior a possibilidade de utilizarem esse espaço de forma participativa, engajada, integradora, reflexiva, *política*, no sentido mais amplo do termo.

A liderança interna nos Centros é pouco explicitada nos discursos dos participantes, sempre associando-a à figura das coordenadoras, que também são idosas e “ativas”, visto que em detrimento do que atribui-se a idade, ainda trabalham. Mas a partir da observação, esse dado é claramente delineado, uma vez que há uma tendência “espontânea” em apontar determinadas idosas para realizar as atividades ou resolver questões pontuais. Nessa mesma perspectiva da feminização nos grupos de idosos, Motta (1997, p. 135) ainda sinaliza, que os participantes dos grupos frequentemente se reúnem “por – ou em torno de – uma figura forte de líder ou presidente, quase sempre uma mulher, que com férrea doçura dita as atividades e o modo de realizá-la”. Os discursos esclarecem que não há liderança declarada, por não haver estímulo para que se criem hierarquias entre os participantes, para prezar pela igualdade entre todos e suprimir conflitos. Contudo, as observações revelaram que, utilizando-se do *poder* do conhecimento, argumentação ou da aptidão pessoal de se “fazer ouvir”, carismática ou imperativamente, alguns idosos – acentuadamente idosas – sobressaem-se dos demais, embora nem sempre de forma harmoniosa e pacífica, em funções que demandam liderança, tais como iniciar orações, músicas, organizar passeios e, principalmente, no reconhecimento do outro como representantes legítimas dos Centros.

Assim como em outros espaços coletivos, com propostas geracionais ou intergeracionais, o conflito é um elemento inerente ao grupo. As experiências, saberes e práticas de uma *vida* são confrontadas com as convicções de outras tantas *vidas*. É tempo propício a mudar de postura, abrir-se ao novo ou sustentar seus princípios e concepções? É nesse caráter dinâmico que os idosos reconstróem uma forma de se relacionar e se impor diante da sociedade.

A partir das entrevistas com os idosos, tornou-se perceptível a existência de uma rede de solidariedade geracional estabelecida nos Centros. As conversas, risos e brincadeiras dão lugar, quando necessário, ao cuidado, à solidariedade e à preocupação demonstrada em situações limites que se impõem no cotidiano social e familiar dos participantes. Quando questionados sobre como agiam diante das limitações pessoais ou financeiras das companheiras de grupos, os idosos expuseram as estratégias utilizadas para ajudar em casos específicos, como visitas, doações e apoio. Por outro lado, doenças, morte e compromissos com grupos de outras orientações são as causas principais para desvinculação e/ou afastamento dos Centros.

Como apontado por Cabral (1997, p. 161), “atualmente, os grupos de convivência aparecem com mais visibilidade e, como uma moda, se multiplicaram no espaço público, aparecendo como novidade o apoio do estado, através de políticas sociais”. Nossa proposta inicial, conforme já frisamos em momento oportuno, era nos debruçarmos sobre grupos de idosos, enquanto agentes da *sociedade civil*. Contudo, a expressiva quantidade destes levou-nos a procurar os Centros de Convivência. Esses espaços são previstos desde a Política Nacional do Idoso, em 1994, que no Art. 10, Inciso I, alínea “b”, afirma ser competência dos órgãos e entidades públicas: “estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros” (BRASIL, 2010). Assim, respaldado por uma lei nacional, a opção pelo Centro adquiriu maior justificativa por ele ser mantido pelo poder público e ser ele próprio, uma ação deste poder em prol dos idosos. Constituíam-se em um espaço para idosos, composto por eles, desde a Gerência, mas todo formatado pelo *poder político*. Ou seja, cada ação ou omissão naquele espaço era um dado de pesquisa, sobre os agentes que ali trabalham, bem como os sujeitos que ali se inserem.

O Centro de Convivência do Idoso, em João Pessoa/PB, é um serviço continuado mantido e vinculado ao poder público estadual. Segundo dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, a proposta é regulamentada pelas diretrizes que regem a Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94), garante um envelhecimento digno e com qualidade de vida. Situado no bairro do Castelo Branco, zona sul da capital, iniciou suas atividades no ano de 2002. Sua construção remete ao governo de José Targino Maranhão. Inicialmente, funcionava como “Centro Dia”, que corresponde a um espaço que, no período diurno, acolhe os idosos para higiene, alimentação e atividades diversas. Com a finalidade de ampliar as ações que estimulam a manutenção dos vínculos familiares, comunitários e sociais, transformou-se em Centro de Convivência.

Desde a inauguração é coordenado por uma assistente social, Onélia Lins, mulher idosa, que é nossa interlocutora sobre a estrutura do local e as práticas realizadas nesse espaço. A informação é de que a faixa etária dos participantes varia entre 60 a 96 anos de idade. Segundo a coordenadora, quando solicitado, também acolhem adultos que estão “chegando pra idade”, a partir dos 50 anos, porque estimula o envolvimento e vínculos entre participantes com idade aproximada. O número sofre alterações constantes, pela mobilidade característica do grupo em si: mortes, doenças e novas

inscrições de participantes mantêm um fluxo variável de indivíduos. Identificados por um fardamento padronizado, atualmente, há um cadastro de 197 (cento e noventa e sete) inscritos, mas a média é de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) participantes diários, com expressiva participação feminina, registrada através de um livro de presença. São duas atividades diárias, da segunda a sexta-feira, das 07h30 às 12h e das 14h às 17h30. As atividades são finalizadas com lanches, não havendo refeições completas, visto que a dieta de cada um possui restrições e especificidades.

O espaço conta com uma equipe administrativa – coordenadora e secretária –, a equipe técnica – psicóloga, nutricionista, geriatra, técnica em enfermagem, pedagoga –, os profissionais que ministram os cursos e atividades e o apoio – limpeza, copa, segurança. Possui convênio e parceiras com as universidades públicas (Universidade Federal da Paraíba e Universidade Estadual da Paraíba) e privada (Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ), que desenvolvem projetos e cursos diversos com os idosos. Terapia ocupacional, oficina de memória, yoga, curso de teatro, fisioterapia coletiva, atividades físicas desenvolvidas em uma sala de ginástica, com aparelhos de academia popular, hidroginástica, são alguns exemplos. Ainda há aula de música e de trabalhos manuais, como crochê e frivolidé, técnicas de artesanato tradicional que confecciona um tipo de renda.

As atividades são múltiplas, mas todas elas possuem a finalidade de integração social e bem-estar físico, estimulando a socialização e convivência, através de práticas culturais (dança, coral, teatro, banda) e de lazer (passeios, jogos, festividades). Com orientação de equipe multidisciplinar, os idosos têm acompanhamento psicológico, nutricional, fisioterapeuta e de educador físico, sendo todas as práticas supervisionadas por profissionais.

Ressaltamos que esse idoso que participa do Centro de Convivência deve possuir autonomia física e psíquica para, primeiramente, se deslocar da sua residência para o local, bem como para participar das atividades existentes. Não há responsabilidade do espaço com o deslocamento de chegada e retorno do idoso, o que condiciona a maior participação daqueles que moram em áreas próximas, embora o Centro seja aberto a toda população. Os que possuem alguma limitação que os impede de locomover-se para uma maior distância, mas desejam se inserir em grupos de idosos, procuram os espaços que estão mais próximos da sua residência.

A infraestrutura do local é despretensiosa, porém, acolhedora. Revela um espaço que foi adaptado *forçadamente* ao atendimento de idosos e não um espaço pensado para

estes. Com rampas de acessibilidade, auditório para pequenas palestras, salas climatizadas, refeitório simples e sanitários adaptados, o Centro conta atualmente, com uma novidade: piscina coberta e academia, com vestiário e sanitários devidamente ajustados às necessidades que, por ventura, os participantes possuam. E está em fase de conclusão a reforma de uma sala para instalar um laboratório de informática.

Em datas comemorativas, como Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Semana do Idoso e Natal, são organizadas programações específicas: palestras com especialistas para discutir questões relativas aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos, além de práticas festivas, com músicas e apresentações culturais. Os aniversariantes do trimestre também são lembrados em cartazes alusivos a esse fim e comemorados em um dia específico.

Uma característica peculiar aos grupos de idosos é a religiosidade que os participantes praticam e trazem para o coletivo, particularidade já discutida em pesquisas, como a realizada por Barros (2007), e na realidade empírica. Não raro presenciamos a prática de rezar o terço, cantos religiosos, orações no início e encerramento dos encontros, entre outras. Segundo a coordenadora, Onélia Lins, no Centro de Convivência do Idoso isso também acontecia, principalmente, durante o mês de maio, que na orientação cristã católica é associado ao mês de Maria, mãe de Jesus. Para celebrar esse mês, os devotos rezam o terço, oração sistemática composta pela repetição de cinco blocos (Mistérios), contendo, em cada um deles, um Pai-Nosso, dez Ave-Marias e concluído com um Glória. Ainda no seu relato, a coordenadora afirmou observar que alguns participantes se sentiam “pressionados” a rezar também e/ou ao menos estarem presentes no momento, mesmo sendo praticantes de outra orientação religiosa. A percepção desse fato a levou a abolir práticas religiosas específicas da programação do Centro e incentivar os atos ecumênicos, em épocas “neutras”, como final de ano e confraternizações, que dariam conta da diversidade religiosa que os idosos assumiam.

A supressão de expressões religiosas e outras “orientações” de práticas mais condizentes com o entendimento particular da coordenadora é algo específico dos Centros, pois, como foi dito, embora a infraestrutura destes sejam mais compatível com as necessidades de múltiplos indivíduos, garantindo maior segurança e acessibilidade, as atividades são pensadas não pelos idosos, mas pelos agentes que conferem o “tom” do lugar. Assim, os espaços físicos foram adaptados aos idosos para que eles pudessem praticar atividades diversas. Contudo, mantêm práticas *engessadas* ao não darem espaço

para expressões culturais e/ou religiosas que os membros carregam consigo durante a vida e poderiam ressignificá-las no novo ambiente de sociabilidade.

Quando questionada sobre a participação dos idosos em ações reivindicatórias para a conquista de direito e deveres, dona Onélia afirmou que, quando há convocatória para Conferência Municipal da Pessoa Idosa, o Centro organiza reuniões preparatórias para subsidiar as necessidades formativas dos idosos, antes desse encontro deliberativo. O poder público *forma* idosos para lançar proposituras ao poder público nos espaços deliberativos. Assim, o espaço disponibiliza ônibus para o deslocamento até os ambientes das Conferências e os idosos se mobilizam em torno dessa finalidade. Podem pleitear e ser escolhidos como delegados – representantes da sociedade civil municipal – e levar as demandas locais que sobressaíram durante as discussões e na plenária final para a Conferência Estadual da Pessoa Idosa, que acontece em mês posterior. Além disso, explicitam suas reivindicações cotidianas no espaço do Centro, junto ao corpo administrativo. Necessidades diversas são expostas e parte dos idosos exigem o cumprimento de promessas. A piscina do Centro, por exemplo, foi consequência de constantes solicitações por parte dos participantes do espaço.

Em relação ao Centro de Convivência do Idoso – mais conhecido como “Conviver” –, em Campina Grande /PB, esclarecemos que o mesmo é vinculado à Gerência do Idoso da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), inaugurado no ano 2000, por solicitação da mãe do então prefeito, Cássio Rodrigues da Cunha Lima, dona Glória Cunha Lima. Está situado em sede própria, em uma antiga residência no bairro Cuités, na Zona Norte da cidade. Desde a fundação, o Centro é coordenado pela assistente social Gilma Souto Maior¹², que possui um histórico de ações específicas à pessoa idosa. Assim como o Centro de Convivência acima descrito, o Conviver foi criado para incentivar a participação e integração social do idoso, de ambos os sexos, funcionando de segunda a sexta-feira, no turno da manhã, sob a perspectiva do fortalecimento de vínculos sociais. Conhecido espaço de pesquisa, uma vez que no ano de 2008 desenvolvemos ações extensionistas no referido Centro.

As práticas realizadas no Centro de Convivência do Idoso (Conviver), com mais de 350 (trezentos) idosos cadastrados, embora conte com média de frequência diária de

¹² Atuando desde a década de 1990 com grupos de idosos nos bairros da cidade de Campina Grande-PB, Gilma já foi coordenadora da Gerência do Idoso durante oito anos e, paralelo a sua atuação como coordenadora do Centro de Convivência, ainda é membro da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campina Grande e Região, e participa também do Grupo Arte de Viver, vinculado aos Clubes da Maior Idade.

50 (cinquenta) idosos, são múltiplas. Assim como nas pesquisas que fundamentam a discussão em torno dos chamados “grupos de idosos” e Centros de Convivência, os participantes que frequentam o espaço de forma assídua são, destacadamente, mulheres. E entre estas, o perfil socioeconômico apresenta preponderância na situação de viuvez ou divórcio e com renda mensal de 1 (um) salário mínimo.

Para acessibilizar o deslocamento deles até a sede do Centro de Convivência, a prefeitura disponibiliza ônibus diariamente para a ida e o retorno. O local no qual se situa a sede do Conviver é afastado do Centro da cidade e de difícil acesso, daí porque há esse benefício de transporte. Então, todos os dias os participantes aguardam o ônibus na Praça do Trabalho, no bairro São José, próximo à área central da cidade. O horário de saída é às 8h e, nessa espera, já existem demonstrações de sociabilidade: conversas, sorrisos e cumprimentos animam os encontros e reencontros, entre os membros, recém-chegados ou visitantes. A chegada do ônibus na Praça é outro momento de descontração dos idosos, que entram animadamente, buscam seus assentos costumeiros e se deslocam no percurso para conversar entre si e com os visitantes.

Quando chegam ao Centro de Convivência, todos se dirigem para a sala principal e iniciam-se as rotinas diárias. Muitos usando uniformes (camisa específica) e crachás, participam do momento de acolhida com músicas, canções religiosas, orações de orientação católica, desejos de boas-vindas aos visitantes e homenagem aos aniversariantes do dia, que marcam o início das atividades do Conviver. Esses momentos propiciam as práticas de sociabilidade entre os idosos. Os que estão no espaço pela primeira vez, idosos ou visitantes, são convidados a ir à frente de todos, recebidos com uma música específica de boas-vindas, aplausos e apresentação de alguns presentes. Em seguida, a coordenadora apresenta todo o ambiente do Centro e os idosos acolhem aquele que pode vir a ser um novo participante.

Após esse momento rotineiro, tudo se torna bem mais flexível. Cada idoso se dirige à atividade com que mais se identifica ou deseja realizar nesse dia. São inúmeras as opções, que variam desde aulas de alfabetização, atividades físicas, teatro, ensaios do coral lírico, dança do ventre ou banda de pífanos, até jogos de cartas e dominós. Para aqueles que só desejam conversar e consolidar a rede de amizades, há um espaço próximo à piscina, com mesas e cadeiras apropriadas ao lazer espontâneo. Esse ambiente, favorável à sociabilidade, caracteriza-se pelo estabelecimento de amizades, embora o conflito também exista, que repercute no âmbito social e familiar dos mesmos. De amizades estabelecidas, já surgiram envolvimento afetivos que

transformaram em relações conjugais. Por volta das 10h da manhã serve-se o lanche que varia conforme o dia da semana, e os idosos retornam às 11h30 ao Centro da cidade.

A casa sede do Centro de Convivência é ampla e confortável e os idosos podem circular por ela. Contudo, era uma residência que foi indicada como sede do Conviver. Não há adaptação, nem acessibilidade condizente com o previsto para acolher idosos: há escadas, sanitários sem adaptadores ou suportes. O local, no térreo, possui uma antessala decorada com painéis com fotografias de momentos do Centro, bem como os trabalhos manuais realizados pelos idosos. Ainda há um grande salão onde acontecem os encontros coletivos, danças, orações, entre outros. Na área de lazer, há a piscina e uma área coberta para momentos de interação, através de jogos de cartas, dominós e conversas. O andar superior é composto por diversas salas, refeitório, cozinha, armários para guardar os vestuários das apresentações. Os ensaios dos grupos que lá existem são realizados, costumeiramente, nesse andar. Esses grupos (banda de pífanos, danças regionais, dança do ventre e coral lírico) são consolidados e conhecidos na cidade, com apresentações em eventos públicos dos mais diversos tipos. Apontado, nos discursos dos gestores, como uma significativa ação política direcionada a pessoa idosa, o poder público investe na conservação infraestrutural do espaço físico, bem como na manutenção diária das atividades desenvolvidas, tais como alimentação, profissionais das mais diversas áreas, transporte, entre outros.

Além da coordenadora, que também atua no local como assistência social, o Centro possui profissionais da área de educação, psicologia, fisioterapia e educação física, além de professores de dança e canto e estagiários de áreas diversas, atendendo às mais variadas necessidades dos idosos. Outras atividades envolvem palestras educativas, pedagogia ocupacional e comemorações festivas em datas específicas. Trata-se de um programa consolidado, que desenvolve parcerias com outras secretarias municipais, bem como com a Pastoral da Pessoa Idosa, a Curadoria dos Direitos do Cidadão, o Conselho Municipal do Idoso e apoio mútuo com instituições de ensino, de iniciativa pública e privada, colaborando em eventos e demais ações destinadas aos interesses do público idoso. Ao longo de mais de quinze anos de atuação, conquistou reconhecimento social e o espaço foi cenário de pesquisas de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento .

A estrutura do Conviver, tanto no aspecto físico, quanto das práticas desenvolvidas, possui uma sistemática peculiar. O setor administrativo é articulado, as práticas de lazer e sociabilidade são desenvolvidas e a autonomia que os idosos

possuem para agir conforme suas vontades e interesses fazem a diferença desse programa. Apreendemos durante as observações e diálogos estabelecidos que os idosos são livres para participar das atividades que desejam, mesmo se for para “não fazer nada”. O sentimento de pertencimento ao grupo, de estar ali “apenas”, é a garantia do retorno dos idosos de forma assídua.

A coordenadora do Centro de Convivência, que também é idosa, é conhecida na cidade por seu engajamento no grupo e pela participação em outras esferas de atuação: participa do Conselho Municipal do Idoso, enquanto representante de uma das entidades do poder público, e é membro da Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campina Grande e Região, *lócus* também dessa pesquisa. Segundo seu relato, há um incentivo significativo para que os idosos participantes do Conviver se envolvam também nas Conferências Municipais, quando estas são convocadas, e dos Seminários Municipais do Idoso, organizados pela Secretaria de Assistência Social, e demais eventos específicos ao segmento. Desta forma, expressa que o Centro atua como um elo de ligação entre os idosos e o poder público, na medida que possui como foco a defesa dos direitos dos mais velhos.

Em observações realizadas durante a Conferência Municipal do Idoso no ano de 2011, percebemos uma significativa presença dos idosos do Conviver. Devidamente identificados por uma camisa-uniforme que utilizam diariamente no grupo, ocuparam muitos lugares no local onde aconteceram os debates, se colocando como agentes da sociedade civil, como interessados e partícipes do que ali estava sendo posto em discussão e deliberado. Ou seja, o caráter diverso dos participantes, heterogêneo, mesmo na “unidade”, possibilitou um viés politizado ao grupo, durante esses momentos.

A discussão sobre o lugar ocupado pelo idoso no mundo contemporâneo tem cada vez mais destaque na atualidade, conforme analisado por estudiosos do tema e verificado na realidade empírica no cotidiano da pesquisa. Concomitante a esse fato, a pesquisa realizada explicitou a inserção e vinculação dos Grupos de Convivência ao poder público, voltados ao atendimento da pessoa idosa. Em momento propício, adentraremos nas contradições e perspectiva da atuação desses espaços junto ao poder público.

3.2.2 Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos: Representação Coletiva e Demandas Individuais

O Estado e a mídia divulgam amplamente certo dado: a expectativa de vida do brasileiro aumentou para 74,9 anos (IBGE, 2014). Avanços médicos, melhorias nas condições de vida, possibilidade de deslocamento entre as cidades, acesso à educação, são algumas das motivações apontadas para isso. O contraponto também é apresentado, embora sem discussão aprofundada: a longevidade, reconhecida por muitos como uma conquista da humanidade, também é considerada como um grande desafio para a sociedade, governos e empresas do presente e do futuro. O discurso de setores da saúde, educação, transporte e infraestrutura, considera esse aumento nas demandas do segmento idoso como um “fardo” complexo. Nesse contexto, o argumento principal é em torno do sistema previdenciário, que desponta como aquele que suporta o maior peso das despesas referentes ao aumento dessa população, alegando que não possui um suporte e/ou capacitação para lidar com as transformações demográficas. Esse discurso é respaldado em termos econômicos, referente à capacidade limitada que a máquina pública possui para manter seu pleno funcionamento, diante de uma população idosa crescente, com demandas, limitações e, portanto, *despesas* específicas.

A partir do entendimento de que a análise local não se faz de forma aprofundada sem considerar aspectos que circundam essa experiência particular, lançamos um olhar panorâmico sobre outro contexto de análise. A longevidade tornou-se uma questão pública e a realidade empírica nos instiga a perceber que esse crescimento da expectativa de vida é um fato complexo e deve ser encarado como tal, repercutindo a nível mundial.

O processo de envelhecimento na Europa, longe de ser uma realidade demonstrada nas últimas décadas, trata-se de um fato que acompanha o campo empírico e científico, paulatinamente, nos últimos séculos. A França, por exemplo, destaca-se como um dos países em que a população de mais idade apresenta uma das menores taxas de mortalidade e que apresenta contingente significativo de centenários. Convivendo, portanto, por muito tempo com uma expressiva população idosa, desenvolveu políticas para remediar os possíveis impactos demográficos. Segundo Peixoto (2008), dentre as preocupações para lidar com o “choque demográfico” crescente existentes no contexto francês, encontram respaldo o déficit previdenciário e as despesas com assistência social. Aumento nas cotizações de tempo de contribuição, serviços diversos para contribuir na manutenção de idosos nos seus próprios domicílios, evitando a inserção em instituições de longa permanência, e o incentivo na participação

em espaços de sociabilidade, são algumas ações que a pesquisadora destaca. Desta forma, “... oferecer às pessoas com mais de sessenta anos os meios para viver uma vida autônoma por longo tempo, foi a base deste conjunto de medidas” (2008, p. 166).

No Brasil, práticas e discursos sociais tendem a desconsiderar esse crescimento da população de mais idade que, a cada censo domiciliar realizado, aponta no país, na medida em que formulam políticas excludentes. Desta maneira, mudanças nas formas de pensar e relacionar-se se tornam imprescindíveis para acompanhar as alterações desencadeadas pela conquista da longevidade populacional.

Diante desse breve panorama apresentado, a partir da década de 1970, a parcela da sociedade acima de 60 anos vem adquirindo, cada vez mais, notoriedade social e acadêmica. A indústria estética, turística e de moda, setores público e privado, e a vivência familiar e comunitária ressaltam a velhice enquanto uma experiência heterogênea. Assim, conforme expresso por Peixoto:

... de envelhecer ninguém escapa. Alguns envelhecem mais rapidamente do que outros e nem todos vivem esse processo da mesma maneira, uma vez que o envelhecimento está estreitamente relacionado às formas materiais e simbólicas que identificam socialmente cada indivíduo (2004, p. 9).

As formas pelas quais os idosos constroem sua experiência cotidiana são múltiplas. Engajamento em movimentos religiosos, políticos, sociais, desempenho de funções profissionais ou na própria família são exemplos de formas de inserção na atualidade. Nesse contexto, ao longo dos contatos estabelecidos com idosos, um espaço da sociedade civil organizada que se destacou, pela sua trajetória de atuação, foi a Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos. As associações são asseguradas pela Constituição Federal, de 1988 (BRASIL, 2006, p. 16), que prevê no Art. 5, inciso XVII: “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”. Na sequência, o inciso XXI assevera: “as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente” (2006, p. 16). Deste modo, essa instância, denominada “associação” trata-se, de maneira geral, de uma organização coletiva, de inserção voluntária, com ou sem personalidade jurídica, contemplando em suas ações e princípios uma finalidade em comum: atuar em prol de uma causa e/ou demanda específica.

No caso de associações formadas por aposentados e idosos, estas possuem um caráter específico: o indivíduo deveria ter idade igual ou superior a 60 anos de idade

e/ou ter conquistado o direito de aposentar-se ou tornar-se pensionista. Ou seja, há demarcadores claramente definidos para a entrada de novos membros. Segundo dados obtidos no portal da Previdência Social, referentes a Junho de 2016, o Brasil se particulariza por compreender cerca de 33.404.798 milhões de beneficiários, com renda diferenciada. Enfatizando a realidade local, temos acesso ao dado de que na Paraíba existem 712.346 mil indivíduos que recebem benefício previdenciário. Destes, 296.021 recebem aposentadoria por idade, 154.849 recebem pensão por morte e 35.953 são beneficiários do BPC. As tabelas apresentadas no Anexo III ilustram esses dados apresentados.

Como se trata de Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos, reforçamos que, conforme exposto anteriormente, estamos trabalhando analiticamente com três categorias distintas. De forma panorâmica, aposentado entendido enquanto um trabalhador que, após certo período de atividades e cumprindo uma série de critérios estabelecidos, se afasta de suas funções trabalhistas e passa a receber um benefício da previdência social e/ou privada. Pensionistas que, também após a contribuição com a Previdência Social, recebem suas provisões financeiras através de pensões por morte e/ou invalidez, de forma proporcional, para cada caso específico. Idoso, por fim, em entendimento genérico, refere-se a indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos de idade. Pelas motivações já expostas em momento anterior, utilizaremos de forma mais assídua o termo aposentado e/ou idoso para caracterizar os membros desses núcleos associativos.

No Brasil, existem 22 (vinte e duas) Federações estaduais, acrescentando-se nessa soma o Distrito Federal, vinculadas à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP). Estas Federações congregam, atualmente, cerca de 600 (seiscentas) associações. O número de associados alcança a margem dos 800 (oitocentos) mil, sendo distribuídos entre aposentados e pensionistas. A COBAP revela dificuldades em fornecer, com precisão, o quantitativo de associações e associados. Segundo o setor responsável, estes são dados que sofrem alteração com rapidez, devido ao número de novas associações que surgem e daquelas que se tornam inativas, além do fluxo de indivíduos que fazem adesão ou, por outro lado, são desfiliaados por inúmeras motivações (iniciativa própria e morte são os principais). Sobre os percentuais delimitando o número de aposentados e de pensionistas, a Confederação também não possui dados consistentes. Para tanto, há a necessidade de contatar o INSS, na medida em que tal instância desconta o percentual de 1% do benefício dos associados.

Na Paraíba, existem 9 (nove) associações¹³ ativas e 1 (uma) inativa reunidas em torno de uma federação estadual. Esta, por fim, está vinculada à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, fundada em 1985, como desdobramento de ações de aposentados que demonstravam interesse em organizar uma representação nacional. Sediada em Brasília – DF, e sob a atual presidência de Warley Martins, trata-se de uma entidade nacional, da sociedade civil, sem fins lucrativos, que representa a categoria dos aposentados e pensionistas, reivindicando o cumprimento de direitos dos idosos. Para tanto, organizam debates, eventos e movimentos para discutir as demandas atuais das categorias representadas. Para fins de organização, relaciona todas as associações locais e as federações agregadas. Uma das conquistas sustentadas pela COBAP foi, através de pressão constante, a aprovação do Projeto de Lei do Senado 58/2003, que trata sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas.

Para desenvolver nossa pesquisa, selecionamos Associações sediadas em Campina Grande e em João Pessoa, filiadas à Federação, além de dados referentes a esta instância a nível estadual. As motivações que condicionaram a escolha desse espaço para compor nosso objeto de estudo foram explicitadas em seções anteriores do texto.

Na classificação desenvolvida sobre os tipos de Associações, conforme suas características e funções, apresentadas no primeiro capítulo, entendemos tais núcleos associativismos enquanto “Associações ecléticas”, uma vez que reúnem segurados da Previdência Social, de diferentes categorias profissionais, e mantêm sua renda através das contribuições mensais dos associados, em geral, de 1% do benefício do qual é portador. Por exemplo, se o valor do benefício for orçado em 1 (um) salário mínimo de R\$ 880,00, a porcentagem fica no valor de R\$ 8,80. Deste valor, 15% é encaminhado à federação e 13% é destinado à COBAP, conforme acordo previsto no Estatuto Social da instituição.

Os critérios para a inserção na associação campinense, estabelecidos no Art. 4º são: todas pessoas aposentadas, pensionistas ou idosas, sem distinção de raça, sexo, cor, idade, credo político ou religioso, natureza ou tipo de aposentadoria. Além disso, caso o idoso não seja aposentado, o pagamento da mensalidade deverá ser aprovada em assembleia para cada ano e paga todo mês na sede da entidade. Isso acontece porque, como a associação possui como público-alvo idosos, aposentados e/ou pensionistas, o

¹³ As associações ativas estão distribuídas nos municípios paraibanos: Arara, Campina Grande, Casserengue, João Pessoa, Patos, Solânea e Sousa. Na cidade de Lagoa Seca, a associação está inativa.

demarcador etário ou a inexistência de benefício previdenciário não excluem a entrada de novos membros. Por exemplo: o indivíduo pode ser pensionista e possuir apenas 40 anos. Tanto quanto pode ter 65 anos e não receber benefício algum. E todos esses podem se associar. Contudo, os idosos destacam-se com presença expressiva, entre associados e diretores.

Desta forma, a Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campina Grande e Região, situada no bairro da Prata, em Campina Grande, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, possui Alvará da Prefeitura para o funcionamento e foi fundada em 21 de abril de 1987, com a presença de 16 (dezesseis) sócio-fundadores. Nesse momento solene, sob a direção do Dr. Amaury da Mota Barbosa, foi eleito, por aclamação, o associado presidente Paulo Araújo. Nessa eleição, constam em ata apenas assinatura de homens e, ao longo de 28 anos, a presidência e demais funções de destaque na Associação foram essencialmente masculinas.

Conforme apontado por Debert, entre as associações e os chamados “grupos de terceira idade”, ressalta-se as práticas sexualmente diferenciadas entre as formas de lutar e de explicitar suas demandas políticas. São formas distintas de empreender a luta em prol de direitos. “Um público masculino na luta pelos direitos do cidadão e pela redistribuição da riqueza e um público feminino na luta por mudanças culturais amplas que caracterizam os novos movimentos sociais” (1999, p. 144). Embora essa distinção por gênero não se mostre tão acentuada nas presenças dos sujeitos, uma vez que homens e mulheres participam de ambos os espaços, as lideranças e os interlocutores das demandas do grupo mantém essa separação apontada pela autora.

São, portanto, espaços atravessados por gênero. Há noções diferenciadas sobre formas de gestão e engajamento de “políticas”. Espaço integrador e lúdico, com atividades culturais diversas, para as mulheres. Espaço de luta, com viés de negociação política, para os homens. Trata-se de uma perspectiva que vincula o ser “apolítico” para mulheres e o lado “político” da causa que defendem, para homens. Contudo, embora as associações de idosos, aposentados e pensionistas não sejam pensadas para mulheres – em termos de participação efetiva –, são procuradas por elas e, no cotidiano desses núcleos, percebe-se o interesse em frequentar as reuniões de forma assídua.

No estatuto social da entidade, há a informação de que o período de mandato de cada gestão é dois anos para todos os cargos na entidade, sendo permitida a reeleição para outro mandato por igual tempo. A entidade é administrada por uma Diretoria, composta por um Presidente, um Vice-presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º

Tesoureiros, juntamente com um Conselho Fiscal composto por três membros, que administra e fiscaliza as finanças. Na atual composição da diretoria, apenas uma mulher faz parte, na função de secretária. A liderança oficial é exercida pelo presidente, representante legal da entidade nos Conselhos e espaços deliberativos. Contudo, ao longo das observações e entrevistas realizadas, tornou-se evidente que o tesoureiro, seu Severino Ferreira, de 80 anos, é apontado como uma liderança entre os associados, visto que já presidiu a associação por significativo tempo. Inclusive, o próprio presidente atual, José Pereira Irmão, 70 anos, aponta o referido membro como uma espécie de “história viva” da associação, que pode esclarecer o passado e dados atualizados das ações executadas. Seu Severino Ferreira atua na Associação como uma segunda “casa”: é o responsável por alugar uma sala para um advogado, abrir a sede diariamente e receber os visitantes, além de empregar seu filho como secretário executivo da Associação durante um turno. O relato de pessimismo sobre o futuro da entidade é recorrente, visto que nem o vice-presidente frequenta o espaço (*“há oito meses não aparece”*), assim como recorda os tempos difíceis, financeiramente falando, da Associação, quando ele teve que arcar, durante cerca de três anos, com as despesas de manutenção e de aluguel, antes da sede própria. Ressaltou, contudo, que assim que a entidade conseguiu estabilidade nas finanças foi ressarcido integralmente.

Essa associação de idosos é, até os dias atuais, sediada em Campina Grande – PB. Migrando por diversos espaços físicos, adquiriu sede própria na administração do presidente Dinarte Maia, com recursos oriundos da entidade, em 23 de março de 2001. Através da divulgação realizada entre os membros com indivíduos do seu entorno, conseguiu ampliar gradativamente o número de associados, bem como de núcleos associativos em cidades circunvizinhas. A notoriedade e expansão no número de associados aconteceram, de fato, quando houve uma mobilização pelos 147%. Esse índice se refere ao “desnível que sofre o cálculo das aposentadorias em relação ao salário dos trabalhadores na ativa, mas só diz respeito àqueles que recebem uma aposentadoria superior a um salário mínimo” (DEBERT, 1999, p. 167). Enquanto o salário mínimo, dos que estavam na ativa, recebeu um aumento de 147,06%, os benefícios da Previdência Social sofreram um reajuste de 54,6%. Essa mobilização, iniciada em setembro de 1991 e “encerrada” agosto de 1992, quando os aposentados começaram a receber de acordo com o reajuste, explicitou o descaso do poder público junto à população de mais idade e levou os interessados a buscar meios de agir coletivamente.

Durante as entrevistas realizadas, o tesoureiro e presidente, membros há mais de duas décadas, relatam que a associação se estruturou enquanto espaço de atuação da categoria e, sobretudo, financeiramente, a partir dessa mobilização, uma vez que o espaço se tornou referência na luta pelos direitos de reposição dos benefícios, a nível estadual. Isso condicionou que muitos aposentados procurassem assessoria jurídica no local e terminassem associando-se à entidade.

Desde a fundação até os dias atuais, os associados contribuem mensalmente com 1% do salário. Até o ano de 1996, o pagamento acontecia pessoalmente, na própria sede. Após esse ano, passou a ser descontado diretamente na folha de pagamento dos assegurados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), através de convênio firmado com a COBAP. Outros indivíduos, que não recebem seu benefício através do INSS, efetuam o pagamento da mensalidade pessoalmente, através do preenchimento de carnês. Essa prática não é estimulada pelos dirigentes, visto que limita um maior controle das finanças, devido ao baixo fluxo de pagantes dessa modalidade. Conforme foi esclarecido acima, desse valor, é retirada uma porcentagem a ser repassada para as instâncias superiores, de forma proporcional. Atualmente, há mais de 3.000 (três mil) associados, mas apenas 431 (quatrocentos e trinta e um) destes contribuem com o pagamento, número que diminui a cada mês por situação de morte ou cancelamento da adesão à Associação no INSS, segundo o tesoureiro e constatado através da observação dos balanços financeiros da conta corrente. A maior parcela dos associados possui a renda orçada em 1 (um) salário mínimo e o perfil dos participantes é, de modo geral, composta por profissionais liberais e autônomos. A procura de possíveis novos associados na atualidade é mínima e quando acontece é motivada pelo desejo de algum benefício imediato, de cunho assistencialista.

O Art.2º, contido no Estatuto Social da entidade, esclarece que esta associação possui como finalidade:

- I – O estudo dos problemas dos associados, visando a busca e o encaminhamento de suas soluções;
- II – A defesa do conjunto dos associados;
- III – Prestar assistência médica aos associados, na medida de suas condições;
- IV – Incentivar a criação de cooperativas de consumo, com gêneros de primeira necessidade, componentes da cesta básica e de produtos farmacêuticos, favorecendo a economia dos associados;
- V – Promover programas educativos, culturais, recreativos, desportivos e de lazer de seus associados;

- VI – Propor ação individual ou coletiva junto ao poder judiciário, visando beneficiar com ou sem autorização da assembleia;
- VII – Celebrar convênios com vistas à consecução de seus objetivos (ESTATUTO SOCIAL, 2004).

Desta forma, as atividades a que se propõe a referida associação são múltiplas, versando sobre questões relativas à movimentação de ações de cunho judicial, assistência médica, até o incentivo a práticas de educação, cultura e lazer. A procura dos associados, apontada pelos diretores, relacionada a benefícios assistencialistas, como brindes e incentivos a passeios, não destoa dos princípios contidos no artigo destacado do estatuto da entidade.

Sobre o número de associados, devemos fazer uma consideração: por ocasião da mobilização histórica, em torno dos 147%, essa Associação que contava com apenas 16 (dezesseis) membros na sua fundação, em fins da década de 1980, viu o número de associados multiplicar sem precedentes. Desses mais de 3.000 (três mil) associados na época, não se tem nenhuma informação atualizada. Seus dados estão disponíveis em fichas antigas, que datam do período um pouco anterior à efervescência da mobilização, no ano de 1991 em diante. Segundo a diretoria atual, a maioria só se associou porque este era um critério para que as ações judiciais, coletivas, fossem asseguradas. Após o ganho da causa na justiça, contudo, estes “associados” nunca retornaram para efetuar o pagamento do percentual de 1% devido à Associação, exceto quando precisavam de assistência jurídica. Esse período de “multiplicação” de novos membros e grande contingente de associados presentes na sede diariamente marcou esta entidade: comparando com os dias atuais, o tesoureiro reconhece que a ausência de movimentação se deve ao fato de que, após um direito garantido, a mobilização coletiva enfraquece, se dilui.

Reúnem-se mensalmente, aos domingos, através de uma assembleia ordinária. Com presença feminina acentuada, o fluxo de participantes é, em média, de 40 (quarenta) associados que frequentam tais momentos coletivos. A dinâmica das reuniões segue com a composição da mesa, contemplando os membros da diretoria e, para os associados, cadeiras dispostas no padrão tradicional de organização, expressando um sentido de “plateia”. Há ainda reuniões de diretoria, mais restritas e esporádicas, mas que apresentam pautas e demandas semelhantes aos encontros mensais ampliados. Durante as reuniões, a presença da mulher é geralmente vinculada à figura de secretária, mesmo em alguns casos, ocupando a função de tesouraria, e é ela a responsável por

indicar as orações iniciais, fazer a lavratura e leitura da ata, lembrar os aniversariantes do mês e as homenagens a datas comemorativas, como Dia das Mães e dos Pais. Desta maneira, as funções femininas desenvolvidas nas associações são voltadas, portanto, às ações de fortalecimento dos vínculos dentro do grupo, enquanto os homens se voltam à mediação com o mundo exterior.

Da sua fundação até os relatos proferidos durante as entrevistas e nas conversas informais com outros membros, um assunto nunca sai de pauta: o não pagamento das diferenças devidas e reclamadas pelos aposentados há mais de duas décadas, que ocasionam perdas e defasagem dos benefícios. Assim, “A aposentadoria, importante política social para o idoso brasileiro, foi extremamente afetada no bojo da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, por meio das reformas previdenciárias orientadas pelo Banco Mundial” (DELGADO; TAVARES, 2012, p. 381-382). Os registros de atas os discursos dos associados esclarecem a frustração e insatisfação de possuir uma pauta constante em todos os encontros, nunca resolvida.

Além dessa pauta, outra tem adquirido destaque nas reuniões realizadas, que são as sugestões para melhor usar a sede social da associação, visando valorizá-la através de práticas diversas: mesa de sinuca, aula de alfabetização, consultoria jurídica, reivindicam acesso a médicos. Viagens, passeios e confraternizações também se tornam pauta de inúmeros encontros. Possuem parceria com faculdades, institutos de saúde e participam de Conselhos municipais: do idoso, da saúde, do transporte. A participação, contudo, é feita com reservas e desconfiança, visto que, segundo eles, muito pouco do que é sugerido e discutido é executado pelos gestores. O diálogo com o poder público não se efetiva, uma vez que o sujeito emite a mensagem, mas o receptor não dá o retorno almejado. Pautas referentes ao melhor acesso à saúde, direito à habitação popular e com relação ao transporte público também surgem de forma pontual, mas não se aprofunda o debate. Essas agendas se tornam relatos de frustrações, mas em tom de conformismo, visto que “a tendência é piorar”.

Durante 21 anos, a entidade se automeava de Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba. Contudo, com a exigência de fundar uma Federação que congregasse as entidades dispersas pelos municípios da Paraíba, não pôde manter tal nomenclatura. A criação da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba aconteceu no ano de 2008, o que gerou certo impasse com a entidade campinense. Assim, em 17 de abril de 2011, através de uma assembleia extraordinária, esta retirou o nome “Paraíba” e inseriu “Campina Grande e Região”.

Outro cenário da nossa pesquisa é a Central dos Idosos, Pensionistas e Aposentados do Estado da Paraíba (CENIPA). É sediada em João Pessoa, no Bairro dos Estados e, embora seu nome dê indícios de que abrange o estado, possui como área de atuação o município na qual está alocada. Foi fundada em 2005, com cerca de 20 (vinte) participantes. Um dos sócios-fundadores, Jurandir Pereira, primeiro presidente da CENIPA, advogado que atuou como conselheiro no Ministério da Previdência Social, em Brasília, relatou que, aproveitando o momento político do Governo “Lula”, foi necessário fundar a associação, devido à inexistência de entidades representativas da pessoa idosa no contexto pessoense, bem como em outros municípios da Paraíba, para que, a partir de então, criasse um espaço para dialogar sobre as demandas dos aposentados e pensionistas junto à sociedade civil e autoridades competentes. A CENIPA contabiliza, atualmente, 493 (quatrocentos e noventa e três) associados. O público-alvo, a presença e liderança masculina, a forma de associar-se, pagamento da mensalidade referente a 1% (um) do benefício recebido, regularidade de reuniões ordinárias e de diretoria, bem como a frequência de membros nesses momentos, são semelhantes à associação campinense. As motivações que levam um indivíduo a procurar o espaço também são de cunho assistencialista, segundo relatos da secretária e do presidente atual.

Durante as reuniões ordinárias, a diretoria tem direito a fala, mas os associados presentes também têm seu momento de “palavra-franca”, no qual podem expor seus comentários e demandas. Uma pauta que perdurou por alguns meses do final de 2014 ao início de 2015, nas reuniões dessa Associação, foi a articulação em torno da participação no Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, que ocorreria em outubro de 2015, em Maceió – AL. Havia uma mobilização dos membros para se deslocar até o evento.

Essa Associação pessoense possui um setor jurídico permanente, para atendimento dos associados, aulas de informática e fisioterapia semanais, parcerias com entidades, Prefeitura Municipal e com o SESC (Serviço Social do Comércio) através do Banco de Alimentos, do Mesa Brasil. Recebem, portanto, significativas quantidades de alimentos para distribuir regularmente entre os associados.

Não possui sede própria e já migrou por diversos espaços, até o local atual. Esse espaço é diferenciado das demais associações: nele, sediam, encontram-se e dialogam entre si as diretorias da CENIPA e da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba (FAAPI), que atualmente congrega oito associações ativas na Paraíba,

fundada em 2008. A fundação da Federação foi motivada pela necessidade de criar uma instância estadual representativa das associações existentes na Paraíba e estabelecer um vínculo direto com a Confederação. O primeiro presidente da FAAPI também foi Jurandir Pereira e, após um problema de saúde, renunciou à função e Edmilson Argino se candidatou, assumindo a vaga posteriormente. As reuniões ordinárias são compartilhadas, embora com pautas, atas e momentos de fala distintos. Esses encontros mensais são iniciados com orações e leituras bíblicas, feitas por uma associada, geralmente, secretária. Sentam à mesa as duas diretorias e elas dialogam entre si, mas com proposituras e demandas diferenciadas. Enquanto o presidente da CENIPA, José Fernandes da Cruz, 76 anos, participa do Conselho Municipal do Idoso e demais instâncias locais representando a Associação, o presidente da Federação, Edmilson Argino, 67 anos, ocupa um lugar no Conselho Estadual do Idoso e participa com regularidade das reuniões da COBAP, que reúne as federações. Ressaltamos, nesse momento, que no Estatuto da Federação está disposta a diretriz que aponta a necessidade de se estabelecer um calendário de reuniões mensais com representantes de todas as associações vinculadas. Contudo, isso não acontece, visto que apenas a CENIPA participa com regularidade. As demais associações participam de forma esporádica e/ou em momentos de decisão que demande *quórum* mínimo, como eleição, por exemplo.

Muitos dos associados relatam que existem associações específicas às profissões que exerciam. O senhor Edmilson Argino, por exemplo, relatou que participa da Associação dos Inativos e Pensionistas da Universidade Federal da Paraíba, visto que ele foi docente da instituição de ensino superior e que, ao ser membro da CENIPA, vislumbrou uma oportunidade de contribuir com seus conhecimentos prévios para consolidar esse núcleo associativo.

Ressaltamos que tanto a Federação, quanto as associações pessoense e campinense destacam a figura do senador Paulo Paim como significativo representante das ações em prol dos aposentados. Inclusive, há banners com fotos dele e, no caso da Federação, durante a gestão do então presidente Jurandir, no ano de 2009, há registro fotográfico da visita desse político engajado na causa do aposentado, além de placa comemorativa.

Ao longo dos relatos, os presidentes esclarecem que há a manutenção constante da pauta referente à luta histórica no movimento de aposentados: o engajamento em prol dos direitos financeiros perdidos quando se tornaram inativos perante a sociedade.

Analizam as Conferências Municipais e Estaduais, bem como os Conselhos, enquanto espaços fecundos para dialogar com relação à implementação de políticas públicas, visto que são espaços deliberativos e democráticos. Demonstram insatisfação com a insignificativa execução das propostas discutidas em tais espaços, contudo, participar ainda é a melhor atitude para o controle e esclarecimento de demandas coletivas.

Além das perdas financeiras, um fato reaparece e torna-se uma pauta constante, apreendido durante as observações das práticas e discursos dos sujeitos inseridos nas associações: o desengajamento dos associados e/ou do público-alvo em geral. O engajamento vem se tornando superficial e as práticas, antes atuantes, se tornam desacreditadas por quem as representa e quem é representado. Em decorrência disso, embora participem de forma atuante de Conselhos, eventos, manifestações, Conferências, assimilam a ideia de que o coletivo não possui mais força para reivindicar. É importante que a Associação continue existindo, mas seu caráter original perdeu-se junto com as significativas perdas salariais que vêm sofrendo a cada ano, relatam os idosos.

A articulação da categoria tende a ser um refúgio “num mundo sem coração”, sem solidariedade. Passam por um momento de “refazer-se”, marcado por um processo de resignação, frente a uma perceptível despolitização social, que longe de atingir apenas essa categoria, é uma realidade em outros movimentos específicos. Assim, para não perderem mais esse espaço, diante do universo de limitações citadas, passaram a inserir, em suas ações, serviços de atendimento aos seus associados: cursos de alfabetização, mesa de sinuca, aulas de fisioterapia, parcerias com o Banco de Alimentos do “Mesa Brasil” do SESC (Serviço Social do Comércio), orientação jurídica são algumas atividades oferecidas. Segundo o que os dirigentes relatam, ainda que existam esses bens e serviços disponíveis, estes não atraem os associados à participação e/ou presença nas sedes. O que realmente tem atraído os membros são festas, presentes, confraternizações, passeios e viagens. Tais Associações, classificadas enquanto “eccléticas”, ou seja, formadas por profissionais de diversas categorias que engajam-se para reivindicar ações específicas, viram sua proposta “original” se diluir ao longo do tempo, tornando-se espécies de entidades de assistência jurídica e assistencialismo social. Um membro da diretoria da Associação sediada em Campina Grande afirma de forma categórica: *“O povo só se mobiliza se for para passeio”*. Além das apropriações identitárias em torno das motivações para o (des)engajamento nos dias atuais, há algo também a ser considerado. Em toda uma vivência marcada por relações de hierarquias,

obrigações, regras, essa mobilização direcionada para o lazer, pode ser reconhecida como uma perspectiva de enfrentamento e resistência a um sistema que, conforme já apontado, subjuga o tempo livre, o “ócio”, e supervaloriza a vida ativa, especificamente, no mundo do trabalho.

Ao discutir sobre as dificuldades no estímulo à mobilização de associados em manifestações e ações diversas, Debert afirma:

Não se pode, no entanto, esperar de atividades como bailes, jogos, excursões, coral, que exigem uma convivência intensa entre os participantes, o mesmo caráter universalizador da luta por direitos legalmente assegurados. Nos programas para a terceira idade (...), o capital cultural e social dos participantes é fundamental nas escolhas realizadas, mesmo quando as opções são muito limitadas (1999, p. 181).

Segundo relato de membros das diretorias das Associações, esse fato observado os levou, portanto, a atualizar práticas que culminaram por descaracterizar o movimento de forma paulatina. Tal fato esclarece, portanto, que há um movimento para *fora*, na medida em que, embora com reservas, ainda buscam espaços de participação, deliberativos, e para *dentro*, quando foram condicionados a rever suas ações e serviços aos associados, para manter a estrutura funcionando.

A partir dessa conjuntura atual apresentada, de pautas internas e externas constantes e adaptações “compulsórias” aos novos modos de engajamento e participação coletiva, nos questionamos: qual o lugar da Associação na articulação política atual?

3.3 “Coordenações” da Pessoa Idosa: O Poder Público Fala

Dentre os espaços pelos quais transitamos no decorrer da pesquisa, os que mais possuem visibilidade perante a sociedade são os que representam o discurso político do poder público. É parte do jogo político a divulgação, o marketing, a exposição massiva em torno de tudo que é executado, ainda que as ações sejam reponsabilidade da gestão pública. A “voz e vez” aqui não só é legitimada, como tende a suplantar/sufocar outras “vozes e vezes”.

Nesse momento, esboçaremos uma análise múltipla a partir de um mesmo objeto: através dos discursos que são expressos pelos agentes públicos; do que é divulgado na mídia e nos portais oficiais do Governo e da Prefeitura; e confrontar com o

que foi observado. Analisaremos, portanto, os meandros dos discursos e práticas para fora e por dentro dos espaços.

Iniciamos com a “Gerência do Idoso” que, embora não desponte como campo de estudo específico, visto que focalizamos as políticas estaduais, lançaremos aqui um olhar sobre a sua atuação enquanto instância mediadora entre as demandas dos idosos do município e as políticas executadas pelo Estado. Inseriu-se na pesquisa, portanto, de forma transversal. A Gerência é vinculada à Secretaria de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, possui como um dos serviços de referência subsidiar o Centro Municipal de Convivência do Idoso – Conviver. De acordo com a gestora, suas ações são pautadas pela Diretoria da Proteção Básica, um dos eixos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), bem como em consonância com a legislação vigente (Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso).

O discurso oficial, inclusive, apresentado em um documento que sintetiza as práticas de tal instância, expõe que os objetivos propostos são: articular as esferas governamentais, não-governamentais e a sociedade civil organizada para promover a efetivação dos direitos dos idosos; subsidiar ações de prevenção a situações de risco; e possibilitar o acesso a serviços, programas e projetos que contribuem com a dignidade e qualidade de vida dos mais velhos.

Segundo a coordenadora da Gerência, Rosemary Torres, os serviços e ações são múltiplos, mas perpassam questões específicas, tais como o acolhimento, orientação, acesso à Carteira do Idoso (Lei 10.741/2003 / Decreto 5.934/2006), defesa dos direitos, organização de eventos e Conferências, o Disque Idoso, que atende as denúncias de maus-tratos, estímulo aos grupos comunitários de idosos, visando a convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários entre os idosos e a sociedade circundante. A coordenadora se mostra engajada em defesa de tais direitos da pessoa idosa, da prevenção à violência e a participação coletiva, inclusive, nos Conselhos e Conferências. Relata que já possui uma trajetória profissional, enquanto assistente social, frente a tal questão.

O discurso oficial, divulgado pela mídia, contudo, enfatiza as ações de “convivência”, que estimulam práticas geracionais e intergeracionais. Cada momento festivo no “Conviver” é amplamente exposto pelos assessores de imprensa municipal. O Conviver, conforme enfatizamos, congrega em si práticas de envolvimento, integração, solidariedade e sociabilidade geracional. Contudo, pontuamos que em um universo populacional de 42.817 mil habitantes idosos em Campina Grande (Anexo II),

correspondendo a 10,5% da população total do município, ter 350 (trezentos e cinquenta) indivíduos cadastrados, demonstra que o espaço não comporta as diversidades situacionais que se colocam cotidianamente diante desse segmento. Esses são idosos que possuem autonomia e independência, ao menos nos níveis psíquicos e físicos. Os relatos dos participantes desses espaços apontam que eles podem, desejam e procuram participar.

Ao longo de mais de quinze anos, o Centro de Convivência, em Campina Grande, vem se consolidando enquanto uma política pública daquele município para a população idosa. O discurso ostentado é que tudo aquilo que o Estatuto do Idoso preconiza, os agentes públicos oferecem para os participantes do espaço: palestras educativas, orientações, cultura, lazer, esportes, cidadania, cuidados com o corpo (práticas físicas) e com a mente (atendimento psicológico e atividades lúdicas). Poderíamos, nesse sentido, questionar a atuação da gestão pública também em prol daqueles idosos que não estão em condições de se deslocar, que estão abandonados pelas condições objetivas de existência, como diria Karl Marx, ou pelos familiares, aqueles que sofreram perdas financeiras após a aposentadoria e não conseguem prover suas necessidades básicas e vitais, entre outros. Ou seja, como o poder público visualiza as demandas daqueles que não podem expressá-las, não têm acesso ou não podem alcançar as políticas que são formuladas? Os espaços de reivindicação (Conselhos e Conferências), de debate coletivo realmente cumprem os objetivos ou apenas existem?

Muito se enfatiza sobre o cumprimento de Leis, Decretos e documentos, mas priorizam partes destas leis, aquelas que *podem* e *devem* cumprir, como a cultura e o lazer. Os demais elementos elencados são omitidos, tais como a saúde, moradia digna de acordo com a demanda, transporte adequado, ou seja, as condições de vida apropriadas, como um todo.

A “Coordenação da Política Estadual do Idoso e da Pessoa com Deficiência”, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Humano, do Governo do Estado, é gerenciada por Gabrielle Vasconcelos, desde o ano de 2011, início da gestão de Ricardo Vieira Coutinho. Se, em Campina Grande, o recorte temporal não fez parte da análise da mediação do poder público com os grupos de idosos, no caso do Governo do Estado, priorizamos nosso recorte entre os anos de 2003 ao primeiro semestre de 2015, tendo em vista que o Estatuto do Idoso foi aprovado e sancionado em 2003 e nosso questionamento está pautado na perspectiva de que, se ao longo de cerca de doze anos, os representantes do poder público paraibano desenvolveram ações em prol do

cumprimento dos princípios contidos nos artigos previstos nesse documento, bem como as demandas apresentadas pelo segmento.

Durante esse recorte temporal, a Paraíba foi governada por três indivíduos. Entre os anos de janeiro de 2003 a fevereiro de 2009, Cássio Rodrigues da Cunha Lima (PSDB) ocupou a função de governar o Estado, compreendendo nesse período uma reeleição, seguida por um processo de cassação do mandato, que interrompeu a gestão. No período em que governou, Cássio Rodrigues da Cunha Lima inaugurou o Centro de Convivência do Idoso¹⁴, dando início à estrutura ora apresentada aqui, de atendimento aos idosos na cidade de João Pessoa-PB. Na extensão do Estado, foram implantados e consolidados os Centros Sociais Urbanos (CSU's), que estimulam as atividades socioeducativas e cursos diversos, em parcerias com entidades e instituições públicas. Como atendem a população em situação de vulnerabilidade social e estão alocados em bairros populares, são coordenados por uma equipe formada por sociólogos, assistentes sociais e psicólogos, que promovem atividades ao público específico. Inúmeros grupos de idosos foram organizados nos CSU's, com significativa participação de membros em todo o Estado. Essas foram as ações que mais se sobressaíram na referida gestão.

Com a cassação do então governador, o candidato que concorreu ao pleito na eleição de 2006 e ficou em segundo lugar, José Targino Maranhão (PMDB), assumiu o cargo. A sua gestão compreendeu o período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2010. Já possuía uma trajetória política no Estado, visto que era a terceira vez que atuava como governador da Paraíba. Contudo, houve nova eleição e o mesmo não foi escolhido para seguir com a gestão. O tempo em que geriu o Estado, não sinalizou mudanças no setor social como um todo.

Contudo, no que diz respeito aos interesses da pessoa idosa, há um fato relevante a ser destacado: a implementação da Política Estadual do Idoso, Lei nº 8.846/2009, que criou o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em consonância com o que a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso já haviam recomendado. Este instrumento, o Conselho Estadual, dentre inúmeras particularidades e objetivos, possibilita a participação dos idosos, através de organizações representativas, na discussão das ações e serviços a serem desenvolvidos. O instrumento foi criado, mas não houve incentivos para a sua consolidação, visto que ele só adquire respaldo e

¹⁴ A construção do Centro foi iniciada na gestão de José Targino Maranhão (1999 – 2002) e seu vice-governador, Antônio Roberto de Sousa Paulino, que assumiu o cargo em abril e se estendeu até dezembro de 2002.

atuação efetiva quando se institui esse mesmo instrumento a nível municipal, em toda a extensão do Estado.

Além da criação dessa instância, não foi constatada mudanças ou ampliação de alguma ação. As políticas executadas entre os anos 2009 a 2010 foram caracterizadas, em sua maior parte, sob a perspectiva de manutenção e de “olhar à frente”, em busca de uma campanha vitoriosa nas próximas eleições, que promover mudanças nas ações empreendidas.

É importante destacar, nesse momento, que o acesso a informações sobre as ações desenvolvidas entre os anos de 2003 a 2010 foi limitado. Além das discussões sobre a (in)visibilidade de políticas e ações direcionadas à pessoa idosa, consideramos que a pesquisa acontece durante o governo de um outro gestor e, sendo assim, os dados referentes às políticas atuais são facilitados. No serviço público brasileiro e, especialmente, paraibano, impera ainda a lógica personalista das relações e práticas estabelecidas. Desta maneira, quando um gestor *público* deixa de exercer a função para a qual foi designado mediante eleição, leva consigo o histórico das ações realizadas e o sucessor, que deveria atuar enquanto um continuador, nem sempre mantém as ações e/ou acessibiliza os dados solicitados. Assim, as informações dispostas acima foram adquiridas através de documentos coletados e pesquisas realizadas na Secretaria de Desenvolvimento Humano sobre as ações que já existiam em prol dos idosos, até dezembro de 2010.

Em janeiro de 2011 assume o governador Ricardo Vieira Coutinho (PSB), que após reeleição no pleito de 2014, gerencia o Estado até os dias atuais. Ao longo dos contatos estabelecidos com a coordenadora, foi esclarecido que a finalidade inicial da gestão (Janeiro de 2011 até meados de 2015) foi catalogar todos os espaços que atendem à idosos no Estado da Paraíba, vinculados ao poder público, filantrópicos ou mantidos com subsídios privados. Essa pretensão justificou-se, segundo a mesma, pela ausência de conhecimento das ações e serviços executados, bem como das condições de existência dos espaços. Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's), por exemplo, apresentavam limitações estruturais, constituindo-se enquanto alvo constante de notificações do Ministério Público e da Vigilância Sanitária.

Desta forma, catalogaram os Centros de Convivência de Idosos, Centro Dia, Centros Sociais Urbanos (vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado – SEDH) e além das ILPI's, distribuídas nas 14 (quatorze) regiões

geoadministrativas em que a Paraíba¹⁵ está dividida, através dos seus 223 (duzentos e vinte e três) municípios. Como já foi dito, há grupos de idosos provenientes de diversas orientações (pastorais de igreja, SESC, SAB's, entre outros) e que assumem propostas diferenciadas, o que dificulta a catalogação e, nessa perspectiva, não foram contabilizados na relação dos espaços elencados abaixo. A partir desse levantamento, destacamos os seguintes números no Estado da Paraíba: 14 (quatorze) Centros de Convivência de Idosos, 16 (dezesesseis) Centros Sociais Urbanos e 47 (quarenta e sete) ILPI's – todas de caráter filantrópico. A tabela seguir apresenta esse quantitativo disposto acima, bem como de outros espaços e serviços ativos até o ano de 2012:

QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS PARA A PESSOA IDOSA NA PARAÍBA	
UNIDADES E SERVIÇOS	QUANTITATIVO
<i>Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)</i> – Atendimento socioassistencial de famílias, proteção, garantia de direitos de cidadania e convivência familiar e comunitária.	Presente nos 223 municípios paraibanos
<i>Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)</i> – Atendem famílias em situações de risco social ou violação dos seus direitos, através de uma equipe especializada. Registram também denúncias de violência contra idosos.	Regional: 26 municípios
	Municipal: 78 municípios
<i>Centro de Convivência do Idoso</i> – Propõe o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	14
<i>Centro Social Urbano (CSU)</i> – Espaço que propõe atividades socioeducativas e de lazer. Em todos os Centros, há Grupos de Idosos.	16
<i>Instituição de Longa Permanência para o Idoso (ILPI)</i> – Instituições que oferecem atendimento fora do núcleo familiar do idoso.	47
<i>Casa de Passagem</i> – Oferece acolhida temporária a pessoas em situações de risco social.	03
<i>Centro-dia</i> – Oferece atendimento no período diurno a pessoas idosas e mantém como objetivo de preservar o convívio familiar e comunitário, além da autonomia da pessoa idosa.	01
<i>Clube do Idoso</i> – Oferece práticas socioeducativas e atividades físicas a idosos.	01

¹⁵ Essa catalogação inicial realizada pela Coordenação da Política Estadual do Idoso forneceu subsídios para que o Governo do Estado, juntamente, com a Universidade da Terceira Idade (UNITI/PB) e a Associação Brasileira dos Clubes da Terceira Idade (ABCMI/PB), editassem no ano de 2012, o Manual de Utilidade Imediata do Idoso (Anexo I), que contém os serviços e benefícios sócioassistenciais de que dispõe a pessoa idosa no Estado da Paraíba.

<i>Universidade da Terceira Idade</i> – Espaço para educação continuada para idosos com qualquer nível de instrução.	02
<i>Centro de Atividades e Lazer dos Aposentados e Pensionistas “Padre Juarez Benício” (CEJUBE)</i> – Oferece de múltiplas atividades, entretenimento e lazer, destinado ao atendimento de todos os aposentados e pensionistas segurados do Regime Próprio de Previdência do Estado da Paraíba (dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Militares).	01
<i>Clube da Melhor Idade</i> – Programa que possui como proposta proporcionar cultura, lazer, esporte e turismo a pessoa idosa.	10
<i>Condomínio Cidade Madura</i> – Programa Habitacional que possui como finalidade acessibilizar moradia adequada as necessidades de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.	02 construídos, 02 em construção e 02 em fase de análise para posterior implementação.
<i>Delegacia do Idoso (Estadual)</i> – Instância que promove a defesa e controle dos direitos da pessoa idosa.	01
<i>Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa</i> – A nível estadual, supervisiona o acompanhamento e a avaliação da Política do Idoso, no âmbito estadual e municipal. Enquanto instância municipal corresponde a um órgão permanente, consultivo, deliberativo e controlador das ações direcionadas a pessoa idosa.	Estadual: 01
	Municipal: 110

Fonte: SEDH/PB

Segundo a coordenadora atual, diante desse panorama geral, com dados estruturais e dos frequentadores e/ou residentes nos espaços, a Coordenação da Política Estadual do Idoso passou a traçar metas para atuar em benefício das condições apresentadas, de forma específica, em cada espaço. As melhorias e ampliação das atividades desenvolvidas ao longo do Estado, segundo o Governo, atendem as normas estabelecidas na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso, para garantir um envelhecimento saudável e digno. Ressalta ainda que a Paraíba desenvolve uma experiência inédita no país, no que se refere ao projeto e construção do conjunto habitacional “Cidade Madura”, iniciativa pública e gratuita, visto que a população idosa muitas vezes ficou excluída das políticas públicas estaduais, em outros períodos/gestões de governo.

Outro fato que destacou foi que, no ano de 2011, o Governo incentivou a realização das Conferências Municipais, entendendo-as enquanto oportunidade efetiva de encontro entre a pessoa idosa e o poder público, para debater sobre suas condições de vida e necessidades. A coordenadora enfatizou que, dentre as reivindicações, destacam-

se as demandas nas áreas de saúde e lazer, o que repercutiu na Conferência Estadual e, posteriormente, na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

No portal virtual do Governo do Estado, bem como nas propagandas políticas veiculadas em vários tipos de mídia, foram divulgadas as ações em prol dos idosos ao longo da gestão do atual governador: criação da Delegacia do Idoso, com sede em João Pessoa; convênio de cooperação técnica com o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado para implementar conselhos municipais de idosos em todo o Estado; reforma e construção de piscina e academia no Centro de Convivência do Idoso (JP), além do incentivo a diversas práticas lúdico-culturais realizadas no espaço; execução do programa habitacional “Cidade Madura”, primeiro condomínio horizontal projetado e adaptado para idosos, para cerca de 40 residências, em Campina Grande, Cajazeiras, João Pessoa e proposta de construção em Guarabira; capacitações para profissionais e cuidadores que lidam com idosos; recuperação e adaptação de 16 (dezesesseis) CSU’s para melhor atender aos grupos de idosos; implementação do “Disque 123”, serviço de atendimento de denúncia contra idosos; “Projeto Acolher”, que atua na fiscalização e monitoramento de Instituições de Longa Permanência para Idosos, além de destinar R\$ 2 milhões em recursos para melhorias nas ILPI’s que enviassem um projeto técnico para beneficiar o local; atividades diversas desenvolvidas nos Centros de Convivência ao longo do ano (GOVERNO DA PARAÍBA, 2014).

Em um discurso proferido durante a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 2011, o governador Ricardo Vieira Coutinho destacou o cumprimento em relação às políticas públicas direcionadas aos idosos e a importância da Conferência para propor ações ao governo federal. No portal do Governo do Estado, há a seguinte informação:

Em seu discurso, o governador salientou que, em João Pessoa, os avanços na implantação das políticas públicas, por meio da criação de espaços de convivência, circuitos de lazer, cultura e educação, estão garantindo qualidade de vida às pessoas idosas. Nos demais municípios, no entanto, ele disse que a caminhada ainda é longa, já que são 223 municípios, em 14 regiões geoadministrativas. ‘Precisamos nos esforçar para garantir serviços em pelo menos cada uma das regiões. Se tivermos municípios antenados com essa ideia, juntaremos o pouco recurso do Estado com o pouco da prefeitura e teremos uma soma importante para garantir os direitos da pessoa idosa’ (GOVERNO DA PARAÍBA, 2014).

O discurso divulgado é que as iniciativas realizadas possuem, como principal finalidade, valorizar e reconhecer as pessoas de mais idade, através da perspectiva do fortalecimento de vínculos sociais. Há uma ênfase acentuada na afirmação que cumprem a legislação vigente. Mas será que visualizam realmente os idosos como sujeitos inseridos em uma realidade mais ampla ou as ações são elaboradas e executadas a partir do que projetamos como “bom” para eles? As ações acontecem nos Centros Sociais Urbanos, ILPI’s, Centros de Convivência, condomínios de idosos. Contudo, nos questionamos: e os idosos que não desejam ou não podem usufruir tais ações ou serviços? O direito à saúde, infraestrutura urbana com acessibilidade, ao transporte coletivo digno, ao trabalho sem discriminação são garantias que não estão previstos nas ações do Estado, embora estejam contidas no Estatuto. Sabemos que esses itens elencados acima já estavam assegurados desde a Constituição Brasileira de 1988, para todo cidadão. Contudo, consideramos que a reivindicação constante dos idosos existe pelo fato de que no curso da vida, já conviveram com perdas e conquistas, mas no momento atual, um dos desafios encontrados é o tratamento discriminatório concedido a eles, além dos estereótipos forjados em torno da velhice.

A política pública surge para dar conta do sujeito social que “nasce”. O idoso nasceu enquanto sujeito dotado de particularidades – possui experiência de vida, com rupturas e continuidades – e que continua a construir sua trajetória de vida. É incômodo, na medida em que não mais é produtivo, de acordo com o que sustenta o sistema capitalista. Representa a imagem de um futuro temido em uma sociedade do consumo e da aparência, e ainda disputa um lugar social justo e digno, de acordo com aquilo que viveu. Como mantê-lo integrado à sociedade sem fazê-lo interferir em elementos *delicados* do sistema, tais como distribuição equânime de recursos, acesso a saúde e educação, por exemplo? Daí, junto com o sujeito, nascem as contradições das políticas sociais articuladas e executadas pelo poder público.

3.4 Diálogo possível? Encontros e confrontos entre o “dever” e o “poder”

A nossa pesquisa versou sobre propostas de associativismo entre idosos e a articulação com políticas públicas relacionadas a esse público específico. No tocante aos grupos (Centros de Convivência e Associações), trata-se de idosos inseridos em dois espaços peculiares, com finalidades e vivências diversificadas, demonstrando o caráter

heterogêneo da velhice. Existe, portanto, diferenças até mesmo no interior desses contextos e grupos.

Simone de Beauvoir (1990) considera que a análise sobre velhice deve ser realizada através de duas perspectivas distintas, porém, complementares: idoso enquanto objeto social, descrevendo-o em sua exterioridade e, por outro lado, uma discussão sobre as vivências subjetivas de *estar* idoso. Os aspectos extrínsecos e intrínsecos da velhice abrem possibilidades de análise sobre os mais velhos e seus modos de vida, através de múltiplas perspectivas.

Nesse sentido, esclarecemos que os espaços estudados possuem propostas e atividades diferenciadas. Seus atores também carregam em si particularidades, que ao longo dos contatos, são percebidas. Através das leituras sobre formas de sociabilidade na velhice, houve o entendimento de que as associações se constituíam enquanto sociedade civil organizada, espaço politizado, com práticas “sérias”. Engajamento e luta compunham a essência do associativismo. Os chamados grupos de “terceira idade”, aqui representados pelos Centros de Convivência do Idoso, por sua vez, eram reconhecidos enquanto espaços nos quais as práticas de sociabilidade são permeadas por ludicidade, integração, entretenimento, atividades diversas. Distração e integração social eram as palavras-chave. O poder público, por sua vez, figurava como instância representativa que possui condições e *poder* para executar as demandas solicitadas pelos idosos em momentos oportunos.

O contato paulatino e contínuo com os espaços desconstruiu esse viés assimilado. Práticas e sujeitos se mostraram diluídos no jogo dinâmico do campo empírico. Os entendimentos limitados sucumbiram, ao passo em que a investigação era empreendida. Muitas vezes, práticas de engajamento politizado eram reconhecidas entre os participantes dos “Centros” e, por outro lado, atividades físicas e/ou lúdicas, eram praticadas e/ou solicitadas nas Associações de Aposentados. Em relação aos Centros, além da participação dos idosos nas Conferências Municipais e Estaduais, essa atuação acontecia também através das práticas cotidianas internas no próprio espaço em que se inseriam, tais como a reivindicação por melhorias infraestruturais e pela presença de determinados profissionais, a não aceitação de mudanças na programação das atividades, a exigência por melhor alimentação nos horários de lanches, entre outros. Isso contribuiu, portanto, para “substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que a imprensa, sobretudo, veicula), por uma representação complexa e múltipla,

fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes inconciliáveis” (BOURDIEU, 2011, p. 11).

Quando Pierre Bourdieu discute sobre os “Espaços de ponto de vista”, afirma que as compreensões sobre as relações estabelecidas em ambientes coletivos são complexas e, portanto, difíceis de serem analisadas. Sugere, portanto, que para possibilitar tal entendimento:

(...) não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas: isto é, em certos casos, o trágico que nasce do confronto sem concessão nem compromisso possível de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social (BOURDIEU, 2011, p. 11).

Nas Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos o discurso sustentado por ambas, inclusive pela Federação, é de que a sua trajetória profissional, muitas vezes árdua e repleta de expectativas em relação ao futuro que poderiam desfrutar, transformou-se em frustração após o advento da aposentadoria, para muitos associados. As perdas salariais, a ausência do reconhecimento social daqueles que estão inativos e o descaso do poder político são motivações que os condicionam a envolver-se em associações e assumir a postura de militância das causas pertinentes à categoria. Contudo, os associados que estão há mais de uma década no movimento relatam que um dos maiores impasses que enfrentam na luta é a desmobilização e descaracterização do movimento que ocorre com maior intensidade partir dos anos 2000, visto que o entendimento de que a articulação do coletivo garantiria conquistas vem se diluindo ao longo dos anos.

Um dado importante a ser analisado é que, conforme já enfatizamos, a melhoria salarial se manteve como uma pauta constante nas Associações e, que, após ganho de ações na justiça, entre as décadas de 1990 e 2000, a participação dos membros diminuiu e a efetividade das práticas, inclusive aquelas sob o manto da exigência por direitos ainda não plenamente consolidados, diluiu-se. Percebida como aquela que impulsiona melhorias nas demandas esferas da vida – saúde, moradia, mobilidade urbana, alimentação – a questão salarial mantém sua centralidade nos movimentos sociais em um contexto nacional marcado pela desigualdade de renda. Além dessas condições

objetivas, a renda demarca o campo das subjetividades do *poder de consumo* em uma sociedade particularizada pela aparência e pelo individualismo consumista. De acordo com esse entendimento, na medida em que a questão salarial não é mais central, visto que as ações judiciais não surtem mais “efeito”, esvazia-se o sentido do movimento.

Embora as associações não estejam vinculadas ao governo estadual e muitas de suas reivindicações versem sobre perdas salariais que sofreram na Previdência Social, competência do Governo Federal, nosso campo de estudo perpassou associações municipais e federal, alocadas na Paraíba. As ações ou omissões do governo repercutem também nas vivências desses sujeitos. O caráter desmobilizador do movimento constitui-se em uma perda para a conquista e consolidação dos direitos dos mais velhos, visto que a “voz” dissonante nos espaços deliberativos tende a ser suplantada pela voz do poder público, que pode agir de forma arbitrária, sem considerar as reais demandas dos interessados na causa.

Os Centros de Convivência possuem um caráter múltiplo: na medida em que discursos e práticas sinalizam para o estímulo da integração e sociabilidade geracional, expressam também a *orientação* para que os idosos tenham acesso ao conhecimento sobre os seus direitos e deveres, através de palestras, cartilhas, presenças em eventos, entre outros. Ou seja, trata-se de espaços formatados para integrar, sociabilizar, *distrain* os participantes, mas que ostentam essa bandeira de luta em prol dos idosos, contra a violência, maus-tratos, discriminação e em favor do cumprimento de direitos e deveres legalmente assegurados. E isso não seria contraditório, visto que o poder público que “luta”, representado pelas coordenações dos Centros, deveria ser aquele que promove os direitos, que contribui para o cumprimento dele? Como ser “sujeito” que luta e instância que concede o direito, de forma concomitante? É contraditório acessibilizar o conhecimento de que é direito do idoso ser respeitado de forma integral, em todas as dimensões da vida, e ser omissos diante de práticas discriminatórias em relação ao parco atendimento à saúde e no transporte público, por exemplo.

O poder público estadual percorreu por demandas amplas e relevantes: moradia, lazer, sociabilidade e vida comunitária, institucionalização de idosos, combate à violência. Contudo, ainda a prioridade é executar os artigos do Estatuto do Idoso que versam sobre cultura, lazer e entretenimento. Ou seja, a parte do Estatuto que considera sobre o não-questionamento, as distrações, o não-engajamento. Trata-se, dessa forma, de uma política associada à ocupação do tempo livre, dito tempo ocioso.

Nas associações, há vagas para os representantes ocuparem espaço nos Conselhos. Nos Centros de Convivência, por sua vez, os representantes são os coordenadores, através do espaço reservado ao poder público. Os idosos entrevistados nas Associações revelaram que participam das reuniões e demais momentos organizados pelo Conselho Municipal e Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, mas afirmam com veemência: “*Eu vou, mas sei que dali não sai nada*” (Severino Ferreira, 80 anos, tesoureiro da Associação em Campina Grande). Na medida em que a mensagem não chega às partes interessadas reciprocamente, a comunicação, o diálogo não acontece. Há, portanto, um hiato no entendimento do poder *público* enquanto esfera que atua para benefício coletivo, no trato da *coisa pública*, de modo amplo. Tais espaços se tornam, desta forma, deslegitimados pelos membros que representam as entidades da sociedade civil organizada. Esses são alguns dos limites que esse poder público representativo explicita.

Conforme pontuamos, através de mais de dez anos, foram lançados olhares mais atentos sobre espaços propícios à sociabilidade na Paraíba. Poderíamos questionar as motivações que condicionam o governo a incentivar, de modo especial, espaços de lazer e não contribuem para consolidar os Conselhos do Idoso, por exemplo. Contribuiriam na medida em que as propostas ali discutidas e deliberadas fossem executadas, diante da viabilidade das mesmas. Mas, para que deveriam consolidar espaços deliberativos, se os encaminhamentos das decisões tomadas por um coletivo repercutirão diretamente nas ações do poder público? Nesse aspecto, trata-se de forças opostas e, muitas vezes, inconciliáveis.

A observação realizada nos leva a perceber que não há interesse em subsidiar, de fato, conhecimento para políticas direcionadas ao idoso, mas a manutenção de práticas assistencialistas, acima disso, práticas que objetivam ocupar o tempo dos idosos, o tempo ocioso, que pode vir a se tornar um peso para família, Estado e sociedade ao declinar para depressão ou doenças. Ademais, o tempo ocioso pode ser tornar mais incômodo, na medida em que ao analisar a sua realidade, o indivíduo se torna questionador, atuante, inconformado com as situações de injustiça consigo e com uma coletividade.

O discurso amplamente divulgado, como pudemos perceber, é de que há um trabalho constante no tocante ao cumprimento dos princípios contidos no Estatuto do Idoso. A maior parte desses princípios são elementos fundantes dos direitos humanos, se assim pudéssemos naturalizá-los. Direito à saúde, dignidade, respeito, lazer, contra a

discriminação e violência aos mais velhos. Como e para que normatizar leis que versam sobre práticas que o senso comum entende como cotidianas, quase que “instintivas”, em sociedade? Cadeiras específicas para idosos em ônibus e bancos, filas prioritárias para facilitar o atendimento em estabelecimentos diversos, vagas em estacionamento: tudo isso é necessário para assegurar o lugar desse sujeito na sociedade, ainda que não garantam o respeito a esses direitos. Esse fato já revela muito sobre as relações sociais estabelecidas na atualidade. Nessa perspectiva, questionamos sistematicamente o empenho do poder público em enfatizar que cumpre o que um conjunto de leis assegura. E se assim não fosse, nenhuma política seria executada? Quando muito se fala em sociabilizar, promover a participação, a integração social dos idosos na sociedade, já explicita as dificuldades que essa mesma sociedade possui para acolhê-los no seu conjunto.

O diálogo estabelecido entre os sujeitos, o poder público e, por extensão, o conjunto da sociedade, acontece, dessa forma, através de relações nuançadas, perpassadas por disputas e demarcação constante de espaço, reconhecimento de direitos e deveres. Espaços de luta e de construção daquele que foi, é e pretende ser, enquanto sujeito social.

Os encontros com os idosos em seus espaços de vivência e convivência tornaram possível o reconhecimento da postura adquirida por estes indivíduos, cerne dos debates teóricos, diante de suas necessidades e em relação ao poder público estadual, bem como na repercussão de tais convivências na construção de identidades. Apontou, então, para a consequente necessidade de serem reformuladas políticas públicas que possibilitem maior inserção destes indivíduos na sociedade mais ampla, contribuindo para atender às demandas deste segmento crescente da população brasileira.

CAPÍTULO 4

POR ONDE ANDEI: CAMINHOS, RUPTURAS E CONFLUÊNCIAS NA VIDA

“O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a infância, mas também pode ser construído ou modificado nas diferentes fases da vida. A ênfase existencialista se coloca no exercício permanente da liberdade, da escolha e da responsabilidade individual na construção de um projeto de vida que dê significado às nossas existências até os últimos dias”
(GOLDENBERG, 2013, p. 34)

4.1 Considerações Iniciais

Como discutir participação de idosos, através da inserção deles em espaços de sociabilidade específicos, se não considerarmos a trajetória de vida destes? Identidade não é inerte, nem “nasce” pronta e acabada. É resultado de todo um conjunto de relações e eventos que acontecem na vida dos indivíduos. É construída no cotidiano e, de acordo com as vivências e contextos, pode ser redimensionada. Não podemos, desta forma, naturalizá-la. Com a finalidade de adquirir subsídios empíricos mais consistentes para essa discussão, ampliamos o nosso alcance investigativo, através do uso de procedimentos metodológicos específicos. Para tanto, as entrevistas realizadas com os idosos inseridos nos cenários do campo condicionaram a inclusão da técnica da entrevista em profundidade.

Esse capítulo se propõe, desta forma, a imergir por oito narrativas, sendo duas com sujeitos inseridos em cada espaço pesquisado (Centros de Convivência e Associações de Aposentados com sede nas cidades de Campina Grande e João Pessoa). No caso dos idosos que são membros das associações, consideramos os que compõem as diretorias e, em relação aos idosos dos Centros, selecionamos aqueles que possuem uma participação atual mais consolidada nos espaços. Optamos por trazer de forma mais detalhada as oito narrativas, com a finalidade de aprofundá-las, considerando as particularidades dos sujeitos e os momentos que eles apontam como marcantes durante suas vivências e condicionantes sobre o seu lugar atual, destacando as perdas e conquistas, rupturas, continuidades e permanências.

O processo de uso da técnica da entrevista em profundidade, durante a pesquisa, explicitou o processo de constituição das lideranças, entre os representantes desses

núcleos associativos e como a sua atuação dentro e fora dos espaços contribui para as construções identitárias de si e outro, de forma particular e social. As trajetórias de vida contribuem ainda para retomar aspectos de outrora, confrontando-se e/ou encontrando-se com as escolhas e sentidos socialmente relevantes nos dias atuais, submetidos, portanto, às próprias rupturas e confluências da vida.

Ao analisar a sociedade complexa moderna, Velho considera que:

A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas em um contexto em que diferentes ‘mundos’ ou duas esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito. A possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um *projeto social* que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivência de *interesses comuns* que podem ser os mais variados (1997, p. 36, grifo do autor).

Nesse contexto, estudos relacionados às narrativas de histórias de vida entre idosos revelam que a perspectiva de possuir um projeto de vida remete à noção de felicidade e satisfação na velhice. Existe o desejo em ocupar espaços diversos, seja para estudar, trabalhar, fazer cursos, passear, ser militante de uma causa, contribuir na vida doméstica junto aos familiares, entre outros. Trata-se de redimensionar o cotidiano, visto que esse projeto de vida pode estar ancorado na rede familiar, da sociabilidade mais ampla, nele próprio. Se junta a memória e se projeta no nível social.

Durante pesquisa sobre a memória de velhos mineiros e habitantes da região carbonífera gaúcha e a relação entre as lembranças e a saudade, Eckert assevera que:

(...) investigar sobre como os velhos narram e representam o tempo vivido no passado implica dar conta de como ressignificam práticas sociais reordenando os ritmos cotidianos, os laços, as redes, as cumplicidades tanto quanto as tensões e sofrimentos provindos de processos de desenraizamento que cadenciam destinos e motivações (1997, p. 182).

É nesse contexto e através dessa perspectiva, que reconstruímos as narrativas dos participantes, através do que foi relatado durante a pesquisa empreendida. A princípio, destacaremos os relatos dos líderes das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos, e, posteriormente, dos participantes de Centros de Convivência. A finalidade é construir suas narrativas e atentar para o fato de que suas vivências de

outrora repercutem nas expectativas e demandas que possuem na atualidade, confluindo na construção de identidades de “estar/ser velho” na sociedade atual.

4.2 “Tive Profissão e Agora sou Aposentado”: Narrativas dos Líderes da Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba

4.2.1 Severino Ferreira: “A gente não resolve nada não”

Nascido na zona rural de Campina Grande/PB, Severino Ferreira tem 80 anos de idade. Segundo seu relato, após dois casamentos, atualmente tem seis filhos e é divorciado, morando sozinho há 15 anos. Durante sua fala, não retoma aspectos e situações vividas durante a infância, mas se detém nos detalhes da sua profissão: caminhoneiro. No exercício dessa atividade profissional pôde ter acesso a lugares e culturas variadas, o que contribuiu para ampliar sua “visão de mundo”.

Meu trabalho era dirigir caminhão no Brasil todinho, no Brasil e no exterior. Em sete países da América Latina, eu carregava mercadoria para lá e de lá pra cá, direto. É muito cansativo. Esses setes países eu conheço tudinho, da América Latina, como conheço o Brasil. Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia. Era o meu trabalho, eu era proprietário, não era empregado, então, era da maneira que eu quisesse (Severino Ferreira, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

Durante a experiência profissional, não participava de atividade sindical, nem de associações específicas a sua categoria. Após um longo período exercendo essa função de caminhoneiro, conseguiu a aposentadoria, há mais de 30 anos, visto que tinha uma condição específica de insalubridade. Com o advento da aposentadoria, começou a perceber perdas na renda e foi em busca da reparação de parte dos danos causados. Foi com essa intenção que procurou a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campina Grande e Região, por intermédio do sócio fundador, que já era seu amigo.

Faz 22 anos que eu tô aqui. O fundador era muito amigo meu, aí eu conhecia ele e eu fui dar uma entrada numa ação que eu tava perdendo do INSS, aí tinha uns advogados aqui, aí eu dei entrada e me associei. Aí, ele não queria nem que eu me associasse porque não tinha nem futuro pra gente, vantagem. Mas eu queria me associar, aí fui e me associei. Aí até hoje estou aqui (Severino Ferreira, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

As perdas na renda, sofridas ao longo do tempo devido ao aumento diferenciado entre os “ativos” e os “inativos”, torna-se um tema recorrente no relato de Severino Ferreira. Embora tenha conseguido “ganhar” todas as ações movidas contra o Governo, sente que continua a perder: *“Se eu não morrer logo, vou acabar ficando com um salário mínimo”*. A vivência na Associação possibilitou o acesso ao conhecimento sobre leis que asseguram direitos, especialmente, no que se refere à Previdência Social. Assim, mesmo consciente de que atualmente as ações judiciais não são mais atendidas, aponta as falhas do sistema político e econômico brasileiro.

Não estamos pedindo nada, é um direito. Ele tá ferindo a Constituição, porque é um direito adquirido. Se você recebe mais do que eu, é porque pagou mais, então, é um direito seu. Infelizmente, nós brasileiros somos muito desinformados. No Brasil tem duas coisas boas: pra empresa e pra político (Severino Ferreira, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

Sobre sua trajetória na associação, Severino Ferreira afirma que devido à falta de membros interessados, assim que ele se associou, passou a integrar o Conselho Fiscal. Em outro mandato, se candidatou à presidência, conseguindo votos suficientes para o cargo e, posteriormente, se tornou tesoureiro, função que exerce atualmente. Contudo, ressalta a sua relevância para o funcionamento da entidade, visto que é mais presente e atuante que os demais membros: *“Tudo aqui sou eu”*. Além dessa atuação, ele ressalta o quanto ajudou a entidade quando a renda da mesma era insuficiente para manter as despesas básicas: aluguel, água, energia, telefone. Sustentou a entidade por três anos e, posteriormente, a associação ressarciu as despesas que existiam. Algo semelhante aconteceu durante o processo de compra da sede atual. A prefeitura prometeu doar um espaço para a entidade e, após algumas tentativas frustradas, Severino emprestou o valor, completando com o recurso que a associação possuía, e a AAPI CG R adquiriu o espaço no Centro da cidade campinense: *“Quando João Lima foi eleito, em todo canto que ele ia pela COBAP, ele dizia: ‘Na Associação da Paraíba, não fosse Severino Ferreira, ela tinha fechado’”*.

Continuando seu relato sobre a atuação na Associação, recorda sobre um período em que esteve representando a AAPI CG R em Brasília/DF. Esse fato remonta ao tempo em que a associação campinense era a mais atuante na Paraíba e não existia Federação. Desta forma, Severino, na condição de membro da diretoria, representava a Paraíba a nível nacional.

Já fui em muitos eventos. Em Brasília, passei seis anos representando. Na COBAP, quem representava a Paraíba era eu. Porque não tinha federação, aí quem participava era a associação. Aí, em seis anos dei 72 viagens a Brasília. Todo mês eu tinha que tá lá. Reunião, Congresso, todo mês, todo mês. Aí levava as questões daqui. Tem até fotos. De cada Estado tinha uma pessoa, tem 27 estados, tinha 27 representantes (Severino Ferreira, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

Atualmente, divide com o presidente, José Pereira, a participação em eventos e Conselhos, representando a associação. Contudo, afirma que possui uma postura pessimista, visto que nada do que é discutido, é executado.

O que é colocado nos Conselhos, pra dar certo, é muito difícil. Se for coisa com política, ainda é mais problemático porque com política só tem mais é conversa. Eu nem sei como é essas políticas aqui. Porque eu sou contra, não sou a favor de política não. Político gosta muito de enganar e eu não sei enganar ninguém não. Aí tem coisa que eu nem participo, nem gosto muito de olhar (Severino Ferreira, 80 anos, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

Postura semelhante é relatada quando os associados solicitam melhorias na sua vida pessoal e enquanto categoria, expressando coletividade. De acordo com a perspectiva de Severino, é preferível esclarecer os limites da entidade, que possui recursos e atuação limitados, e não *“prometer como os políticos fazem”*.

Não tô aqui pra tá enganando o povo. Não é muito fácil conseguir as coisas não. É difícil, como eu tô dizendo, não adianta mentira não. Aparece oportunidade pra gente arranjar alguma coisa pro idoso, mas na realidade não consegue nada não (Severino Ferreira, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

Em relação às conquistas da AAPI CG R, cita o período de crescimento da entidade durante o movimento em torno dos 147%. De acordo com o relatado, a associação contratou funcionários para conseguir atender todos os indivíduos que procuravam o espaço. Severino afirma que, atualmente, a procura diminuiu e quase não há novos associados. O desejo era manter atendimento médico e de dentistas no local. Mas como o poder público não disponibiliza os serviços, assumindo os custos, a entidade não pode custear as despesas. Os associados, por sua vez, solicitam passeios e viagens, mas a entidade também não pode manter tais gastos. Diante disso, ele relata

que, se pudesse, não aceitaria associados com renda mensal de um salário mínimo, visto que estes são os que estão presentes nas atividades, exigem e, consequentemente, são os que dão “despesas”. Desta forma, a presença/participação, segundo o entrevistado, deve estar condicionada a significativa contribuição financeira.

Aqui, na verdade, os que vêm é tudo de um salário mínimo. Por mim, se fosse se associar com um salário mínimo, não deixava se associar, porque ele dá prejuízo. O direito que ele tem é do que ganha R\$ 4.000,00 e paga R\$ 40,00 reais é direito igual. E o de salário mínimo dá prejuízo à Associação porque são os que assistem a reunião. Aí vem toda reunião, aí vem esses passeios, às vezes exige. Quando a gente pode fazer, faz. Quando não pode, não faz. A renda tá caindo, só esse mês saíram cinco e todos porque morreram, porque ninguém veio dar baixa aqui, nem pediu pra sair. Foi que morreram. E a tendência é aparecer mais, porque é tudo idoso. E a renda tá caindo e as despesas aumentando (Severino Ferreira, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

Severino Ferreira afirma que frequenta a sede da entidade diariamente há muitos anos. Segundo seu relato, na ausência dos demais membros, ele se mostra presente. Nesse sentido, a associação transformou-se em uma forma de manutenção de uma vida ativa, visto que ele tem um compromisso diário de abrir a sede e manter as atividades da entidade: *“Ninguém vem, nem o presidente, nem o secretário, só eu. Quando eu saio daqui ou fico em casa ou vou na rua resolver qualquer coisa”*. Desta forma, demonstra satisfação por fazer parte e ser reconhecido como membro relevante da entidade, mas ainda se incomoda com as perdas financeiras após a aposentadoria: *“Sou saudável pra minha idade né? Eu não tô feliz porque tô perdendo mais da metade do meu capital. Aí a minha revolta é só por causa da perda.*

4.2.2 José Pereira: “Nós somos uma categoria. Nós que trabalhamos, nós que construímos essa nação”

Nascido na zona rural de Campina Grande, José Pereira tem 70 anos de idade. Filho de agricultor, mesmo diante de dificuldades ao longo da infância, afirma possuir uma relação próxima com a vida rural, pois *“é do campo que vem tudo”*. Após migrar para a zona urbana campinense, já na adolescência, pôde estudar e trabalhar como eletricitário. Aos 26 anos, casou e, desde então, se mantém nesse estado civil. Dessa união, nasceram duas filhas e uma neta. Sobre sua vida familiar/conjugal, José Pereira relata a felicidade em viver ao lado da sua esposa: *“Minha esposa, eu tenho ela, como*

eu mesmo. A gente não é duas pessoas, é uma só. A gente é casado há 44 anos, perto de 45 anos. Somos felizes”. Durante relatos posteriores, ele atribui à família a satisfação de viver e atuar na sociedade: *“Porque eu acho que se você está bem com a família está bem com tudo, se não está bem com família, não está bem com ninguém”.*

Trabalhou durante quase toda a vida profissional em uma empresa estatal de fornecimento de energia – Celb. Exercendo a função de eletricitário, começou a participar de movimentos sindicais: *“Fazia parte do movimento sindical. Fui presidente dos sindicatos dos trabalhadores rurais, mesmo sendo urbano. E fazia parte da diretoria dos trabalhadores da Celb”.* A vasta experiência sindical contribuiu para José Pereira perceber a importância da luta coletiva das categorias, em busca da consolidação de direitos dos trabalhadores e, por extensão, dos cidadãos.

Aposentado há 20 anos, quando estava prestes a completar 50 anos de idade, José Pereira recorda que a inatividade do mundo do trabalho o fez procurar a Associação e empreender novas formas de se posicionar contra o sistema vigente. Arelada à experiência sindical, a vivência no período do regime militar o fez reconhecer que a mudança social só acontece quando a população passa a ter consciência crítica e se une em prol de uma causa.

Contudo, percebe também que o modelo de democracia e sistema capitalista vigentes condicionam a corrupção, insegurança, precariedade nos sistemas de saúde e educação. Afirma: *“A gente não vê perspectiva de melhora. Não sei se é rebeldia minha, não sei se é falta de esperança, ou porque sou ignorante, ou porque sou matuto. Num país, num regime capitalista, e onde o capitalismo é selvagem, quem não tem dinheiro não vale nada”.*

Nesse contexto político e social, José Pereira insere as associações de idosos, aposentados e pensionistas. Participando há quase duas décadas da associação campinense da categoria – AAPI CG R – ele relata as dificuldades do engajamento dos membros desta entidade, o que reflete um cenário nacional de desmobilização da categoria.

Infelizmente, a nossa categoria de idoso, 90% dos idosos são ociosos, acham que a vida já acabou e que não venceu na vida nunca. A gente representa uma categoria que, infelizmente, as pessoas de cabeça boa não querem participar. Não quer nem ser sócio. Eu sei nem o que ronda na cabeça das pessoas. Eu tenho um pensamento, que acho que tô errado, é que o pior ser vivo é gente, porque nós raciocinamos. Se nós raciocina é pra nós fazer o que? Vamos raciocinar pra fazer o

bem. O bem não faz mal a ninguém. E por que todo mundo não faz o bem? (José Pereira, Presidente AAPI CG. R., Informação Verbal).

Em seu relato, José Pereira afirma que a participação dos associados nas atividades propostas pela entidade é restrita. Acredita que se houvesse uma articulação mais ampla e conseguissem reunir todos em uma manifestação, atrairia gestores, políticos e a sociedade civil para as demandas dos idosos e aposentados. Contudo, declara que a entidade não possui o *“poder de arrebanhar gente, poder de mobilização”*.

Sobre o cotidiano da associação, informa que atualmente exerce a função de presidente, mas não se sente satisfeito com as ações realizadas, que são limitadas em relação às necessidades dos membros. Relata que gostaria que a entidade fosse movimentada e que os associados tivessem acesso ao departamento jurídico, social, de saúde. Diante disso, após terminar o mandato, não quer assumir mais nenhuma função na diretoria.

Viagens, almoço, repassa umas besteiras. Isso não é o ideal, a meu ver. Essa associação era pra ser uma estrutura. Nós temos 70 mil aposentados pela Previdência Social só aqui em Campina Grande. Mas, infelizmente, tem divergência. Seu Bui não quer que se associe da prefeitura, do município, da União, do Estado, ele só quer que seja do INSS porque é descontado em folha. Aqui, acho que isso vai fechar, porque eu queria associar umas pessoas com mais visão, mas Seu Bui não gosta... (José Pereira, Presidente AAPI CG. R., Informação Verbal).

O “Seu Bui” a que José Pereira se refere é o também participante da pesquisa, Severino Ferreira, tesoureiro desta entidade. Como este contribui cotidianamente para a manutenção do local, há toda uma postura de respeito ao que é dito por ele. Em relação aos demais membros, José Pereira é taxativo: *“Aqui, na época das eleições, ninguém quer ser candidato não, ninguém quer fazer parte da diretoria não. Aposentado é ocioso demais. Não sei por que, acho que é porque não ganha dinheiro, se tivesse dinheiro todo mundo queria ser”*.

Quanto às reivindicações mais frequentes entre os associados, ele destaca as relacionadas a melhorias na área de saúde e segurança pública. José Pereira afirma que a atuação da associação nos Conselhos de participação, como o da Saúde, por exemplo, não traz benefício para os usuários, visto que as propostas nunca são aceitas pelo

coletivo, apenas as sugestões indicadas pelos sindicatos dos médicos e da federação dos hospitais: *“Já levei ideia pro Conselho diversas vezes, mas proposta ali não adianta”*.

Nesse sentido, José Pereira afirma que:

O Estatuto do Idoso é 99% descumprido. O artigo 15 diz que o plano de saúde do idoso é o SUS. Mas, desse jeito que é plano de saúde? Eu sou a pessoa mais feliz da vida, mas acho as vezes que sou amaldiçoado, porque a gente nunca foi atendido pelo SUS. Porque tudo que eu fiz foi pago. ‘Mas por que o senhor não procura o SUS’? Minha filha, não quero morrer não. Não vejo perspectiva de melhora. O Estatuto do Idoso não resolve nada não (José Pereira, 70 anos, Presidente AAPI CG. R., Informação Verbal).

Diante desse cenário, José Pereira relata que a associação campinense, ao longo da história da entidade, vivenciou as conquistas relacionadas ao movimento em torno dos 147%: *“Ganhamos umas cinco mil ações. Era pra gente ter muitos sócios, se se associasse mesmo, mas não houve mobilização após isso”*. Como frustração apontada, destaca-se o fator previdenciário, além das reformas da previdência, que diminuem os direitos dos aposentados. Segundo seu relato: *“O pior é que se você trabalhou e não fez uma reserva pro futuro, você passa fome. O dinheiro que você ganha só dá pra comprar remédio, às vezes nem dá, você vai ter que diminuir uma coisa, outra. Eu não tô assim não, mas a maioria está”*. Gostaria que os idosos e aposentados se unissem e reivindicassem pela efetivação dos seus direitos, visto que contribuíram, ao longo da vida, com a construção do país.

Por fim, mesmo em meio a dificuldades apontadas, José Pereira revela que é *“apaixonado pelo movimento sindical”*, que o levou a participar da associação e que reconhece a aposentadoria como uma experiência satisfatória, que marca uma história de vida de trabalho, luta e, portanto, é algo gratificante: *“A aposentadoria é algo maravilhoso. Você trabalhou, lutou, criou sua família, tem sua residência, tem sua família. Eu sou feliz aqui na associação porque com minha família sou feliz.”*

4.2.3 Edmilson Argino: “Estar na presidência é uma satisfação, um prazer”

Edmilson Argino possui 67 anos e é natural de João pessoa/PB. O relato não contempla detalhes da sua infância, mas enfatiza aspectos referentes aos estudos e vida profissional. Com ensino superior em Engenharia Agrônoma, pela Universidade Federal da Paraíba, trabalhou durante algum tempo na extensão rural da Empresa de Assistência

Técnica e Extensão Rural (Emater/PB). Já casado e com filhos, posteriormente, conseguiu ser efetivado no serviço público também na UFPB, atuando como docente no Campus II, na cidade de Areia/PB.

Edmilson Argino relata que, mesmo trabalhando em outra cidade, a residência familiar era em João Pessoa. Passava parte da semana em Areia e retornava no final de semana para a capital. E foi assim até a aposentadoria. Essa decisão sobre o local de moradia foi tomada para facilitar a educação escolar dos filhos, devido às maiores oportunidades educacionais na capital.

Durante a experiência profissional, não participava de movimentos sindicais, nem de associações, apenas como filiado à Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, sem atuar ativamente.

Antes da associação, eu era uma pessoa apolítica. A única coisa em termos de política que eu tinha era somente dar o voto mesmo, entendeu? Aí, eu me envolver, nunca me envolvi em política partidária, nem em política lá dentro da universidade. Nunca fui disso aí não. Depois que eu me aposentei, faz 12 anos que eu vivo na política (Edmilson Argino, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

A trajetória de engajamento sociopolítico de Edmilson foi iniciada, portanto, após a aposentadoria. Atuou por oito anos como chefe de gabinete de um vereador da Câmara de João Pessoa e, atualmente, está na chefia de gabinete da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, também da capital. Ele atribui à sua atuação compromissada na profissão o convite para exercer tais funções. A aposentadoria, no seu caso, não correspondeu à “inatividade”, mas a novas formas de se inserir socialmente, inclusive, no mundo do trabalho: *“Após a aposentadoria que me engajei. Na associação da UFPB não me engajei, só em contribuir com a mensalidade e apanhar um contracheque e pronto”*.

Filiado à Associação dos Inativos e Pensionistas da UFPB (ASIP), segundo Edmilson, por meio de relações previamente estabelecidas com Jurandir Pereira, idealizador da criação de uma associação na capital, recebeu o convite para ser sócio fundador da Central dos Idosos, Pensionistas e Aposentados do Estado da Paraíba (CENIPA), no ano de 2005.

Participo desde que a associação foi fundada. Logo depois da associação, em seguida veio a Federação, em 2008, que também foi

criada e que também eu sou o fundador. Que foi logo após a associação. Na associação eu fui um membro e depois, quando foi criada a Federação, fui o presidente agora nesse último mandato. A gente tem essa política de não ficar perpetuando no cargo. Esse é um entendimento meu, um entendimento do primeiro presidente da Federação que foi doutor Jurandir, a gente tem sempre esse entendimento de sempre ir renovando. Porque vem pessoas com novas ideias e aí elegemos outro colega pra ser presidente (Edmilson Argino, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

Sobre as motivações que contribuíram para a inserção na CENIPA, visto que já participava de uma entidade com proposta semelhante, Edmilson relata que, além do convite do amigo, o que o motivou foi a possibilidade de contribuir com esse trabalho que considera filantrópico, através dos conhecimentos acumulados ao longo da trajetória acadêmica e profissional.

O que motivou a participar, primeiramente, é porque eu acho o seguinte: é que a gente que tem certo esclarecimento, é um pouco mais esclarecido, pode dar uma ajuda às outras pessoas que não tiveram grande oportunidade de academia. Lá nada vai me defender, me ajudar, nada, apenas eu estou dando essa contribuição lá e vou continuar lá sempre (Edmilson Argino, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

Enquanto presidente da Federação e membro da CENIPA, Edmilson Argino afirma que a entidade possui poucos sócios, considerando o contingente populacional da capital. Isso prejudica na renda mensal e, principalmente, na participação nas atividades propostas pela entidade. Os dirigentes da CENIPA e da FAAPI/PB procuram formas de lutar pelos direitos dos associados, participando dos Conselhos “do Idoso” e da “Saúde”, contudo, a recorrência de pautas e propostas que dificilmente se concretizam, favorecem a “descrença” no instrumento. Entretanto, de acordo com Argino, a presença no local, apontando as demandas, repercute a “voz” da categoria e o posicionamento firme de quem não está satisfeito com a situação atual. Além disso, é necessário ocupar os espaços conquistados. A associação tenta, desta forma, suprir necessidades emergenciais dos membros.

Por enquanto a gente não tem conseguido muito, mas pelo menos a gente tem tido uma conquista, um convênio muito bom com a Prefeitura Municipal da capital, onde eles fornecem alimentos, entendeu? Tem um banco de alimentos, toda semana a gente recebe alimentos e distribui para os nossos sócios. E também nós temos outro canal muito bom, que é através do SESC, que tem o Mesa Brasil, que

é um órgão federal que também dá essa contribuição muito grande de alimentos pra gente dar aos nossos associados. E aí vem também as nossas condições de celebrar convênio com postos, com farmácia, com padaria, com esses órgãos assim, dá essa condição pra que a gente possa ter um apoio melhor aos nossos associados (Edmilson Argino, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

Em meio a essas tentativas de suprir defasagens nos recursos dos associados, Edmilson afirma que não consegue mobilizar os membros como gostaria, visando fortalecer o movimento. Contudo, nas experiências em outros estados no Brasil, como representante da FAAPI/PB, percebeu que esse cenário de dificuldade de articulação coletiva é uma situação quase generalizada.

Quanto ao cumprimento do Estatuto do Idoso no contexto paraibano, Edmilson relata que os gestores públicos têm criado espaços satisfatórios para o lazer e sociabilidade dos idosos, com atendimento de profissionais de várias áreas. Afirma também que o Estatuto possibilitou uma mudança na sensibilidade dos indivíduos, no que se refere às necessidades e condições que vivenciam os idosos.

O Estatuto do Idoso, acredito que tem sido aplicado em parte bem significativa. É uma lei. O Ministério Público está sempre ativo e presente nessas questões e as pessoas, além da obrigatoriedade da lei, as pessoas hoje em dia tem criado uma certa consciência bem forte em relação a certo tempo anterior, para as pessoas que tem essa condição de idade. Lógico que ele não é e nem nunca vai ser aplicado na sua totalidade no que está posto no Estatuto, mas realmente tem tido uma presença muito grande na vida das pessoas (Edmilson Argino, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

Contudo, aponta os aspectos falhos no cumprimento das leis: o transporte público, a falta de infraestrutura urbana, como rampas que facilitam a mobilidade, respeito à prioridade no atendimento e às vagas destinadas a pessoa idosa, maior cuidado na fiscalização dessas leis que não são cumpridas. Por fim, o presidente da FAAPI/PB remonta ao seu passado, a sua trajetória de vida, para afirmar a satisfação por ser idoso e aposentado atuante.

É um prazer muito grande pra gente, você olhar e deixar uma história, um legado, que eu contribuí com alguma coisa pra alguém. Quando você não chega a esse estágio, você perde de fazer essa avaliação. De se sentir como idoso que foi uma pessoa ativa e também que você tenha essa consciência e viva bem como idoso, porque você estar idoso e vivendo mal também é muito ruim. É preciso que você tenha agora a consciência de seus cuidados, de se cuidar como pessoa idosa.

O contato, o diálogo, a presença com os demais idosos e outras pessoas eu acho muito importante para que você feche com chave de ouro a vida que você levou durante esses anos (Edmilson Argino, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

Nesse sentido, esse relato de Edmilson Argino revela que a experiência profissional que ainda exerce, atrelado ao engajamento na associação, são aspectos que possibilitam uma vivência atual coerente com aquilo que foi, é e pretende ser. Na medida em que os indivíduos são movidos por interesses que, muitas vezes, os transcendem, como diz Bosi (1994), nossa valorização à vida está condicionada à positiva relação com o passado e aos projetos atuais e futuros que traçamos enquanto sujeitos sociais.

4.2.4 José Fernandes: “O nosso caso aqui é mais lutar em benefício dos outros”

Aos 76 anos de idade, José Fernandes relata ser oriundo de uma família sem muitos recursos financeiros. Residindo na zona rural de João Pessoa – PB, não tinha acesso a água encanada, energia elétrica, transmissão de rádio. Diante de inúmeras dificuldades vivenciadas com seus familiares durante a infância, José vislumbrou nos estudos uma possibilidade de transformar a sua realidade.

Estudar pra ter um trabalho, uma vida melhor. Lutar pra conseguir ter uma vida melhor. E a gente conseguir realizar aquele sonho que a gente tinha que, muitas vezes, até os parentes da gente não conseguia. Por exemplo, na minha família, os mais pobres que tinha fui eu e meu irmão. E a gente não podia estudar porque a gente tinha que ir pro roçado, ir pra roça limpar mato pra ajudar os pais da gente. E fomos os únicos que se formaram: fui eu e meu irmão (José Fernandes, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

Ao migrar para João Pessoa/PB, com orgulho e enfatizando esse momento marcante na vida familiar, relata que ele e seu irmão conseguiram estudar e concluir um curso de ensino superior. Casou e teve filhos. Através do exercício profissional na área de contabilidade, José Fernandes pôde constituir uma família e vivenciar uma experiência de estabilidade financeira e de reconhecimento pessoal. Após o advento da aposentadoria, contudo, começou a perceber outras possibilidades de atuar na sociedade. O desejo de contribuir com a melhoria da vida do outro, principalmente, daquele que não teve oportunidades sociais, o motivou a participar de ações assistencialistas.

Já fui de uma associação que distribuía sopa em lugares pobres, fazia aquela fila, eu me sentia bem. Já cheguei a distribuir quentinha... Hoje não. Mas a gente fica sempre procurando ver o que eu posso fazer pro meu irmão que precisa, porque a gente sabe que aqui a maioria precisa mais do que a gente. Eu vivo minha vida razoavelmente bem, dá pra viver. Mas não tenho que olhar só pra mim, tenho que olhar pro meu irmão. A gente tem onde morar, onde viver, mas tem que olhar pra aqueles irmãos que tão em pior situação do que a gente (José Fernandes, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

Na esteira desse entendimento sobre esse compromisso social assumido após a aposentadoria, José Fernandes procurou uma forma de estar mais próximo das questões referentes à situação dos idosos e aposentados. Para tanto, através do convite de um amigo, participou da fundação da CENIPA, no ano de 2005, enquadrando-se na categoria de sócio fundador. Após alguns anos, candidatou-se à presidência da entidade e assumiu essa função.

Nesse momento, José Fernandes esclarece em seu relato que a participação no espaço, inclusive, como representante da entidade é uma postura “gratuita” e espontânea de engajamento, visto que muitos dos associados, não tiveram oportunidades de esclarecimento sobre leis, direitos e deveres que possuem.

Nós damos a nossa participação mensal como associado. E a única coisa que a entidade tem que custear é a participação em eventos, que o responsável vai. É um trabalho sem salário, é filantrópico. O nosso caso aqui é mais lutar em benefício dos outros. Porque tudo aquilo que a gente faz em benefício dos outros, você se sente realizado e isso eu acho que é com todo mundo. O beneficiado primeiro é a gente né? (José Fernandes, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

Dentre os benefícios que sua atuação, enquanto presidente da CENIPA, possibilita aos associados, destaca-se a promoção no acesso a bens e serviços na sede da entidade. Ainda que reconhecendo que são ações pontuais e limitadas, José Fernandes relata que as mesmas são reconhecidas como benefícios reais, que extrapolam o pagamento da contribuição mensal de 1% do salário. Enumera, portanto, tais ações promovidas pela CENIPA: cursos de informática, sessões semanais de fisioterapia, atendimento jurídico, distribuição de alimentos. De acordo com ele: *“São coisas que, se você olhar direitinho, é muito mais proveitoso do que a própria contribuição”*. Contudo, sente a necessidade de ampliação dos serviços, inclusive, com atendimento médico no local, que não foi possível devido aos custos.

José Fernandes justifica essa preocupação com a oferta de serviços na entidade, para que atuem como forma de “compensação” pelas inúmeras perdas sofridas pela categoria ao longo dos anos, além da omissão do poder público.

Essa questão do fator previdenciário, das perdas, quem deveria está se reunindo hoje, fazendo uma frente muito importante, era os que estão na ativa, nas vésperas da aposentadoria. A pessoa só vale enquanto está trabalhando, depois que se aposenta, se acaba. Porque se a gente for esperar pelos gestores públicos, a gente sabe que é difícil ver porque o único defensor do aposentado que a gente conhece é Paulo Paim. É um senador da república e é do PT, mas ele é visto no PT, nem sei...como uma figura inexpressiva pra todos os atos, né? Porque a palavra dele não vale, e ele é o maior defensor dos aposentados, já esteve aqui na nossa sede. Mas uma andorinha só não faz verão. Os outros são da elite, não querem saber se é pobre, se precisa, tem necessidades, porque na verdade, até na família, o cara quando se torna um pobre, sem condições já se torna um encargo pra família, por falta de condição (José Fernandes, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

Sobre as reivindicações mais frequentes entre os associados e, discutidas com maior recorrência na CENIPA, José Fernandes relata o descontentamento com a renda adquirida após a aposentadoria. *“O que se reivindica normalmente é salário, porque é defasado, não é respeitado. E o que que ocorre? Ano a ano, pessoas que ganhavam próximo a um salário mínimo, vão entrando na faixa de salário mínimo. São perdas anuais”*. Desta forma, o aspecto financeiro é uma das grandes e sentidas perdas que ele aponta.

Em seu relato, destaca o descaso do poder público com o aposentado. Embora seja assegurada por lei, a aposentadoria no formato que é tratada pelos gestores não traduz-se enquanto um direito conquistado.

Os gestores públicos não olham bem a causa do aposentado. Hoje em dia, quando a gente tá na ativa, isso em todas as atividades sociais, quando estamos precisando de você, ‘você é o máximo, é tudo’. Mas na hora que você se aposenta, que é um direito que você tem por lei e você não pode mais contribuir com seus trabalhos, com suas tarefas cotidianas, aí pronto, você já tá escorado. Tanto é que os órgãos públicos por aí, dão um aumento diferenciado aos que estão na ativa e não dá extensivo aos aposentados. Como quem diz, que somente o da ativa é que merece, o aposentado não mereceu os anos que ele trabalhou toda a existência da vida não. Então é isso (José Fernandes, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

Contudo, reconhece a relevância do Estatuto do Idoso para que a população se educasse no atendimento a pessoa idosa. Cita, nesse momento, o acesso prioritário nos transportes públicos e vagas em estacionamentos como reflexos positivos da mudança social promovida por esse conjunto de leis. *“Na verdade, se não existisse o Estatuto do Idoso, o idoso hoje não valeria nada. Porque se ninguém respeita pra dar um aumento ao idoso e pra atender medicação pra dar atenção ao idoso aí é que isso nada significaria”*.

Diante desse panorama de perdas e descasos, a luta cotidiana dos idosos e aposentados se faz necessária, segundo José Fernandes. *“E é por isso que a gente sofre com isso, que a gente deseja que o aumento venha e não vem, a gente deseja que o governo libere alguma coisa em benefício e não libera. E é por isso aí que a gente luta”*.

Por fim, embora permeada por frustrações e desafios, reconhece a chegada da aposentadoria, para quem planejou o futuro, como um sonho alcançado de quem muito trabalhou e contribuiu com o país, com a possibilidade ter seu merecido descanso remunerado.

Eu sonhei com minha aposentadoria porque desde os sete anos de idade eu trabalhei na minha vida, lá pelo interior, fazendo coisa de toda ordem. Então, é um sonho que deve ser realizado. Agora, o que ocorre é que o brasileiro nunca foi preparado pra pensar no futuro. Agora quando você previne um pouco para o futuro, olha assim e diz: ‘Eu queria ter uma casa, eu queria ter pelo menos uma vida regrada, razoável’. É uma coisa que eu acho que a coisa melhor do mundo a aposentadoria. Eu sonhei e digo a você que nunca me arrependi, agora se aposentar, o salário não dar e ficar morrendo de trabalhar ainda na mesma coisa de anterior, como a gente vê que a maioria tem ainda, então, realmente é uma situação muito precária, é muito complicada (José Fernandes, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

Assim, José Fernandes relembra os seus parentes que, no passado, não tiveram a mesma possibilidade que ele, na medida em que pôde estudar, trabalhar e se aposentar. Percebe os benefícios que acompanharam o direito à aposentadoria, mas também ressalta a necessidade de se engajar coletivamente para a ampliação desses direitos. Com relação ao seu cotidiano atual, a atuação na CENIPA é considerada como um novo projeto de vida, na medida em que pode contribuir, através dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida, com as demandas da categoria.

4.3 “A Vida é Agora”: A Perspectiva do “Querer” e “Poder” nos Relatos dos Participantes dos Centros

4.3.1 Dona Maria: “Sempre fui livre”

Dona Maria nasceu no ano de 1950, na cidade de Catolé do Rocha – PB, a 411 km da capital, João Pessoa/PB. Segundo relatos, sua infância foi marcada por enfermidades, visto que desde os quatro anos de idade apresentava saúde fragilizada. Ainda que sua família fosse de origem simples, sem recursos financeiros, sua mãe sempre lutou em prol da melhoria da sua saúde. Assim, tudo o que conquistou ao longo da vida, atribui ao incentivo materno. Dona Maria relata que, aos sete anos, foi para a escola. Não se comportou como uma aluna muito dedicada, mas concluiu o primário, ginásio, científico – nomenclatura utilizada em décadas anteriores para os níveis de escolaridade – e chegou a estudar na universidade, cursando Geografia, na cidade de Goiana – PE. Após o casamento aos 20 anos, passou a residir em João Pessoa e, nesse período ainda de estudo acadêmico, teve um filho. Desta forma, o seu momento universitário foi marcado por muito sacrifício, dividido entre os cuidados domésticos /maternos e os estudos. *“Era assídua nas aulas, mas não tinha muita força para estudar”*. Conseguiu concluir a graduação e teve ainda outro filho. Nunca fez concurso na área em que se formou, mas atuou profissionalmente como assistente administrativa.

A vida matrimonial com o pai dos seus filhos não deu certo. Contudo, casou novamente e relata que está há 22 anos casada. Seus filhos possuem cursos em nível superior. Um reside com ela e seu atual cônjuge, o outro filho mora com o pai, mas a visita constantemente.

Residindo há dez anos em um apartamento no bairro do Castelo Branco, em João Pessoa, está aposentada desde esse mesmo período de mudança na moradia. Havia um desejo de sair do bairro do Valentina e, para tanto, buscou transferência da escola em que atuava na área administrativa. Como o governador não liberou as transferências, aguardou mais um período e acabou se aposentando. Contudo, devido a sua personalidade “ativa e ansiosa”, não conseguiu ficar “parada” e, há cinco anos, trabalha na função de vendedora de loja em um shopping, durante um turno. Seu marido trabalha na função de segurança, no Fórum da capital. Assim, a aposentadoria a fez buscar novas

formas de inserção social, através do trabalho conquistado e da ampliação da rede de sociabilidade.

A partir da nova experiência de residir no bairro Castelo Branco, foi ao Centro de Convivência do Idoso, localizado nessa localidade, procurar emprego para continuar “na ativa”. Como não conseguiu vaga, questionou se podia frequentar o espaço, visto que ainda não estava na idade mínima para a participação efetiva no local. Nesse período, Dona Maria tinha 56 de idade.

Eu quis vim, porque sou uma pessoa muito ansiosa, não sei ficar parada. Eu me aposentei e isso pra mim foi muito ruim. Me aposentei por uma necessidade porque o governador não melhorava nada pra gente. A gente era trabalhando e ganhando a mesma coisa a vida toda. Aí, me aposentei, vim pra cá e comecei a frequentar, mas trabalho ainda numa loja no shopping sul. Uma amiga tinha uma loja e arranhou pra ir pra lá. Disse: ‘Nem que seja pra ficar aqui, olhando as coisas, deixa ela ficar aqui, porque ela é muito ansiosa. Se ficar dentro de casa, ela vai adoecer’. Estou há quase cinco anos trabalhando (Dona Maria, Informação Verbal).

A inserção no Centro aconteceu, portanto, devido a essa possibilidade de exercitar a mente e o corpo. Segundo Dona Maria, entre as atividades que existem no espaço, ela participa de quase todas: oficina da memória, teatro improvisado, grupo de dança com o ritmo “carimbó”, quadrilha junina e outras danças, yoga, musculação, hidroginástica. Só não gosta de atividades lentas, porque é ansiosa e não se adapta a práticas vagarosas.

Embora frequente o Centro quase diariamente, no turno da tarde, e goste das atividades propostas, além da ampliação da rede de sociabilidade, Dona Maria afirma que sua participação no local não modificou sua vida em alguns aspectos: liberdade e autonomia.

Eu toda vida, tive uma vida muito livre, eu sempre fiz o que eu gostei, casei com um homem muito bom, que aceita como eu sou. Eu dançava, eu cantava, eu fazia tudo e continuo fazendo agora com essa idade. Não teve diferença. Mas foi bom, porque me aposentei e como não gosto de ficar em casa, tem esse local pra vim todo dia. Me sinto bem aqui e acho bom. Mas: ‘Graças a Deus que vim pra cá porque eu não tinha liberdade, eu não tinha uma vida’. Não! Eu sempre tive uma liberdade, que eu gostei de ter, porque nunca ninguém mandou em mim. Eu sempre conversei com meu marido. Se não dá pra ir eu não vou, mas não tem aquele negócio: ‘Você não vai’. Nunca fui dominada pelo marido. Sempre procurei conversar para que as coisas caminhassem. E aqui não foi diferente. Porque muitas dizem: ‘Ai,

graças a Deus, eu ganhei a liberdade de sair de casa. Eu não tinha pra onde ir'. Eu não. Eu toda vida, quando eu não tava aqui, eu ia pra casa das irmãs, casa da praia. Só nunca gostei de viajar. Porque tive um acidente muito grande e fiquei com trauma e não consigo mais viajar. Mas dentro de João Pessoa, pra onde me botar pra ir, eu vou (Dona Maria, Informação Verbal).

A rotina diária de Dona Maria se organiza em torno da sua atividade profissional e da participação no CCI. Trabalha no turno da manhã e, quando o expediente termina, faz caminhadas, pequenas compras para a casa, além da manutenção doméstica e, quando está com vontade, vai até o Centro. Após o retorno para casa, prepara a janta, faz crochê, conversa com seus familiares. Devido à programação televisiva propensa a práticas de violência, ultimamente, tem transferido sua atenção da televisão para o uso de celulares e computador, especialmente, o aplicativo Whatsapp e vídeos no site "Youtube". A utilização desses recursos adquire um objetivo específico: conversar com amigos e familiares e, através de vídeos disponibilizados na internet, aprender outras técnicas de crochê, para aperfeiçoar o trabalho. Não comercializa, mas gosta de aprender mais.

A autonomia e liberdade são aspectos que também interferem diretamente nessa "organização diária" de Dona Maria. O compromisso que mantém, na atualidade, é com ela própria, com sua satisfação pessoal.

Me sinto muito bem. Saio de casa, venho do trabalho, quando dá tempo e quero vou em casa ainda ajeitar alguma coisa e venho pra cá. Quando não, venho direto. Quando é dia de yoga, trago a roupa dentro da bolsa e troco aqui. E quando eu não quero fazer, eu não faço. Eu faço quando eu quero. Eu não gosto de fazer as coisas por obrigação mais. Eu passei a vida toda fazendo as coisas por obrigação, trabalhando por obrigação, cuidando de filho por obrigação, cuidando de casa por obrigação. Hoje não. Hoje eu faço conforme eu gosto. Se eu não gostar, eu não faço (Dona Maria, Informação Verbal).

Além do CCI, não faz parte de outro grupo. Dona Maria relata que possui uma atuação engajada no espaço. Tanto é que foi convidada a fazer parte do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, pela coordenadora estadual, como usuária do espaço. De acordo com o relato, a documentação estava sendo providenciada para que pudesse começar a frequentar as reuniões do Conselho. A proposta do convite, segundo Dona Maria, é para "*lutar pelos idosos de cá e pelos outros*". O relato indica que sua presença atuante no espaço foi um dos aspectos que contribuiu para o convite:

“Eu fui convidada para o Conselho do Idoso, não sei se é porque gosto muito de falar e tudo eu questiono. Tem horas que até nem deveria. Mas, infelizmente, é minha característica”.

Sobre as formas de atuação no espaço, para além das práticas físicas e manuais, Dona Maria destaca que o local estimula a participação dos membros em Conferências e Congressos que abordam assuntos relacionados à pessoa idosa. Sempre são convidados a participar e ela procura estar presente. Nos momentos de debates, questiona aquilo que não entendeu ou quando quer lançar propostas: *“Se achar que está tudo bem, a gente fica calado, se não achar, levanta a mão e diz: ‘Olhe aqui, está precisando melhorar isso, está precisando fazer isso, isso não é da forma que vocês estão fazendo’”.*

De acordo com o que narra, a participação nesses encontros se deve a sua atuação no Centro. Assim, Dona Maria revela o incômodo que sente com as situações com que os idosos convivem diariamente: ausência de respeito à faixa de pedestre, pelos condutores dos veículos, o que já ocasionou diversos acidentes com vítimas; calçadas com desníveis, o que dificulta caminhadas; transportes públicos precários; na saúde, constata-se a falta de médicos para um melhor atendimento; filas de bancos que não respeitam o acesso prioritário, entre outras. Aproveita, portanto, o lugar que ocupa enquanto membro do Centro, para publicizar parte das demandas que percebe no cotidiano do espaço e da sociedade, aproveitando para reivindicar melhorias para si e para os demais idosos.

A gente sempre tá pedindo alguma coisa pra cá, eu tô reivindicando coisa de melhora pra cá. Quando eu peço, peço geral: ‘Povo, vamos lutar, povo, vamos sair, vamos procurar fazer um abaixo assinado, vamos em tal canto, vamos chamar a coordenação e expor o que a gente tá precisando’. Porque nós aqui precisamos de que? Precisamos de um piso antiaderente, porque aqui, nosso piso não é antiaderente. Tem um tipo de aeróbica, que a gente faz também, quem não pode ficar em pé, faz nas cadeiras, e essas cadeiras esse piso não é certo. Nós temos a piscina e ela é gelada. As pessoas são idosas, tem problemas reumáticos e a piscina não é térmica, nossa piscina é fria. E eu já falei, já pedi para colocar um aquecedor, se não quiser colocar um aquecedor, colocar pelo menos uma lona, uma cobertura, que cubra de noite e, de manhã, não amanheça tão fria. Ou até abrir o teto, fazer um teto solar em cima da piscina, para que haja aquecimento. É fria demais, tem dia que não tenho vontade de entrar. E eu digo logo: não temos o que fazer porque a maioria dos idosos tem incontinência urinária, todo mundo tem incontinência urinária, mas os idosos tem mais incontinência urinária, porque estão com o corpo flexível, não é mais aquele corpo rígido, né? Pronto. Aí chega lá, tem essa piscina gelada, qual a vontade que dá? E eu falo muito isso e tô lutando para

que haja uma mudança. Ontem mesmo veio uma moça da Secretaria, eu já dei uma dica de novo. Tem que lutar por isso. Nós pagamos impostos, não estamos pedindo, estamos exigindo. Nós não precisamos pedir, precisamos falar, porque nós já trabalhamos muito e estamos pagando os impostos até hoje, né? E nossos direitos, nós temos (Dona Maria, Informação Verbal).

As palestras no Centro e eventos externos possibilitaram o acesso às leis dispostas no Estatuto do Idoso. Diante dessa postura de empenho constante na reivindicação de direitos, Dona Maria relata que nem sempre é bem aceita entre seus semelhantes, colegas do CCI, e entre a equipe de funcionários do espaço. Sua prática de incomodar-se e falar sempre que algo incoerente acontece ocasiona situações desagradáveis. Contudo, o reconhecimento de que o exercício de questionamento sistemático promove mudanças atuais e futuras, que repercutirão nas próximas gerações, atua como estímulo para que Dona Maria reclame a garantia dos direitos dos idosos, perante o poder público.

Quando as coisas estão ruins, eu não fico calada. Pode ter até aborrecimento, mas eu tô pedindo pra todo mundo. Muitas vezes me acham muito falante, querendo saber de tudo... mas eu não paro não, porque não estou pedindo só pra mim. Eu peço pro grupo. Eu vou pra esses cantos e falo pelo grupo. Tanto elogio quando as coisas estão boas, como também quando as coisas não estão boas eu chego e digo. Eu sei que é muito difícil se viver com a verdade, a verdade dói muito nas pessoas. Claro, se há um silêncio ninguém vai se incomodar. Se todo mundo tá calado, quer dizer que tá tudo bom. Então, as pessoas que sentem que não tá bom, vão falando e muitas vezes é mal interpretada, é aborrecida, mas não me incomoda não. Porque eu vou embora um dia daqui, chegar minha vez de sair daqui, ou viva ou quando Jesus der a oportunidade de subir aos céus, onde Ele me colocar, mas vai ficar outras pessoas, outra geração vem pra cá, não é só meu, vai continuar, tem que continuar (Dona Maria, Informação Verbal).

A característica da personalidade de Dona Maria, que ela constantemente ressalta, é a ansiedade. Devido esse aspecto individual, relata que nunca gostou de ficar “parada”, nem gostou da experiência da aposentadoria. E quanto à velhice, o que diz?

Eu aceito ser velha, mas não acho que é bom ser velha não porque vem as consequências né? A saúde se abala, tudo abala. Continuo fazendo o que gosto do mesmo jeito, continuo sendo o que sou do mesmo jeito. Não tenho esse: ‘ah foi muito bom chegar na velhice’, não. Só acho assim, a gente poderia ter uma velhice com menos doença. Mas, agora, eu acredito que as pessoas que não tinham a liberdade de ir pra canto nenhum, que ficava dentro de casa, com seus

maridos e não ia pra canto nenhum, tá achando bom porque tá saindo de casa, e vindo pra cá, ou pra outros cantos conversando, cantando... Porque tem marido que não deixa a mulher cantar, não deixa a mulher fazer nada, então, isso é diferença. E pra mim não houve diferença não. Eu toda vida fiz o que eu quis. Eu só acho ruim tá velha por causa das doenças (Dona Maria, Informação Verbal).

Ao narrar sobre esse não reconhecimento da velhice enquanto algo “transformador” na experiência subjetiva – apenas quando a associa às doenças –, Dona Maria ressalta que não a percebe enquanto demarcador definitivo para mudança do seu estilo de vida e práticas cotidianas. Assim, recordamos Bosi quando aponta esse possível “desencontro” entre a experiência subjetiva e a realidade objetiva:

A velhice é um *irrealizável*, segundo Sartre; é uma situação composta de aspectos percebidos pelo outro e, como tal, reificados (um *être-pour-autrui*), que transcendem nossa consciência. Nunca poderei assumir a velhice enquanto exterioridade, nunca poderei assumi-la existencialmente, tal como ela é para o outro: fora de mim. É um irrealizável como a negritude; como pode o negro realizar em sua consciência o que os outros veem nele? (1994, p. 79, grifo do autor).

Conforme a literatura sobre a experiência de idosas participantes de grupos (CABRAL, 2002; MOTTA, 1997) geralmente indica enquanto resultados, Dona Maria, ao longo do seu relato, aponta os aspectos positivos da participação no Centro associando-os à manutenção de uma rotina ativa, um novo projeto de vida, além do trabalho profissional que também exerce. Contudo, vai além: se sente livre para estar onde quer, quando quer. E sempre foi assim. A vivência no Centro não aponta uma ruptura de um modo de viver e início de outro, mas a continuidade de práticas autônomas e atuantes em toda uma trajetória individual, familiar e social.

4.3.2 Seu Araújo: “Quem fez o idoso, esqueceu de dar ao idoso, pra poder tirar”

Natural da cidade de São José da Lagoa Tapada/PB, a 462 km de João Pessoa/PB, Seu Araújo tem 67 anos. Residindo na zona rural desse município localizado no sertão paraibano, Seu Araújo passou por uma experiência de infância difícil, com trabalho árduo, mas reconhece o empenho da família, especialmente o pai, na melhoria das condições de vida.

Na minha vida, eu sou um privilegiado, eu nasci na roça e consegui chegar onde estou. Meu pai era agricultor de subsistência e eu tenho um irmão que era seminarista. A cultura da gente era muito baixa. Ele perguntou: ‘Você quer ser padre?’. Eu nem sabia o que era ser padre. Mas era melhor do que sofrer aqui na roça, né? E vim aqui pra João Pessoa, sai de 462 km de São José da Lagoa Tapada, e vim pra cá. Foi um choque cultural violento (Seu Araújo, Informação Verbal).

Na década de 1950, saiu do sítio aos nove anos de idade e migrou para a capital do estado. Migrou da zona rural para zona urbana. De uma experiência como agricultor, junto ao pai, passou a ser “office boy” (porteiro) em um Seminário Maior da Igreja São Francisco. Saiu de uma escola “primária”, estudando o “ABC”, no sítio em que morava, numa sala de aula única que agrupava estudantes da alfabetização a quinta série, e começou a estudar no 2º ano do Colégio Pio XII. Esse “choque cultural” relatado por Seu Araújo é explicitado na medida em que os modos de viver, as relações de sociabilidade, contato com trabalho e instituições educacionais distintas condicionaram um amadurecimento repentino na sua vida. Assim, mesmo em meio às dificuldades que surgiram, ele relata:

Consegui galgar o primeiro lugar no Pio XII, bem espremidinho, mas consegui. Só que tinha um problema: o meu pai disse: ‘Tu vai estudar, mas se não passar, tu vai voltar pra enxada’. Então, eu se quisesse ficar por aqui, tinha que acelerar. E terminei meu curso técnico em eletrotécnica, depois terminei administração e trabalhei em várias áreas. Primeiro, numa empresinha pequena de construção, depois fui pra outra cearense trabalhar com plástico, mas sempre na área técnica, e depois entrei na Saelpa, com eletrotécnica e depois me aposentei lá (Seu Araújo, Informação Verbal).

Estudou, trabalhou, casou, teve filhos. A vontade de conquistar outros patamares na vida pessoal e profissional fez com que Seu Araújo se esforçasse para suprir as ausências de recursos educacionais que se apresentaram no seu lugar de origem. No seu último emprego, na Saelpa – antiga empresa estatal de eletricidade –, manteve um padrão de vida que havia conquistado ao longo dos anos de atividade profissional. A aposentadoria, contudo, atuou como uma ruptura no estilo de vida e impactou também sobre a renda mensal. Novas formas de viver e se manter ativo no mundo do trabalho, segundo Seu Araújo, foram necessárias para a manutenção das suas práticas cotidianas pessoais e familiares.

Hoje eu sou aposentado. Porém, se a gente for viver de aposentadoria, nesse país, a gente morre de fome. Então, eu comecei a construir essas casas pequenas do ‘Minha Casa, Minha Vida’ e é como eu tô sobrevivendo, porque meu salário do INSS é R\$ 3600,00. Como é que você vai fazer feira hoje, morar, pagar água, pagar luz, com isso? Aí eu tive que além da aposentadoria, fazer uma atividade extra (Seu Araújo, Informação Verbal).

Ainda residindo em João Pessoa, participa do Centro de Convivência do Idoso há mais de 1 (um) ano. É casado, mas frequenta o espaço sozinho. Empenhado nessas atividades empreendedoras na área de construção civil, Seu Araújo procurou o Centro para ampliar sua rede de sociabilidade, na medida em que pode interagir com outros idosos participantes, além de exercitar o corpo, em uma das atividades existentes no espaço. De acordo com Moragas Moragas: “Todo fato que origina um novo status é acompanhado de ritos que proporcionam um marco comunitário que facilita a aceitação de um novo papel” (2010, p. 208- 209). Assim, o entrevistado reconhece que:

Eu procurei esse espaço primeiro porque é uma necessidade do idoso, porque é interação. A gente é uma nova família que se integra. A nossa professora dispensa elogios, porque ela é uma pessoa agradável, ensina por amor. E pra manter o organismo em ordem, né? Eu faço só hidroginástica, mas aqui tem outras atividades. A vida modificou em termos de mobilidade, porque antes da ginástica eu me sentia assim todo travado, o joelho, os braços. Hoje a mobilidade melhorou (Seu Araújo, Informação Verbal).

Reconhece a mudança na sua vida após a inserção no CCI e o fato de que está conhecendo pessoas diferentes das que tinha contato durante a vida profissional e familiar. Mas, embora não participe das atividades externas ao espaço, como congressos e conferências, Seu Araújo afirma ter consciência das leis que resguardam seus direitos: *“Eu sou atualizado porque eu leio, eu escuto a mídia televisada, a mídia de rádio, a mídia escrita. Sobre o Estatuto, tudo isso é muito bonito no papel”*.

Na sequência, Seu Araújo relata também que percebe as irregularidades do local, mantido pelo poder público, afirmando que até mesmo nas atividades mais simples, faltam objetos indispensáveis para exercer com maior segurança as práticas solicitadas. Na piscina tão divulgada nos meios de comunicação do Governo do Estado, por exemplo, faltam os “macarrões” flutuadores para apoio durante a hidroginástica. Algo que não demanda gastos excessivos, mas que explicita parte do descaso com o atendimento das pessoas idosas que frequentam o CCI. Através dessa experiência no

Centro, Seu Araújo afirma que não comprem esses itens básicos, argumentando que é contenção de despesa, contudo, só diminuem as despesas na “base da pirâmide”, visto que os gastos com os gestores são mantidos: transporte, auxílios alimentícios, recursos humanos e materiais em geral. Por outro lado, faltam itens básicos nos postos de saúde comunitários e atendimento médico quando se é necessário.

Se eu pudesse mudar a realidade aqui era que todos esses programas de idosos saíssem do papel. (...) Então, se tudo isso fosse possível, porque hoje o Brasil é um dos países que mais pagam impostos e menos devolvem a sociedade. A tripé básica, segurança, educação e saúde, não existe nesse país. Como é que você vai dar aula, ganhando 1 (um) salário mínimo? Não tem condições... por exemplo, o Estado está fazendo umas praças, com aparelhamento, mas não bota um profissional pra orientar. Muitas vezes, você vai fazer um exercício errado e é pior pra você (Seu Araújo, Informação Verbal).

Desta forma, a perspectiva que Seu Araújo demonstra em relação aos direitos e deveres revela a desigualdade que existe no Brasil no cumprimento dos mesmos, especialmente, no caso dos idosos. Para tanto, ele cita o reajuste da aposentadoria, que apresenta desnível em termos de inflação, ao passo em que a sociedade acompanha sistemáticos aumentos nos vencimentos de outras categorias, como o judiciário, por exemplo.

Veja bem, eu tenho uma visão péssima do idoso. Quem fez o idoso, esqueceu de dar ao idoso, pra poder tirar. Porque você está idoso, tiram a saúde que você já não tem. Tiram o dinheiro, quando a sua aposentadoria já é baixa. Então, tudo no idoso vai se exaurindo. Vai sumindo, quando o idoso não tem pra dar. Aí o povo diz: ‘Mas o idoso tem experiência’. Mas não tem saúde, não tem mobilidade, aí pra que experiência? (Seu Araújo, Informação Verbal).

Tradicionalmente associada à velhice, a experiência é um dos traços subjetivos mais ressaltados quando se observam os elementos “positivos” do ser idoso. Entretanto, o relato de Seu Araújo revela que sem outros aspectos relevantes para se viver em sociedade de forma plena e digna – saúde, educação, renda adequada, entre outros – a “experiência” adquirida, por si só, não contempla as necessidades vitais e subjetivas da pessoa idosa. Por fim, a fala proferida por Seu Araújo, a respeito da condição de vida na velhice, é enfática: *“É horrível, preferia estar com quinze anos, liso, papai pagando as contas e sem experiência, do que estar velho”*.

4.3.3 Dona Lourdinha: “Hoje sou muito feliz!”

Dona Lourdinha tem 64 anos de idade e nasceu na cidade de Campina Grande – PB, distante cerca de 120 km da capital, morando no município desde então. Relatou que teve uma vida muito sofrida. Desde a infância, começou a trabalhar no serviço doméstico e não tinha espaços para práticas educativas, nem de lazer. Devido a essa dificuldade na família, estudou por pouco tempo.

De acordo com seu relato, Dona Lourdinha afirmou que casou e, após certo período, houve o divórcio. A segunda união estável aconteceu e o casal convive até os dias atuais. Dessa união, nasceram três filhos e, atualmente, tem sete netos. Habituada a conviver com os filhos em casa, quando as filhas casaram e ela ficou sozinha, Dona Lourdinha afirmou ter sentido um impacto significativo. A tristeza constante, marcada por crises de choro e reclusão, desdobrou-se em um quadro de depressão.

Cheguei aqui com 50 anos, com depressão muito grande. As filhas casaram e eu fiquei morando só e eu só vivia chorando. Aí minha amiga me trouxe pra aqui e até hoje estou aqui. Eu ainda nem tinha a idade pra tá aqui, mas devido à depressão, eu fiquei (Dona Lourdinha, Informação Verbal).

A idade mínima para participar do Centro de Convivência – Conviver –, em Campina Grande-PB, também é a partir dos sessenta anos. Contudo, devido à condição de depressão, foi aberto um precedente para a participação de Dona Lourdinha no espaço. Assim, o seu relato informa que, mesmo depressiva, trabalhava. Contudo, apresentou uma enfermidade que a afastou das funções que exercia e, após convites de amigas para conhecer o Centro, aceitou a proposta e participa do local há mais de dez anos.

Nunca tive o lazer que estou tendo agora. Depois que cheguei aqui no Centro de Convivência, minha vida mudou muito. Aqui nós é uma família. Aí, graças a Deus, primeiramente, o Centro de Convivência e doutora Gilma. E hoje eu tô aqui (Dona Lourdinha, Informação Verbal).

No local, Dona Lourdinha relata que encontrou possibilidades de exercer muitas atividades. Como, desde sempre, apresentou uma aptidão especial pela dança, se inseriu em quase todos os grupos que envolvem dança e música. Atualmente, participa como noiva de quadrilha, toca instrumento na banda de pífanos, participa da dança do arco, da

dança do mamulengo, da peneira e da dança da fita. Além disso, quando há danças espontâneas no dia-a-dia do Centro, sempre está presente no salão. Devido a esses inúmeros grupos em que participa, mantém uma rotina de apresentações em diversos espaços, especialmente, nos meses de Junho e Dezembro, quando a cidade e o “Conviver” programam eventos em alusão às datas comemorativas.

Faço parte dessas danças tudinho. Eu me sinto muito feliz. Venho todo dia pra cá, de segunda a sexta. Fora isso aqui, só faço os serviços de casa. Antes de entrar aqui era só trabalhando e hoje tenho esse privilégio aqui. É outra forma de viver. Não há conflito, aqui é uma família. Nós somos uma família. Nós saímos pra tocar em outras cidades, em eventos (Dona Lourdinha, Informação Verbal).

Outra forma de viver. Para Dona Lourdinha, o Conviver é uma experiência transformadora na sua história. Sobre essa transformação do indivíduo em sujeito social coletivo, propenso a construir novas possibilidades de viver, Motta afirma:

Trata-se, realmente, de uma nova e radical situação, a de poderem ser pensados como coletivo e dinâmico, não mais apenas como avós, individualizados em cada família; ou como ‘inativos’, individualizados em sua marginalização e carência econômica; nem como asilados, cada um depositado no limbo das instituições de ‘repouso’ e esquecimento (2014, p. 31).

Associada a práticas lúdicas e culturais, ela relata que foi nesse espaço que teve acesso ao conhecimento acerca dos seus direitos. Devido ao pouco acesso à educação formal, Dona Lourdinha reconhece que os eventos, palestras e informações que a equipe de funcionários do Conviver disponibiliza aos participantes são meios essenciais para saber como agir diante de determinadas situações, inclusive, no ambiente familiar.

Nos meus direitos, aqui tudo é bom. Às vezes converso com doutora Gilma e ela me explica tudo direitinho. Vou nas conferências porque quando mandam o convite, que vai ter, aí vai o grupo todo. Aí é palestras né? Eu assisto aquilo, eu adoro. Tem falando só do negócio do idoso. De neto pra não tomar conta do cartão do benefício do idoso. ‘Não libere, porque vão fazer empréstimo’. Aí quando pensar que não, o dinheiro vem desse tiquinho. E, quando chega, ninguém sabe porque o dinheiro tá desse jeito, mas por trás, ele faz isso. Eu, até agora, não chegou essa oportunidade. Porque eu tô me aposentando para o ano. Não tenho benefício ainda. Só para o ano. Eu não faço perguntas, mas levo os panfletos tudo pra casa, tudo explicando (Dona Lourdinha, Informação Verbal).

Diante dessa percepção, Dona Lourdinha afirma que esse acesso, sobre direitos e deveres do idoso, está presente em diversos setores da vida em sociedade. Assim, a sua experiência de ser idosa é gratificante, não só por estar inserida no Centro, mas porque encontra respeito e preferência em outros espaços que frequenta.

Hoje em dia a vida do idoso mudou muito. Que antigamente o idoso não tinha valor não, era muito discriminado, hoje em dia, tem valor em todo canto que a gente chega. Se chega numa fila pra pagar, tem a fila do idoso e dos mais novos. A gente não pega fila (Dona Lourdinha, Informação Verbal).

De uma infância difícil, uma vida adulta atribulada na família, doenças e instabilidade emocional, atualmente, Dona Lourdinha revela vivenciar momentos marcantes na sua trajetória individual e coletiva, na medida em que se sente realizada subjetivamente e junto aos demais idosos que compartilham os momentos em grupo. Sobre a sua velhice, ela enfatiza *“É uma boa experiência ser idosa, hoje sou muito feliz! Porque vivo aqui nesse grupo, aqui nós somos uma família. Meu negócio é só dançar”*.

4.3.4 Dona Francisca: “Eu queria aprender. Eu tinha sede de aprender”

Natural da cidade de Campina Grande – PB, Dona Francisca tem 68 anos. Estudou até a fase do “primário”. Relata que teve uma história de vida – infância e idade adulta – simples, mas muito bonita. Foi criada em um sítio próximo a cidade e, mesmo faltando o “luxo”, não faltava alimento. Foi uma criança feliz e teve uma infância bem vivida.

Em busca de uma melhoria na vida, durante a adolescência, migrou definitivamente com a família para a zona urbana campinense e começou a trabalhar aos 14 anos de idade. No ambiente de trabalho conheceu um rapaz, namorou pela primeira vez e casou aos 16 anos. Segundo seu relato, foi um sentimento adolescente, mas firme: *“Sabe como é? Primeiro amor. A gente casou apaixonado e eu, realmente, fui muito feliz com meu primeiro marido”*. Sua vida matrimonial foi estável e feliz. Juntos, tiveram cinco filhos e após dezenove anos de união, ele faleceu devido a complicações causadas pela leucemia. A estabilidade e confiança que tinha na relação conjugal foram abruptamente interrompidas com a morte do seu cônjuge. Motta (2005, p. 9) afirma que: *“A viuvez é uma condição social peculiar: inesperada, não planejada, instantaneamente modificadora da vida das pessoas”*. De fato, a perda do par conjugal influencia em todas

as esferas da vida. Para Dona Francisca, a viuvez foi uma experiência marcante e profundamente dolorosa.

Você procura terra nos pés e você não acha. Nem na família, nem em ninguém, você fica... Eu fiquei com 35 anos, encontrei, cinco filhos pequenos, minha caçula com um ano e cinco meses. E eu fiquei assim: o mundo caiu na minha cabeça, por isso a depressão profunda. Mas profunda mesmo entendeu? Eu fiz um tratamento, fiquei tomando calmante (Dona Francisca, Informação Verbal).

Ao tornar-se viúvo, o indivíduo é condicionado a desvincular-se dos antigos papéis que exercia e adaptar-se a novos papéis sociais, não sem vivenciar inúmeras dificuldades emocionais e financeiras nesse processo liminar. A atribuição de uma nova função social sugere também mudança de *status*, que no caso feminino é socialmente mais observado. Assim, as viúvas:

...sentem falta daquilo que eles representavam para elas, como segurança social, *status* social ou a vida social, enquanto os homens sentem mais a falta daquilo que as esposas faziam para eles, como organizar a casa, cuidar deles e aos aspectos emocionais vinculados a isso (DAVIDSON, 2000 apud DOLL, 2002, p. 1002, grifo do autor).

Em uma condição de fragilidade por ser mulher, viúva, desempregada e mãe de cinco crianças, Dona Francisca viveu a instabilidade emocional, associada às complexas implicações sociais que são postas aos indivíduos inseridos em tais condições sociais.

Os novos hábitos adquiridos por imposições sociais, o desejo de estabelecer uma nova relação amorosa em contraposição à ideia de 'preservação da memória' do marido e a intervenção por vezes cerceadora da rede familiar, correspondem às circunstâncias mais recorrentes que são vivenciadas após a perda do par conjugal e, conseqüentemente, alguns dos mais difundidos estereótipos sobre a viuvez (SILVA, 2009, p. 24).

Pouco tempo após sua viuvez, Dona Francisca recebeu apoio de um amigo. Dezoito anos mais velho que ela, Dona Francisca já o conhecia desde a adolescência, visto que, nesse período, eles trabalhavam na mesma empresa e ele era amigo do seu pai. Nessa época, ela era noiva e, seu amigo, já casado. Atribui ao destino o reencontro de ambos, em um momento em que precisava de apoio e orientação.

Só que quando meu esposo faleceu, João¹⁶, como já era casado, foi aquele amigo que você confia, entendeu? E eu encontrei o meu chão, minha coluna, tudo na minha vida eu encontrei nele, tudo que eu ia fazer era com ele, assim negócio de banco. Mesmo ele casado, não tinha nada a ver, e a gente já era amigo, né? Continua a amizade, entendeu como é que é? (Dona Francisca, Informação Verbal).

O depoimento de Dona Francisca revela que seu amigo era casado e trabalhava como componente de uma banda que se apresentava em bares na cidade. Após três anos de contatos frequentes e estreitamento da amizade, ele a convidou para acompanhá-lo em uma dessas apresentações.

‘Se eu te convidar pra gente ir numa seresta tu vai?’ Vou! Nessa altura do campeonato, já três anos de viuvez, vou! Aí marcou comigo, foi me pegar na minha casa. A gente saiu. E eu até pensava que era só nós dois. Mas saíram três casais, me surpreendeu. Eu fui porque confiava no amigo e ele me surpreendeu mais ainda por ter convidado os casais. A gente jantou fora, coisas assim que eu não conhecia, eu era muito bem casada, mas não conhecia, ele me mostrou. Quer dizer, ele me mostrou o outro lado da vida (Dona Francisca, Informação Verbal).

Seu casamento anterior foi feliz, mas muitas experiências ainda não haviam sido vividas e Dona Francisca sentiu novo vigor ao acompanhar João nas atividades noturnas. Neste momento, passa a descobrir um estilo de vida novo, a partir de uma nova pessoa.

As apresentações continuaram e as saídas se tornaram frequentes. Após uma dessas programações, eles começaram a se relacionar como casal. A vontade de estar com alguém em quem confiava e tornar a vida sexual ativa novamente a fez enveredar por esse relacionamento. Segundo Dona Francisca relata, o seu maior temor era desrespeitar os filhos, ainda crianças, e a esposa de João.

Aí pronto, foi a primeira vez da gente. Aí, a gente ficou... Nessa altura do campeonato, eu tinha planejado e lá na frente soube que ele também: ‘Eu não quero ninguém na minha vida, eu quero toda vez que me der fome, vou lá e como. Não quero responsabilidade, não quero ninguém na minha vida, por respeito às minhas filhas’. Só que as coisas não é do jeito que a gente quer. Nessa coisa, quando pensou que não, tava os dois apaixonados. A esposa dele ainda viva e os dois apaixonados. Aí foi difícil porque a gente sentou, conversou, choramos e terminamos (Dona Francisca, Informação Verbal).

¹⁶ O nome original também sofreu alteração para manter a privacidade dos informantes.

Esse afastamento entre os dois foi muito sentido por Dona Francisca. Contudo, como já havia retornado a vida do trabalho, após a viuvez, continuou sua rotina junto aos filhos. Após um ano sem encontrá-lo, o procurou e retomaram o relacionamento. Nesse período, o filho de João encontrou os dois juntos.

Uma amiga minha me entregou pro filho dele. E viu a gente juntos. A gente tinha muito cuidado e eu tinha um peso na consciência muito grande, porque eu não queria aquilo pra mim. Fui muito bem casada, não queria que ninguém tomasse o meu marido e eu não queria tomar o marido de ninguém. E isso tava acontecendo na minha vida e era um peso de consciência muito grande. Ele viu nós dois juntos e contou pra mãe. Desse dia em diante ela ficou sabendo. Aí, ela disse a ele que não queria mais nada com ele, quando ele foi procurar ela. E ficamos mais livres. E eu perdi meu peso de consciência. Só que depois ela faleceu, teve um AVC e faleceu. Deus me perdoe, mas assim, eu não achei bom ela ter falecido, mas você fica com os dois sentimentos. O sentimento de alívio, por não tá mais prejudicando ninguém né? E sentimento que não dá nem pra explicar (Dona Francisca, Informação Verbal).

Desde então, há mais de vinte e oito anos, Dona Francisca mantém relacionamento com João, mas moram em casas separadas. Cada um na sua casa. Concordaram em se organizarem dessa forma porque, assim, não haveria interferência na relação com os filhos. Atualmente com sete netos, Dona Francisca mora no bairro Bodocongó e reside com uma filha. Pensionista, participa do Centro de Convivência – Conviver – há treze anos. A motivação para participar do local veio quando percebeu que estava novamente apresentando sintomas de depressão, após algumas cirurgias cardíacas. As limitações que a saúde fragilizada infligiu debilitaram também seu estado emocional. Então, quando um dia voltava de uma consulta médica, viu a antiga sede da Secretaria de Assistência Social do município – situada em um prédio próximo ao Hospital Universitário – e uma fachada fazendo referência a Gerência do Idoso. Entrou no estabelecimento, se informou sobre as ações direcionadas a pessoa idosa e Gilma a convidou para conhecer o “Conviver”.

Aí, quando foi na segunda-feira, eu fui pra praça pra gente vim junto no ônibus, viemos pra cá, que ela me mostrou tudo, aí já me apaixonei de cara. Aí eu disse: pronto, é exatamente isso que eu quero pra mim. Aí nunca mais deixei. Venho três a quatro vezes por semana. Porque o dia que ele dorme lá em casa, no outro dia eu não venho, porque aí, ele vai dormir até mais tarde, vou dar o café dele, dar atenção a ele direitinho né? No começo vinha nós dois, aí depois a idade foi avançando, a dele mais e ele foi ficando mais idoso, mais assim... Eu

chamo ele de moleque travesso, mais arengueiro, sabe? (Dona Francisca, Informação Verbal).

A sua rotina diária se organiza em torno da participação no Centro e aos cuidados com o companheiro. Dona Francisca relata que não participa de outros grupos. Só sai quando vai a missa, fazer compras para a casa ou quando visita a filha. No Centro, Dona Francisca relata que conversa com muitos participantes, tem amizade com alguns, mas sua companheira de “aventuras” é uma idosa que conheceu no local, compartilhando as experiências no local e nas atividades de entretenimento que programam.

Agora no dia que eu venho pra aqui, é que eu saio muito, porque eu venho pra aqui, tem uma amiga que também é viúva, é sozinha como eu, aí quando a gente sai, a gente dá circular de ônibus, a gente inventa, sabe como é que é? A gente fala, não vamos pra casa dormir e engodar não! Vamos andar. Aí a gente vai pra Lagoa Seca, a gente vai conhecer os bairros novos, pega o ônibus e dá um circular. Dá um circular e volta para a Integração. Pega outro ônibus, vai no outro canto, aí volta. Visita um amiga, assiste uma missa. Eu conheci essa amiga aqui (Dona Francisca, Informação Verbal).

As atividades que Dona Francisca exerce no Centro são as que atuam como exercício mental: jogos de carta, dominó e habilidade manuais. Procura trabalhar o raciocínio e a mente porque sente que, desde que sofreu um infarto, sua capacidade de discernimento sofreu alteração. Além disso, dança de forma controlada porque não pode fazer muito esforço. Semanalmente, faz uso de calmantes para se manter estável diante dos problemas cardíacos.

Dona Francisca atribui à sua participação no local os benefícios e melhorias que conquistou na sua saúde, assim como observa o caso dos demais participantes que também chegaram ao Centro apresentando fragilidade física e/ou emocional e, após algum tempo, revelaram disposição física e satisfação pessoal.

Me sinto muito feliz. Muito mesmo, acho que se eu não tivesse encontrado esse lugar pra mim, acho que.... Não vou dar certeza absoluta, porque a vida da gente está nas mãos de Deus, né? Mas eu acho que eu já tinha viajado. Aqui levanta a gente. Tem pessoas que chega aqui, que vem trazida pelos filhos, com uma bengalinha, segurando no braço pra caminhar, e quando você menos espera tá dançando, tá namorando, já casou. Tudo isso acontece aqui. E é muito importante isso aqui pra gente. O final de semana que a gente passa em casa parece um ano. A gente fica em casa sem sair pra canto

nenhum, parece um ano. E aqui não, aqui você preenche. Você conversa, você ri e isso é muito bom para o ego da gente (Dona Francisca, Informação Verbal).

A experiência no “Conviver” ao longo desses treze anos de participação possibilitou para Dona Francisca novas formas de viver e aprender com os outros. Sobre o acesso no que se refere aos direitos da pessoa idosa e ao exercício da cidadania, ela ressalta que o “Conviver” estimula esse contato através de parcerias com instituições e profissionais que disponibilizam formações e palestras, conscientizando os participantes do Centro.

Uma das coisas muito boas que eu aprendi aqui, porque sempre vem gente pra dar palestra pra gente sobre os nossos direitos. Como também doutora Gilma leva a gente pros congressos pra gente assistir as palestras também. Aonde a gente teve a oportunidade de aprender tudo sobre a reivindicação dos nossos direitos que a gente tem, por exemplo, do SUS, né? Sobre nossa pensão, nossas aposentadorias, qualquer coisa que dê errado, o que a gente tem que procurar, o que tem que fazer. Tudo isso a gente tem aqui, todo esse aprendizado. Que faz com que a gente realmente cresça, o idoso cresça. Aqui nós temos tudo isso, é muito bom (Dona Francisca, Informação Verbal).

Dona Francisca narra que sempre teve ânsia por conhecer: até mesmo uma palavra desconhecida, pronunciada por alguém, a leva a investigar o significado e escrita dessa expressão. Desta forma, o seu cotidiano no Centro é permeado por novas descobertas – seja durante uma palestra ou um evento externo, seja com as próprias atividades e colegas participantes. A velhice, sob sua ótica, é um momento no qual os idosos chegam ao patamar de “professores”, podendo, portanto, ensinar e compartilhar as experiências com os demais indivíduos.

É tudo positivo na velhice. Porque feliz daquele que chega na velhice. Porque quando a gente chega na maturidade, a gente chega como professor, a gente aprendeu muito com o passar do tempo. Só depende da gente. Os longos anos que a gente viveu, foi um aprendizado, cada dia que passa a gente aprende mais e principalmente se a gente é curioso e eu sou curiosa. Sabe aquela pessoa matuta? Eu fui uma pessoa assim. E eu aprendi. O mundo pra mim foi uma escola. A televisão pra mim foi uma universidade, agora pela minha curiosidade. Na televisão eu aprendi assim: eu não sabia pegar num garfo, só sabia comer de colher. Eu não sabia pronunciar uma palavra completa bem pronunciada, até hoje, não sei essas coisas, mas melhorou. Então, nas novelas eu não prestava atenção nos beijos, nos abraços, nos chamegos, eu prestava atenção era no modo de se vestir, a roupa que combina, o batom pro moreno ou pro claro, como sentar

na mesa, como pegar na colher, como pegar num garfo. Então, isso, era o me chamava atenção nas novelas. Era esse aprendizado. Então, a televisão pra mim foi uma universidade, porque eu fui por esse lado. Eu queria aprender. Eu tinha sede de aprender. A gente aprende muito com o outro (Dona Francisca, Informação Verbal).

A postura diante das várias formas de apreensão de conhecimento demonstra a vontade de minimizar a ausência sofrida – e sentida – de maior experiência educacional. Os meios possíveis, representados pela televisão e pelo “mundo”, ou seja, pela sua experiência cotidiana, foram utilizados como únicas formas disponíveis para resolver dúvidas, apreender costumes, modas, regras sociais. Articulando essas formas de conhecer à vivência no Centro, Dona Francisca pondera que a velhice possibilita a ampliação do acesso ao conhecimento e, por conseguinte, da autonomia dos indivíduos participantes.

ENTRE DISCURSOS PÚBLICOS E NARRATIVAS INDIVIDUAIS: AÇÕES E CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA ESTADUAL PARA IDOSOS

“É preciso lembrar sempre que, no interior de cada grupo geracional ou de idade, constroem-se representações, identidades e situações sociais que se confrontam com as de outros grupos ou categorias sociais. Ao mesmo tempo, essas relações realizam-se em articulação com condições identitárias definidas a partir de outras dimensões relacionais.”
(MOTTA, 2004, p. 353)

5.1 Introdução ao Capítulo

Quando construímos a introdução no presente estudo, esclarecemos o objetivo da pesquisa realizada, enfatizando três aspectos principais no nosso objeto: particularidades das políticas públicas para idosos na Paraíba; participação de idosos em grupos e associações e sua atuação nesses espaços; relação entre as demandas apontadas pelos idosos e as ações/serviços executadas pelo poder público. Um objeto inteligível e complexo, ao mesmo tempo, uma vez que demanda certa desenvoltura no processo de investigação, ao condicionar o deslocamento por espaços diferenciados entre si, a saber: entre as esferas pública e privada.

Nos capítulos discutidos acima, apresentamos alguns elementos essenciais em uma pesquisa: teoria, métodos, campo de estudo, trajetórias dos participantes. Em todos esses momentos, buscamos desenvolver um raciocínio problematizador e não apenas reprodutor de concepções nativas e/ou teóricas. Migramos por conceitos, discursos, práticas e narrativas, buscando lançar um olhar além do dado produzido.

Neste capítulo, recuperamos aspectos empíricos, teóricos e metodológicos que nortearam a pesquisa. Teorias e observações condicionaram a necessidade de analisarmos, de forma mais detida, os pontos, contrapontos e possibilidades de convergência entre o discurso do poder público sobre políticas desenvolvidas para idosos e as narrativas destes sujeitos.

A política pública é formulada para dar conta das demandas de um sujeito social que “nasce”: o idoso, o jovem, a mulher, a criança, entre outros. Em relação aos idosos,

como uma ação, uma política pública se define? Como esta política percebe as demandas deles? Conforme constatamos acima, há uma tendência em formular políticas que consideram o lazer, cidadania e cultura. Estímulo à integração social e às práticas de sociabilidade são palavras-chave desse tipo de ação desenvolvida, até mesmo, na política habitacional do condomínio horizontal construído. Será que o poder público percebe as ações meramente para ocupar o tempo dos idosos ou visualiza de forma mais ampla suas necessidades vitais e sociais?

Segundo Velho, “de alguma forma, um *sujeito* decide e escolhe um caminho específico” (1997, p. 44, grifo do autor), para atuar e conviver em sociedade e, nas Associações de idosos, bem como nos chamados nos Centros de Convivência há interlocutores dos interesses dos idosos. Quem são e quais demandas representam (Apêndice I)? Até que ponto os grupos traduzem necessidades ancoradas na realidade do segmento idoso? Por fim, lançamos a seguinte indagação: a atuação dos idosos em tais espaços, (possíveis) sujeitos beneficiados com as políticas públicas desenvolvidas, influencia na elaboração/execução dessas ações no Estado?

Os questionamentos acima nortearam a pesquisa, constituindo-se enquanto elementos centrais na investigação realizada. Partindo desse pressuposto, nesse momento, essas indagações serão analisadas de forma pontual e problematizadora, de maneira a buscar o entendimento central do nosso objeto de estudo: os meandros da relação constituída entre o poder público e os agentes da sociedade civil.

5.2 O Sujeito “Idoso” nas Políticas Públicas da Paraíba

A aprovação dos dispositivos constitucionais contidos na Política Nacional do Idoso, em 1994 e, no ano de 2003, no Estatuto do Idoso, apresentou-se como marco legal na conquista de direitos e consolidação de outros já previstos na Constituição Brasileira de 1988, para os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos. No campo do Direito, de fato, esses documentos foram essenciais para regularizar e normatizar aspectos ainda “obscuros” no atendimento aos idosos. No campo político-social, provocou a necessidade de uma orientação específica em torno das questões relativas à velhice. Reconhecemos que “A lei surge quando uma determinada sociedade sente a necessidade de normatizar a convivência social humana” (LARANJA, 2004, p. 43). Legislar sobre questões relativas à velhice reflete uma preocupação com esse momento do curso da vida, bem como o incômodo que essa realidade provoca na sociedade.

O Brasil compreende, enquanto organização político-administrativa, a União – que atua em toda a Federação –, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Cada entidade federativa elencada é autônoma, no que tange à capacidade de auto-organização, autogoverno e de auto-administração, estabelecida pela Constituição, e possuem atribuições e competências específicas (Art. 20-32). Dentre outras afirmativas, o artigo 23, inciso V, aponta que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência (BRASIL, 2006).

No que tange ao envolvimento da sociedade nas questões relativas ao envelhecimento humano, a garantia legal está ancorada na Assistência Social (Art. 203), através do garantia do Benefício de Prestação Continuada e a proteção à velhice. No artigo 229, a responsabilização dos filhos no amparo aos pais na velhice, carência ou enfermidade. Por fim, no caput do artigo 230 da Constituição Federal institui que “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 2006, p. 143).

A Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94) é, portanto, posterior a Constituição e, conforme já referido, teve como finalidade criar o Conselho Nacional do Idoso e sancionar leis específicas, embora ainda preliminares, para a pessoa idosa no Brasil. Dentre as diretrizes dispostas no documento, destacamos o Art. 3º, inciso I, na medida em que “a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (BRASIL, 2010).

Ampliando a abrangência da “Política”, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) possui como finalidade regulamentar direitos assegurados à pessoa idosa, em diversas esferas da vida em sociedade. Na mesma perspectiva dos documentos acima, o art. 3º do Estatuto do Idoso afirma:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2007, p. 15).

Diante dessas diretrizes, inserimos a população idosa paraibana. O Estado da Paraíba está localizado na Região Nordeste do Brasil, terceira maior região com percentual de idosos no país (10,2% do total). A população paraibana está estimada em 3.972.202 milhões de habitantes e, destes, 450 mil estão inseridos numa idade reconhecida como idosa, representando 11,9% da população. Nacionalmente, a Paraíba divide com Minas Gerais a terceira colocação entre os estados com maior contingente de idosos (IBGE, 2014). A capital, João Pessoa, seguida da cidade de Campina Grande, são os municípios mais populosos e que possuem maiores índices econômicos do Estado.

No Estado da Paraíba, houve a implementação da Política Estadual do Idoso (Lei nº 8.846/2009), que criou o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em concordância com o que a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso já haviam disposto. Embora reconhecendo a relevância do documento a nível estadual e o incentivo à criação do instrumento de participação, ele não só adquire respaldo e eficácia prática quando se tem esse mesmo incentivo a nível municipal, em todo o Estado.

Diante desse exercício de recordar, em linhas gerais, os aspectos que norteiam os documentos e leis citados, verificamos que a ênfase dada é que, preferencialmente, é a família que deve acolher o idoso, nos seus próprios lares, junto à comunidade na qual está inserido, compartilhando essa responsabilidade com o poder público e com a sociedade. Atrelado a isso, há todo um discurso que estabelece as medidas de proteção social a esse idoso, inclusive, inserindo-o enquanto sujeito/cidadão partícipe das múltiplas questões colocadas no conjunto da sociedade, com seus direitos e deveres legalmente estabelecidos.

É através desse conjunto de leis que analisaremos as ações demandadas pelo Governo do Estado da Paraíba. No terceiro capítulo deste estudo, quando apresentamos os cenários da pesquisa, já havíamos apontado as principais ações realizadas nos últimos anos pelo governo estadual. Nesse momento, contudo, a finalidade é aprofundar a análise sobre as políticas públicas desenvolvidas e, através disso, perceber como o poder público se apropria das (possíveis) demandas dos idosos. Desta forma, durante pesquisa desenvolvida na Coordenação da Política Estadual do Idoso e da Pessoa com Deficiência, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Humano, do Governo do Estado, tivemos acesso aos dados referentes à atuação estadual direcionada ao segmento idoso. Recordamos ainda que o Estado garante esses dispositivos legais a toda pessoa

idosa, com idade igual ou superior 60 (sessenta) anos e mais, em consonância com as diretrizes estabelecidas desde a Constituição.

Conforme justificativa prévia, o acesso a detalhamento de informações sobre as ações desenvolvidas entre os anos de 2003 a 2010 foi reduzido. Isso se deu, principalmente, porque esse recorte se passou sob a vigência de outros gestores que, atrelado ao fato de que agiram de forma limitada no que tange às questões dos direitos dos idosos, ainda soma-se a isso o fato de que os dados de suas ações não se encontram tão *acessíveis* pela gestão atual.

De acordo com a pesquisa realizada, verificou-se que o olhar do poder público, no contexto paraibano, sobre determinados aspectos e espaços, versou sobre: criação da Delegacia do Idoso, Instituições de Longa Permanência para Idosos, programa habitacional, a exemplo do condomínio “Cidade Madura”, Centro de Convivência do Idoso, Centros Sociais Urbanos, Incentivo aos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e aos Conselhos Municipais e Estadual. Tais espaços e serviços serão apresentados e discutidos a seguir, de acordo com relatos e registros obtidos na própria Coordenação estadual.

No ano de 2009, período da gestão do então governador José Targino Maranhão, foi inaugurada a Delegacia Especializada de Atendimento às Pessoas Idosas, instrumento de defesa dos direitos da pessoa idosa. Na mesma solenidade, o gestor anunciou a Medida Provisória que concede passe livre nos transportes intermunicipais. Esse passe livre é limitado: são duas vagas por horário de cada ônibus e, quando estas já estão preenchidas, o idoso paga 50% do valor. Além disso, criou também o Conselho Estadual em Defesa dos Direitos dos Idosos, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Humano. Previstos no Estatuto do Idoso, desde 2003, a Paraíba foi um dos últimos estados a implementar as ações estabelecidas no Estatuto e já instituídas pelo Governo Federal. Na ocasião, o governador declarou:

‘O idoso de hoje é um ser ativo da sociedade, seja física e psicologicamente, para exercer seus direitos, porque pode ajudar a sociedade com sua sabedoria e seus conhecimentos’, afirmou Maranhão. Convidou todos os segmentos a estarem atentos para fazer cumprir a lei, lembrando que órgãos como o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública e a Secretaria de Segurança e Defesa Social estarão atentos para as reclamações que possam ocorrer a partir de agora (GOVERNO DA PARAÍBA, 2014).

A atual gestão, eleita no ano de 2011 e reeleita na última disputa em 2014, destaca como um diferencial para a população idosa a atenção direcionada para as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's). No primeiro semestre de 2011, a Coordenação da Política Estadual do Idoso e da Pessoa com Deficiência passou a integrar o Comitê de Fiscalização destas instituições, coordenado pelo Ministério Público, que fiscaliza e monitora todas as ILPI's. Daí começou-se a mapear tais espaços e, a partir disso, ter conhecimento do que existia em torno da população idosa.

Para tanto, a prioridade inicial foi proceder a um levantamento e posterior sistematização dessas instituições presentes no estado da Paraíba e suas condições infraestruturais. Constatou-se que, na Paraíba, existem atualmente 47 (quarenta e sete) ILPI's, em sua maioria, instituições de caráter filantrópico, e cerca de 1.213 (mil e duzentos e treze) residentes. Segundo a Coordenadora, essa demanda por vagas nas ILPI's é crescente. A partir desses dados levantados, desenvolveu-se o “Projeto Acolher”, sob o lema “Não é só pela idade. É por mais dignidade”, destinando, com recursos próprios, cerca de 2 (dois) milhões de reais para melhorias nas instituições sem fins lucrativos, com ênfase nas áreas de infraestrutura, saúde e assistência social. Para ter acesso a esse recurso, as instituições existentes no território paraibano deveriam se submeter um plano de trabalho solicitado no edital de chamada pública, que estabelece uma série de critérios, tais como documentos que certificam a legalidade do espaço físico, dados detalhados sobre a instituição e seus residentes. Além disso, o Edital indica que os planos de trabalho devem ser alinhados à:

Política Nacional de Assistência Social (Lei 8.742/1993), a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994), o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), a Resolução da Diretoria Colegiada RDC/Anvisa (nº 283/2005) e do Código Estadual de Proteção Contra Incêndio, Explosão e Controle de Pânico (Lei 9.625/2011). Os Planos devem ainda observar as exigências das Conferências Nacionais de Direitos da Pessoa Idosa relativas à melhoria das condições de cuidado nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (GOVERNO DA PARAÍBA, 2015).

Devido ao grau de detalhamento exigido pelo edital, a coordenadora da Política Estadual do Idoso informou que foram realizadas oficinas de capacitação para auxiliar no desenvolvimento dos planos de trabalho, bem como no esclarecimento de dúvidas quanto aos documentos necessários.

Até o momento, foram divulgados dois editais (2013 e 2015) na modalidade de cofinanciamento entre as partes envolvidas, na medida em que as instituições deverão

comprometer-se em executar ações e/ou atividades que possibilitem melhoria nas condições de vida dos idosos desdobrando-se em uma “contrapartida solidária”. Esse elemento sinaliza para uma situação em que o recurso é repassado, a instituição receptora viabiliza uma contrapartida e, após uma visita de vistoria, há um retorno para avaliar se o recurso foi aplicado naquilo que foi acordado entre as partes. Para que o Estado possa financiar parte dessas necessidades, nos termos dispostos nos editais e em seus anexos, esse critério de “contrapartida solidária” não é algo espontâneo ou que demande expressões criativas da instituição, mas as ações já são apontadas seguindo o seguinte formato de atuação:

...criar um plano de atendimento individual contendo todo o histórico, nos termos do Estatuto do Idoso; promover ‘Dias de Visitações da Família’ com ações que resgatem os vínculos familiares dos idosos institucionalizados. garantir o suporte nutricional adequado, seguindo a prescrição médica e/ou de nutricionista responsável, deverá realizar atividades culturais e cadastrar os idosos residentes na Unidade de Saúde da Família (USF) mais próxima, garantindo assistência à saúde adequada de acordo com a necessidade dos idosos (GOVERNO DA PARAÍBA, 2015).

Em termos práticos, este projeto visa receber demandas das instituições nas diversas áreas, desde a construção de uma piscina, passando por uma aquisição de cadeira de rodas, reforma e/ou construção de sala de apoio para assistência e cuidado em saúde, até ações que busquem valorizar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Segundo o discurso oficial, expresso pela coordenadora, “*estes idosos institucionalizados não eram vistos no nosso Estado*”. Através de tais ações, os residentes tornaram-se foco das ações do poder público estadual visto que, segundo a atual coordenação, as últimas gestões apenas realizavam ações esporádicas, em decorrência do recurso oriundo do Fundo Estadual de Erradicação da Pobreza. Não havia, portanto, um planejamento, ação direcionada e posterior retorno com questões atuais e específicas sobre os idosos paraibanos em situação institucionalizada.

No que tange ao direito à habitação, a Política Nacional do Idoso, Art. 10, inciso V, alínea a, afirma que deve-se: “destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares” (BRASIL, 2010, p. 12). O Estatuto do Idoso completa, no Art. 38, inciso II, que as unidades habitacionais devem atentar para a “implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso” (BRASIL, 2007, p. 22). O Governo do Estado subsidia o programa habitacional

denominado “Cidade Madura”, condomínio fechado, específico para a população idosa. A CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular) é responsável pela construção e a Secretaria de Desenvolvimento Humano planeja as ações em prol dos beneficiados e acompanha o dia-a-dia do condomínio. Segundo os dados apresentados, inclusive nos portais oficiais, a elaboração do projeto foi feita em 2011 e a obra iniciada em 2013, em João Pessoa, com inauguração no ano de 2014. Em 2015, Campina Grande foi a cidade contemplada com a entrega da construção e, no ano de 2016, a proposta é que o condomínio seja entregue à população da cidade de Cajazeiras. Atualmente, está na etapa da conclusão da obra em Guarabira e em fase de implantação do Programa em Sousa e em Patos, distribuindo-se, portanto, em seis das quatorze regiões que a Paraíba está dividida.

No Brasil, é o primeiro condomínio fechado, totalmente gratuito, direcionado ao público idoso, alcançando o destaque em reportagens em veículos nacionais e regionais. O programa habitacional foi premiado com Selo de Mérito 2015, concedido pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC), na categoria “Projetos Focados no Atendimento de Grupos Específicos”, e pelo Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FNSH DU). Devido a essa projeção adquirida, o condomínio recebe visitas de representantes de outros estados, para conhecer como se configura o Projeto.

Com investimento de cerca de R\$ 3,6 milhões por condomínio, cada um possui 40 (quarenta) residências, com área de 54m² cada, com acessibilidade e adaptadas as necessidades dos idosos, com terraço, quarto, sala, banheiro, barras de apoio, cozinha e área de serviço, além de toda infraestrutura básica de saneamento, rede elétrica, rede de abastecimento de água, pavimentação em blocos intertravados. A área comum do condomínio abrange horta elevada comunitária, redário, pista de caminhada, mesa de jogos, praça, Centro de Vivência, academia com aparelhos específicos às necessidades dos idosos, guarita com profissionais cedidos pela Secretaria de Segurança do Estado, fazendo a vigilância 24h por dia, núcleo de profissionais da saúde com o Programa de Saúde da Família, que atendem os residentes. Segundo o informativo sobre o Programa (Anexo I), o idoso não ganha a casa, ele recebe a concessão do imóvel, adquirindo a permissão para morar durante o tempo que desejar e se, por motivos diversos, não quiser mais residir no local, a unidade é devolvida ao Estado.

Os critérios para ter acesso a uma das residências do condomínio são específicos. Após a inscrição do interessado realizada na CEHAP, a seleção dos

cadastrados atende os seguintes aspectos: O/a beneficiado/a deve ser idoso/a, possuir autonomia funcional, capacidade de desenvolver suas AVD's (Atividades de Vida Diárias), possuir de 0 (zero) a 5 (cinco) salários mínimos de renda e não dispor de moradia própria. Segundo dados oficiais, 99% dos residentes, em todos os condomínios, possuem uma renda de até 1 (um) salário mínimo e, em sua maioria, residiam nos “fundos” das casas dos filhos. A autonomia de que dispõem os idosos que residem no “Cidade Madura” leva-os a gerir as atividades próprias a esse novo ambiente de convívio individual e coletivo. Residem sozinhos ou com seu cônjuge, mas podem receber visitas e contratar auxílio doméstico, além disso, convivem com outros semelhantes, que compartilham o espaço comum e a experiência inovadora, embora possuam trajetórias de vida e hábitos atuais particulares. Podem circular livremente e viajar, deixando a casa fechada e protegida pelo sistema de segurança. Como forma de gestão do local, cada condomínio possui um zelador, um síndico, eleito/indicado pelos próprios moradores e, todos estes, pagam uma taxa mensal no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as despesas referentes à área comum, além das despesas de manutenção de cada unidade residencial, tais como conta de água, luz, telefone. Tais ações são reconhecidas, pela Coordenação, como um salto qualitativo na política do idoso no Estado.

As legislações vigentes estabelecem, como uma das prioridades, o estímulo à convivência familiar e comunitária. Como uma das formas se se lançar um olhar mais detido sobre a diversidade das experiências do envelhecer, diferente da institucionalização e da vivência em condomínios fechados, o poder público estadual também mantém um Centro de Convivência do Idoso (CCI), localizado na capital paraibana, no Bairro Castelo Branco, mas que recebe uma demanda da Região Metropolitana de João Pessoa, além do incentivo na manutenção dos grupos de idosos organizados nos Centros Sociais Urbanos (CSU's).

Conforme já referido no terceiro capítulo, esse Centro já existia nas gestões anteriores, com inauguração datada no ano de 2002. Contudo, os relatos e discursos da atual gestão, apontam para melhorias substanciais na estrutura física do local e nos recursos que subsidiam as práticas. A construção de uma piscina para a atividade de hidroginástica, no primeiro semestre de 2014, foi um marco no Centro, resultado de solicitações/reinvindicações constantes por parte dos beneficiados. Se havia uma média de 35 (trinta e cinco) cadastrados, atualmente são quase 200 (duzentos) cadastros, com participação diária entre 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) idosos, ampliando também o

atendimento aos residentes em outros bairros. A faixa etária dos participantes varia entre 60 a 96 anos de idade, além de adultos interessados em participar que ultrapassam os 50 anos de idade. Segundo a coordenação, essa ampliação na participação diária e de cadastro geral aconteceu, principalmente, após tais melhorias.

Com atividades diurnas, manhã e tarde, os idosos realizam atividades diversas, supervisionadas por profissionais, que compreendem hidroginástica, oficina de teatro, aula de dança, oficina da memória, atividades físicas na academia com equipamentos específicos as necessidades dos participantes, entre outros. Esse Centro de Convivência localizado em João Pessoa foi criado e é mantido pelo poder público estadual. Contudo, além dele, em todo o estado, existem 14 (quatorze) Centros de Convivência, gerenciados com recursos municipais. Na ocasião da apresentação sobre as características do Centro localizado em Campina Grande, percebeu-se que todos esses espaços possuem propostas e práticas semelhantes, com a finalidade de promover ações em prol do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Na Paraíba, existem 16 (dezesesseis) Centros Sociais Urbanos (CSU's), distribuídos nos municípios de Patos, Sousa, Santa Rita, Sapé, Guarabira, Itabaiana, Areia, Esperança, Cajazeiras, Catolé do Rocha, 04 (quatro) em João Pessoa e 02 (dois) em Campina Grande. São espaços que promovem atividades socioeducativas e de lazer. Assim como o CCI, os CSU's já existiam em gestões anteriores. Entretanto, após o ano de 2011 foram recuperados/reformados em sua estrutura física e adaptados para melhor receber grupos de idosos.

Os CSU's são vinculados também à Secretaria de Desenvolvimento Humano e fazem parte da Política de Assistência Social, dentro da Ação Social Básica, desenvolvendo um trabalho junto à comunidade, com cursos profissionalizantes, espaços para reuniões, atividades esportivas para crianças e jovens, de lazer, música e habilidades manuais, para a confecção de artesanato, além do encaminhamento para serviços de cidadania. Contando com equipe de Sociólogas, Assistentes Sociais e Psicólogas, cada CSU oferece atividades diferenciadas, compatíveis com as demandas locais. Distribuídos em diversos municípios do Estado, em todos os Centros há Grupos de Idosos, reconhecidos como um dos elementos de destaque nos Centros, pela dinamicidade das atividades desenvolvidas – passeios, artesanato, ginástica, confraternizações e eventos diversos –, bem como a participação assídua dos membros. Todas essas atividades são totalmente custeadas com recursos oriundos do Governo do Estado. Durante solenidade de reinauguração de um CSU na Região Metropolitana de

João Pessoa, o governador destaca, em seu discurso, a relevância desses espaços para a vida comunitária da população:

Equipamentos como este são o pulmão de cada bairro que beneficia diretamente todas as faixas etárias. O papel do CSU é fazer com que as pessoas se reúnam no mesmo espaço e participem de atividades ligadas à arte, cultura, lazer e qualificação profissional (GOVERNO DA PARAÍBA, 2016).

Além desses espaços subsidiados pelo poder público estadual, há diversos grupos de idosos que funcionam nos serviços de convivência na Proteção Social Básica de cada município. Assim, suas atividades são desenvolvidas por grande parte dos 223 (duzentos e vinte e três) municípios paraibanos. Ressaltamos ainda que no Estado existem outros espaços e serviços direcionados às demandas da pessoa idosa, já elencados no terceiro capítulo, mas que não serão objetos de nossa discussão, na medida em que não se tratam de políticas estaduais.

Nesse sentido, além dos CSU's, qual a melhor forma encontrada para o Governo dar conta das demandas de todos os municípios, não se atendo apenas aqueles representativos das regionais? Os dados adquiridos através das entrevistas e dos documentos do poder público explicitam que, para atender esse quantitativo de municípios, a Secretaria de Desenvolvimento Humano enfatiza a Proteção Social Especial de Média Complexidade através dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS). Política existente desde a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435/2011), que dispõe sobre a organização da Assistência Social, esses Centros atendem famílias em situações de risco social ou violação dos seus direitos e, para tanto, possuem uma equipe especializada (assistente social, psicólogo, advogado, pedagogo, auxiliares administrativos), além de um coordenador/a do CREAS do Estado. Na Paraíba, atualmente funcionam 26 (vinte e seis) CREAS regionais e 78 (setenta e oito) municipais. A gestão atual afirma que ampliou o número de unidades em funcionamento. Desta forma, atingem uma cobertura total do estado, visto que os municípios que não possuem CREAS locais são referenciados pelos regionais. Esses Centros atendem também a população idosa, registrando, dentre outros fatos, denúncias de violência contra idosos.

Como foi pontuado, em 2009 foi criada a Delegacia Especializada de Atendimento às Pessoas Idosas, com sede em João Pessoa. Em 2014, foi inaugurada outra “Delegacia do Idoso” – como é mais conhecida –, desta vez, com sede na cidade

de Campina Grande – PB. As denúncias de violação aos direitos da pessoa idosa, realizadas pelas vítimas e/ou por terceiros, são feitas pessoalmente ou através do Disque 100, que podem usar o recurso do anonimato.

A partir de 2011, o Governo do Estado iniciou o mapeamento dos Conselhos Municipais do Idoso existentes no Estado. Houve uma aproximação com o Conselho Estadual do Idoso e, no ano de 2012, junto ao Ministério Público, Tribunal de Contas e o Conselho Estadual do Idoso, elaboraram um projeto em torno da atuação dos conselheiros e, através desse aporte, pôde-se realizar uma série de capacitações para os conselheiros municipais. Atualmente, há 110 (cento e dez) Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na Paraíba, que correspondem a um órgão permanente, consultivo, deliberativo e controlador das ações direcionadas à pessoa idosa. Arelado a isso, também desde 2011, o Governo vem estimulando que a sociedade civil organizada, junto aos Conselhos, participe das Conferências Municipais e fortaleça as demandas apresentadas na Conferência Estadual.

Na cidade de Campina Grande, área em que também desenvolvemos a pesquisa, as principais políticas realizadas em defesa dos direitos do idoso são o “Disque Idoso”, serviço telefônico que atende as denúncias de maus tratos a pessoa idosa, além de ações de estímulo à convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitário entre os idosos e a sociedade circundante. Sobre esse último aspecto, destacamos o Centro de Convivência Municipal, que desponta como um dos maiores investimentos em recursos humanos e econômicos no que se refere ao atendimento e olhar direcionado a pessoa idosa.

Para divulgar a catalogação realizada sobre os espaços e serviços disponibilizados no Estado para acolhida e/ou atendimento da pessoa idosa, a Coordenação também produziu no ano de 2014, em parceria com os Clubes da Terceira Idade, um Manual de Utilidade Imediata do Idoso (Anexo I). Além dos espaços e serviços elencados nesse Manual, existem diversos grupos de idosos, espontâneos, vinculados a orientações religiosas e de cunho privado como associações específicas que, embora não se encontrem sistematizados, existem e são citados pelos próprios idosos durante a pesquisa realizada.

Tais políticas são pensadas, de acordo com o discurso oficial do Governo, para a melhoria da qualidade de vida do idoso.

A gente enxerga uma série de avanços na política do idoso nessas últimas duas gestões. O Governo vem injetando recursos nessa política para aperfeiçoar a vida dessas pessoas idosas que o número só vem aumentando. Para aqueles idosos que são mais independentes, que participam dos grupos de idosos, a gente quer inclusive aperfeiçoar e fortalecer o vínculo daquele idoso com a comunidade e com a família, para que ele não precise ir para a proteção especial com seus direitos violados. Então, a gente cofinancia os serviços para que sejam aperfeiçoados os trabalhos. Na média complexidade, ou seja, aquele idoso que sofre violência tem aquela equipe e, aquele idoso institucionalizado, melhorar sua qualidade de vida. Na verdade, a grande preocupação e o grande zelo é melhorar a qualidade de vida do idoso, das nossas pessoas idosas. E, principalmente, esses idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que é onde o Estado, o poder público precisa se aproximar. Então, é melhorar a qualidade de vida dessa pessoa idosa. Nós temos um grande slogan, que diz assim: não é só pela idade, é por mais dignidade. É envelhecer com dignidade (Gabrielle Vasconcelos, Coordenação da Política Estadual do Idoso, Informação Verbal).

Giddens afirma: “**Política** diz respeito aos meios pelos quais o poder é usado para afetar o alcance e o conteúdo das atividades governamentais” (2012, p. 699, grifo do autor). As ações políticas visam alcançar objetivos específicos e, portanto, não podemos engessar o poder público, nem naturalizar suas práticas. A problematização destas ações é indispensável para tornar esse processo reflexivo, passível de se tornar objeto científico.

No plano do senso comum e de alguns estudos realizados, os discursos e práticas das políticas sociais são reconhecidos sob a ótica da desigualdade e de sua reparação, na medida em que reproduzem clivagens e hierarquias referidas às classes, etnias, gênero, etc.. Por outro lado, o senso comum também desconsidera “a trama de processos políticos e culturais presentes na efetivação das políticas sociais que visam promover a proteção social a partir do recorte de gênero e geracional” (DELGADO, TAVARES, 2012, p. 92).

Desta maneira, tratar de políticas públicas revela um tema complexo porque, na medida em que existem para atenuar situações – por vezes, históricas – de desigualdades sociais, elas também explicitam práticas e discursos marginalizados sobre a sociedade em que vivemos. Na verdade, tais ações públicas culminam por destacar o fato de que convivemos, paulatinamente, com a dificuldade de lidar com a diferença, com o outro.

Na medida em que elencamos as principais ações que o poder público paraibano assume diante do segmento idoso na Paraíba, reconhecemos que, atrelados às diretrizes

estabelecidas (impostas) por leis que amparam a pessoa idosa – peculiar a cada entidade de Federação, – os indicadores de vulnerabilidade social possuem um impacto importante para a formulação dessas políticas públicas e práticas cotidianas. Conforme destacamos, as ações tendem a atingir parcelas significativas da população no território paraibano, de acordo com as condições e necessidades. Segundo Herédia: “As políticas devem reconhecer a heterogeneidade do segmento idoso e promover programas distintos para ele” (2014, p. 22). Para tanto, Instituições de Longa Permanência para Idosos, programa habitacional, Centro de Convivência do Idoso, Centros Sociais Urbanos, Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), Delegacia do Idoso e incentivo aos Conselhos Municipais e Estadual, foram os espaços que mapeamos enquanto atuação do poder público, em relação à população idosa do Estado da Paraíba.

Vale destacar alguns adendos a nossa análise sobre essas políticas apresentadas. Para fins desse estudo, evidenciaremos as políticas referentes às ILPI's, programas habitacionais, aos CREAS/Delegacia do Idoso e aos Centros de Convivência/CSU's. Assim, por motivações justificadas, os Conselhos não serão objeto de nossa análise. A aproximação em relação aos Conselhos Municipais com a finalidade de fortalecimento deste instrumento revela uma prática relevante. Entretanto, embora os Conselhos de participação sejam vinculados à esfera do Poder Executivo, são autônomos nas suas decisões, visto que são formados por representantes da sociedade civil e do Estado. Ao passo em que não se referem à política pública estadual, não serão também objeto de problematização nesse estudo.

Conforme referido, a política pública de maior destaque do Governo do Estado específica à pessoa idosa é o programa habitacional “Cidade Madura”. Com significativos recursos econômicos destinados à implementação e manutenção dos espaços, além do amplo destaque interno e externo adquirido com a visibilidade do mesmo, o programa assumiu posição notória, perante as demais políticas oriundas da gestão atual e aquelas preexistentes.

Contudo, ainda que premiada e aprovada pela sociedade civil, essa política habitacional desenvolvida pelo Governo do Estado expressa aspectos contraditórios: na medida em que promove uma vivência autônoma e compartilhada entre indivíduos com idade semelhante, por outro lado, esclarecemos que essa ação política pode ser reconhecida como uma prática segregadora. O idoso beneficiado com a residência, embora possa receber visitas, deve residir, no máximo, com seu cônjuge e, se precisar

de auxílio doméstico, pode contratar alguém que faça o serviço, sem pernoitar no local. Pode permanecer na residência apenas enquanto demonstrar autonomia nas atividades diárias. E quando sua autonomia for limitada, o que fazer com essa pessoa idosa? Desatiná-la a uma ILPI? Encaminhá-la à família? Além disso: o poder público só garante infraestrutura adequada, habitação popular, segurança e dignidade, se for em um ambiente planejado e isolado? A vivência em uma comunidade citadina não garante esses elementos já previstos na Constituição, a todo cidadão? Tais questionamentos são alguns dos que podemos elaborar para problematizar, inclusive, o discurso de que a finalidade é fortalecer os vínculos familiares, comunitários e, por extensão, consolidar a dignidade do idoso, pois como fortalecer vínculos e possuir dignidade sem a experiência diversa e coletiva, que marca a vivência humana?

Por ocasião da divulgação do “Cidade Madura” na mídia nacional, o Portal da Rede Globo veiculou uma matéria sobre o espaço de forma positiva, contudo, também mostrou o contraponto que problematiza a questão.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da Coordenação de Promoção dos Direitos da População Idosa, informou que é contra a restrição de espaços especificamente para as pessoas idosas. ‘Defendemos que os espaços de convivência sejam comuns, com autonomia e relações intergeracionais. Um lugar só com pessoas idosas acaba gerando dificuldades de interlocução com a sociedade como um todo’, afirmou a coordenadora-geral, Neusa Muller. (...) Neusa explicou que, aparentemente, o condomínio não tem problemas em relação aos seus espaços, mas que a coordenação tem muitas restrições em relação à segregação da pessoa idosa. ‘Também não defendendo a institucionalização, a não ser que não exista nenhuma outra alternativa’, acrescentou. Como alternativa, a coordenadora-geral de Promoção dos Direitos da População Idosa sugere que os idosos procurem o programa Minha Casa, Minha Vida (G1 PARAÍBA, 2015).

Trata-se, portanto, de interpretações “práticas” da lei e, nem sempre, favorecendo aos possíveis beneficiados. Na medida em que a Política Nacional do Idoso aponta que o poder público deve estabelecer critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular, o Estatuto do Idoso amplia essa diretriz e, no artigo 38, inciso I, afirma que nos programas habitacionais com recursos públicos, deve-se priorizar: “reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos” (BRASIL, 2007, p. 22). Assim, enquanto o Governo Federal aponta o programa nacional “Minha Casa, Minha Vida” como alternativa mais

adequada para atenuar o déficit habitacional entre idosos, o Governo do Estado elaborou o formato de condomínios para atender a essa demanda. O fato é complexo. Cada um possui seus limites explícitos, visto que, além dos elementos contraditórios do “Cidade Madura”, as residências do “Minha Casa, Minha Vida” nem sempre atendem aos critérios de acessibilidade básica e também não priorizam a organização comunitária (postos de saúde, creches, escolas, e demais serviços) nos ambientes circundantes aos novos lotes residenciais, o acesso efetivo desses espaços para a pessoa idosa também pode tornar-se restrito por diversos complicadores objetivos e/ou subjetivos.

O mapeamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos foi realizado para a posterior fiscalização dos espaços, com a finalidade de observar se tais instituições estavam de acordo com critérios instituídos pela Vigilância Sanitária, Ministério Público e as leis que amparam a pessoa idosa. Quanto as ILPI’S, destaca-se o “Projeto Acolher”, que possui como proposta de destinar um recurso para cofinanciar instituições que propuserem planos de trabalho, condizentes com o disposto no edital, principalmente, para a aquisição de bens e serviços para os espaços. Fala-se em cofinanciamento porque tais recursos só se tornam disponíveis as instituições para a aquisição de elementos diversos – cadeira de rodas, construção de piscina, reforma de salas de apoio, entre outros – após firmar compromisso e planejar uma contrapartida solidária, nos termos instituídos no edital, discriminados no anexo.

Conforme tal chamada pública divulgada pelo Governo Estadual, a ênfase conferida no que diz respeito à contrapartida solidária se fundamenta integralmente nos artigos dispostos no Estatuto do Idoso (Art. 49), nos quais se destaca a preservação dos vínculos familiares, a vivência comunitária, dignidade, respeito e preservação da identidade de cada idoso residente no espaço. Afinal, são todos e cada um compartilhando experiências semelhantes, mas detentores de trajetórias de vida e demandas atuais diferenciadas.

A adesão ao “Projeto Acolher” não é algo impositivo, visto que cada instituição pode optar pela participação na chamada pública, mas diante das múltiplas necessidades que uma ILPI apresenta, torna-se atraente a possibilidade de receber melhoria no local. Arelado a isso, a chamada “contrapartida” é adequada e coerente com os dispositivos legais. Contudo, trata-se também de uma forma de fiscalizar e, por extensão, conferir mais responsabilidades às instituições já amplamente observadas pela opinião pública e sociedade civil, além dos agentes fiscalizadores estatais. Ademais, como não existe na Paraíba uma ILPI criada e mantida pelo poder público, torna-se mais exequível

viabilizar recursos esporádicos e vigilância nas já existentes, de cunho filantrópico, que arcar com os custos de manutenção e chamar para si, as responsabilidades que as instituições demandam.

O art. 4º, inciso I, estabelece que uma das diretrizes da Política Nacional do Idoso é a “viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações” (BRASIL, 2010, p.6). O incentivo ao Centro de Convivência do Idoso, na capital paraibana, e aos grupos de idosos dos CSU’s, que atingem uma extensão mais ampla no estado, é compatível com essa normativa. O Centro de Convivência, expressa uma experiência geracional, de sociabilidade e possibilidade de (re)descobertas de si e do outro, enquanto sujeitos sociais. Os grupos de idosos oriundos de CSU’s mantêm esse perfil, mas ampliam as formas de atuação social, visto que são espaços inseridos em meios comunitários, além do (possível) estabelecimento de relações intergeracionais, na medida em que os CSU’s promovem ações para crianças, jovens, adultos e idosos.

Trata-se de uma forma diferenciada de experienciar a velhice, fora da institucionalização e da restrição ao ambiente doméstico. Contudo, embora os idosos participantes reelaborem alternativas de viver e conviver em sociedade, é válido destacar que, nas práticas cotidianas dos Centros de Convivência e os demais grupos de idosos dispostos em toda a extensão do território paraibano, as expressões de autonomia desses espaços são limitadas ao formato que o poder público estabelece, inclusive, são restritas ao montante de recursos destinados. Além disso, esses espaços sugerem a prática do chamado envelhecimento ativo, tema assimilado e explorado pela lógica capitalista. Aprofundando essa discussão, percebemos que:

A tônica do envelhecimento ativo integra, como já mencionado, uma ambiência cultural que valoriza as práticas auto-preservacionistas e individualizantes e que reforça, subliminarmente, a ideia de que a velhice deve ser responsabilidade exclusiva dos próprios idosos e da família. Essa é uma ideia importante também para as estratégias político-ideológicas que visam justificar as reformas da Previdência. (DELGADO, TAVARES, 2012, p. 86).

A relevância da ampliação do serviço dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), na Proteção Social Especial de Média Complexidade, em toda a extensão do Estado, é inegável, na medida em que a equipe possui, muitas vezes, o primeiro acesso aos casos de denúncias de violência contra idosos. Como é

uma política assistencial que atua na família, enfatizando as situações nas quais os indivíduos – para além do gênero e geração – estão com seus direitos violados, torna-se um espaço relevante para a fiscalização e acompanhamento nas situações nas quais a pessoa idosa é atingida em sua dignidade física, moral, psicológica.

As Delegacias Especializadas de Atendimento às Pessoas Idosas, em João Pessoa e Campina Grande registram denúncias relatadas pelas próprias vítimas, de terceiros ou anônimas, envolvendo violências diversas infligidas contra a pessoa idosa. Segundo dados da Coordenação, muitas dessas práticas de violência acontecem no meio familiar. Com uma população significativa de idosos no Estado, essas instâncias da Segurança Pública ainda existem em números reduzidos, compreendendo apenas os maiores municípios da Paraíba. Contudo, reconhecemos que a criação de delegacias não minimiza violência, mas são reflexos/expressões de práticas intimidativas e constituem-se enquanto instâncias mais repressivas, que preventivas. Assim, a complexa teia situacional que abrange a violência contra o idoso não se desvenda apenas a partir das instâncias punitivas, mas de elementos anteriores às práticas cometidas, inclusive, nas relações intergeracionais e de educação para o envelhecimento na sociedade atual, fortemente marcada por expressões de juventude, estética, individualismo.

Em um universo populacional considerável de idosos na Paraíba, que representa 11,9% da população do estado, há um desafio em atender demandas diversificadas para esse segmento populacional heterogêneo. O poder público estadual deteve suas práticas através de iniciativas amplas e relevantes: institucionalização de idosos, moradia, lazer, sociabilidade e vida comunitária, combate à violência. Para além dos questionamentos problematizadores sobre as políticas públicas desenvolvidas entre os anos de 2003 a 2015 no contexto paraibano, reconhecemos que há a tendência em viabilizar práticas pautadas pelo assistencialismo, para uma noção de cidadania, através da garantia espaços/serviços para os idosos. Condicionam, portanto, o lugar que a pessoa idosa deve ocupar e a atividade que deve exercer para estar inserida na sociedade. Daí, questionamos: por que que isso se torna necessário? Além da chamada ocupação do tempo livre e inserção em ambientes que favorecem a distração e o não-engajamento, minimiza o amparo do Estado com o idoso em uma condição futura de fragilidade e os efeitos provocados pelo exercício de uma cidadania mais ampla, que compreende direitos e deveres que permitem a participação na vida social e política.

Na tentativa de apresentar um quadro panorâmico sobre as políticas públicas direcionadas aos idosos na Paraíba, reconhecemos que serviços e espaços ficaram à

margem da nossa análise. O recorte realizado aconteceu por motivações subjetivas – enfoque concedido pela pesquisadora, com destaque para a vivência coletiva dos participantes da pesquisa – e objetivas – ações políticas estaduais que atingem um maior contingente de idosos.

Diante disso, embora suas ações sejam contraditórias e passíveis de questionamentos – devido aos seus limites práticos na sociedade –, em certo sentido, o governo tenta dar conta de múltiplas situações, demandas e idades, partindo da heterogeneidade da pessoa idosa. Mas, de fato, o que pensam e desejam os idosos? No tocante às políticas públicas estaduais, o desdobramento para o que seria o outro lado da moeda – idosos paraibanos – contribui para explicitar aspectos favoráveis das ações desenvolvidas e, por outro lado, aqueles ainda não contemplados para a pessoa idosa na atualidade.

5.3 Participantes de Grupos e Associações: Quem São? O que Aspiram para Si e para os Outros?

Durante a experiência de lançar um olhar mais sensível e pontual sobre a velhice – a velhice enquanto experiência individual e coletiva, o idoso enquanto sujeito social – a pesquisadora impregna-se de tal modo dos aspectos que norteiam o objeto de pesquisa, que aspectos referentes ao tema parecem estar correntemente no seu entorno. Imersa na busca de entendimento do ser “idoso” e “aposentado” (ou beneficiário da política pública – BPC – que, no senso comum, é identificada como aposentadoria), deparei-me com uma situação que suscitou reflexões e questionamentos. Durante uma recente experiência profissional na Universidade Aberta à Maturidade¹⁷ (UAMA – UEPB/Campina Grande), ministrando a disciplina “Sociologia – Educação e Sociedade”, indaguei sobre os aspectos motivadores para inserção dos idosos nesse projeto inovador na realidade paraibana. Cada um, dos quase 40 (quarenta) alunos presentes, elaborou suas falas pontuando elementos de ordem privada/pessoal. Infância/adolescência marcadas por dificuldades que impossibilitaram estudo, casamento, filhos, viuvez e o advento da aposentadoria foram recorrentes nos discursos dos idosos. Destacamos, contudo, que as falas a respeito da proximidade da aposentadoria e de tudo aquilo que a circunda revelaram aspectos com teor negativo,

¹⁷ A UAMA que oferece o curso “Educação para o Envelhecimento Humano”, duração de quatro semestres, para indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos.

associados à depressão, distúrbios psicológicos, ansiedade, busca de um novo “sentido” para os anos vindouros, preencher o vazio que o passado ora “ativo” havia deixado como herança no presente.

Houve um depoimento, em especial, que conferiu notoriedade e é o responsável por esse relato de uma experiência de pesquisa “fora do lócus da pesquisa” aqui discutida. Aos 65 anos, uma aluna da UAMA, quando se dispôs a falar sobre si, destacou particularidades da sua trajetória de vida, assim como os demais, e, ao final da sua apresentação, disse com veemência: “Por fim, sou professora! Só não estou na ativa”. Por muitos anos afastada das atividades docente, contudo, contrapondo-se aos discursos anteriores dos seus companheiros de turma, nos quais a identidade profissional foi diluída e, em alguns casos, se perdeu com o forte demarcador/distintivo que se tornou a aposentadoria na vida desses interlocutores, essa idosa não fala de um passado, mas de algo que marca sua experiência de vida no presente, uma profissão que foi e é parte do seu “ser” subjetivo. Identidade permanente e passível de ser construída, portanto.

Desta forma, o exercício de esclarecer para si e perante a sociedade como nos reconhecemos (“quem sou?”) e o que almejamos (“o que quero?”), historicamente, não se trata de algo tão elementar quanto supúnhamos. O critério da subjetividade, aliado aos dispositivos impostos pela sociedade, condiciona esse (re)conhecimento do indivíduo, orientando-se por múltiplas variáveis: Gênero, geração, profissão, escolaridade, estado civil são algumas perspectivas que podem ser acionadas nesse processo de identidade individual e coletiva.

Idosos inseridos em Centros de Convivência – lugares, por excelência, que possibilitam expressões de sociabilidade geracional – e em Associações – tradicionalmente vinculadas a ações de engajamento/militância de viés político – são os sujeitos da nossa pesquisa. Teórica e empiricamente heterogêneos, portanto, vislumbram e se apropriam desses espaços de forma diferenciada, muitas vezes, (des)construindo o que vem a ser um “membro representativo” de cada grupo.

Na medida em que possui um público-alvo com limite mínimo de idade¹⁸ estabelecido, a partir dos 60 anos de idade, os Centros de Convivência são lugares que estimulam a inserção de idosos. Os participantes das atividades propostas pelos Centros

¹⁸ Os Centros pesquisados revelaram que permitem a participação de indivíduos abaixo dos 60 anos. A procura “precoc”, a partir do entendimento dos marcos etários definidores do Centro, acontece, geralmente, devido a situações de depressão e/ou da necessidade de reinserção social.

de Convivência pesquisados explicitam, de forma semelhante, experiências de cunho individual e coletiva. Conforme previamente discutido, são espaços que favorecem práticas de interação geracional, ampliando as possibilidades de vivenciar a velhice nos dias atuais.

Como consta nos apêndices do presente trabalho, pesquisamos e registramos imagens no Centro de Convivência em Campina Grande, em períodos e com objetivos diferenciados. No ano de 2008 e entre os anos de 2013-2015. Dois tempos em um mesmo universo de pesquisa nos disseram muito. O que muda? O que permanece? Os sujeitos entrevistados são outros, as contingências da vida os levaram para outros caminhos. Os tempos mudam e, com eles, as necessidades, políticas desenvolvidas, gestores, perspectivas. Contudo, recordando as práticas, discursos, gestos e expressões de afetividades, reconhecemos que as motivações, desejos e aspirações são semelhantes. Desta forma, quem são esses participantes e o que os leva a sair diariamente dos seus lares para encontrar outros indivíduos?

A experiência da aposentadoria – no sentido da inatividade da vida do trabalho – rearticula projetos de vida, através de novas atividades e possibilidade de lazer que, talvez, o tempo ativo não permitiu em outros momentos da vida. Assim, um dos elementos percebidos nos discursos dos entrevistados, participantes dos Centros, é a rejeição por regras, compromissos “inadiáveis”, imposições. Os Centros possuem suas regras: horários, formas de conduta cordial com os companheiros e equipe profissional, adequação ao ambiente, de forma geral. Contudo, não há obrigação em participar de atividades determinadas e, se delas participar, não há compromisso em permanecer, em estar sempre presente.

Minha vida é tão boa. Graças a Deus tenho saúde, não 100%, mas é boa. Não tenho preocupação, vou pra onde eu quero, não tenho que dar satisfação a ninguém. Eu sou lúcida mesmo, faço o que quero, vou pra onde quero, sei o que tô fazendo (Dona Fátima, 62 anos, Informação Verbal).

Isso aqui, pra mim, eu tô vivendo a infância que não tive. Porque eu não tive infância. Tô vivendo a juventude também que eu não tive, e assim eu tô vivendo todos os momentos que eu não tive na época de ter, eu tô vivendo agora. No Centro de convivência. Pra mim, é muito bom, é ótimo (Dona Guia, 61 anos, Informação Verbal).

De acordo com Cerqueira (2014, p. 60): “Os velhos não estão mais trancados em quartos escuros nem escondidos em suas casas com pouquíssima visibilidade social,

como ocorria no passado. O momento é outro. O velho está na cena social”. Constatase ainda atividade na (in)atividade. Contudo, são novas formas de “trabalho” e estas se orientam de acordo com as aspirações atuais. Os anseios, surgidos muitas vezes como exigências de um passado que não permitiu a sua realização, no momento presente, permitem e ainda possibilitam a flexibilidade de horários e exigências sociais. Já passaram a vida seguindo padrões, modelos, assinando “os pontos” característicos do mundo do trabalho. É chegada a hora de ressignificar as práticas e criar formas de ter acesso àquilo que outrora foi negado. Ou seja, tentar viver com o mínimo de restrições e imposições possíveis.

Participo de quase todas as atividades. Dança, hidro, musculação, todas essas atividades eu participo. Antes, até os 60 anos, eu só cuidava dos netos, tinha cuidado dos filhos também. Mas, depois dos sessenta, pronto. Cada um tome conta dos seus filhos, porque eu não tenho mais idade, a minha idade é pra ser diferente, eu tenho que procurar outras coisas. Antes me convidavam aí eu dizia: ‘Posso não, minha filha, que eu tenho meus netos pra cuidar’. Mas isso não é bom não, você tem viver a sua vida, como eu, a partir dos 60, comecei a viver a minha vida, graças a Deus estou aqui né? Nessa idade de 74 anos e feliz (Dona Severina, 74 anos, Informação Verbal).

Bom é que a gente tem a liberdade de cantar, de brincar e também de descansar, né? Porque já trabalhamos muito, agora os jovens é que façam pra gente. Mesmo assim, com muitos problemas de saúde eu não reclamo da vida pra mim, a vida é um dom muito bom que Deus deu pra gente e que a gente sabia aproveitar o quanto puder (Dona Rosa, 69 anos, Informação Verbal).

Desta forma, reconhecemos que a manutenção e/ou atualização de projeto de vida torna-se essencial para melhor vivenciar a experiência da velhice. Para além das propagadas noções impregnadas de perspectivas disciplinadoras que “preenchem o tempo” dos idosos que os Centros assumem, na medida em que estabelecem atividades diárias/fixas, os participantes cotidianamente também reinventam tais espaços. Frequentam os mesmos com a finalidade de estabelecer novos vínculos afetivos, construir – em alguns casos, pela primeira vez! – sua própria rotina diária, desenvolver habilidades físicas e manuais, socialização diversa (passeio, conversas, jogos), adquirir novos conhecimentos. Em relação à experiência feminina nesses espaços, Salgado afirma (2002, p. 16):

Contrário ao que comumente se acredita, este período de vida pode ser tão ou mais frutífero e agradável do que o resto da vida de muitas

mulheres. Viver ou estar só não significa sempre que uma mulher idosa esteja em solidão. A habilidade que as mulheres têm em estabelecer e manter amizades e de desfrutá-las, desenvolvem bem em toda a sua vida e, particularmente, na velhice. Essa capacidade para estabelecer e manter amizades e relações com familiares, amigos, vizinhos e outros, pode ser uma adaptação à solidão da velhice. Pode ser uma maneira de dar um sentido de identidade positivo e de desenvolver novos papéis.

Essa experiência traduz-se em uma forma de conviver com seus semelhantes, sem excluir outras atividades cotidianas. Trata-se, dessa forma, de uma modalidade de resistência, expressa pela busca da satisfação das necessidades e/ou desejos subjetivos, que revela que: “Eu estou aqui e ainda posso e quero fazer mais”.

Tem muita gente que critica, mas eu achei minha vida depois dos sessenta melhor do que quando eu era mais jovem eu vou pra onde quero, a gente tem direito a coisas que antigamente não existia e agora tá existindo. Acho que agora a velhice. ‘Velho lá presta’, presta sim! Eu valorizo muito porque tenho minha mãe também com noventa e seis anos. Porque eu cheguei a essa idade já pela graça, eu nunca pensei em chegar nem nos 50, mas graças a Deus estou com 74 é muita coisa. E por isso eu agradeço a Deus (Dona Severina, 74 anos, Informação Verbal).

Pra mim, é uma alegria muito grande, é uma satisfação muito grande, porque renovou a minha vida. Se não fosse, talvez, tanta amizade e apoio, eu não estaria mais viva, porque a doença que eu tive era pra ser mesmo arrasadora. Mas com a glória de Deus, eu sai (Dona Guia, 61 anos, Informação Verbal).

Quando sai lá do Ceará, o pessoal não me dava muito tempo de vida. Eu peguei uma depressão muito grande por muitos problemas. Quando eu passei participar daqui, eu cheguei a dizer: ‘Meu filho, eu tô viva’. Aqui, voltei a viver, que não tinha mais vontade de viver. Pra mim, tanto fazia morrer hoje, como morrer amanhã. Aqui a gente canta, a gente dança, a gente brinca, a gente conversa... porque tem muitas pessoas aqui que precisa assim de companhia, de conversar. Então até brincar com um jogo de baralho, ajuda muito as pessoas. Eu ajudo também como voluntária, dou aula de frivolidé, já dei bordado, crochê, que eu faço tudo (Dona Rosa, 69 anos, Informação Verbal).

A intrínseca vinculação dos Centros ao poder público limita a compreensão desse espaço no sentido de um movimento político espontâneo, “de classe para classe”, no sentido marxista da expressão. Contudo, podem ser entendidos enquanto formas de resistências cotidianas que idosos acionam para se colocar na sociedade e reivindicar

seu espaço, de forma atuante e “livre” de imposições sociais que demarcam o que deve ou não ser a forma adequada de viver, inclusive, a velhice.

Não sabem os jovens que nós vivemos e estamos vivendo, talvez, o que eles nunca viverão. Então, pra mim, eu só tenho alegria hoje. É tanto que eu falo pra um jovem quando ele debocha, eu digo: ‘Meu filho, talvez, você não vive o que eu vivo’. Eu tenho prazer, eu viajo, eu tenho uma turma que gosta de mim, eu tenho amigos, eu tenho uma casa, eu tenho apoio, se eu precisar de saúde, tem quem me apoie (Dona Guia, 61 anos, Informação Verbal).

No campo educacional, já é um consenso tratar o acesso ao conhecimento como um aspecto transformador na realidade dos indivíduos. Institucionalizamos e cristalizamos esse ato de “conhecer”, visto que o status social é atribuído àquele que “adquire” conhecimentos através de algum ambiente normatizado para tal fim. A educação, contudo, acontece de formas diferenciadas e, de acordo com Freire (1996, p. 33) “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Ou seja, não é uma via de mão única. São múltiplas possibilidades que podem perpassar esse processo, entrelaçando-se e formando novos caminhos de acesso a esse conhecimento pretendido.

No capítulo anterior, observamos a fala de Dona Francisca, que revelou ter reconhecido a televisão como uma “faculdade”, porque foi através desse instrumento que teve acesso à possibilidade de conhecer novas formas de comportamento, linguagem e hábitos. Assim, a ânsia por conhecer é um aspecto presente e, talvez, o eixo de sustentação principal que os participantes da pesquisa acionam quando procuram e permanecem nos espaços específicos. Saímos do lugar comum em associar os Centros de Convivência como um espaço eminentemente permeado por práticas lúdicas e de entretenimento, estendendo a compreensão desse espaço como um ambiente predisposto também ao acesso ao conhecimento. Conhecimento esse que não se dá somente através de instituições tradicionais – com suas salas de aula, cursos, palestras, etc. –, mas da apropriação de novas práticas de sociabilidade (CABRAL, 2002).

O Centro, pra mim, é tudo. Até mesmo com o outro a gente aprende e desopila demais (Dona Francisca, 68 anos, Informação Verbal).

E todos os dias nós temos que aprender alguma coisa, aqui é um aprendizado, que é muito bom, porque às vezes as pessoas chegam aqui querendo ter depressão, as pessoas chegam e não tem com quem conversar e vem pra cá. Tem como conversar, tem como colocar suas alegrias e suas tristezas, né? E aqui eu sou assim: eu canto, eu danço,

faço graça, faço raiva, eu faço o que eu gosto (Dona Maria, 65 anos, Informação Verbal).

Nos seus discursos, observam-se também demonstrações de reivindicação de direitos, utilizando os próprios espaços de inserção para tanto. Nesses termos, a questão política é presente e intrínseca aos Centros. São espaços oriundos do poder público, com toda uma equipe de funcionários para a manutenção das práticas que devem ser exercidas, e, portanto, há um contato direto com gestores e ações políticas executadas, inclusive, para solicitar melhorias para o espaço para seu usufruto atual e dos demais participantes, além de vislumbrar benefícios para as futuras gerações.

Quando queremos alguma coisa, chamamos a coordenadora e falamos: ‘Olha, a gente tá precisando disso assim e assim’. Por exemplo, a alimentação é boa, tudo bem, tem o lanche, mas falta vim frutas que não veio mais. Falta vim muitas coisas, porque todo dia é biscoito. E tem muitos que estão em regime e não fazem o regime. Somos ouvidos em algumas coisas, outras não, porque depende lá da Secretaria (Dona Rosa, 69 anos, Informação Verbal).

Aqui tem um lanche, uma alimentação, mas poderia ser melhor. O Brasil é rico, o Brasil tem condições dos idosos. Porque você sabe que a maioria da população são idosos, os idosos agora estão chegando a 70 anos a 80 anos e não era assim, agora tá, tem muitas coisas boas, mas também ainda precisa de muito coisa pra dizer assim: eu tô feliz porque eu cheguei na minha velhice e eu chego num canto e sou bem atendida, sou bem recebida, eu posso comprar uma medicação, a gente não pode fazer uma dieta, tudo muito caro, a gente chega nos postos de saúde, muitas vezes não tem aquele remédio. Então, tem as dificuldades. Tem as dificuldades e as bondades e assim a gente vai caminhando. Mas dizer que tá bom, bom...tem pessoas que acham, eu não acho. Precisa melhorar mais, porque o Estado tem condições de dar mais assistência à gente (Dona Maria, 65 anos, Informação Verbal).

Nesses espaços, os participantes atuam como cidadãos que, acima de tudo, reconhecem a necessidade do acesso ao conhecimento sobre seus direitos e deveres para que, posteriormente, possam reivindicar a execução destes. Cursos e palestras nos próprios Centros, além da participação em eventos e Conferências possibilitou a ampliação das informações sobre essa temática.

Eu não gosto muito de palestra, mas depende... Se for uma palestra construtiva é comigo mesma. Porque gosto muito de aprender sou muito curiosa (Dona Francisca, 68 anos, Informação Verbal).

A gente participa porque é um conhecimento é uma troca, troca de conhecimento. Sobre os direitos dos idosos, nós temos a questão da passagem, não paga passagem, e também sempre que a gente entra no ônibus, as pessoas que entendem, dá o lugar, porque sabe que a gente é prioridade né? E também tem no nosso Estatuto, nosso direito do idoso (Dona Severina, 74 anos, Informação Verbal).

A gente vai nas Conferências e também se apresenta lá. O bom é a gente ficar bem informado sobre os direitos do idoso. Que idoso não pode só ficar dentro de casa esperando ser mandado por filho ou por neto. Não pode ficar só. O idoso dentro de casa trancado, só cuidando de neto, e sem poder sair, né? Que não pode. O idoso tem que ficar em casa só se tiver doente. Mas com saúde e disposição tem que sair. Tem que ir pras danças, pros encontros dos idosos. Eu me sinto muito bem e mais informada (Dona Fátima, 62 anos, Informação Verbal).

Participei de Conferência do Idoso. Foi muito bom porque esclareceu muitas coisas pra nós, que somos leigos. Tem muita coisa que esclareceu. Foi muito bom. Eu gosto. É uma coisa que me dá prazer. Deixa a gente mais consciente do tema, né? Uma coisa que faz a gente conhecer aquilo que não sabia. Então é muito bom (Dona Guia, 61 anos, Informação Verbal).

Os Centros são de “convivência” e, portanto, agrupam pessoas com trajetórias de vida e aspirações atuais distintas. Assim, estimulam o lazer, mas este pode se converter também em um engajamento, uma resistência, um novo modo de viver. De acordo com os relatos, o espaço é reconhecido de diversas maneiras: refúgio contra depressão, promoção de bem-estar e mobilidade física, sociabilidade, formação de vínculos, atividades físicas e culturais, manutenção da vida ativa, acesso ao conhecimento. Desta forma, favorece possibilidades de exercício de empoderamento, autonomia, cidadania, educação, socialização. Quando questionados sobre os interesses que aspiram enquanto benefício coletivo, há uma convergência para as questões relacionadas à garantia do direito a saúde, à proteção social, ao respeito intergeracional e no acesso a bens e serviços de forma prioritária.

O Estatuto até agora está bom. Não tenho crítica pra fazer na política. Não gosto muito de politicagem. Mas eu achei uma coisa boa foi isso, a passagem e outra é que nós como idosos somos respeitados. Eu sinto muito respeito. Por exemplo, se você tá numa fila, manda você passar, porque é nosso direito garantido, aí não tenho nada o que dizer não (Dona Severina, 74 anos, Informação Verbal).

Buscar ter uma melhor condição de vida, de atendimento, porque os atendimentos de hoje são muito difícil. Aí, a gente espera assim que tivesse melhores condições de vida, na saúde, que tivesse mais

atenção na saúde e proteção dos idosos (Dona Rosa, 69 anos, Informação Verbal).

Eu gostaria que os idosos tivessem mais melhoria de atendimento médico, que eles vissem mais o idoso com os olhos do coração, não com o desprezo que geralmente o povo olha pra um idoso. Desprezo. Sei que tem muito idoso que não tem, por isso, eu gostaria que melhorasse na saúde. O atendimento médico.... mais isso. Os ônibus, que muitas vezes, os motoristas debocham, acham que não vai ficar velho, que melhorasse isso aí. Também no atendimento ao idoso, tivessem mais respeito porque, às vezes, é falta de respeito mesmo (Dona Guia, 61 anos, Informação Verbal).

O caráter de engajamento, tradicionalmente atrelado aos núcleos associativos, diverge dos elementos lúdicos e de sociabilidade, vinculados aos Centros. Entretanto, a aparente polaridade entre politização de um grupo e despolitização do outro, respectivamente, é limitada. Há mais clivagens/gradações perceptíveis nas entrelinhas dos discursos e práticas. O ser engajado/politizado/ativista não surge apenas no interior das associações e sindicatos, mas na própria forma cotidiana de resistência ao modelo posto de estar idoso na atualidade, percebida nos Centros. Isso também é fazer política.

Associações de Idosos e Centros de Convivência, conforme já vimos discutindo, são espaços com propostas diferenciadas. Desde a forma de inserção, objetivo, atuação e “modalidades” de permanência – membro ou participante – não há semelhanças visíveis nas práticas. Considerando que as associações compreendem outras categorias – aposentados e pensionistas – o que une tais espaços e torna possível estar alinhado em torno de um único estudo, é o seu público-alvo: idosos. Visto que, embora se reconheça a participação de indivíduos com idade inferior, a presença mais significativa é dos que possuem idade igual ou superior a sessenta anos.

Apontar as aspirações atuais e futuras de idosos inseridos em Associações revela não só a experiência individual/subjetiva daquele que fala. Mas culmina por explicitar aspectos relativos à sua postura de interlocutor de um coletivo, enquanto representante deste. É idoso! Vivencia experiências enquanto tal. Entretanto, vai além. É um idoso que também se coloca como “protetor” dos demais, devido a sua formação acadêmica e profissional, além do atual engajamento/militância, de viés político, nas associações que integram.

O nosso caso aqui é mais lutar em benefício dos outros. A gente não vive aqui pensando na gente não que salário a gente não tem. A gente vem com aquele desejo de ver se melhora mais os outros do que a

gente, porque pra gente é só um prazer (José Fernandes, 76 anos, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

A gente vem dos movimentos sindicais, e vê que, sozinho, a gente não chega a lugar nenhum. Sozinho não chega a lugar nenhum (José Pereira, 70 anos, Presidente AAPI CG. R., Informação Verbal).

Estar na presidência é uma satisfação, um prazer. É um trabalho filantrópico, a gente não ganha nada. Ao contrário, muitas vezes a gente tem que investir um pouco em determinadas ocasiões. É uma contribuição. É uma ajuda para aquelas pessoas menos esclarecidas porque, no geral, os membros lá são pessoas assim que não são muito esclarecidas, não tem muito conhecimento, então, a gente vai dando uma ajuda pra eles (Edmilson Argino, 67 anos, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

A observação durante as reuniões ordinárias das associações explicitou, entre os participantes, expressões de pertencimento a uma “categoria” de idosos e aposentados. Jurandir Pereira, 79 anos, sócio fundador da CENIPA, afirmou em uma das reuniões: *“Essa casa, a gente precisa dela. Mas a associação deve crescer ordenada, com disciplina”*. A ordem e disciplina demonstradas nesse discurso são referentes à ausência de associados nos encontros mensais e nas atividades propostas pelas Associações, algo que acontece de forma semelhante em Campina Grande. Dos quase 500 (quinhentos) associados, os registros de presentes não chegam a 10% nas reuniões, o que demonstra desmobilização crescente nesses espaços. A diminuição nas taxas de filiação se dá também pela não-identificação e/ou não adesão à causa, ou ausência de informações sobre os aspectos que fundamentam as associações. Além disso, em cada mês, por morte ou afastamento voluntário, constata-se diminuição no número de associados.

Os associados não são muito participativos não. Aqui, nas reuniões, você viu que é muito pouca gente. Mas no final de ano não falta ninguém. Tem gente que traz até a família. A distribuição de brindes e até cesta básica. A gente faz tudo pra agradar, mas o povo só vem na hora que tem mais benefício (José Fernandes, 76 anos, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

Daqui, acolá a gente dá um passeio, dá um presente, ovo de páscoa, vai em João Pessoa. Aí dá uma despesa, mas eles são beneficiados. Os que nunca vieram aqui, não são beneficiados com nada e também não dão despesa nenhuma (Severino Ferreira, 80 anos, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

A análise dos representantes sobre o cotidiano dos espaços revela dificuldade para a continuidade de ações coletivas entre todos os associados, que é a finalidade da entidade. Dito isso, questionamos: são espaços que estabelecem relações utópicas, imaginadas, criadas? Ou são exclusivamente espaços de sociabilidade? Devido ao individualismo crescente, observam-se expressões de desengajamento social, dificuldade de articulação coletiva.

Não tem perspectiva de ter êxito nas reivindicações não. Eu acho que só tem um ponto bom pra se resolver: é reivindicar. É a rua, um grupo de dois mil, três mil, cinco mil aposentados. Mas os aposentados não fazem isso não. A gente faz uma mobilização na praça, panfleto, anuncia, aí quando você chega lá, nem a diretoria tá toda. Quatro ou cinco pessoas, é vergonhoso. ‘Ah, rapaz, não adianta nada, o governo faz o que quer’. Mas não é assim não. O governo não faz o que quer não. No nosso regime, o governo tem o poder de fazer alguma coisa, mas a população é quem manda (José Pereira, 70 anos, Presidente AAPI CG. R., Informação Verbal).

Um item importantíssimo que eu sempre digo a eles que eles não pensem só em ter benefícios materiais de retorno, eles pensem que tem um conjunto de pessoas ali, próximo a eles, que são os presidentes das federações, aí vem o pessoal da COBAP, aí vem esses políticos que trabalham conosco, eles tem todo um conjunto de pessoas trabalhando em prol deles. É isso que eu acho muito importante. Muitas vezes, eles não têm o conhecimento que lá em Brasília tem um grupo de pessoas trabalhando em benefício da causa deles. É isso é o que eu acho mais importante. Se não existissem as associações não existia essas pessoas trabalhando, procurando resgatar os direitos desses idosos. Isso, na minha avaliação é o principal. Não é você ter alguma coisa material com a associação não (Edmilson Argino, 67 anos, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

Devido a essa dificuldade do reconhecimento das entidades enquanto grupos de pressão, que podem coletivamente reivindicar algo, os diretores revelam que as Associações, na conjuntura atual, se tornaram mais próximas a instituições assistencialistas, que mediadoras de direitos sociais, visto que os associados reivindicam e os diretores possibilitam cursos de informática, distribuição regular de alimentos – através de parceiras com prefeitura e banco de alimentos do SESC –, fisioterapia, atendimento jurídico. No cotidiano dos núcleos, não observa-se a prática de mobilização contínua, mas apenas em situações limites, como corte e reformas nos benefícios. Conforme relatado pelas diretorias, os demais membros comparecem quando há incentivos, através de brindes, doações, passeios, lanches, viagens. Os indivíduos

recém-filiados também demonstram a procura pelo espaço com o mesmo objetivo. Um dos associados é pessimista quanto à atuação da entidade:

A gente não consegue nada não. Isso aqui, pra falar a verdade, porque eu não gosto de mentir, porque eu não sou político, mas a gente não resolve nada não. É só pra enganar o povo e eu não sei enganar ninguém. A gente fica prometendo, prometendo, eu não vou prometer nada. Não sou político. É difícil pra gente conseguir, aqui não consegue (Severino Ferreira, 80 anos, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

Na questão sobre o acesso a bens e serviços, o que é mais reivindicado no interior das entidades, pelos associados, é um melhor atendimento na saúde e segurança pública, além de evitar mais perdas na renda previdenciária, já bastante defasada ao longo dos anos. Inclusive, essas são os temas mais recorrentes, que se tornam pautas de discussões nas reuniões ordinárias.

A forma de engajamento permanente acontece através da participação dos representantes nos Conselhos do Idoso e de Saúde, a nível municipal e estadual. Essa é a forma encontrada para um diálogo mais próximo com o poder público local, na medida em que a COBAP se responsabiliza pelo posicionamento representativo da categoria nas instâncias superiores existentes no país. Diante desse panorama, os diretores afirmam:

Conselho de Saúde é faz de conta. Uma opinião, uma ideia, de uma associação de aposentados, grupos de aidéticos, sindicatos de trabalhadores rurais não vale nada. As ideias lá, as propostas só são aprovadas se for dos sindicatos dos médicos, a federação dos hospitais, das universidades. Esses aí, qualquer coisa que você disser, são aprovadas. Porque beneficia eles. E o pior é que nós não temos a quem reclamar. Vai reclamar a quem? Ministério Público? As propostas de usuário não tem validade, não são aceitas, mas qualquer posta do grupo deles é aprovada. Tem isso não, qualquer ideia, bota em prática logo. Porque se for pra melhorar a situação dos usuários, fica ruim pros médicos (José Pereira, 70 anos, Presidente AAPI CG. R., Informação Verbal).

Nós dialogamos mais com o poder público local no sentido da nossa participação conjunta com os órgãos que tem afinidade com isso também. Em muitos ambientes que participamos, se encaminham muitas propostas, mas na realidade, são muito poucas aproveitadas é tanto isso é uma verdade que se discute um determinado assunto hoje e daqui a cinco, seis anos, a gente tá discutindo o mesmo assunto, a pauta é quase a mesma. É porque não são atendidos... é muito pouco atendido as reivindicações que se faz. Isso não só aqui, mas em

diversas instâncias que a gente participa, não é muito ouvido, quase que não volta, aquilo que se propõe. Mas é interessante estar presente sempre mostrando realmente que nós não estamos satisfeitos, não estão acreditando na gente, mas a gente tá consciente e firme dizendo: ‘Nós estamos aqui, não estamos satisfeitos, que temos essas preocupações e os nossos aposentados precisam realmente que sejam resolvidas essas questões’(Edmilson Argino, 67 anos, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

De vez em quando aparece alguma coisa pra gente arranjar alguma coisa pro idoso, mas não consegue nada não. Eu fiquei como suplente nos Conselhos, já pra não ir. O que é colocado nos Conselhos, pra dar certo, é muito difícil. Se for coisa com política, ainda é mais problemático porque com política só tem mais é conversa (Severino Ferreira, 80 anos, Tesoureiro AAPI CG. R., Informação Verbal).

Os espaços que ocupam, destacados nos relatos dos diretores, são as instâncias dos Conselhos. Contudo, apontam para a ineficácia desses instrumentos, na medida em que pautas são mantidas por longo período, sem avanços e soluções, prevalecendo sempre as propostas das entidades representativas do poder público. Mesmo diante desse cenário pouco transformador da realidade atual, revelam que se faz necessária a presença e atuação nesses espaços, demarcando o lugar do idoso na sociedade.

Como demonstrado ao longo do capítulo, os direitos dos idosos são assegurados por leis, que possuem como finalidade a preservação da dignidade humana desses indivíduos. Diante disso, os idosos que frequentam as associações reconhecem que passaram a ter mais acesso a esse conhecimento específico – seus direitos e deveres enquanto cidadãos – após a inserção no espaço.

Antes eu era desligado, pra ser sincero, eu era desligado dessa questão de direitos do idoso. Eu não vivia isso, não visualizava isso. Apenas, a única coisa que tinha com relação ao idoso era o respeito que todos nós temos que ter, respeito normal de pessoas mais novas com os idosos. Mas agora, depois que eu comecei a conviver com isso, também com o Estatuto do Idoso, aí então, eu passei a viver melhor com isso, me dar bem com isso, querer atuar nisso aí, porque temos a legislação e temos as pessoas que precisam receber os benefícios dessa legislação. Então, eu associo três coisas: Primeiro, o respeito a gente deve ter aos idosos; Segundo, a legislação que tem, que dá condições da gente trabalhar em prol do idoso; e terceiro, é fazer com que o idoso receba esses direitos (Edmilson Argino, 67 anos, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

O que a gente tá precisando nesse país é respeito, é educação, é moral pra poder se viver bem. Respeitando os direitos dos outros, mas as leis é feita justamente pra ver se obriga, como foi feito o Estatuto do Idoso. Se não existisse o Estatuto do Idoso, a gente tava ferrado em

todos os sentidos, porque ninguém ia dar direito de nada. Nem atenção, porque na verdade, é um classe que é discriminada, o idoso, a gente pensa que não, mas aqui, acolá ele é discriminada (José Fernandes, 76 anos, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

A noção de “direito adquirido” tornou-se um “conceito impreciso”, no contexto sociopolítico atual. A Previdência Social e todos os elementos que se desdobram dela, por exemplo, não se constitui enquanto um direito “imune” a emendas e alterações, que culminam por restringir sua atuação. Daí, os idosos, enquanto cidadãos que convivem com formas de pressão social limitada – sem poder de greve ou paralisações – tem que reinventar as formas de resistir e enfrentar condições desfavoráveis que se apresentam no cotidiano. O incentivo é que essa categoria “apareça” no cenário social. Lute cotidianamente e não abandone a sistemática postura de exigir aquilo que lhe é assegurado.

O que gostaria de mudar na realidade era... Olha, isso só faz parte da natureza divina, mas seu queria que os aposentados fossem forte, lutador, corajosos, fazer reivindicação, ir pra rua, lutar pelos seus direitos. Nós somos uma categoria, que nós quem trabalhamos, nós quem costuramos essa nação. Nós que construímos estrada, construímos hidrelétricas, edifício, nós é quem construímos essa cebola todinha (José Pereira, 70 anos, Presidente AAPI CG. R., Informação Verbal).

Com discurso de viés politizado, os participantes da pesquisa demonstram que entendem esse momento que vivenciam na condição de membros de associação e, de forma mais ampla, como idosos e aposentados, como uma realização pessoal. O momento atual é a recompensa pelos anos trabalhados e que, agora, podem usufruir o “sonho” da aposentadoria.

O bom é a liberdade, porque quem trabalha sabe que você tem que ter horário a cumprir, tem obrigações a cumprir, até chatices a ouvir. Porque quem trabalha sabe que tem tudo isso em qualquer setor de atividade humana. Então, você vive isso sonhando com a aposentadoria (José Fernandes, 76 anos, Presidente CENIPA, Informação Verbal).

Pra mim, trabalhar e chegar na época de pedir a aposentadoria, se aposentar, é maravilhoso. Maravilhoso porque você venceu na vida (José Pereira, 70 anos, Presidente AAPI CG. R., Informação Verbal).

Eu acho que a gente chegar à fase de se aposentar, esse estágio, no meu entendimento e no meu caso é de uma alegria, de uma satisfação, um agradecimento primeiramente a Deus de conseguir chegar até aqui e depois é o olhar para trás e no meu caso que saí de uma família humilde, chegar aonde cheguei ,e me lembrar, de maneira humilde, que eu deixei um legado (Edmilson Argino, 67 anos, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

De categoria de idosos e aposentados com reduzido poder de “negociação” em relação ao poder público, na medida em que se reúnem em núcleos associativos e espaços de sociabilidade, tornam-se um coletivo *ativo*, que podem redefinir práticas e diferenças socioeconômicas e culturais, viabilizando trocas de saberes e experiências.

Como diz a canção: *“Vem, vamos embora, que esperar não é saber, Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”*. A noção de “participação” que aqui apresentamos é ampla. Desdobram-se no estar presente, no envolvimento nas atividades propostas, na adesão voluntária aos espaços, nos membros que viabilizam a manutenção das entidades, nos interlocutores que a representam, entre outros. Nesse sentido, o ser politizado e engajado não acontece apenas no interior das Associações, nos Centros de Convivência também visualizamos expressões de participação envolvida e atuante, para além do que seria a proposta inicial. Assim, concordamos quando Azevedo afirma que:

A mesclagem do lazer com a política é entendida como estratégia que vem possibilitando a construção de novas formas discursivas e representações, decorrentes de novas subjetividades, conformando grupos que aglutinam idosos/as com motivações diversas (2010, p. 247).

Nesse sentido, discutimos esse idoso, que se insere em Centros e Associações, através de uma perspectiva holística: as formas de inserção, sociabilidade, saúde, família, dignidade, acessibilidade, conhecimento, lazer, cidadania. A partir desse entendimento, reconhecemos que esse ator social é coletivo e dinâmico (MOTTA, 2014), daí porque priorizamos a análise das relações individuais e coletivas estabelecidas nos seus espaços de sociabilidade.

Vida. Viver é uma palavra-chave que sintetiza as aspirações dos participantes da pesquisa. Ao longo dos anos, elencaram experiências múltiplas, que condicionaram os modos de visualizar a si próprios, suas relações com o outro e com a sociedade circundante. No tempo presente, ressignificam espaços, tradicionalmente reconhecidos sob perspectivas cristalizadas – ora restrita ao meio lúdico e da sociabilidade, ora ao

engajamento politizado. Contudo, ao assimilar a prática cotidiana do empoderamento – que não se realiza de forma súbita, mas trata-se de um processo contínuo, de autoconhecimento, de emancipação de si – a identidade já foi e é permanentemente construída. Nesse espaço atual ela pode ser redimensionada, reatualizada. Trazem elementos de uma vida, de um modo de ser e lutam por demandas específicas, próprias às exigências individuais e coletivas para melhor viver. Assim, a percepção sobre os idosos participantes de grupos e associações, enquanto sujeitos de “si”, com suas experiências passadas e projeções vindouras, condiciona novas formas de vivenciar a velhice na atualidade. Trata-se, portanto, de uma permanente construção de um novo sujeito individual e coletivo que se revela no dinâmico plano das relações sociais.

5.4 Poder Público e Sociedade Civil: Limites e Perspectivas das Demandas e Ações

“Tudo na vida política envolve poder: quem o detém, como é alcançado e o que fazem com ele” (GIDDENS, 2012, p. 699). Esse entendimento sobre “política” relacionado ao poder que o sustenta, nos leva a questionar: o poder público considera as demandas apresentadas pela sociedade civil ou desenvolve suas ações de forma arbitrária?

Com a finalidade de contextualizar inicialmente essa questão, apresentamos dois espaços que não foram incluídos na discussão. Segundo a Coordenação da Política Estadual do Idoso, alguns canais específicos são utilizados pelo Governo do Estado da Paraíba para que as demandas dos idosos sejam conhecidas e, dentro das possibilidades, atendidas. Um desses canais são as Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa. Na atual gestão, foram realizadas duas, nos anos de 2011 e 2015. É a partir das Conferências, que os idosos participantes apresentam suas demandas para o Estado e este vai priorizando aquelas que são possíveis de serem executadas, destacando as competências específicas de cada ente da federação. Nesses encontros, além de indivíduos interessados e que atuam em torno do público-alvo, há a presença de idosos oriundos de grupos, Centros de Convivência, associações, Pastoral da Pessoa Idosa, entre outros, que se posicionam diante das questões que são apresentadas no local. Muitos deles “fardados” com camisas dos grupos que participam. Esse fato revela que muito mais do que “fazer corpo”, a vestimenta identifica e confere unidade ao grupo, integrando-os em um sentimento de pertencimento.

Para além das Conferências, existe outro canal relevante de participação popular na Paraíba, o Orçamento Democrático Estadual, implantado pela atual gestão, desde 2011. É através desse instrumento que, anualmente, a população elenca as prioridades de demandas existentes nos municípios que estão inseridos, além de poder dialogar diretamente com o governador, durante a realização das plenárias. Nesses momentos coletivos, o governador e toda sua equipe de secretários estaduais vão até os municípios sede de cada região, para escutar a população e, a partir daí, sistematizar o que é mais emergencial e possível de ser fazer, diante do orçamento anual. A coordenadora afirma que os idosos que solicitam a fala durante as plenárias, geralmente, estão representando um coletivo, seja grupo de idosos, movimentos sociais, associações, etc.

Por exemplo, em São Mamede, município do Sertão Paraibano, da sexta região geoadministrativa do Estado, compareceu um grupo de idosos do CRAS, do serviço de convivência, para apresentar qual é a demanda daquela população. Nesse caso, apresentaram que havia a necessidade da construção de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos. A fase seguinte desse processo do Orçamento Democrático é sistematizar todas as demandas e encaminhá-las para suas pastas específicas. A partir disso, o Estado repassou recursos para a Prefeitura de São Mamede para a construção da instituição demandada. E assim aconteceu em Mari. Em Sousa, o governador já ia fazer e agora assinou a Ordem de Serviço e em Guarabira solicitaram o Cidade Madura (Gabrielle Vasconcelos, Coordenação da Política Estadual do Idoso, Informação Verbal).

Conforme tratamos anteriormente, cada ação política realizada está baseada nas leis específicas. Contudo, reconhecemos que a peculiar presença dos idosos nas Conferências e plenárias atuou como uma forma de estar em contato direto com os gestores estaduais e municipais, afirmando suas necessidades atuais e futuras e pressionando-os quanto à resolução das mesmas. Fato que, segundo o poder público, já beneficiou idosos em várias regiões do Estado. Por motivações justificadas, não inserimos o ODE e as Conferências na análise do tema aqui abordado, mas citamos tais instrumentos para destacar outros espaços que a pessoa idosa possui para se posicionar diante do poder público estadual.

A participação do idoso é bem importante. É difícil uma participação de uma forma mais organizada, mais legitimada porque tem uma boa parte desses idosos que preferem dança, passeio, mas tem outra parte que... Nós temos o Centro de Convivência no Castelo Branco tem idosos bem ativos, que atuam como representante dos usuários do

Na realidade paraibana, o Governo do Estado estabelece maior contato com idosos inseridos em grupos – nos CSU's e no Centro de Convivência –, na medida em que as ações ali desenvolvidas são cotidianas, diferentemente do contato com as ILPI's, que já possuem equipe profissional atuando e a interferência do poder público se dá na fiscalização e incentivo a projetos. O caso do “Cidade Madura” é peculiar. O Governo mantém o condomínio e toda a estrutura funcionando, contudo, são os moradores do condomínio que estabelecem suas atividades individuais ou coletivas no espaço. Assim, diante dessas possibilidades de contato direto com a população idosa, a Coordenação relata as potencialidades de uma maior atuação dos idosos nos espaços que ocupam.

Os relatos apresentados nos itens anteriores explicitaram as formas pelas quais os idosos exigem o cumprimento dos seus direitos: dialogando com servidores e gestores, apontando as necessidades que se apresentam no cotidiano, através da participação nos espaços, bem como em eventos e Conselhos. Um dos questionamentos que norteou a presente pesquisa procurou investigar se atuação dos idosos em espaços coletivos – Centros de Convivência e Associações –, influencia na elaboração/execução de políticas públicas para a pessoa idosa. Constatou-se, portanto, uma busca por:

... desvendar a intrincada relação entre Estado e movimentos sociais urbanos. Concebe-a não como uma relação apriorística e estatisticamente polar, mas como um processo que, no desenrolar da interação entre ambos, leva à transformação das partes envolvidas e da própria relação (GOHN, 1993, p. XIII).

Estudos sobre a articulação “Estado e movimentos sociais” regularmente explicitam elementos que atuam sobre (e entre) essas esferas: poder, resistência, estratégias, direitos, deveres, coletividade, entre outros. Assim, através da interação que se desenvolve, torna-se possível a assimilação de múltiplos elementos, que condicionam alterações significativas entre as partes envolvidas, inclusive, nos discursos e práticas sociais.

Em um Estado democrático de direito, a Constituição que rege o país possui como uma das finalidades a consolidação da cidadania, através do exercício de direitos que possibilitam ao cidadão a participação plena na sociedade. No caso do idoso, esse entendimento se torna significativo, visto que no Brasil e na Paraíba, o envelhecimento

coincide com um quadro de crises, que são múltiplas: parco atendimento na saúde, infraestrutura urbana inadequada, transportes públicos incompatíveis com as demandas apresentadas, por fim, dificuldade em visualizar, de forma holística, esse sujeito social que nasce e se avulta no cenário social.

Para dar conta desse contingente populacional crescente e as necessidades que acompanham tal ampliação, o poder público estadual paraibano tem percorrido por vertentes específicas de atuação. O depoimento de um dos participantes da pesquisa esclarece parte dessas ações desenvolvidas:

No Estado tem sido feitas coisas positivas pelos idosos, sem dúvida nenhuma. Pelos idosos no modo geral. A verdade tem que ser dita, vamos ser sinceros. O governador Ricardo Coutinho e o prefeito Ricardo Coutinho, quando era, ele tem construído, sem dúvida nenhuma, muitos espaços nessa nossa capital pra facilitar a vida e permanência do idoso em vários locais dessa capital. Nós temos que ser honestos e sinceros. Ele é muito trabalhador. Tô dizendo isso pra ser honesto. É reconhecimento. E são espaços bons, não são coisas arrumadas. São espaços bons, condizentes e dignos pra pessoa usar, pra pessoa idosa. Isso tem acontecido e está acontecendo sempre na nossa capital. Convivência e habitação, com todas as condições necessárias para a pessoa: desde a atividade física, aos médicos, aos psicólogos, aos nutricionistas, com toda a equipe necessária para oferecer uma condição ao idoso. Existe isso aí realmente na capital (Edmilson Argino, 67 anos, Presidente FAAPI-PB, Informação Verbal).

O reconhecimento do entrevistado, quanto às ações políticas executadas pelo atual gestor, demonstra uma espécie de síntese do que foi feito, ao longo do tempo, para os idosos na capital do Estado. Estímulo às relações de sociabilidade, práticas de atividades físicas e sensoriais, acesso a atendimento multiprofissional, são elementos relevantes e que cumprem parte das leis que asseguram os direitos desse segmento. O espaço público é o lugar do encontro, do diálogo, e um dos deveres do Estado, é oferecer tais espaços para os cidadãos. Segundo Bauman: “Para o indivíduo, o espaço público não é muito mais do que uma tela gigante sobre a qual as preocupações privadas são projetadas sem perderem, apesar da magnificação, a condição de particularidades” (2008, p. 140). Então, possibilita o sentido de coletivo, ao passo em que preserva também a subjetividade.

Por outro lado, quando discutimos sobre políticas públicas, devemos também problematizá-las, visto que elas nascem com a finalidade de minimizar desigualdades, por vezes, históricas, que acompanham homens e mulheres. Por outro lado, podem ser

entendidas também enquanto instrumento que reproduz essas desigualdades, na medida em que há noções de superioridade/inferioridade entre quem oferece a ação e quem a recebe. Contudo, ainda que geralmente associadas à “benesse” ou “deve moral” do Estado, as políticas públicas são ações asseguradas por normativas que devem ser desenvolvidas para melhor inserir o indivíduo na sociedade.

Nesse sentido, há políticas *para* os idosos e há políticas *dos* idosos. Conforme foi discutido em momentos anteriores, os grupos de idosos, muitas vezes, são expressões da chamada “Política da terceira idade”, que visa ocupar o tempo livre dos participantes e/ou exercer tutela sobre eles. Numa sociedade cuja lógica discursiva está pautada no estímulo à vida ativa como padrão ideal, a inatividade é associada à preguiça, indolência, ócio, como aspectos negativos. Conforme afirma Franch (2016), o tempo ocioso é percebido como tempo perigoso. Se o indivíduo não trabalha, nem exerce nenhuma atividade, ele apenas “absorve” e se “aproveita” dos benefícios possibilitados pela população que está na ativa. Contudo, ultrapassamos esse entendimento sobre essas “políticas *para* idosos” desenvolvidas. Embora esses espaços sejam pensados e mantidos pelo poder públicos, são também “políticas *dos* idosos”, visto que a velhice e/ou a aposentadoria rearticula projetos, expressões de trabalho e lazer, que talvez, o tempo ativo não permitiu em outros momentos da vida. Essa nova forma de viver o coletivo refine práticas e discursos do que é *estar* idoso na atualidade.

Em uma das sessões do primeiro capítulo deste estudo, a discussão foi norteadas pela questão: “Associações e Grupos: Espaços de Sociabilidade ou de Articulação Política?”. Cotidianamente, quase como uma exigência imperativa, temos a necessidade de definir as palavras, enquadrar sujeitos, classificar espaços através de suas características mais perceptíveis, o que nos leva a sustentar maniqueísmos simplistas e que não dão conta da realidade. A fundamentação em pesquisas prévias, que se debruçaram sobre agrupamentos semelhantes, condicionou tal classificação dual do “isso ou aquilo”. Contudo, a realidade empírica, dotada de nuances e permanentemente em construção, dilui esse entendimento, na medida em que rejeitamos tratar esses espaços como pólos cristalizados, sem possibilidades de transformação dos sujeitos e ressignificação dos próprios espaços ao longo do tempo. Desta forma, os espaços são, concomitantemente, de sociabilidade e de articulação política. A atuação “política” atua como consciência e (re)conhecimento da cidadania do sujeito. Então, são cidadãos, no sentido pleno da palavra, que gozam do direito de participar da vida política, inclusive,

ocupando espaços e reivindicando a melhoria dos serviços prestados. Essa espécie de controle social acontece:

Principalmente pelo fato de que, quando o governo põe em prática qualquer política pública, ele está utilizando para isso, dinheiro público obtido nas mais diversas formas de arrecadações de impostos junto aos contribuintes, sendo necessariamente uma constante prestação de contas para com a população. Por outro lado, é inadmissível esquecer que o controle social sobre o uso de recursos é de responsabilidade da sociedade, cabendo a ela ser ativa ou passiva diante dos fatos (MARQUES et al, 2010, p. 20).

Na conjuntura atual, a noção de “direito assegurado” se torna instável, visto que emendas e reformas podem reduzir consideravelmente a extensão das competências legais do poder público. As leis são abstratas e discutíveis, frutos de contextos sociais e podem ser modificadas de acordo com interesses específicos. Além disso, existem leis “escritas” e “não escritas”. O que isso quer dizer? A existência de leis para amparar a velhice, por si só, é um dado a ser considerado: o idoso precisa de leis para ser acolhido na sociedade. Quando falamos em leis, falamos nas situações-limite que viabilizaram a criação das mesmas. Por exemplo, denúncias sobre maus-tratos contra os idosos ainda são contínuas. Isso nos revela muito, na medida em que permanecem dificuldades para conviver com o idoso. Existe, portanto, uma distância entre a “letra” da lei e a promoção que se faz em torno dela. E sobre leis não escritas? Além dos incômodos revelados nas entrelinhas dos discursos e visíveis através das práticas sociais, há um movimento empenhado em reduzir garantias duramente conquistadas. Daí porque questionamos também o discurso de que o poder público promove estímulo à participação e controle social. Em qual dimensão essa participação e “controle” são permitidos? Analisando a noção de participação através dessa perspectiva, ponderamos que nas instâncias mantidas pelo poder público, a participação acontece *até* onde o Estado permite. É necessário democratizar os espaços, estimulando a efetivação de instâncias consultivas e deliberativas, como é o caso dos Conselhos, Conferências, espaços de diálogos nos Centros e CSU’s. Contudo, essa participação e controle social acontecem ainda sob a tutela do Estado, que, ao manter essas estruturas, as trata como peças do jogo político, o que culmina por inibir expressões de autonomia dos sujeitos sociais.

Contudo, como forma de resistência, o associativismo entre idosos enquanto instância coletiva, converte-se também em busca pelo cumprimento das leis que amparam seus direitos, uma vez que “Quando um grupo social reconhece suas

necessidades, é através de sua participação na esfera política que se viabilizará a transformação das necessidades em direitos” (BOARETTO; HEIMANN, 2015, p. 108). Daí decorre a relevância da participação dos idosos nesses núcleos de atuação geracional, para amplificar sua voz na sociedade.

Entretanto, a manutenção de estruturas coletivas e o engajamento social é algo complexo. No cotidiano atual das associações, por exemplo, constata-se um processo de “desmonte” dos núcleos após a conquista de certos direitos sociais, a baixa adesão nas atividades permanentes e a diminuição no registro de filiação das entidades. Esse fato contribui para atualizar a reflexão sobre o período de crescimento de interesse coletivo nesses espaços, durante a luta em torno dos 147%. Após esse importante momento político e social para a categoria, as associações observaram desinteresse crescente no número de filiação. As demandas também foram ressignificadas ao longo do tempo. O que pode ser reconhecido como um movimento contra hegemônico em um momento sócio histórico, em outro, pode ser utilizado como instrumento para manutenção de estruturas de poder, na medida em que o Estado assimila parte do discurso oriundo da “categoria” para justificar ações em prol da pessoa idosa. Houve, desta forma, um movimento organizado e politizado ou apenas deu conta de uma demanda emergencial? Para além dessas questões, entendemos que esse movimento de engajamento é formado por processos construídos permanentemente, sujeitos a contradições internas, devido à composição heterogênea das entidades, que contribui para o surgimento de diferentes formas de ação coletiva, face ao Estado.

Embora demonstrem um sentido de unidade, o caráter heterogêneo perpassa os espaços de atuação coletiva – Centros e Associações, por exemplo – explicitando demandas diferenciadas, além das variáveis de gênero, classe social, escolaridade, estado civil, entre outros. Os interesses não são comuns, porque os sujeitos derivam de diversos lugares e trajetórias, mas compartilham um momento, uma idade, uma construção sociocultural.

Por fim, questionamos: a inserção/participação de fato acontece ou existe sob uma forma de submissão aos padrões institucionais, demonstrando pouca influência na mudança de ações oriundas do poder público? Acontece, mas de maneira limitada, na medida em que as demandas são consideradas e executadas de acordo com “orçamentos”, prioridades e “programas de governo” de cada gestão.

Partindo da realidade do contexto paraibano, o desenho da pesquisa realizada procurou analisar práticas dos sujeitos participantes em espaços sediados nos dois

municípios com maior população de idosos e, concomitante a isso, obteve levantamento das políticas públicas para a pessoa idosa distribuídas nas quatorze regiões geoadministrativas em que o Estado está dividido. Diante disso, foi possível reconhecer idosos atuantes, de acordo com suas necessidades subjetivas e demandas coletivas, além de um poder público que tende a entrever uma população crescente e específica que exige, cada dia mais, um olhar e uma prática diferenciada nos bens e serviços sociais.

A sociedade civil, Estado, família: todos têm responsabilidade para com o idoso. E, ele mesmo, percebe a necessidade de se posicionar diante de um sistema excludente e que dificulta as relações entre os indivíduos, especialmente, os que estão em situação de vulnerabilidade social. Não são indivíduos isolados, mas sujeitos coletivos. Assim, ainda que em meio às limitações impostas pelo poder público, através do crescimento demográfico, das formas de resistência e atuação nos espaços citadinos que frequentam – *lócus* da pesquisa empreendida – há o reconhecimento da pessoa idosa enquanto protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... Não existiria velhice sem envelhecimento e não haveria envelhecimento sem o tempo. Assim, nas entranhas de todos os textos desta obra pulsa o tempo, o tempo da escritura, o tempo da leitura, o tempo necessário – diria Lacan – entre o instante de olhar, o tempo para compreender e o momento de concluir”.
(GAUDÊNCIO, 2010, p. 11)

A tentativa de concluir sempre é algo complexo. Geralmente, nos deparamos com duas situações: incorrer no risco de delimitarmos ou elevarmos excessivamente os resultados e contribuições da pesquisa. A título de justificação, pontuamos nesse momento do texto ora apresentado, os desdobramentos da pesquisa, problematizando-as, e sintetizamos alguns dados analisados.

O presente estudo objetivou analisar o eixo de sustentação das políticas públicas direcionadas à população idosa do Estado da Paraíba, entre os anos de 2003 ao primeiro semestre de 2015 e, ao mesmo tempo, perceber como os paraibanos em idade considerada idosa se inserem nesse conjunto de ações deliberadas pelo poder público, a partir da experiência de estar idoso e participar de grupos e associações no contexto social da atualidade.

O nosso objeto compreendeu espaços da sociedade civil (Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos e Centros de Convivência) e do poder público, no contexto paraibano. Para tanto, empregamos a metodologia pautada na pesquisa qualitativa, na medida em que os métodos e técnicas utilizados são específicos, próprios à orientação metodológica selecionada e oferecem maiores possibilidades de investigar nosso objeto através de múltiplas perspectivas.

No momento de reflexão e escrita do projeto trabalhamos com a perspectiva de protagonismo na (e da) velhice no contexto de idosos inseridos em espaços coletivos formados essencialmente pelo segmento. Desde o início, houve a afirmação de que eram “Senhores/as de Si”, que expressavam sua “voz” e “vez” através da atuação engajada. Essa perspectiva demonstrava um viés muito “positivado” de uma prática que *ainda* pretendia conhecer e investigar. Então, a abordagem inicial realizada já carregava consigo uma perspectiva afirmativa, sem espaço para problematização. Isso aconteceu devido às influências que as observações prévias do campo, aliado ao acesso aos

estudos teóricos que analisavam objeto semelhantes através desse entendimento afirmativo, proporcionaram. Recordamos, nesse momento, Bourdieu, quando afirma que “o mundo intelectual deve entregar-se permanentemente à crítica por todos os abusos de poder ou de autoridade cometidos em nome da autoridade intelectual ou, se preferirmos à crítica pelo uso da autoridade intelectual como arma política” (2001, p. 38).

A pesquisa empírica, com a inserção no campo de estudo, e o aprofundamento bibliográfico, trouxeram junto consigo questionamentos que nos afastaram das afirmações “convictas” de outrora, ainda que propensas a discussão, e nos aproximaram de indagações sistemáticas, quando nos deparávamos com dados dissonantes da perspectiva inicial. Seriam eles “Senhores/as de Si”, de fato, no sentido da autonomia e participação social? E se fossem, os seus interlocutores realmente expressam demandas de uma coletividade ou falam apenas por “si”? Para expressar sua “voz” (demandas) e assegurar sua “vez” (direitos e deveres), há necessidade real de serem reconhecidos enquanto membros de um agrupamento de idosos? E estando nestes, há espaços de atuação garantidos? Esses foram alguns questionamentos feitos ao longo da investigação.

Embora tenha elaborado cronogramas, planejado ações, fases sucessórias para desenvolver a pesquisa, o campo nos apresentou a possibilidade de rever hipóteses pré-concebidas e formular novos caminhos a percorrer. Muito do que foi pensado e planejado sofreu modificações durante o processo empreendido. Conforme já foi dito, a teoria caminhou, simultaneamente, nesse caminho de (re)descobertas, contribuindo para orientar a investigação.

Nesse momento, relembremos a análise desenvolvida por Agamben quando afirma que: “Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (2009, p. 62-63). Nesta perspectiva, Agamben discorre que a atividade científica deve buscar desvendar o que está nas sombras, na penumbra do vivido no momento presente, e que quase não é perceptível sem o processo metodológico, que nos impele a novos questionamentos. Ainda que imersos na obscuridade do desconhecido, nos lançamos na investigação do nosso objeto de pesquisa, em busca do conhecimento, na tentativa de desvendá-lo.

Em meio às contradições e estimulados pelo caráter investigativo, nos inserimos em um campo de estudo diferenciado e, ao mesmo tempo, familiar, devido à trajetória

particular de pesquisar o tema central “velhice” desde a graduação. Entretanto, cenários diferenciados e “inéditos” na vivência de pesquisa, possibilitaram uma imersão mais investigativa, em detrimento de uma postura mais “convencida” de conhecimentos adquiridos previamente. Percorremos tais espaços, compostos pela sociedade civil, representada pelas Associações e Centros de Convivência, e pelo poder público, revestidos desse caráter eminentemente investigativo e atento às minúcias do campo: discursos, práticas, repetições e omissões. Cada ação ou ausência desta, antes de constituir-se enquanto “perda” de informação relevante, incorporou-se à pesquisa, tornando-se dado considerado na análise.

A velhice constitui-se em uma categoria que é percebida socialmente através de uma perspectiva dicotômica: ora é associada à solidão, inatividade, doença, decrepitude e à proximidade com a morte, ora é exaltada pela experiência de vida, liberdade, sabedoria e expressões de sociabilidades que possibilita aos seus indivíduos. Tendem a desconsiderar, portanto, que a velhice é uma experiência heterogênea. Os sujeitos que vivenciam essa condição social, ao inserirem-se nos espaços de sociabilidade que investigamos, carregam consigo tanto a vivência particular, quanto a marca desses estereótipos, ora desconstruindo-os, ora sustentando-os, reafirmando através das práticas e discursos.

A análise dos relatos dos participantes da pesquisa revelou significativos aspectos relacionados à sua experiência de vida, passada, atual e expectativa de futuro, em meio à dinâmica social. Reconstroem sua trajetória de vida, se inserem em grupos e contextos específicos, estabelecem relações de sociabilidade geracional e reivindicam a garantia dos seus direitos e deveres. A exigência pelo cumprimento desses elementos acontece não apenas enquanto sujeitos assegurados por uma lei específica, mas, antes de tudo, como cidadãos que podem e devem atuar em uma sociedade.

O recorte temporal para a análise das políticas públicas executadas no Estado da Paraíba compreendeu o período de 2003 ao primeiro semestre de 2015, por motivações justificadas. Ao longo desse tempo, os gestores executaram medidas, ações e serviços que priorizaram os artigos do Estatuto do Idoso que versam sobre lazer, cultura e entretenimento, a exemplo dos grupos de idosos em CSU's e em Centros de Convivência. Política habitacional, de amparo às Instituições de Longa Permanência para o Idoso e de combate à violência são apontadas como políticas bem-sucedidas, que fogem à promoção constante de atividades de lazer e entretenimento. Ainda que reconhecendo a relevância dessas ações, nos questionamos sobre a ausência de medidas

relacionadas aos outros itens do Estatuto, tão relevantes quanto esses, citadas por idosos que não residem em ILPI's, nem nos condomínios, mas que convivem diariamente com dilemas sociais. A omissão e/ou menor atenção, por exemplo, no tocante às demandas apresentadas na melhoria do atendimento na saúde, no transporte público, e das condições de vida, tais como relações intergeracionais mais equânimes, nos levou a problematizar os limites dessas políticas desenvolvidas. Esses foram os itens que os idosos apontaram como serviços insuficientes e falhos no atendimento e que também estão dispostos no Estatuto como prioridade e competência do poder público (Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade – Art. 10; Direito a Saúde – Art. 15; Do Transporte – Art. 39,40). Uma prática mais contundente para a promoção, de forma igualitária, a esses bens e serviços, contribuiria para uma melhor inserção do idoso no conjunto da sociedade e não apenas em espaços específicos, como por exemplo, quando se estimula o atendimento médico nos Centros e nas associações, de forma diferenciada.

As ações destacadas nos capítulos que compõem esse estudo revelaram que houve certa ampliação nas políticas públicas direcionadas à pessoa idosa na Paraíba, a partir da gestão atual do Governo do Estado, desde 2011. Ainda que reconhecendo os limites dessas ações, que foram apontados, inclusive, pelos idosos participantes da pesquisa, o fato de um gestor possibilitar maior espaço para os idosos na sociedade, é um dado a ser discutido. Não entrando no mérito do “estilo” de governar de cada indivíduo e suas pretensões que fazem parte do jogo político, após quase dez anos de Estatuto do Idoso é que se pôde vislumbrar novos espaços e serviços para essa população. Quais as motivações que condicionaram o surgimento desse conjunto de ações? Além da maior visibilidade social que o Estatuto do Idoso foi adquirindo, o aumento do contingente populacional é um elemento significativo. O Censo do IBGE realizado no ano de 2000 revelou que a população paraibana acima de 60 anos atingia 10,1%, ao passo que, em 2010, houve um aumento e alcançou 11,9% (IBGE, 2014). Assim, a ampliação de contingente populacional desdobra-se em acréscimo no número de indivíduos inseridos em espaços e explicitam demandas por bens e serviços específicos. Desta forma, esses idosos “aparecem” cada vez mais no cenário social.

Como uma “vitrine amostral” para o poder público, os Centros de Convivência, bem como as associações que congregam majoritariamente idosos, revelam múltiplas demandas desse sujeito social. O relato de Dona Rosa, quando afirma: “*Eu também existo*”, expressa o grito: “*Eu estou aqui, quero ser reconhecida e viver da forma que desejo*”. Ou seja, em qualquer espaço que atue, deseja se manter partícipe da sociedade.

Assim, entendemos que a atitude de estar presente, inserido, participando das atividades e apontando as fissuras do poder público, trata-se de uma forma de engajamento, de autonomia, de empoderamento, de processo formativo que não se finda, mas que se mantêm enquanto expressão de resistência ao tradicional modelo de “ser/estar velho”. Portanto, de acordo com a proposta aqui apresentada, são “senhores/as de si”.

O que foi observado e relatado sugere, então, que as práticas foram resignificadas e atualizadas, em ambos os espaços de sociabilidade estudados, visando à permanência e atuação dos membros nos ambientes. Em análises prévias e estudos teóricos, focalizamos nosso entendimento no fato de que nas Associações, os membros agiam em torno de um projeto de vida para garantias presentes e futuras, de cunho engajado, em prol de um coletivo e, por outro lado, os participantes dos Centros desejavam “viver o agora”, desfrutar a vida e aprender no presente. Antes de sustentar tais considerações prévias, carregadas de concepções preconcebidas, a análise dos dados nos mostrou, entretanto, que, embora reconheçamos as diferenças marcantes em cada espaço, os participantes de ambos desejam assegurar direitos, dignidade, reconhecimento de si perante os outros. E tudo isso: vida, dignidade e reconhecimento são elementos subjetivos. Cada indivíduo elabora e aspira as expectativas que melhor lhe aprouver. Portanto, procuram de forma diferenciada espaços e práticas que possibilitam condições para isso.

A elaboração do presente texto procurou apresentar os resultados da pesquisa de forma lenta e pontual, estruturando-o de forma sistemática. Nesse contexto, os dados teórico-empíricos produzidos, bem como os aspectos metodológicos utilizados foram progressivamente apresentados. Consideramos que a discussão dos resultados contribuiu para que houvesse o entendimento sobre questionamentos iniciais e, ao mesmo tempo, possibilitou que novas interrogações fossem incorporadas ao longo do processo investigativo, visto que ao articular teoria e realidade empírica, as questões problematizadas na pesquisa não se esgotam no presente texto, podendo estimular outras abordagens e investigações.

Por fim, ao tecer algumas considerações a respeito do referido estudo empreendido, destacamos que o sustentáculo sobre o qual a pesquisa foi desenvolvida, pautada na realidade paraibana, através da análise das políticas de Estado formuladas e sobre a participação de idosos, teve como finalidade oferecer novos prismas sobre o sujeito social “idoso”, que explicita diferentes formas de sociabilidade, inserção, engajamento, participação, de acordo com mudanças engendradas na sociedade atual.

Sujeitos, portanto, que atuam sobre a sociedade, bem como estão suscetíveis a condicionamentos sociais, representados pelo Estado e suas ações político-sociais. Assim, aliando experiência individual e coletiva às estratégias de inserção cotidianas, reconhecemos que a contribuição da pesquisa foi refletir que a emancipação do idoso, no sentido político e social do termo, está sujeita a perspectivas sobre seu passado, vivências atuais e aspirações futuras, revelando uma identidade construída permanentemente, nas formas de ser, agir e pensar enquanto indivíduo na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AZEVEDO, E. L. **Um palco de múltiplas vozes:** a nova invenção dos/as idosos/as em luta pela cidadania. Universidade Federal da Bahia/Salvador, 2010 (Tese de Doutorado).

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico:** contribuições para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROS, M. M. L. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 113-168.

_____. **Trajetória dos estudos de velhice no Brasil.** Sociologia, nº 52, 2006

BAUMAN, Z. Crítica – privatizada e desarmada. In: **A sociedade individualizada.** Vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 129-141.

BEAUVOIR, S. **A Velhice.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

BERQUÓ, E. Considerações sobre o Envelhecimento da População no Brasil. In: DEBERT, G. G.; NERI, A. L.. **Velhice e Sociedade.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1999.

BERREMAN, G. D. Etnografia e controle das impressões em uma aldeia dos Himalaia. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org). **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990, p. 122-174.

BOARETTO, R. C.; HEIMANN, L.S. Conselhos de Participação de idosos e estratégias de participação. In: VON SIMSON, O. R. de M.; NÉRI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.) **As Múltiplas faces da velhice no Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2015, p. 105-126.

BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: VON SIMSON, O. R. de M.; NÉRI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.) **As Múltiplas faces da velhice no Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2015, p. 79-104.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. Ilusões e conhecimento. In: BOURDIEU, P. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 31-43.

_____. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, P. et. al. **A Miséria do Mundo**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Por um conhecimento engajado. In: BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**: por um movimento intelectual social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 36-45.

_____. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983a. p. 112 – 121.

_____. Algumas propriedades do campo. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983b, p.119-126.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R (org). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983c.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional do Idoso**. 1. ed. Brasília: 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2007.

CABRAL, B.E.S.L. **Recrutar Laços**: Estudo Sobre Idosos e Grupos de Convivência nas Classes Populares Paraibanas. UNICAMP: Campinas, 2002 (Tese de Doutorado).

_____. A vida começa todo dia. In: In: MOTTA, A. B. (org.). **Dossiê Gênero e Velhice**. Revista de Estudos Feministas. UFRJ: Rio de Janeiro. v. 5. n. 1, 1997, p 129-139.

CERQUEIRA, M. B. O que pode a velhice? Ressignificações contemporâneas do envelhecer. In: D’ALENCAR, R. S.; DIEDERICH, M. V. (Orgs.) **Velhice Saudável**: múltiplos olhares e múltiplos saberes. Ilhéus, BA: Editus, 2014, p. 59-73.

COHN, A. Prefácio. In: JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEBERT, G. G. Metamorfoses da velhice. **Agenda Brasileira** – Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.542-553

_____. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. (Org). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 49-68.

_____. **A Reinvenção da Velhice**: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

DELGADO, J; TAVARES, M. S. (Trans) versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar de mulheres e idosos. In: **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia/MG, v. 25, n. 2, Jul./Dez. 2012, p. 373-394.

DEMO, P. Demarcação científica. In: DEMO, P. **Metodologia Científica nas Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1981. p. 13-28.

DOLL, J. Luto e Viuvez na Velhice. In: FREITAS, E. V. de et al. (Orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, v., 2002. p. 999-1012.

ECKERT, C. A saudade em festa e a ética da lembrança. In: MOTTA, A. B. (org.). **Dossiê Gênero e Velhice**. Revista de Estudos Feministas. UFRJ: Rio de Janeiro. v. 5. n. 1, 1997, p. 182-192.

ESTATUTO SOCIAL. **Estatuto da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Paraíba**. Campina Grande, 2004.

FERREIRA, M. L. M. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: BARROS, M. M. L. (Org). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 207-222.

FRANCH, M. **Tardes ao léu**: uma etnografia sobre o tempo livre entre jovens de periferia do Recife. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

FREITAS, M. C.; QUEIROZ, T. A.; SOUSA, J. A. V. **O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos**. Rev Esc Enferm USP, 44(2), 2010, p. 407-412.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

G1 PARAÍBA. **Condomínio exclusivo oferece refúgio para idosos na Paraíba.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/condominio-exclusivo-oferece-refugio-para-idosos-na-paraiba.html>>. Acesso: 18 de Novembro de 2015.

GAUDÊNCIO, E. Prefácio. In: **Terceira idade: comportamento, gênero e estilo de vida.** Curitiba: Editora CRV, 2010.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

_____. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2009.

GOHN, M. G. **Histórias dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros.** 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GOLDENBERG, M. **A bela velhice.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Ricardo entrega Centro Social Urbano recuperado no Geisel.** Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-entrega-centro-social-urbano-recuperado-no-geisel/>>. Acesso: 18 de Março de 2016.

_____. **Inscrições para Projeto Acolher terminam na próxima sexta-feira.** Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/inscricoes-para-projeto-acolher-terminam-na-proxima-sexta-feira/>>. Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Instituições para idosos têm até dia 23 para inscrição no Projeto Acolher.** Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/instituicoes-para-idosos-tem-ate-dia-23-para-inscricao-no-projeto-acolher/>>. Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Ricardo garante políticas públicas para melhorar vida de idosos.** Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/ricardo-garante-politicas-publicas-para-melhorar-vida-de-idosos/>>. Acesso: 18 de agosto de 2014.

_____. **Maranhão cria Delegacia e idoso ganha gratuidade em ônibus intermunicipal.** Disponível em: < <http://paraiba.pb.gov.br/maranhao-cria-delegacia-e-idoso-ganha-gratuidade-em-onibus-intermunicipal/>>. Acesso: 14 de agosto de 2014.

HADDAD, E. G. M. **O direito à velhice:** os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A ideologia da velhice.** São Paulo: Cortez, 1986.

HEREDIA, V. B. M. O envelhecimento no século XXI e os desafios das políticas públicas. In: D'ALENCAR, R. S.; DIEDERICH, M. V. (Orgs.) **Velhice Saudável:** múltiplos olhares e múltiplos saberes. Ilhéus, BA: Editus, 2014, p. 19-22.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf#page=62 > Acesso em: 10 de outubro de 2014.

JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas:** demandas por saneamento básico e saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LARANJA, A. L. Estatuto do Idoso: Ampliação e Alargamento dos Direitos Humanos na Sociedade Brasileira. In: LEMOS, M. T. T. B; ZAGAGLIA, R. A. (Orgs.). **A arte de envelhecer:** saúde, trabalho, afetividade e Estatuto do Idoso. Aparecida, SP: Ideias & Letras: Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 35-50.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia, 3. ed., 1984.

MARQUES, J. B. P.; MARQUES, R. O; MEDEIROS, M. U. F et all. Reflexão sobre Programas de Políticas Públicas para Idosos. In: MOTTA, V. L. B. (Org.). **Terceira idade:** comportamento, gênero e estilo de vida. Curitiba: Editora CRV, 2010.

MELO, J. A. B. **Guardiões da Memória e do Esquecimento: O Caso dos Velhos Narradores da Cruz do Deserto.** Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2010 (Dissertação de Mestrado)

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAGAS MORAGAS, R. **Gerontologia Social:** Envelhecimento e qualidade de vida. 3. Ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

MOTTA, A. B. O futuro do envelhecimento no Brasil. In: D'ALENCAR, R. S.; DIEDERICH, M. V. (Orgs.) **Velhice Saudável: múltiplos olhares e múltiplos saberes**. Ilhéus, BA: Editus, 2014, p. 29-43.

_____. “Chegando pra idade”. In: BARROS, M. M. L. (Org). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 223-235.

_____. Viúvas: o mistério da ausência. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 7, p. 7-34, 2005.

_____. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: **Cadernos PAGU**, nº 13. Campinas, 1999, p. 191-221.

_____. Palavras e Convivência – Idosos, Hoje. In: MOTTA, A. B. (org.). **Dossiê Gênero e Velhice**. Revista de Estudos Feministas. UFRJ: Rio de Janeiro. v. 5. n. 1, 1997, p 129-139.

NEVES, L. F. B. Corpo, Velhice, Projeto e Neoliberalismo. In: VILHAÇA, N.; GÓES, F.; KOSOVSKI, E. (orgs.) **Que corpo é esse?** Novas perspectivas. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. V. et al (Orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara; Koogan, 2002, p. 2-12.

PEIXOTO, C. E. Nova Política Francesa para o Envelhecimento: Le Bien Vieillir. **Ciência & Trópico**. Recife. v. 32. n. 2. 2008, p. 163-182.

_____. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhice, velhote, idoso, terceira idade.... BARROS, M. M. L. (Org). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 69-84.

_____. Introdução: Processos diferenciais de envelhecimento. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Histórias de mais de 60 anos. In: In: MOTTA, A. B. (org.). **Dossiê Gênero e Velhice**. Revista de Estudos Feministas. UFRJ: Rio de Janeiro. v. 5. n. 1, 1997, p 129-139.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Anuário Estatístico da Previdência Social 2004: Evolução Histórica da Previdência Social**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeaps-2004-anuario-estatistico-da-revidencia-social-2004-apresentacao>>. Acesso: 18 de Janeiro de 2016.

RANCI, C. Relações difíceis – A interação entre pesquisadores e atores sociais. In: MELLUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROCHA, S. M.; GOMES, M. G. C.; LIMA FILHO, J. B. O protagonismo social da pessoa idosa: emancipação e subjetividade no envelhecimento. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.) **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p.1030-1035.

SALGADO, C. D. S. Mulher idosa: a feminização da velhice. In: **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, UFRGS, v. 4, 2002, p. 7-19.

SOARES, C. L. R. **Entre viver para si e viver para os outros: envelhecimento feminino e individualização**. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2013 (Tese de Doutorado).

SILVA, K. R. **Velhice e Alteridade: a Relação entre os Asilados e as “Senhoras da Caridade”**. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa/PB, 2012 (Dissertação de Mestrado).

_____. **A imagem da perda: experiências de viuvez na velhice**. Universidade Federal de Campina Grande: Campina Grande/PB, 2009 (Trabalho de Conclusão de Curso).

SIMMEL, G. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). In: SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 59-82.

SIMÕES, J. A. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, M. M. L. (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 13-34.

SINGLY, F. de. O nascimento do “Indivíduo Individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. et al. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.13-19.

STEPANSKY, D. Velhice, Imaginário e Cidadania. In: VILHAÇA, N.; GÓES, F.; KOSOVSKI, E. (orgs.) **Que corpo é esse?** Novas perspectivas. 2. ed. Rio de Janeiro: Maudad, 2012.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TOURTIER-BONAZZI, C. de. Arquivos: propostas metodológicas. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 233-245.

VELHO, G. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

NOME	IDADE	GRUPO	LOCAL NASCIMENTO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	SITUAÇÃO CONJUGAL	SITUAÇÃO PREV.
D. Severina	74 anos	CCI (JP)	João Pessoa/PB	Ensino Fund. Incompleto	Dona de Casa	Viúva	Pensionista
D. Rosa	69 anos	CCI (JP)	Fortaleza/CE	Ensino Fund. Incompleto	Artesã	Viúva	Pensionista
D. Maria	65 anos	CCI (JP)	Catolé do Rocha/PB	Ensino Superior	Assistente Administrativa	Casada	Aposentada
S. Araújo	67 anos	CCI (JP)	São José da Lagoa Tapada/PB	Ensino Superior	Técnico em Eletrotécnica	Casado	Aposentado
D. Fátima	62 anos	Conviver (CG)	Campina Grande/PB	Ensino Fundamental	Industriária	Viúva	Aposentada
D. Francisca	68 anos	Conviver (CG)	Campina Grande/PB (Zona Rural)	Ensino Fund. Incompleto	Industriária	União Estável	Pensionista
D. Guia	61 anos	Conviver (CG)	Campina Grande/PB	Ensino Fundamental	Serviços Gerais	Divorciada	Aposentada
D. Loudinha	64 anos	Conviver (CG)	Campina Grande/PB (Zona Rural)	Ensino Fund. Incompleto	Serviços Gerais	Divorciada	Não possui
José Pereira	70 anos	AAPI CG R	Campina Grande/PB (Zona Rural)	Ensino Fundamental	Eletricitário	Casado	Aposentado
Edmilson Argino	67 anos	FAAPI (JP)	João Pessoa/PB	Ensino Superior	Professor	Casado	Aposentado
José Fernandes	76 anos	CENIPA (JP)	João Pessoa/PB (Zona Rural)	Ensino Superior	Contador	Casado	Aposentado
Severino Ferreira	80 anos	AAPI CG R	Campina Grande/PB (Zona Rural)	Ensino Fund. Incompleto	Caminhoneiro	Divorciado	Aposentado

APÊNDICE II – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS

1. A princípio, gostaria de saber seu nome, idade e estado civil.
2. Com quem reside?
3. Qual sua profissão?
4. Qual sua fonte de renda?
5. Há quanto tempo participa da Associação e o que levou a inserir-se nesse espaço?
6. Qual sua função atualmente na Associação? Como se sente ao realizá-la?
7. Como você avalia sua relação com o tema aposentadoria /direitos e deveres antes e depois da sua participação na Associação?
8. Como você avalia sua relação com o tema velhice antes e depois da sua participação na Associação?
9. Como avalia a existência da associação para o público idoso/aposentado/pensionista?
10. Como é sua relação com os demais associados?
11. Como são planejadas as ações desenvolvidas para os associados?
12. Como percebe a participação dos idosos nos momentos promovidos pela Associação?
13. Como a Associação dialoga com o poder público?
14. Qual a participação dos associados nos espaços públicos decisórios?
15. Como avalia as políticas executadas no Estado da Paraíba nos últimos dez anos?
16. Acredita que o Estatuto do Idoso é posto em prática pelo poder público e pela sociedade?
17. Quais as conquistas que a Associação já obteve em prol de uma coletividade? E quais as frustrações?
18. O que você gostaria de mudar na realidade dos idosos em geral? E na sua realidade?
19. O que você acha que é interessante na experiência de velhice e de aposentado? E o que pode ser apontado como aspecto(s) negativo (os)?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – GRUPOS DE
CONVIVÊNCIA**

1. A princípio, gostaria de saber seu nome, idade e estado civil.
2. Com quem reside?
3. Qual sua profissão?
4. Qual sua fonte de renda?
5. Há quanto tempo participa do Centro de Convivência e o que levou a inserir-se nesse espaço?
6. Qual (is) a(s) atividade(s) que exerce no Centro?
7. Como você avalia sua relação com seus direitos e deveres antes e depois da sua participação no Centro?
8. Como você avalia sua relação com o tema velhice antes e depois da sua participação no Centro?
9. Como percebe a participação dos idosos nos momentos promovidos pelo Centro?
10. Como é sua relação com os demais participantes?
11. Como avalia a existência do Centro para a pessoa idosa?
12. Como é o relacionamento dos participantes do Centro com os gestores do espaço?
13. Como você se relaciona com os gestores do Centro?
14. O que você aponta como positivo e negativo na estrutura e organização do Centro?
15. O que você gostaria de mudar na realidade dos idosos em geral? E na sua realidade?
16. O que você acha que é interessante na experiência de velhice? E o que pode ser apontado como aspecto(s) negativo (os)?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – PODER PÚBLICO

1. A princípio, gostaria de saber seu nome e função que exerce no Governo do Estado.
2. Há quanto tempo está exercendo essa função?
3. Como a Coordenação da Política Estadual do Idoso está estruturada?
4. A gestão atual foi iniciada no ano de 2011. Em relação às políticas públicas direcionadas a pessoa idosa, o que havia sido implementado no Estado antes desse período? E após?
5. Assim, ao longo dos últimos dez anos, quais as demandas previstas no Estatuto do Idoso que são atendidas pelo governo estadual?
6. Como as ações políticas se definem? A partir de que são pensadas?
7. Como o Governo do Estado planeja as ações para dar conta das demandas dos idosos em toda a extensão do território paraibano?
8. Na prática, como as ações planejadas são desenvolvidas para os idosos?
9. Quais canais que os idosos utilizam para que as demandas cheguem ao poder público?
10. Essas demandas são atendidas? Depende de que (quem) para isso?

APÊNDICE III – ROTEIROS DE ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE – ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS

1. A princípio, gostaria de saber seu nome, idade e estado civil.
2. Fale-me sobre sua trajetória de vida (local de nascimento, moradia, escolaridade, composição familiar, profissão, situação previdenciária, etc.).
3. Quais os principais fatos/acontecimentos contribuíram para sua vida atual?
4. Como se sente atualmente?
5. Há quanto tempo participa da Associação e o que levou a inserir-se nesse espaço?
6. O que a participação na associação representa em sua vida?
7. Como surgiu o processo de participação da diretoria da associação? Como se sente ao ocupar essa função?
8. Como você analisa a situação dos idosos na atualidade e como percebe a si mesmo?
9. O que você gostaria de mudar na realidade dos idosos em geral? E na sua realidade?
10. O que você acha que é interessante na experiência de velhice e de aposentado? E o que pode ser apontado como aspecto(s) negativo (os)?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE – GRUPOS DE
CONVIVÊNCIA**

1. A princípio, gostaria de saber seu nome, idade e estado civil.
2. Fale-me sobre sua trajetória de vida (local de nascimento, moradia, escolaridade, composição familiar, profissão, situação previdenciária, etc.).
3. Quais os principais fatos/acontecimentos contribuíram para sua vida atual?
4. Como se sente atualmente?
5. Há quanto tempo participa do Centro de Convivência e o que levou a inserir-se nesse espaço?
6. O que a participação no Centro representa em sua vida?
7. Como se sente ao participar das atividades propostas no Centro?
8. Como você analisa a situação dos idosos na atualidade e como percebe a si mesmo?
9. O que você gostaria de mudar na realidade dos idosos em geral? E na sua realidade?
10. O que você acha que é interessante na experiência de velhice e de aposentado? E o que pode ser apontado como aspecto(s) negativo (os)?

APÊNDICE IV – REGISTROS FOTOGRÁFICOS: CENÁRIOS DA PESQUISA

FOTOS – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (João Pessoa – PB)



Prédio principal do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Entrada principal do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



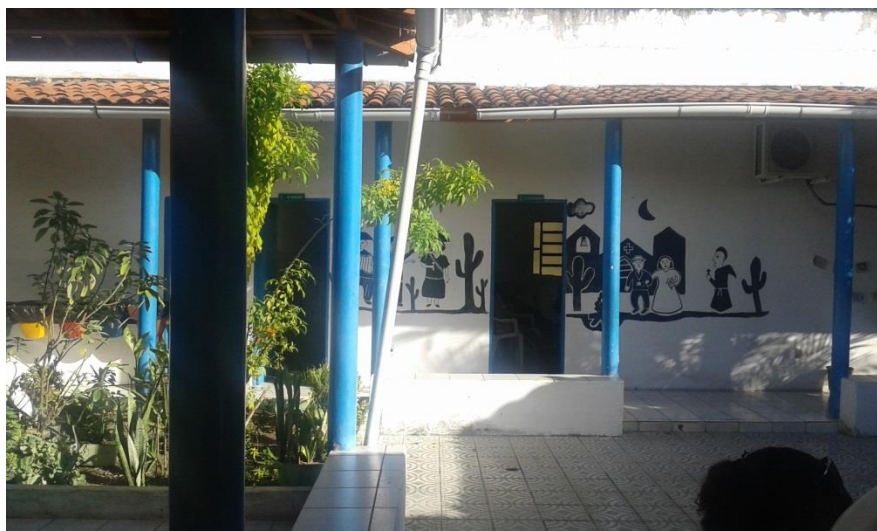
Espaço de vivência do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Espaço de vivência do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Espaço de vivência do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Fachada decorativa das salas de atividades do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Academia com aparelhos específicos (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Piscina do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)

FOTOS – CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (Campina Grande – PB / 2013-2015)



Prédio principal do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Placa afixada pela Prefeitura (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Placa afixada referente às comemorações pelos 15 anos do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Painel de registros das Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Painel de registros das Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Painel de registro da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Painel de registros das Comemorações pelos 15 anos do Centro – 2015 (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Painel de registros das Comemorações pelos 15 anos do Centro - 2015 (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Sala de sociabilidades diversas: jogos, práticas lúdicas, conversas. (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosos jogando cartas em uma das salas na área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosas conversando na área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



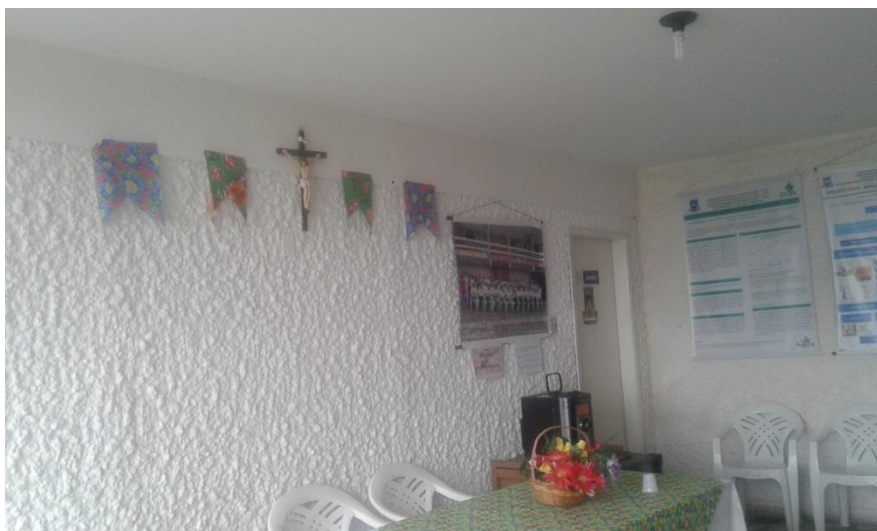
Idosas conversando na área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosas jogando cartas em um dos espaços da área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosas jogando cartas em um dos espaços da área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Sala principal do Centro: acolhida, orações, dança, entre outros (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Atividade lúdica desenvolvida pelos participantes do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança do ventre (Acervo Pessoal de Pesquisa)

FOTOS – CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (Campina Grande – PB / 2008)



Prédio principal do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Painéis fotográficos de diversos momentos do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Sala com painéis fotográficos de diversos momentos do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de acolhida para os participantes (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de acolhida, com oração, para os participantes (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de acolhida, com oração, para os participantes (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: cumprimentos na chegada (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: cumprimentos na chegada (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Momento de sociabilidade: dança (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Ensaio do coral do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosos jogando cartas em uma sala na área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosos jogando cartas em um dos espaços da área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosas conversando em um dos espaços da área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosos conversando em um dos espaços da área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosos jogando cartas em um dos espaços da área externa do Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Idosos se despedindo de mais um dia de atividades no Centro (Acervo Pessoal de Pesquisa)

**FOTOS – SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS
DE CAMPINA GRANDE E REGIÃO (Campina Grande – PB)**



Fachada do Prédio da Associação campinense (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Placa afixada para demarcar a inauguração da sede da Associação (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Registros fotográficos dos presidentes da Associação, ao lado do cruxifixo (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Um dos certificados expostos na sala principal da Associação. Participação de eventos temáticos dos aposentados e pensionistas (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Um dos certificados expostos na sala principal da Associação. Prêmio campinense do ano de 2007, na categoria “Associação Beneficente” (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Um dos certificados expostos na sala principal da Associação. Prêmio campinense do ano de 2005, na categoria “Associação Beneficente” (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Folheto informativo das atividades da COBAP (Acervo Pessoal de Pesquisa)

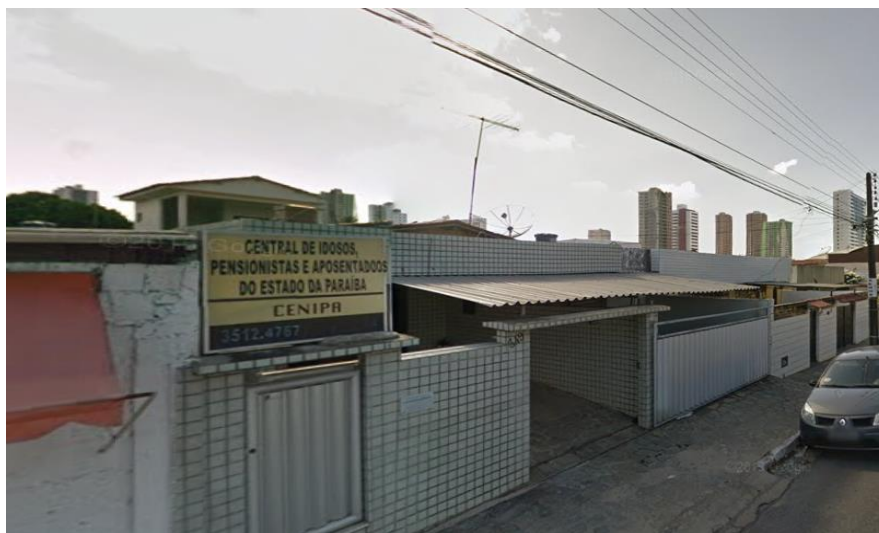


Painéis fotográficos de diversos momentos da Associação (Acervo Pessoal de Pesquisa)

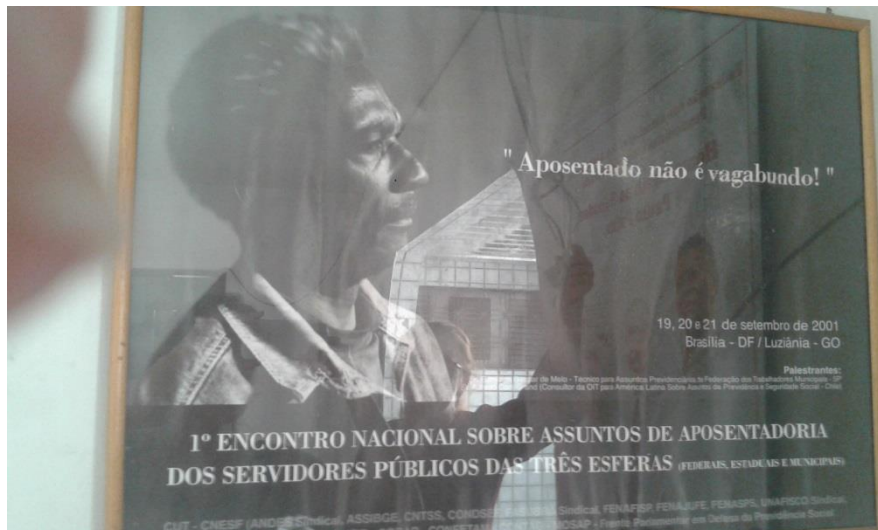


Painéis fotográficos de diversos momentos da Associação (Acervo Pessoal de Pesquisa)

FOTOS – SEDE DA CENTRAL DE IDOSOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO ESTADO DA PARAÍBA E DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO ESTADO DA PARAÍBA (João Pessoa – PB).



Fachada do Prédio da CENIPA e da Federação, que dividem a mesma sede (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Cartaz em destaque na sala principal da Associação, referente à um Encontro referente aos aposentado. Frase em destaque: “Aposentado não é vagabundo!” (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Registro da visita do senador Paulo Paim, no ano de 2009 (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Placa que registra a visita do senador Paulo Paim, no ano de 2009 (Acervo Pessoal de Pesquisa)



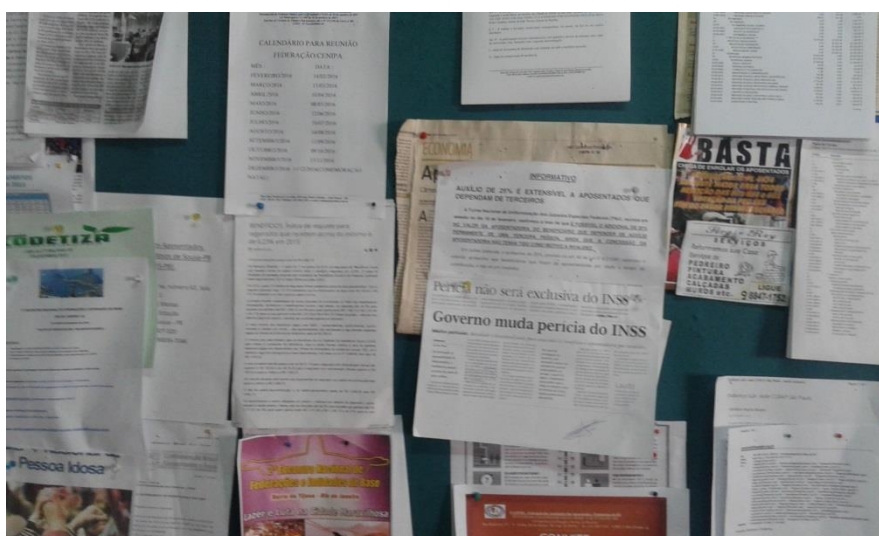
Certificado exposto na sala principal da Associação. Certificado da Federação de Filiação à COBAP (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Painéis fotográficos de diversos momentos da Associação (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Certificados expostos na sala principal da Associação. Participação de eventos temáticos dos aposentados e pensionistas (Acervo Pessoal de Pesquisa)



Painéis fotográficos de diversos momentos da Associação (Acervo Pessoal de Pesquisa)

ANEXO I – MATERIAL INFORMATIVO SEDH

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO/PB)



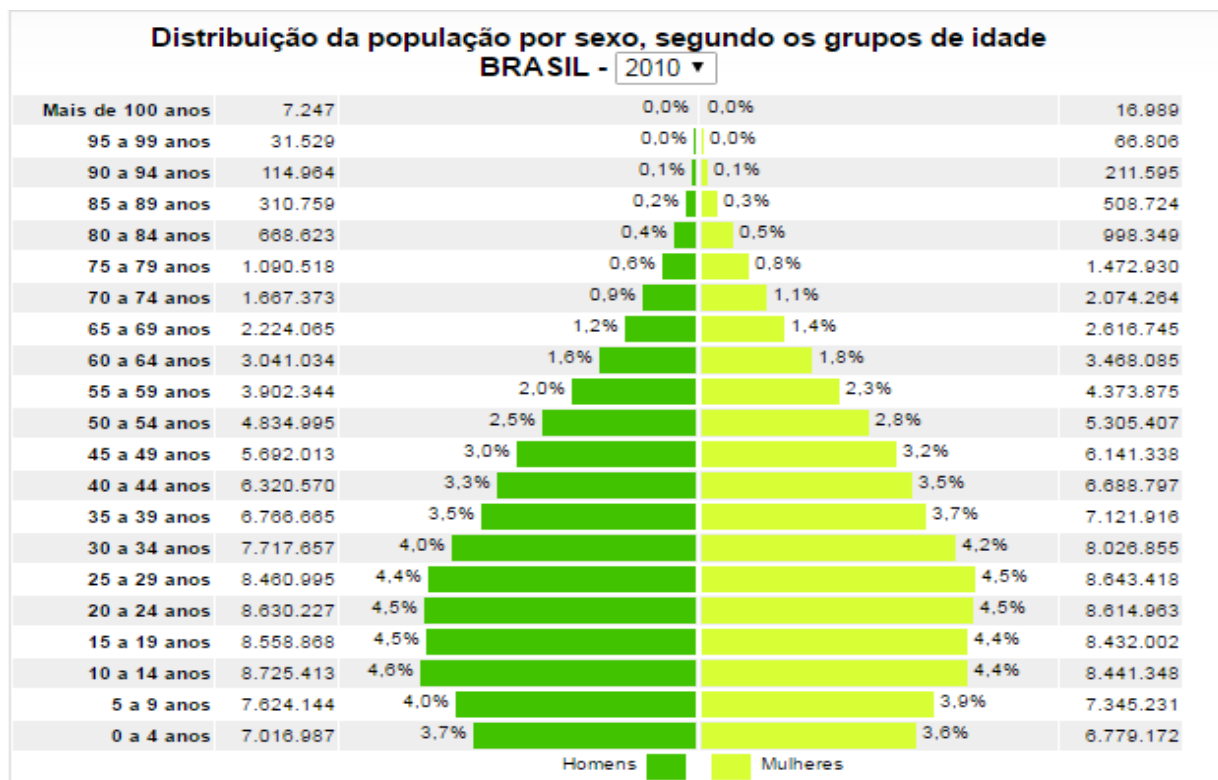
Manual de Utilidade Pública do Idoso (Acervo SEDH)



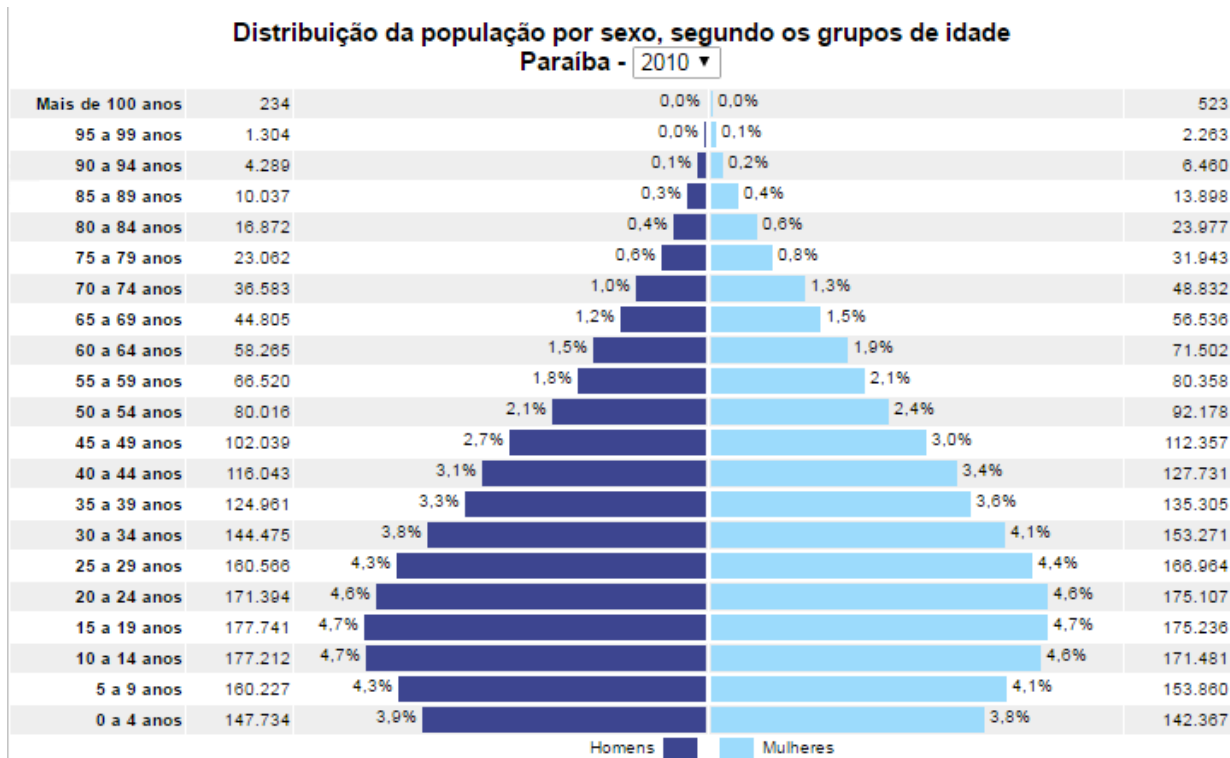
Folder de Divulgação do Programa “Cidade Madura” (Acervo SEDH)

ANEXO II – PIRÂMIDE ETÁRIA – CENSO 2010

PIRÂMIDE ETÁRIA – CENSO 2010 (IBGE)

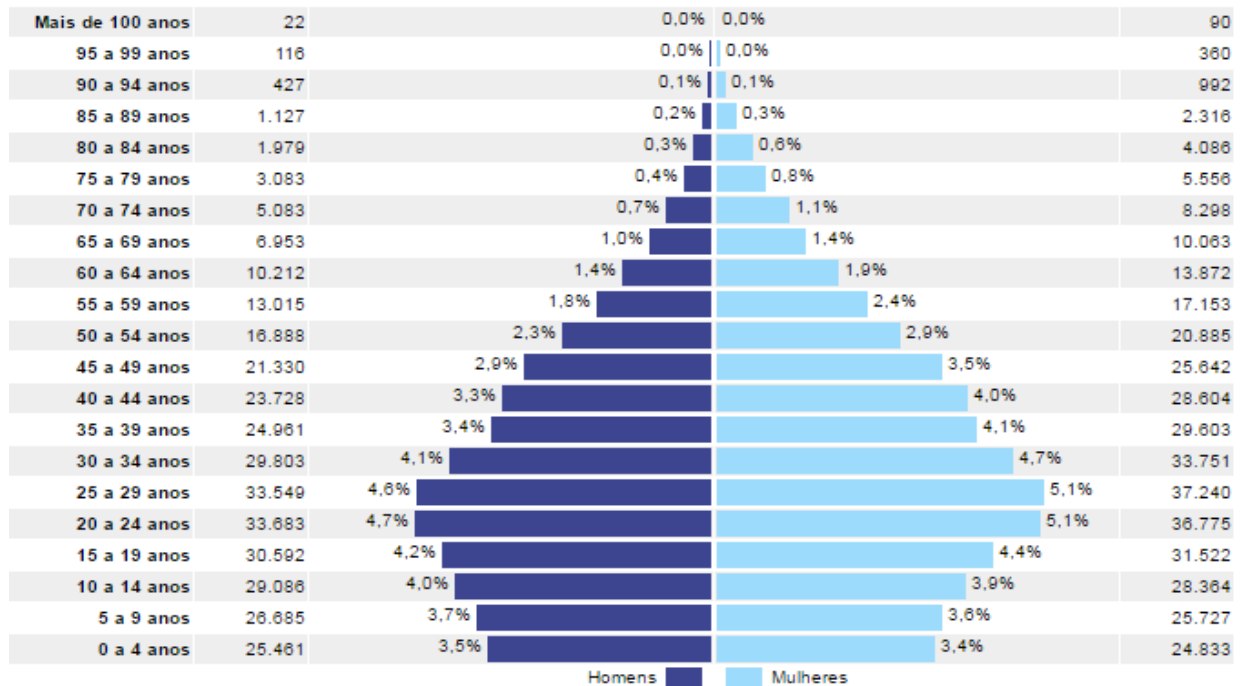


Pirâmide Etária Brasil com dados do Censo 2010 (Acervo Portal IBGE)



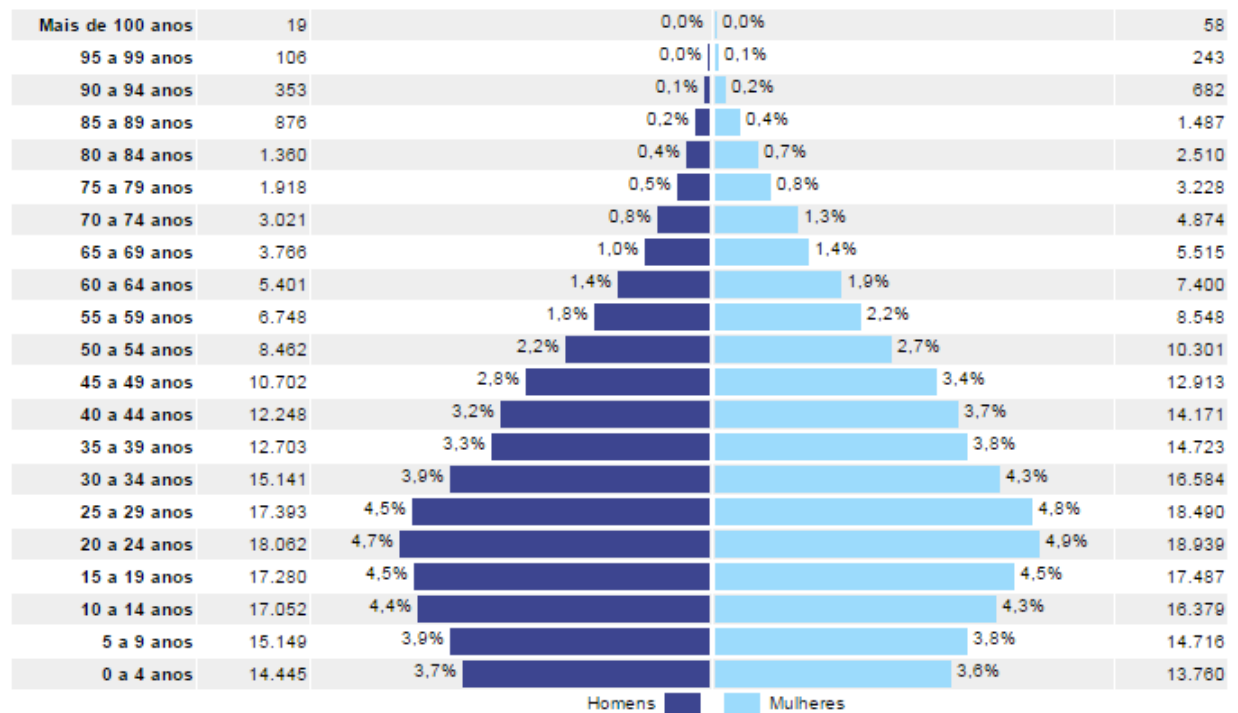
Pirâmide Etária Paraíba com dados do Censo 2010 (Acervo Portal IBGE)

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade
João Pessoa (PB) - 2010 ▾



Pirâmide Etária João Pessoa/PB com dados do Censo 2010 (Acervo Portal IBGE)

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade
Campina Grande (PB) - 2010 ▾



Pirâmide Etária Campina Grande/PB com dados do Censo 2010 (Acervo Portal IBGE)

ANEXO III – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

QUANTITATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – JUNHO/2016 (INSS)

Boletim Estatístico da Previdência Social - Vol. 21 Nº 06

junho/2016

14 BENEFÍCIOS EMITIDOS POR FAIXAS DE VALOR, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO												
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE						VALOR (EM R\$)					
	Faixas de valor (em pisos previdenciários)						Faixas de valor (em pisos previdenciários)					
	Total	< 1	= 1	1 a 5	5 a 10	> 10	Total	< 1	= 1	1 a 5	5 a 10	> 10
BRASIL	33.404.798	773.116	22.261.325	10.165.193	202.874	2.290	40.972.241.034	355.019.626	19.589.966.000	20.032.337.802	963.878.752	31.038.854
NORTE	1.783.460	26.528	1.505.647	245.670	5.566	49	1.829.170.370	12.162.284	1.324.969.360	464.948.532	26.430.733	659.461
Roraima	233.409	5.499	196.937	30.414	554	5	229.129.990	2.536.317	173.304.560	50.602.060	2.635.351	51.702
Acre	93.671	2.267	75.003	16.151	250	—	97.608.748	968.774	66.002.640	29.459.136	1.178.198	—
Amazonas	302.867	3.740	239.469	58.309	1.338	11	334.860.007	1.763.601	210.732.720	115.879.950	6.360.789	122.946
Roraima	41.702	689	36.049	4.808	156	—	41.547.182	294.356	31.723.120	8.789.055	740.651	—
Pará	860.353	10.814	736.444	110.246	2.816	33	882.007.147	5.004.421	648.070.720	215.071.203	13.375.991	484.813
Amapá	58.705	860	49.921	7.785	139	—	59.135.754	389.725	43.930.480	14.159.122	656.427	—
Tocantins	192.753	2.659	171.824	17.957	313	—	184.881.542	1.205.090	151.205.120	30.988.006	1.483.326	—
NORDESTE	9.152.681	164.211	7.816.918	1.141.521	29.572	459	9.288.184.672	71.594.527	6.878.887.840	2.189.804.089	141.825.139	6.073.076
Maranhão	1.065.265	9.982	985.823	67.459	1.985	16	1.007.574.956	4.425.024	867.524.240	125.853.725	9.511.157	260.811
Piauí	625.190	7.601	569.513	46.804	1.255	17	597.597.232	3.386.584	501.171.440	86.861.546	5.994.913	182.750
Ceará	1.470.946	25.085	1.292.154	149.447	4.184	76	1.460.736.886	10.868.129	1.137.095.520	291.639.268	20.200.127	933.842
Rio Grande do Norte	565.426	13.759	475.101	74.504	2.020	42	573.003.151	5.861.567	418.088.880	138.731.984	9.761.080	559.640
Paraíba	712.346	12.888	621.043	76.345	2.037	33	701.853.026	5.479.883	546.517.840	139.591.339	9.856.691	407.274
Pernambuco	1.495.490	34.742	1.204.283	250.333	5.996	136	1.590.750.993	15.107.791	1.059.769.040	485.035.935	29.021.222	1.817.006
Alagoas	512.441	8.359	426.925	75.288	1.847	22	525.038.164	3.610.512	375.694.000	136.641.982	8.808.301	283.369
Sergipe	335.391	8.740	274.298	50.732	1.599	22	349.991.776	3.608.193	241.382.240	97.100.395	7.609.051	291.898
Bahia	2.370.186	43.055	1.967.778	350.609	8.649	95	2.481.638.487	19.246.845	1.731.644.640	688.347.915	41.062.599	1.336.488
SUDESTE	14.667.715	402.723	7.939.556	6.200.690	123.391	1.355	20.362.112.325	187.160.426	6.986.809.280	12.584.058.718	585.478.858	18.605.043
Minas Gerais	3.788.256	80.166	2.675.206	1.010.276	22.358	250	4.431.142.047	35.848.770	2.354.181.280	1.932.000.227	106.163.675	2.948.095
Espírito Santo	592.223	16.677	403.909	167.841	3.763	33	710.485.370	7.541.918	355.439.920	329.377.471	17.736.341	389.721
Rio de Janeiro	2.891.503	85.980	1.497.777	1.276.969	30.152	625	4.160.739.477	35.989.040	1.318.043.760	2.652.943.469	145.024.860	8.738.347
São Paulo	7.395.733	219.900	3.362.664	3.745.604	67.118	447	11.059.745.431	107.780.698	2.959.144.320	7.669.737.552	316.553.982	6.528.880
SUL	5.907.233	142.101	3.623.127	2.109.581	32.131	293	7.314.759.693	66.490.743	3.188.351.760	3.903.943.684	152.138.183	3.835.323
Paraná	1.906.805	40.126	1.247.218	610.489	8.881	91	2.277.168.702	19.037.514	1.097.551.840	1.117.340.104	42.011.851	1.227.392
Santa Catarina	1.390.482	42.792	775.889	563.066	8.669	66	1.771.375.071	20.481.623	682.782.320	1.026.252.576	41.034.948	823.605
Rio Grande do Sul	2.609.946	59.183	1.600.020	936.026	14.581	136	3.266.215.920	26.971.607	1.408.017.600	1.760.351.004	69.091.384	1.784.325
CENTRO-OESTE	1.893.709	37.553	1.376.077	467.731	12.214	134	2.178.013.974	17.611.646	1.210.947.760	889.582.778	58.005.839	1.865.951
Mato Grosso do Sul	369.122	7.777	270.214	89.734	1.385	12	406.425.514	3.685.574	237.788.320	158.247.186	6.562.118	142.316
Mato Grosso	397.848	7.649	311.084	77.872	1.239	4	417.890.356	3.716.094	273.753.920	134.498.885	5.869.988	51.469
Goiás	736.632	12.976	560.239	159.387	4.001	29	813.215.478	6.071.987	493.010.320	294.732.646	19.051.766	348.759
Distrito Federal	390.107	9.151	234.540	140.738	5.589	89	540.482.626	4.137.991	206.395.200	302.104.060	26.521.967	1.323.407

FONTE: DATAPREV, SUB, SÍNTESE.

Nota: O valor total dos créditos emitidos desta tabela é diferente dos valores totais constantes nas tabelas 10, 11, 15 e 16, por apresentar os dados referentes ao valor da Mensalidade Reajustada (Valor MR), não incluindo outros créditos de natureza eventual e os descontos.

Benefícios emitidos– Brasil e estados da Federação, em Junho de 2016.

Fonte: Previdência Social

11 BENEFÍCIOS EMITIDOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ESPÉCIES

GRUPOS DE ESPÉCIES	QUANTIDADE						VALOR (R\$)						VALOR MÉDIO (R\$)		
	Total	% do total	% do grupo	% do sub-grupo	Variação em relação ao mês anterior (em %)	Clientela		Total	% do total	% do grupo	% do sub-grupo	Variação em relação ao mês anterior (em %)	Clientela		TOTAL
						Urbana	Rural						Urbana	Rural	
TOTAL	33.404.798	100,00			0,27	23.963.425	9.441.373	37.494.201.797	100,00			0,30	30.022.276.534	7.471.925.263	1.122,42 1.252,84 791,40
BENEFÍCIOS DO RGPS	28.903.092	86,52	100,00		0,27	19.532.343	9.370.749	33.523.664.164	89,41	100,00		0,30	26.113.763.448	7.409.900.716	1.159,86 1.336,95 790,75
Previdenciários	28.048.267	83,96	97,04	100,00	0,29	18.710.919	9.337.348	32.628.890.524	87,02	97,33	100,00	0,31	25.243.329.721	7.385.560.803	1.163,31 1.349,12 790,97
Aposentadorias	18.729.065	56,07	64,80	68,77	0,30	11.972.246	6.756.819	22.477.092.652	59,95	67,05	68,89	0,31	17.138.176.757	5.338.915.895	1.200,12 1.431,49 790,15
Idade	9.936.357	29,75	34,38	35,43	0,29	3.656.610	6.279.747	8.829.321.274	23,55	26,34	27,06	0,25	3.873.158.166	4.956.163.108	888,59 1.059,22 789,23
Invalidez	3.218.165	9,63	11,13	11,47	0,15	2.762.087	456.078	3.514.010.408	9,37	10,48	10,77	0,10	3.152.301.802	361.708.606	1.091,93 1.141,28 793,08
Tempo de Contribuição	5.574.543	16,69	19,29	19,87	0,40	5.553.549	20.994	10.133.760.970	27,03	30,23	31,06	0,42	10.112.716.790	21.044.181	1.817,86 1.820,95 1.002,39
Pensões por Morte	7.492.981	22,43	25,92	26,71	0,21	5.153.292	2.339.689	7.983.338.041	21,29	23,81	24,47	0,21	6.141.373.892	1.841.964.149	1.065,44 1.191,74 787,27
Auxílios	1.748.508	5,23	6,05	6,23	0,06	1.516.994	231.514	2.101.440.082	5,60	6,27	6,44	0,38	1.904.297.082	197.143.000	1.201,85 1.255,31 851,54
Doença	1.636.161	4,90	5,66	5,83	-0,01	1.422.382	213.779	2.015.306.964	5,37	6,01	6,18	0,35	1.827.297.888	188.009.076	1.231,73 1.284,67 879,46
Acidente	66.123	0,20	0,23	0,24	1,02	51.865	14.258	43.226.667	0,12	0,13	0,13	1,03	36.956.801	6.269.866	653,73 712,56 439,74
Reclusão	46.224	0,14	0,16	0,16	1,30	42.747	3.477	42.906.451	0,11	0,13	0,13	1,27	40.042.393	2.864.058	928,23 936,73 823,72
Salário-Maternidade	77.578	0,23	0,27	0,28	10,51	68.252	9.326	66.924.880	0,18	0,20	0,21	10,79	59.387.121	7.537.759	862,68 870,12 808,25
Outros (1)	135	0,00	0,00	0,00	-2,88	135	-	94.869	0,00	0,00	0,00	-1,05	94.869	-	702,73 702,73 -
Acidentários	854.825	2,56	2,96	100,00	-0,14	821.424	33.401	894.773.640	2,39	2,67	100,00	0,03	870.433.727	24.339.913	1.046,73 1.059,66 728,72
Aposentadorias por Invalidez	203.350	0,61	0,70	23,79	0,29	190.473	12.877	273.102.326	0,73	0,81	30,52	0,19	263.018.082	10.084.244	1.343,02 1.380,87 783,12
Pensão por Morte	115.196	0,34	0,40	13,48	-0,12	111.246	3.950	134.571.087	0,36	0,40	15,04	-0,17	131.411.946	3.159.141	1.168,19 1.181,27 799,78
Auxílio-Doença	166.466	0,50	0,58	19,47	-0,85	157.717	8.749	234.452.758	0,63	0,70	26,20	-0,26	226.772.072	7.680.686	1.408,41 1.437,84 877,89
Auxílio-Acidente	319.108	0,96	1,10	37,33	0,22	311.283	7.825	241.383.769	0,64	0,72	26,98	0,33	237.967.927	3.415.842	756,43 764,47 436,53
Auxílio-Suplementar	50.705	0,15	0,18	5,93	-1,72	50.705	-	11.263.700	0,03	0,03	1,26	-1,69	11.263.700	-	222,14 222,14 -
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.480.078	13,41	100,00		0,28	4.409.454	70.624	3.933.293.686	10,49	100,00		0,28	3.871.269.140	62.024.546	877,95 877,95 878,24
Amparos Assistenciais (LOAS)	4.330.515	12,96	96,66	100,00	0,33	4.330.515	-	3.802.010.749	10,14	96,66	100,00	0,33	3.802.010.749	-	877,96 877,96 -
Idoso	1.948.589	5,83	43,49	45,00	0,23	1.948.589	-	1.712.290.827	4,57	43,53	45,04	0,23	1.712.290.827	-	878,73 878,73 -
Portador de Deficiência	2.381.926	7,13	53,17	55,00	0,41	2.381.926	-	2.089.719.922	5,57	53,13	54,96	0,41	2.089.719.922	-	877,32 877,32 -
Rendas Mensais Vitalícias	149.563	0,45	3,34	100,00	-1,18	78.939	70.624	131.282.937	0,35	3,34	100,00	-1,18	69.258.391	62.024.546	877,78 877,37 878,24
Idade	24.537	0,07	0,55	16,41	-2,23	12.099	12.438	21.582.850	0,06	0,55	16,44	-2,22	10.639.637	10.943.213	879,60 879,38 879,82
Invalidez	125.026	0,37	2,79	83,59	-0,97	66.840	58.186	109.700.087	0,29	2,79	83,56	-0,97	58.618.754	51.081.333	877,42 877,00 877,90
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU) (2)	21.628	0,06			-0,46	21.628	-	37.243.946	0,10			-0,66	37.243.946	-	1.722,02 1.722,02 -

FONTE: DATAPREV, SUB, SÍNTESE.

(1) Inclui as espécies: 47 - Abono de permanência em serviço 25%; 48 - Abono de permanência em serviço 20%; 68 - Pecúlio especial de aposentadoria; 79 - Abono de servidor aposentado pela autarquia empregadora. (2) Inclui as espécies: 22 - Pensão por morte estatutária; 26 - Pensão Especial (Lei nº 593/48); 37 - Aposentadoria de extranumerário da União; 38 - Aposentadoria da extinta CAPIN; 54 - Pensão especial vitalícia (Lei nº 9.793); 56 - Pensão mensal vitalícia por síndrome de talidomida; 58 - Aposentadoria excepcional de anistiado; 59 - Pensão por morte excepcional do anistiado; 60 - Pensão especial mensal vitalícia; 76 - Salário-família estatutário da RFFSA; 85 - Pensão mensal vitalícia do seringueiro; 86 - Pensão mensal vitalícia do dependente do seringueiro; 89 - Pensão especial à vítima da hemodíalise Caruaru; 96 - Pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase. Não inclui os complementos de EPU.

Benefícios emitidos– Brasil, segundo os grupos de espécie, em Junho de 2016.
Fonte: Previdência Social

07

BENEFÍCIOS EMITIDOS NA PARAÍBA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ESPÉCIES

GRUPOS DE ESPÉCIES	QUANTIDADE						VALOR (R\$)						VALOR MÉDIO (R\$)		
	Total	% do total	% do grupo	% do sub-grupo	Clientela		Total	% do total	% do grupo	% do sub-grupo	Clientela		TOTAL	Clientela	
					Urbana	Rural					Urbana	Rural		Urbana	Rural
TOTAL	712.346	100,00			348.262	364.084	637.556.664	100,00			352.075.340	285.481.324	895,01	1.010,95	784,11
BENEFÍCIOS DO RGPS	600.040	84,23	100,00		240.633	359.407	538.950.101	84,53	100,00		257.575.760	281.374.341	898,19	1.070,41	782,88
Previdenciários	590.872	82,95	98,47	100,00	231.968	358.904	530.762.767	83,25	98,48	100,00	249.723.758	281.039.009	898,27	1.076,54	783,05
Aposentadorias	403.868	56,70	67,31	68,35	139.458	264.410	363.384.950	57,00	67,42	68,46	156.399.688	206.985.261	899,76	1.121,48	782,82
Idade	296.021	41,56	49,33	50,10	49.736	246.285	240.452.453	37,71	44,61	45,30	47.826.508	192.625.946	812,28	961,61	782,13
Invalidez	62.924	8,83	10,49	10,65	44.885	18.039	57.879.596	9,08	10,74	10,90	43.588.457	14.291.139	919,83	971,11	792,24
Tempo de Contribuição	44.923	6,31	7,49	7,60	44.837	86	65.052.900	10,20	12,07	12,26	64.984.724	68.176	1.448,10	1.449,35	792,75
Pensões por Morte	154.849	21,74	25,81	26,21	70.561	84.288	135.508.872	21,25	25,14	25,53	70.080.895	65.427.977	875,10	993,20	776,24
Auxílios	30.929	4,34	5,15	5,23	21.163	9.766	30.838.922	4,84	5,72	5,81	22.567.083	8.271.838	997,09	1.066,35	847,00
Doença	28.623	4,02	4,77	4,84	19.718	8.905	29.329.584	4,60	5,44	5,53	21.513.077	7.816.508	1.024,69	1.091,04	877,77
Acidente	1.492	0,21	0,25	0,25	829	663	790.113	0,12	0,15	0,15	499.092	291.021	529,57	602,04	438,95
Reclusão	814	0,11	0,14	0,14	616	198	719.225	0,11	0,13	0,14	554.915	164.310	883,57	900,84	829,85
Salário-Maternidade	1.224	0,17	0,20	0,21	784	440	1.027.128	0,16	0,19	0,19	673.195	353.933	839,16	858,67	804,39
Outros ⁽¹⁾	2	0,00	0,00	0,00	2	—	2.896	0,00	0,00	0,00	2.896	—	1.447,84	1.447,84	—
Acidentários	9.168	1,29	1,53	100,00	8.665	503	8.187.334	1,28	1,52	100,00	7.852.002	335.332	893,03	906,17	666,66
Aposentadorias por Invalidez	2.079	0,29	0,35	22,68	1.888	191	2.404.430	0,38	0,45	29,37	2.259.686	144.744	1.156,53	1.196,87	757,82
Pensão por Morte	1.532	0,22	0,26	16,71	1.495	37	1.585.052	0,25	0,29	19,36	1.557.068	27.984	1.034,63	1.041,52	756,31
Auxílio-Doença	1.843	0,26	0,31	20,10	1.743	100	2.208.623	0,35	0,41	26,98	2.122.695	85.928	1.198,38	1.217,84	859,28
Auxílio-Acidente	3.060	0,43	0,51	33,38	2.885	175	1.852.680	0,29	0,34	22,63	1.776.002	76.677	605,45	615,60	438,16
Auxílio-Suplementar	654	0,09	0,11	7,13	654	—	136.550	0,02	0,03	1,67	136.550	—	208,79	208,79	—
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	112.226	15,75	100,00		107.549	4.677	98.487.138	15,45	100,00		94.380.155	4.106.983	877,58	877,55	878,12
Amparos Assistenciais (LOAS)	105.557	14,82	94,06	100,00	105.557	—	92.636.684	14,53	94,06	100,00	92.636.684	—	877,60	877,60	—
Idoso	35.953	5,05	32,04	34,06	35.953	—	31.585.650	4,95	32,07	34,10	31.585.650	—	878,53	878,53	—
Portador de Deficiência	69.604	9,77	62,02	65,94	69.604	—	61.051.035	9,58	61,99	65,90	61.051.035	—	877,12	877,12	—
Rendas Mensais Vitalícias	6.669	0,94	5,94	100,00	1.992	4.677	5.850.454	0,92	5,94	100,00	1.743.471	4.106.983	877,26	875,24	878,12
Idade	632	0,09	0,56	9,48	180	452	555.962	0,09	0,56	9,50	158.312	397.650	879,69	879,51	879,76
Invalidez	6.037	0,85	5,38	90,52	1.812	4.225	5.294.492	0,83	5,38	90,50	1.585.159	3.709.333	877,01	874,81	877,95
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU) ⁽²⁾	80	0,01			80	—	119.425	0,02			119.425	—	1.492,81	1.492,81	—

FONTE: DATAPREV, SUB, SÍNTESE.

(1) Inclui as espécies: 47 - Abono de permanência em serviço 25%; 48 - Abono de permanência em serviço 20%; 68 - Pecúlio especial de aposentadoria; 79 - Abono de servidor aposentado pela autarquia empregadora. (2) Inclui as espécies: 22 - Pensão por morte estatutária; 26 - Pensão Especial (Lei nº 593/48); 37 - Aposentadoria de extranumerário da União; 38 - Aposentadoria da extinta CAPIN; 54 - Pensão especial vitalícia (Lei n.º 9.793); 56 - Pensão mensal vitalícia por síndrome de talidomida; 58 - Aposentadoria excepcional de anistiado; 59 - Pensão por morte excepcional do anistiado; 60 - Pensão especial mensal vitalícia; 76 - Salário-família estatutário da RFFSA; 89 - Pensão especial à vítima da hemodíalise Caruaru. Não inclui os complementos de EPU.

Benefícios emitidos— Paraíba, segundo os grupos de espécie, em Junho de 2016.

Fonte: Previdência Social